



Carlos F. T. Alves

# D. FRANCISCO DE LEMOS

## Perfil de um Reitor Reformador

Dissertação de Mestrado em História, orientada pelo Doutor Fernando Taveira da Fonseca, apresentada ao Departamento História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2015



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

# D. FRANCISCO DE LEMOS PERFIL DE UM REITOR REFORMADOR

## Ficha Técnica:

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Dissertação de Mestrado</b>
<b>Título</b>	<b>D. Francisco de Lemos - Perfil de um Reitor Reformador.</b>
<b>Autor</b>	<b>Carlos F.T. Alves</b>
<b>Orientador</b>	<b>Doutor Fernando Taveira da Fonseca</b>
<b>Júri</b>	<b>Presidente: Doutora Maria Alegria Fernandes Marques</b>
	<b>Vogais:</b>
	<b>1. Doutora Ana Cristina Bartolomeu dos Santos Araújo</b>
	<b>2. Doutor Fernando Taveira da Fonseca</b>
<b>Identificação do Curso</b>	<b>2º Ciclo em História</b>
<b>Área científica</b>	<b>História</b>
<b>Especialidade/Ramo</b>	<b>Sociedades, Políticas e Religiões.</b>
<b>Data da defesa</b>	<b>25-01-2016</b>
<b>Classificação</b>	<b>18 Valores</b>



## Agradecimentos

Em primeiro lugar, os agradecimentos não poderão deixar de ser dirigidos a todo um muito grande esforço familiar que foi desde há muito despendido para que este meu progresso académico fosse possível. O sempre presente apoio e disponibilidade do núcleo familiar, é o imprescindível pilar que qualquer obra necessita desde a sua formação até aos seus mais vindouros anos de vida. E tal como é impossível resumir esse apoio num simples parágrafo, o mesmo acontece quanto aos merecidos agradecimentos que são devidos.

De seguida, tenho que lançar um muito justo reconhecimento aos muitos docentes desta casa que nos últimos cinco anos da minha vida universitária, me acompanharam em várias cadeiras e seminários e que me permitiram aceder ao seu vasto conhecimento. Estes, acompanhados por uma grande panóplia de ferramentas que me preenchem, serão a base fundamental da minha futura vida profissional. Entre estes *tutores* terei que destacar o Dr. Fernando Taveira da Fonseca que nos últimos anos, tanto na licenciatura como no mestrado, foi incansável na importante orientação que dedicou. Mas outros terei também de destacar como o Dr. José Pedro Paiva, a Dr. Maria Antónia Lopes, Dr. Ana Cristina Araújo e a Dr. Maria Alegria (entre outros) que foram, dentro da sua especialidade, decisivos na minha construção intelectual.

Ao longo destes cinco anos a constante relação com os colegas de curso foi também decisiva. A troca de opiniões, as discussões sobre as variadas matérias foram muitas vezes decisivas para o meu contínuo progresso como aspirante a historiador.

E para além de todos os já expostos seria impossível esquecer o diário trabalho dos muitos funcionários tanto da Biblioteca Central e da Biblioteca Geral e dos vários institutos da Faculdade de Letras. E que sempre desempenharam a árdua tarefa de intermediários entre as fontes e os que as pretendem explorar. Dentro deste amplo grupo não posso também esquecer o apoio dos funcionários da Torre do Tombo que me auxiliaram imenso na descoberta das missivas inéditas. Mas também os seus homónimos da Biblioteca Nacional de Lisboa e do Arquivo da Universidade de Coimbra.

A todos um amplo e profundo agradecimento pelo seu esforço indispensável para alcançar este importante momento.

## **Resumo**

Este trabalho pretende estudar uma personagem importante do Antigo Regime português e a sua ação. D. Francisco de Lemos, 1735 a 1822, teve uma importante prestação durante os seus reitorados na Universidade de Coimbra. Assim, pretendo em primeiro lugar realizar uma profunda análise biográfica do mesmo, expondo as várias fases da sua vida. Procurar explicar estes vários momentos irá servir para tentar explicar alguns acontecimentos que ainda merecem uma abordagem crítica mais profunda. De seguida pretendo analisar, em separado, os dois reitorados do mesmo com o objetivo claro de procurar definir o que a ele se deve. De 1772 a 1779, através de uma vasta correspondência entre o mesmo e Pombal, pretendo procurar definir os seus passos separando-os assim de outros intervenientes. No seu segundo reitorado, de 1799 a 1821, e baseando-me também na correspondência do reitor com José Monteiro da Rocha, irei tentar expor este longo e intenso período de vida da Universidade.

**Palavras-chave:** D. Francisco de Lemos, Reforma de 1772, Universidade de Coimbra, Invasões Francesas.

## **Abstract**

This work intends to study a major character of the Portuguese Ancient Regime and his action. D. Francisco de Lemos, 1735 to 1822, played an important role as Rector at the University of Coimbra. So, I intend to first perform a biographical analysis, unfolding the various stages of his life. The attempt to explain these various moments will serve to understand some events that still deserve a deeper critical approach. Then I intend to examine, separately, the two periods when D. Francisco de Lemos was Rector at the University, with the clear goal of trying to define what achievements are due to him. From 1772 to 1779, the main source will be an extensive correspondence between him and the Marquis de Pombal: through it will be possible to define his deeds separating them from those of other players. In his second rectorate, 1799 to 1821, and also based mainly on the Rector's correspondence with José Monteiro da Rocha, I will try to shed some light on this long and intense period of the University's life.

**Key-words:** D. Francisco de Lemos, 1772 Reform, University of Coimbra, French Invasions.

*“ Os homens que por trabalhos profícuos assignalam a sua peregrinação pela terra, que consomem a vida em aturadas fadigas pelo bem comum e edificam para as gerações futuras obras perduráveis de influxo civilizador, não morrem de todo para o mundo no lance fatal que lhes interrompe o curso da existência. Redivivem na memória dos que lhes sucedem: e a história, sempre pregoeira das acções illustres, perpétua seus nomes através dos tempos e das vicissitudes.”<sup>i</sup>*

<sup>i</sup> – MIRABEAU, B. A. Serra de – “D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (Esboço histórico-biographico)” in *O Instituto, Revista Scientifica e Litteraria*. Vol. 36, Segunda serie – nº 10, 11 e 12. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1889. p. 597.

### Abreviaturas mais frequentes

DFL	D. Francisco de Lemos
ANTT	Arquivo Nacional Torre do Tombo
AUC	Arquivo da Universidade de Coimbra
BNL	Biblioteca Nacional de Lisboa
BGUC	Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

## Sumário

Introdução .....	4
1. Visão biográfico-crítica sobre D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. ....	8
1.1. Origens familiares. ....	9
1.2. No caminho das luzes. ....	14
1.2.1. As primeiras letras. ....	14
1.2.2. A senda académica. ....	19
1.2.3. A entrada na Ordem de S. Bento de Avis e o ingresso no Colégio dos Militares. ....	23
1.3. O poder das influências. ....	25
1.3.1. Na alvorada. ....	25
1.3.2. O apogeu. ....	28
1.3.3. A <i>queda</i> que a muitos atemorizou. ....	33
1.3.4. A cessação de um ciclo. ....	36
1.4. Os derradeiros anos. ....	40
1.4.1. As últimas designações. ....	40
1.4.2. As tormentas. ....	45
1.4.2.1. Refém de Napoleão. ....	45
1.4.2.2. No confim das forças. ....	53
1.4.3. O fim de um alento. ....	56
2. O intermediário entre o <i>arquitecto</i> e a sua <i>obra</i> , a atuação de D. Francisco de Lemos. ....	59
2.1. A fonte e a metodologia usada. ....	60
2.2. Linhas gerais da Reforma de 1772. ....	62
2.3. Os novos estabelecimentos universitários. ....	64
2.3.1. O Regimento das obras da Universidade. ....	65
2.3.2. A nova Imprensa. ....	66
2.3.3. A remodelada Faculdade de Medicina. ....	68
2.3.4. O novo estabelecimento da Faculdade de Matemática. ....	71
2.3.5. Os novos estabelecimentos da Faculdade de Filosofia. ....	73
2.3.6. O Colégio das Artes e o Paço das Escolas. ....	79
2.3.7. A Fabrica de Telha de vidro, demais matérias e a mão-de-obra. ..	82

2.4. A questão do ensino. ....	85
2.4.1. Novos métodos, novas ideias e novas caras. ....	85
2.4.1.1. As aulas. ....	85
2.4.1.2. Os lentes. ....	88
2.4.1.3. Compêndios. ....	94
2.4.1.4. Disciplina. ....	98
2.4.2. Os Estudos Menores no Colégio das Artes de Coimbra. ....	100
2.5. A importância da administração. ....	103
2.5.1. A preocupação com a boa administração da Universidade. ....	103
2.5.2. O aparato cerimonial. ....	105
3. O segundo reitorado, de 1799 até 1821. ....	107
3.1. A fonte. ....	108
3.2. A importância das questões externas. ....	110
3.2.1. O ensino secundário. ....	110
3.2.2. O perigo francês e as invasões. ....	116
3.2.3. Benesses. ....	119
3.2.4. A questão médica. ....	120
3.3. A vida universitária. ....	122
3.3.1. O ensino. ....	122
3.3.1.1. Lentes. ....	122
3.3.1.2 Aulas. ....	126
3.3.1.3. Compêndios e publicações. ....	130
3.3.1.4. Uma rígida disciplina. ....	131
3.3.1.5. Desenvolvimento científico. ....	135
3.3.2. A porção administrativa. ....	138
3.3.2.1. Representação institucional. ....	138
3.3.2.2. A complexidade da direção. ....	140
Conclusão ....	143
Fontes e bibliografia. ....	147
Anexos. ....	164
Genealogia relativa a família de D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. ..	165
Imagens. ....	173

Tabelas. ....	193
Gráficos. ....	226
Apêndice documental. ....	240
Índices. ....	260

## Introdução

Para a preferência na escolha do assunto aqui em exposição, privilegiando-o em relação a outros possíveis, centrei-me em três razões que me pareceram decisivas. Em primeiro lugar a importância da personagem em questão. D. Francisco de Lemos acabou por ser, durante a sua longa vida, 87 anos, uma personagem por vezes controversa mas também inegavelmente importante a vários níveis e mesmo decisiva em alguns momentos. Apesar de ter também alcançado e exercido outros cargos, a verdade é que foi como Reitor e Bispo que a sua ação mais se fez sentir em termos temporais: 31 anos como Reitor e 43 como Bispo (sem contar com o período em que foi Vigário Capitular do Bispado de Coimbra, Governador da Diocese e Coadjutor e futuro sucessor de D. Miguel da Anunciação, outros onze anos em que esteve ligado à diocese coimbrã); e também em termos de legado que até nós chegou, capaz de nos dar uma interessante imagem quanto à sua importância nas áreas em que interveio e também quanto à sua personalidade. Não menos interessante é a sua dimensão política. Começando relativamente cedo a deixar-nos pistas sobre a sua intervenção, está quase sempre ligado ao polo decisório, aí intervindo em resultado principalmente da sua posição de Reitor, com assiduidade, em mais do que um reinado.

Em segundo lugar, a minha escolha radica na importância da instituição liderada por D. Francisco de Lemos durante mais de três décadas, a Universidade de Coimbra. O seu impacto local e nacional tornou-a uma instituição decisiva na realidade socioeconómica e política portuguesa. Neste caso específico, marcou a vida da personagem em questão mas também foi por ela marcada. Inicialmente, na sua formação e depois na sua vida profissional, ela foi o palco decisivo na vida de Francisco de Lemos. Isso mesmo se pode ver na clara dedicação que até uma fase bem tardia da sua existência sempre lhe demonstrou.

A terceira razão que pesou nesta escolha prende-se ainda com a Universidade. Francisco de Lemos foi Reitor em momentos cruciais da sua história: o período

pombalino, mais precisamente a Reforma de 1772, e as Invasões Francesas. Podendo, sem dúvida, mencionar-se outras vivências de uma longa existência de 87 anos, estes dois períodos sobressaem categoricamente devido à sua importância nacional e internacional. E Francisco de Lemos foi um interessante e ativo jogador nestas duas marcas do Antigo Regime.

Quanto aos objetivos deste trabalho temos que fazer uma distinção entre o principal e os específicos, embora um e outros se complementem. O principal é inegavelmente o de conhecer melhor a personagem que foi Francisco de Lemos. E este será cumprido através dos mais específicos: num primeiro momento a abordagem biográfica (porque sem conhecer o homem nunca poderemos compreender de forma plena as suas decisões e ações); depois a análise de aspetos essenciais da sua atuação. Neste caso, escolhi debruçar-me apenas sobre a sua faceta de Reitor. O que resultará numa análise dos dois reitorados que acabam por originar um total de trinta e um anos de atividade. Querer atentar, com o pormenor possível, em mais do que uma faceta num trabalho como este, de mestrado, seria uma tarefa demasiado ingrata pela exiguidade do tempo disponível. Sendo assim preferível o debruçar, de forma mais profunda, sobre apenas um tema.

Desta forma a exposição ver-se-á dividida em três momentos que irão ao encontro dos objetivos definidos. No primeiro capítulo intitulado, *Visão biográfico-crítica sobre D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho*, será dada uma maior atenção ao seu percurso de vida. Referindo aqui apenas alguns momentos, procurarei explanar os vários acontecimentos em que se viu envolvido e também responder a alguns problemas. O primeiro deles (*As primeiras letras*) será mesmo procurar entender em que instituição de ensino terá recebido a sua primeira instrução e que ensinamentos aí colheu. Nesta parte foi possível associar um outro problema que mereceu alguma atenção: as razões da sua vinda para Coimbra com apenas 11 anos.

Logo de seguida, *O poder das influências* remeter-nos-á para uma fase diferente mas também com importantes desafios. Nesta irei procurar definir qual a rede de influências (e os seus intervenientes) que produziu a ascensão social e profissional de Francisco de Lemos. Neste contexto, uma das personagens que merecerá uma aprofundada atenção, para além de Pombal, será mesmo o seu irmão João Pereira Ramos que juntamente com o ministro de D. José foi decisivo para a escalada social do jovem Francisco de Lemos. Já em pleno desempenho de funções, *Os derradeiros anos*, transportam-nos para as invasões francesas que acabaram por não ser apenas turbulentas

para o país mas também para o então Reitor. Nesse sentido procurarei definir com maior rigor crítico a sua ida para França e os motivos e contexto que então trabalharam para que tal se desse, tendo sempre em conta os seus próprios testemunhos.

Para esta primeira parte, em termos de fontes primárias, foi possível trabalhar com as matrículas e os registos de atos e graus (para além de outra documentação avulsa) disponíveis no Arquivo da Universidade de Coimbra, cobrindo sobretudo o período de 1748 até 1755, que permitiram traçar o percurso académico de Francisco de Lemos. Mas também, e para uma fase mais adiantada, a pesquisa na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), numa série documental denominada *Documentos referentes ao Marquês de Pombal* permitiu encontrar uma *Relação das exéquias fúnebres à memória de Pombal*, importante para definir o perfil moral de D. Francisco de Lemos.

Fontes importantes para a reconstituição do seu percurso biográfico, estas já impressas, foram também as orações fúnebres pronunciadas por ocasião da morte do Reitor, essenciais por nos darem informações pessoais, pese embora o seu carácter de panegírico. Mas não podemos esquecer o seu testemunho pessoal, a *Exposição dirigida a Sua Alteza Real o Príncipe Regente*, crucial para avaliar a sua própria opinião quanto às Invasões e nos darem conta das vicissitudes da sua viagem a Baiona e Bordéus. Quanto à produção bibliográfica, salientam-se os trabalhos de Bernardo António Serra de Mirabeau e de António José Teixeira e a súmula publicada por Manuel Augusto Rodrigues, assim como o estudo de Genoveva Marques Proença elaborado como tese de licenciatura. A todos farei mais ampla menção no corpo do trabalho.

Quanto à segunda parte deste trabalho, *O intermediário entre o arquiteto e a sua obra: a atuação de D. Francisco de Lemos*, o objetivo será tentar definir qual a ação do Reitor durante a Reforma de 1772. O que me proponho fazer é tão simplesmente procurar definir o que ao mesmo competiu ordenar e fazer. Obviamente que muito da sua ação se deve às ordens de Pombal mas a verdade é que, se atentarmos de forma mais profunda podemos ver que a liberdade e a iniciativa do Reitor foi sempre uma característica bem presente durante todo o período. Para o analisar usei como fonte principal a vasta correspondência trocada entre Pombal e o Reitor de 1772 a 1776, no seu essencial publicada por Teófilo Braga e Manuel Lopes de Almeida. E foi também possível acrescentar a estas mais algumas, inéditas, encontradas na Torre do Tombo (TT), que resultou num total de 131 missivas. Como complemento indispensável, utilizei outra fonte primária já bem conhecida, cotejando-a com as ditas cartas: trata-se da *Relação Geral do estado da Universidade (1777)*, da autoria do mesmo D. Francisco de Lemos.

Em termos de estudos de apoio, destaco o recurso a autores como Fernando Taveira da Fonseca, Ana Cristina Araújo, Teófilo Braga, Manuel Augusto Rodrigues entre outros.

No terceiro capítulo, *O segundo reitorado, de 1799 até 1821*, procurarei expor ao detalhe a sua ação nesta passagem, bem mais longa, pelo comando da Universidade. Aqui deve desde logo ser realçada a grande cumplicidade com o então seu vice-reitor, José Monteiro da Rocha. Como fonte primária irei explorar as *Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho*, fonte que, tendo sido já em parte utilizada, merece ser novamente interrogada. Desta correspondência resultaram 135 missivas, trocadas principalmente pelo Reitor e vice-reitor, as quais, mesmo não cobrindo uma boa parte do período em questão, nos proporcionam uma interessante perspectiva. Mais uma vez foi necessário o confronto com outro tipo de fontes (foi imperioso regressar à já mencionada *Exposição dirigida a Sua Alteza Real o Príncipe Regente*) e o apoio de outros estudos de que destaco, entre outros, os de Maximiano Lemos e João Rui Pita.

Apesar de ter sido possível usar um interessante número de fontes, e variadas, a verdade é que nem sempre foi exequível responder a todas as questões colocadas antes e durante a realização deste trabalho. Assim é necessário ter sempre em conta que qualquer fonte tem as suas limitações e o mesmo aconteceu com aquelas aqui consultadas. Durante a reforma de 1772 varias foram as temáticas que mereceram a atenção dos reformadores, mas apesar disso, as missivas encontradas só foram conclusivas em algumas matérias. Já durante o segundo reitorado, em termos temporais bem mais extenso, a correspondência teve uma forte limitação temporal sendo principalmente importante para uma fase inicial.

Mas, apesar disso foi possível delinear, juntamente com o respetivo cruzamento com outros estudos, algumas linhas essenciais do perfil de D. Francisco de Lemos sobretudo na sua faceta de Reitor da Universidade. Desta forma podemos ver, por exemplo, a profundidade da sua ação durante a Reforma pombalina.

Outra conclusão que merece ser destacada diz respeito às possibilidades que tal investigação ofereceu. O ponto de partida que esta pesquisa nos oferece deve ser entendido como um contributo que deve ser continuamente enriquecido através de novas investigações.

**1. Visão biográfico-crítica sobre D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho.**

*“A opulenta região do Brasil lhe deu o berço, e com justiça o Brazil se jacta menos do seu ouro e diamantes, do que haver produzido Varão tão singular.”<sup>1</sup>.*

---

<sup>1</sup> ROCHA, António José da – *Oração fúnebre que nas exéquias do Excellentissimo e reverendissimo Senhor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bispo de Coimbra, Conde de Arganil, Reformador Reitor da Universidade, celebradas pela Mocidade Académica Recitou o Dr. Fr. António José da Rocha, Lente da Faculdade de Theologia, a 24 de Maio de 1822 na Igreja Cathedral de Coimbra.* Coimbra: Na Imprensa da Universidade, 1822. p. 6.

## 1.1. Origens familiares.

Num primeiro momento, perscrutemos as origens familiares de D. Francisco de Lemos<sup>2</sup>. Embora nascido no Brasil as suas raízes mergulham bem fundo na metrópole. A linha familiar exposta, parte da família dos Coutinhos, embora fosse possível apurar ramos de outras como os Melo, os Azeredo também conhecidos como Azevedo, os Sotomaior e os Faria.

O ramo dos Coutinhos tem como origem o Reino da Galiza. E é em pleno esforço de Reconquista que o Fidalgo D. Rodrigo chega a Lamego para libertar a cidade dos Mouros<sup>3</sup>. Fez-se acompanhar pelos seus dois filhos, D. Garcia Rodrigues da Fonseca seu sucessor e D. Paio Rodrigues da Fonseca, que segundo Felgueiras Gayo, acabou por dar origem à linha dos FONSECAS<sup>4</sup>. Ao sucessor de D. Rodrigo coube acompanhar o Conde D. Henrique e o seu filho na conquista de Lamego. Este serviço foi recompensado por D. Henrique com a concessão do couto de Leomil. D. Garcia Rodrigues da Fonseca, Rico Homem, teve como sucessor D. Egas Garcia da Fonseca, 2º Senhor do Couto de seu pai. E se nestes reside a origem dos Coutinhos, para Felgueiras Gayo o primeiro de todos seria Vicente Viegas<sup>5</sup>, descendente direto de D. Egas Garcia da Fonseca. Mas o sobrenome em questão só acabaria por se immortalizar no seu neto, Estevão Martins, que continuaria então ligado ao Couto dos seus antepassados. Segundo o autor acima referido, “ *e por ser de pequena extensão chamarão Coutinhos aos Senhores delle* ”<sup>6</sup>. Como podemos ver, o nascimento desta família andou lado a lado com o processo de Reconquista e a formação do Reino de Portugal, percurso em que foram atores. Mas os seus serviços à Coroa nunca pararam. Várias foram as gerações que de uma forma ou de outra serviram os sucessivos Reis de Portugal. Vasco Fernandes Coutinho (I) foi Meirinho Mor do Reino na Comarca da Beira. Já o seu filho varão, Gonçalo Vaz Coutinho (I) desempenhou funções de Alcaide Mor de Trancoso e Lamego sendo também Copeiro-mor da Rainha D. Filipa. Mas a este coube, além disso, uma honra mais distinta, a de 2º Marechal do Reino. Fora seu antecessor no cargo, Gonçalo Vaz de Azevedo pai de D. Leonor Gonçalves de Azevedo

---

<sup>2</sup> No decurso da investigação deparamo-nos com outros membros desta família com o mesmo nome. Assinalaremos o facto quando for pertinente. Em anexo é possível ver a linhagem originária de D. Francisco de Lemos.

<sup>3</sup> GAYO, Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Tomo IV. Braga: Edição de Carvalho de Basto, 1989, p. 9.

<sup>4</sup> GAYO, Felgueiras – *Nobiliário de Famílias ...*, Tomo IV, p. 9.

<sup>5</sup> Um seu irmão, D. Pedro Viegas vai acabar por iniciar outra linhagem, a dos Tavares.

<sup>6</sup> GAYO, Felgueiras - *Nobiliário de Famílias ...*, Tomo IV, p. 9.

que foi também primeira esposa de Gonçalo<sup>7</sup>. Desta união nasceu Vasco Fernandes Coutinho (II) que herdou a casa de seu pai e, para além dos títulos herdados, foi também o 1º Conde de Marialva.

Este último teve vários irmãos do primeiro casamento de seu pai mas para esta exposição importa evidenciar apenas um, Fernão Coutinho (I). Este foi avô de D. Branca Coutinho (II) que se casou com Jorge de Melo, outra família não só influente em Portugal como também no Brasil. De D. Branca sabe-se que já faleceu (provavelmente em 1563) no Brasil, mais precisamente em Vitória, Espírito Santo. Mas na verdade já há algum tempo que os Coutinhos tinham entrado em terras brasileiras: “*A capitania da Baía foi doada a Francisco Pereira Coutinho, que em Dezembro de 1536 já ali se encontrava com os povoadores que conseguia encontrar.*”<sup>8</sup>. Este membro da família dos Coutinhos a que aqui é feita referência descende do 1º Conde de Marialva, Vasco Fernandes Coutinho (II)<sup>9</sup>. Uma outra Capitania, a do Espírito Santo, acaba também por ser entregue a um outro membro desta mesma família, Vasco Fernandes Coutinho (V) filho da união de D. Branca Coutinho (II) e Jorge de Melo acima referidos<sup>10</sup>. O que daqui podemos entender é que vários foram os membros, desta e de outras famílias, que optaram por passar a outras zonas do reino muito provavelmente na busca de uma situação privilegiada, mudança esta que acabou por levar à criação da elite colonial em terras brasileiras.

E se na metrópole a elite se distinguia pelos serviços à Coroa, nessas mais longínquas terras do Reino as coisas não eram assim tão diferentes: “*a constituição das elites no ultramar passava pelo serviço do rei [...] A conquista e a defesa da terra, o serviço do rei, a ocupação de cargos administrativos e as mercês régias recebidas em retribuição aos serviços prestados podem aqui ser evocados como critérios de formação e de definição das elites coloniais.*”<sup>11</sup>. Mas esta primeira vaga beneficiou de uma outra

---

<sup>7</sup> Gonçalo Vaz Coutinho casa uma segunda vez após a morte da sua primeira mulher. Desta feita com D. Joana de Albuquerque, resultando desta união quatro descendentes, duas filhas e dois filhos. Um desses filhos chegou mesmo a ser Bispo de Coimbra, D. Luís Coutinho.

<sup>8</sup> SILVA, Beatriz Nizza da – *História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Edições Colibri, 1999. p. 12.

<sup>9</sup> O 1º Conde de Marialva teve como descendente Gonçalo Coutinho que lhe sucedeu no título. Deste último descende Catarina Coutinho que por sua vez casou, em segundas núpcias, com Afonso Pereira, Alcaide Mor de Santarém. Nasceu desta união Francisco Pereira Coutinho que em 1536 recebe a capitania da Baía.

<sup>10</sup> Sobre Vasco Fernandes Coutinho (V) é possível encontrar uma brevíssima súpula em, CORREIA, António Mendes, SERGIO, António, PEREIRA, António Armando Gonçalves, GODINHO, António Maria, ZÚQUETE, Eduardo Martins – *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Rio de Janeiro e Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1936-1960. Vol. VII. p. 954.

<sup>11</sup> BICALHO, Maria Fernanda Baptista – “Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia.”. *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 74.

característica que durante quase duas centúrias os colocou, a eles e aos seus descendentes, como os principais entre todos: “[...] o que é interessante sublinhar é que os conquistadores/funcionários (suas famílias) conseguiram ultrapassar o período da Conquista e se converteram no núcleo da elite senhorial do Seiscentos [...] No após 1620, os descendentes daqueles funcionários [...] se converteriam naquilo que chamo de “nobreza da República”<sup>12</sup>. A influência destes e o seu conseqüente poder, alguns séculos depois, numa altura em que as atividades económicas dos mesmos começavam a afastar-se dos lucros passados, tornou-os aliados perfeitos para que os abastados homens de negócios, ricos mas ausentes de influência, ascendessem socialmente. Acima de tudo, esta prática foi importante pois nela comungavam interesses opostos mas decisivos: “os conquistadores ofereciam ventres, dotes e prestígio para os mercadores e, em troca, conseguiam o tal cabedal. Para o comerciante, este ajuste representava, ainda, maior facilidade de realizar negócios num mercado influenciado pelas melhores famílias da terra.”<sup>13</sup>.

Em terras ultramarinas, o estatuto de elite dos Coutinho reforça-se com a união com os Azeredo nascendo assim os Azeredo Coutinho, também conhecidos por Azevedo Coutinho. Quanto aos Azeredo, também vindos de Portugal e já com uma interessante folha de serviços, podemos lembrar António Rodrigues de Azeredo, “*Escudeiro Fidalgo, e Juiz da Cidade do Porto em 1469, e Chancellor da Provincia de Entre Douro, e Minho*”<sup>14</sup>. Esta família entra na colónia brasileira pelas mãos de Lançarote de Azeredo trineto do já referido António Rodrigues de Azeredo. Entre os vários filhos deste, dois tornaram-se importantes no ultramar, Miguel de Azeredo e Marcos de Azeredo, ambos nascidos em Guimarães. Quanto ao primeiro, “*serviu no Brasil durante 22 anos onde foi Capitão e Governador da Fortaleza de Espirito Santo*”<sup>15</sup>. Já o seu irmão foi “*Moço Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Cap.[itão] da Capitania do Espirito Santo*.”<sup>16</sup>.

Apesar da importância de ambos, o que para esta exposição importa diz respeito

---

<sup>12</sup> FRAGOSO, João – “A Nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)”: [www.revistatopoi.org/numeros\\_antteriores/Topoi01/01\\_artigo02.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/Topoi01/01_artigo02.pdf). (visto em 31-10-2014. p. 65).

<sup>13</sup> FRAGOSO, João – “A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa.”: [http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/joao\\_nobreza\\_bandos.pdf](http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/joao_nobreza_bandos.pdf). (visto em 03-11-2014. p. 13).

<sup>14</sup> GAYO, Felgueiras - *Nobiliário de Famílias ...*, Tomo III, p. 183.

<sup>15</sup> BARATA, Carlos Eduardo de Almeida, BUENO, António Henrique da Cunha – *Dicionário das famílias brasileiras*. Vol. 1. São Paulo: Sociedade Genealógica Judaica do Brasil, 1999. p. 316.

<sup>16</sup> BARATA, Carlos Eduardo de Almeida, BUENO, António Henrique da Cunha – *Dicionário das famílias ...*, Vol. 1, p. 316.

a Marcos de Azeredo, pois este acabou por casar com uma filha de Vasco Fernandes Coutinho (V) referenciado acima, Maria de Melo Coutinho<sup>17</sup>. Desta união nasce Domingos de Azeredo Coutinho casado com Ana Tenreiro da Cunha que por sua vez têm, entre outros, Marcos de Azeredo Coutinho e Melo que continuou a casa de seu pai. Este teve como neto Clemente Pereira de Azeredo Coutinho personagem influente na colônia brasileira, “ *Capitão Mor de Sabará (MG), Senhor do Engenho de Itaúna e Guaxindiba, de sítios na Freguesia de São Gonçalo [RJ], e em Minas gerais, para onde foi em 1709, onde foi Senhor do Engenho do Arraial Velho, junto a Vila Real, e de Nossa Senhora da Conceição, em Sabará. Teve mercê de Carta de Brasão de Armas.*”<sup>18</sup>. É também na pessoa do mesmo Clemente Pereira de Azeredo Coutinho que, através da política de casamentos que pretendia manter o *status*, se dá a união da sua família com uma outra de grande importância, os Sotomaior. O matrimônio acontece com D. Helena de Andrade Sotomaior descendente de uma das mais influentes figuras e mais antigas da colônia brasileira, Amador Bruno (Bueno para alguns) de Ribeira que deixa uma vasta descendência, “ *as mais notáveis famílias das províncias de S. Paulo, Minas, Sanctos e Goiaz*”<sup>19</sup>.

E é como fruto desta relação que nasce a mãe de D. Francisco de Lemos, D. Helena de Andrade Sotomaior. Esta, não fugindo à regra, casa com Manuel Pereira Ramos que apesar de nascido em Portugal, ganha poder e influência na colônia sendo “ *capitão-mor do Rio de Janeiro [...] senhor dos engenhos de Marapicú, Cabuçu, Itaúna, do Gama e outros*”<sup>20</sup>. Para além do já referido D. Francisco de Lemos, nascido a 5 de Abril de 1735, nasceram também, e apenas citando alguns que mais se destacaram, João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho<sup>21</sup>, primeiro filho que, entre outras coisas foi opositor na Universidade de Coimbra. Ou também Inácio de Andrade Sotomaior que foi Mestre-de-Campo, e também Clemente de Lemos de Azeredo Coutinho e Melo<sup>22</sup>. Mas não foram

---

<sup>17</sup> Esta foi fruto do segundo casamento de seu pai, desta feita com Ana Vaz Almada.

<sup>18</sup> BARATA, Carlos Eduardo de Almeida, BUENO, António Henrique da Cunha – *Dicionário das famílias ...*, Vol. 1, p. 316.

<sup>19</sup> MIRABEAU, B. A. Serra de – “D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (Esboço histórico-biográfico)”. *O Instituto, Revista Científica e Litteraria*. Vol. 36, Segunda serie – nº 10, 11 e 12. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1889. p. 598.

<sup>20</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira – “Famílias, poderes locais e redes de poder: estratégias e ascensão política das elites coloniais no Rio de Janeiro (1750 - 1808)”: <http://www.iict.pt/pequenobreza/arquivo/Doc/t5s1-02.pdf>, p. 4. (visto em 23-10-2014).

<sup>21</sup> Mais a frente será oferecido um olhar mais atento quanto à sua importância.

<sup>22</sup> Sobre Clemente de Lemos de Azeredo Coutinho e Melo ver. SOBRINHO, J. F. Velho – *Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro*. Vol. 1. Rio de Janeiro: [s.n.], 1937. p. 700. E também, CORREIA, António Mendes, SERGIO, António, PEREIRA, António Armando Gonçalves, GODINHO, António Maria, ZÚQUETE, Eduardo Martins – *Grande Enciclopédia Portuguesa ...*, Vol. III, pp. 906 e 907.

apenas os irmãos de D. Francisco de Lemos que de uma forma ou de outra se destacaram. É ainda necessário fazer referência a uma figura religiosa de setecentos, a beata Jacinta de São José, prima da personagem aqui em estudo, por parte de seu pai<sup>23</sup>, Manuel Pereira Ramos. O que aqui ficou foram apenas alguns exemplos dos longos e variados tentáculos desta família, tornando-a assim um excelente exemplo de elite local, onde o poder reside não tanto na riqueza mas na influência emanada de vários cargos de prestígio. Mas então podemos perguntar se a situação se manteria aquando do nascimento de D. Francisco de Lemos, ou por outras palavras, os então Azeredo Coutinho mantinham a sua força e o seu *status*? A resposta é positiva. Esta família mantinha-se como uma das principais: “*Não tinham grandes fortunas, porém possuíam acesso ao círculo de poder colonial.*”<sup>24</sup>. Mas esta influência não foi capaz de encobrir alguns aspetos negativos ligados a processos inquisitoriais. Como refere Carlos Eduardo de Almeida e António Henrique da Cunha Bueno na obra já indicada<sup>25</sup>, foi possível identificar oito membros desta família envolvidos em Autos-de-Fé no Rio de Janeiro pelo «*crime de serem judeus*».

Não nos deteremos em esmiuçar os bastidores da família. Mas não poderemos, contudo, deixar de assinalar – e corrigir – uma informação que se afigura errónea. Na busca pelas origens familiares de D. Francisco de Lemos vários foram os locais *on-line*, de carácter genealógico, visionados, que atribuem a paternidade de D. Francisco de Lemos (II), 1º Visconde de Aljezur a D. Francisco de Lemos Reitor-reformador.

Como fica visível na árvore genealógica apresentada em anexo (Linhagem dos Coutinho) é impossível que assim seja. Na verdade, D. Francisco de Lemos (II) é neto de João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho. Este último casou com D. Maria do Cardal Ramalho da Fonseca Arnaut do Ruivo, quinta senhora do morgado de Condeixa, deixando diversos descendentes. Dentre estes evidencia-se Francisco de Lemos Pereira de Faria Coutinho (I) que se destacou como “*Moço Fidalgo, Conselheiro, Desembargador, 3º Senhor do Morgado de Marapicú*”<sup>26</sup>. Casou com Maria Carolina Pinto Coelho da Cunha. E é desta união que nasce D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (II), também

---

<sup>23</sup> MARTINS, William de Souza – “Santidade feminina no Rio de Janeiro setecentista: fragmentos da vida e da experiência religiosa de Jacinta de São José (1715-1768)”: file:///C:/Users/User/Downloads/10482-25980-1-SM.pdf, p. 83 (visto em 16-10-2014).

<sup>24</sup> FRAGOSO, João – “Potentados coloniais e circuitos Imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supercapitanias, no setecentos.”. *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 163.

<sup>25</sup> BARATA, Carlos Eduardo de Almeida, BUENO, António Henrique da Cunha – *Dicionário das famílias ...*, Vol. 1, p. 316.

<sup>26</sup> BARATA, Carlos Eduardo de Almeida, BUENO, António Henrique da Cunha – *Dicionário das famílias ...*, Vol. 1, p. 317.

ele com uma rica folha de serviços: “ *Veador de Sua Magestade a Imperatriz do Brazil; Fidalgo da Casa Imperial, por sucessão a seus maiores; 4º Sr. Do Morgado de Marapicu no Rio de Janeiro; Commendador da Ordem da estrella do Norte, da Suecia; Cavalleiro da Ordem de Christo, do Brazil; Cavalleiro da Ordem de S. Gregorio Magno, de Roma*”<sup>27</sup>. Mas é a partir do seu casamento, desta feita com D. Maria Rita de Noronha, que este membro dos Azeredo Coutinho vai assumir mais um título, o de 1º Visconde de Aljezur: “*Por Decreto de 15 de Setembro e Carta de 23-X-1858, D. Pedro V concedeu a D. Maria Rita de Noronha, o titulo, em sua vida, de Viscondessa de Aljezur e, por Decreto da mesma data, foi autorizado o seu marido a usar o mesmo titulo, que lhe foi confirmado no Brasil, por D. Pedro II, por portaria de 23 de Dezembro do mesmo ano.*”<sup>28</sup>. Deste modo fica então desfeito o erro, pois, como ficou visto, entre os dois homónimos existiu uma ligação familiar. Não foi a de pai e filho mas uma ligação mais distante.

Assim, e concluindo, podemos ver que D. Francisco de Lemos descende de uma importante linhagem que acabou por se dignificar não só em Portugal como também na então colónia.

## **1.2. No caminho das luzes.**

### **1.2.1. As primeiras letras.**

Depois do breve percurso sobre os ascendentes familiares de D. Francisco de Lemos importa agora debruçar-nos sobre o seu próprio percurso<sup>29</sup>. Assim e como acima foi referido, esta visão é acima de tudo de carácter crítico-biográfico resultante da análise e do cotejo de cerca de dezasseis textos de cariz biográfico. Permitimo-nos destacar alguns deles como, por exemplo, a oração fúnebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura<sup>30</sup> (formado em Coimbra e Lente de Teologia) e o Dr. Fr. António José da Rocha<sup>31</sup>, também

---

<sup>27</sup> PINTO, Albano da Silveira – *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*. Tomo 1. Lisboa: Empreza Editora de Francisco Arthur da Silva, 1883. p. 33.

<sup>28</sup> VALDÉZ, Rui Dique Travassos, ZÚQUETE, Afonso – “Titulares Portugueses”. *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Vol. 2. Editorial Enciclopédia Lda., 1960-1984. p. 229.

<sup>29</sup> Em algumas tabelas dos Anexos sintetizamos os factos e momentos mais relevantes da vida de D. Francisco de Lemos.

<sup>30</sup> BOAVENTURA, Fr. Fortunato de S. – *Oração fúnebre que nas solemnes Exéquias do Excellentissimo Senhor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bispo Conde, mandadas celebrar a 20 de Maio deste anno de 1822 da ordem do Illustrissimo Cabido da Igreja de Coimbra, recitada por Fr. Fortunato de S. Boaventura, Monge de Alcobaca*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1822

<sup>31</sup> ROCHA, António José da – *Oração fúnebre que nas exéquias do Excellentissimo e reverendissimo Senhor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bispo de Coimbra, Conde de Arganil, Reformador Reitor da Universidade, celebradas pela Mocidade Académica Recitou o Dr. Fr. António José da Rocha, Lente da Faculdade de Theologia, a 24 de Maio de 1822 na Igreja Cathedral de Coimbra*. Coimbra: Na Imprensa da Universidade, 1822.

ele Lente de Teologia. O testemunho de ambos importa devido à sua contemporaneidade com D. Francisco de Lemos. Para além destes, e numa perspetiva de carácter bem mais rigoroso, destacam-se autores como B. A. Serra de Mirabeau<sup>32</sup>, António José Teixeira<sup>33</sup> ou mesmo Manuel Augusto Rodrigues<sup>34</sup>.

Todos os autores indagados são unânimes relativamente à data e local de nascimento. Assim, podemos dizer que Francisco de Lemos nasceu no dia 5 de Abril de 1735 no morgadio de Marapicú pertencente à freguesia de Santo António de Jacotinga, termo do Rio de Janeiro<sup>35</sup>. Facto este compreensível, pois, como acima ficou exposto, o engenho denominado de Marapicú estava ao cargo de Manuel Pereira Ramos, pai de D. Francisco de Lemos.

Para além disto, contudo, é relativamente pouco ou quase nada o que se sabe dos primeiros anos de vida. Os biógrafos, na sua maioria, permanecem praticamente omissos relativamente ao período que vai até 1746<sup>36</sup>, data em que Francisco de Lemos chega a Portugal mais precisamente à cidade do Mondego. Assim podemos ver que existe um hiato de cerca de 11 anos que abrange a sua infância. Apenas dois autores ousam tentar adiantar alguma suposição: “*natural do Brasil lá estudou as primeiras letras (...)*”<sup>37</sup>; ou: “*Depois de estudar os preparatórios nas escolas dos jesuítas no Rio de Janeiro (...)*”<sup>38</sup>. Se estas afirmações nos parecem adiantar alguma informação, a verdade é que são mais as questões que levantam do que os esclarecimentos que nos oferecem.

Desta forma, e realizando um exercício no sentido de tentar preencher algumas lacunas, procurarei responder a duas questões: em que instituição estudou? Que instrução lhe foi ministrada? Sem acesso a dados concretos, apenas foi viável tentar construir um cenário baseado totalmente em publicações ligadas a temática do ensino no Brasil<sup>39</sup>.

---

<sup>32</sup> MIRABEAU, B. A. Serra de – “D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho ...”.

<sup>33</sup> TEIXEIRA, António José – “Apontamentos para a biografia de D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho.” *O Instituto Revista Científica e Litteraria*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1889. Vol. 37, Segunda serie nº1. (1-16)

<sup>34</sup> RODRIGUES, Manuel Augusto, *Biblioteca e bens de D. Francisco de Lemos e da Mitra de Coimbra*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1984.

<sup>35</sup> RODRIGUES, Manuel Augusto – *Biblioteca e bens...* pp. V.

<sup>36</sup> Acontecimento este, que também aparece como aceitável em todas as fontes consultadas.

<sup>37</sup> PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. Reitor da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Dissertação para a licenciatura em Ciências Histórico e Filosóficas, 1955. p. 3.

<sup>38</sup> PEREIRA, João Manuel Esteves, RODRIGUES, Guilherme – *Portugal: Dicionário Histórico, Chorográfico, Biográfico, Bibliográfico Heráldico, Numismático e Artístico*. Lisboa: João Romano Torres & C.<sup>a</sup> – Editores, 1911, p.626.

<sup>39</sup> Sobre este tema uma obra parece essencial: LEITE, Serafim – *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Livraria Portugália, 1938-1950. Os seus dez volumes continuam a servir de base para muitos estudos sobre o ensino no Brasil.

Na demanda necessária para o esclarecimento das questões levantadas tornou-se indispensável uma procura pelas instituições de ensino na cidade natal do futuro reitor. Como acima foi referido, este teria iniciado o seu percurso de aprendizagem numa instituição de ensino jesuítica o que não era de estranhar, pois, apesar de outras ordens religiosas marcarem presença no Brasil esta manteve a predominância<sup>40</sup>. A vertente messiânica, que seria o fundamento da sua ação<sup>41</sup>, não seria apenas alcançada pela conversão mas também pela educação: “*A vertente da educação jesuítica mais empregada na Europa, porém também utilizada por eles nas novas terras descobertas, foi a de colégios destinados à educação de líderes, da elite, abrangendo, além das escolas elementares, o ensino considerado hoje dos níveis secundário e superior.*”<sup>42</sup>.

Já quanto ao ensino ministrado temos que ir um pouco mais longe para entender as suas finalidades, pois, como já vimos não era só de instruir que se tratava: “*a educação em todo o Estado do Brasil continuou sendo predominantemente a jesuítica, existente em duas vertentes: a missionária, nas aldeias administradas (que tentava substituir a cultura indígena pela europeia ocidental cristã [...] e a mais elevada dos colégios urbanos, esta sim maioritariamente jesuítica*”<sup>43</sup>. Como também fica patente, apenas nos interessa o segundo tipo apresentado na citação.

Centrando a análise na realidade do Rio de Janeiro temos que recuar até 1567 aquando da chegada de alguns padres jesuítas<sup>44</sup>. Entre este grupo situava-se uma personagem bem conhecida do ensino do Brasil colonial, Manuel da Nóbrega, que ia com a função de assumir o reitorado do Colégio que então se erguia.

Vítima de vários atrasos, só é terminado em 1573, ano em que se iniciam as aulas já sem Manuel da Nóbrega que havia falecido entretanto<sup>45</sup>. Em termos de oferta pedagógica começou por disponibilizar ensinamentos (rudimentares) como, “*ler, escrever e algarismos*”<sup>46</sup>. Mas esta oferta acabou por, gradualmente, ser enriquecida. Logo no ano seguinte foi criada uma classe de Humanidades e já quase uma década

---

<sup>40</sup> CALMON, Pedro – *História social do Brasil. Espírito da sociedade colonial*. Tomo 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 117.

<sup>41</sup> CALMON, Pedro - *História social do Brasil...*, pp. 118.

<sup>42</sup> NUNES, Antonietta d’Aguiar – “A formação Universitária na Bahia desde os tempos coloniais.”. *Universidade Federal da Bahia. Do século XIX ao século XXI*. Vol. I. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 24.

<sup>43</sup> NUNES, Antonietta d’Aguiar – “A formação Universitária na Bahia ...”, p. 27.

<sup>44</sup> LEITE, Serafim – *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo 1 Lisboa: Livraria Portugália e Civilização Brasileira, 1938. p. 398.

<sup>45</sup> LEITE, Serafim – *História da Companhia...*, p. 400.

<sup>46</sup> MOACYR, Primitivo – *A instrução e o Imperio. Subsídios para a história da educação no Brasil. 1823-1853*. Vol. I. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 11.

passada a oferta incluía também Teologia Moral<sup>47</sup>. Uma outra competência que desde cedo se fez sentir em tais instituições foi o ensino do latim. Tal como no continente “*há um conjunto de centros subsidiários que se hierarquizam segundo a capacidade que conferem de acesso ao ensino universitário: um primeiro nível, constituído pelos que proporcionam a preparação na latinidade*”<sup>48</sup>. O destaque de tal ensinamento importa, por ser a única exigência para a admissão em Cânones, curso que virá a ser seguido por Francisco de Lemos em Coimbra. Um outro dado interessante capaz de nos ajudar a crer que aquando da sua chegada a Coimbra já tinha na sua carteira intelectual o latim é o facto de considerarmos a corrente de estudantes oriundos do Brasil que fizeram a sua entrada na Universidade entre 1721 e 1771, num total de 1152 alunos, sendo que 314 vinham da zona de Rio de Janeiro<sup>49</sup>. Francisco de Lemos não é caso isolado e estes números ajudam a compreender a importância deste Colégio que como os demais instituídos pelos jesuítas em terras coloniais foram determinantes para os colonos, pois funcionaram como acesso à única formação disponível<sup>50</sup>.

A instituição referida manteve-se em atividade durante todo o período aqui em questão e é assim muito provável que tenha sido nela que Francisco de Lemos tenha feito a aprendizagem das primeiras letras. Tanto mais que (se voltarmos até ao período da criação do colégio) podemos ver que a Capitania que pertencia à família dos Coutinho, a do Espírito Santo, ficou desde muito cedo ligada a esta instituição de ensino: “*foi dotado por D. Sebastião para cinquenta [alunos], com uma renda anual de dois mil e quinhentos cruzados, pagando-se os 2.000 na Bahia, ainda que mal e tarde, e os quinhentos na Capitania do Espirito Santo.*”<sup>51</sup> O processo de manutenção e fortalecimento do *status* das elites coloniais teria o seu início e raiz na própria colónia.

A segunda questão prende-se com o tipo de instrução recebida por D. Francisco de Lemos. Como vimos de forma breve, a oferta curricular oferecida ia desde o ensino mais básico, o elementar, até ao conferente de grau. A vontade de criar uma Universidade

---

<sup>47</sup> LEITE, Serafim – *História da Companhia...*, p. 401.

<sup>48</sup> FONSECA, Fernando Taveira da – “O saber universitário e os universitários no Ultramar.”. *História da Universidade em Portugal*. 1º Volume. Tomo 2. (1537-1771). Coimbra: Universidade de Coimbra; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. p. 1019.

<sup>49</sup> FONSECA, Fernando Taveira da – “Scientiae thesaurus mirabilis: estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra (1601-1850)”. *Revista Portuguesa de História*. Tomo XXXIII. Volume II. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Instituto de História Económica e Social, 1999. p. 536, ver quadro 3.

<sup>50</sup> AZEVEDO, Ana Maria de – “O contributo dos Jesuítas para o povoamento da região Platina.”: file:///C:/Users/User/Downloads/regiaoplatina011\_anamariadeazevedo%20(1).pdf, p. 10 (visto em 30-11-2014).

<sup>51</sup> AZEVEDO, Ana Maria de – “O contributo dos Jesuítas ...”, p. 9.

na colónia chama a atenção para uma gama variada de possibilidades<sup>52</sup>. Mas a idade com que Francisco de Lemos deixa a sua terra natal leva-nos a concluir que não terá ultrapassado os níveis mais elementares, incluindo provavelmente o latim.

Que motivos estarão na base da sua vinda para Coimbra? Nesta exposição pomos de lado as ideias de ver um destino traçado e intuído<sup>53</sup>, ou de uma resolução meramente pessoal<sup>54</sup>. Em pesquisas recentes foi possível estabelecer padrões tendo em conta os vários estudantes da Universidade de Coimbra oriundos das colónias. E é através de um desses modelos que é possível explicar a mudança de D. Francisco de Lemos para a cidade do Mondego: “(...) a presença desses estudantes na instituição [universidade] como resultantes de escolhas que se conectam às estratégias de reiteração de status e de ascensão política e social dos diferentes grupos e famílias atuantes nessa sociedade.”<sup>55</sup>. Desta forma podemos ver que a mudança obedece a um imperativo social imposto pela necessidade de manter o *status* da família dos Coutinhos, mas não só. Na primeira metade de setecentos várias foram as famílias que, obedecendo ao preceito da época, enviaram os seus filhos para a Universidade coimbrã para aí se ocuparem em seguir, maioritariamente, cursos que os encaminhavam para a carreira judicial (advocacia e magistratura<sup>56</sup>). E o que pode ainda reforçar esta ideia é o facto de que D. Francisco de Lemos não foi, na sua família, caso isolado: “[o] capitão-mor do Rio de Janeiro Manuel Pereira Ramos de Lemos Faria [...] enviou seus três filhos à Universidade de Coimbra, dois dos quais se tornariam eminentes jurisconsultos do reino”<sup>57</sup>. Os irmãos aqui referidos, são João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho e Clemente de Lemos de Azeredo Coutinho e Melo. Ambos tiveram o mesmo trajeto, iniciaram os seus estudos no colégio jesuíta do Rio de Janeiro e depois de completarem os primeiros ensinamentos partiram para Coimbra para aí seguirem as suas respetivas carreiras<sup>58</sup>.

---

<sup>52</sup> Para saber mais sobre este tema consultar, LEITE, Serafim – “O curso de Filosofia e tentativas para se criar a Universidade do Brasil no século XVII”. *Revista Verbum*. Tomo V – Fasc. 2. Rio de Janeiro: Universidade Católica, 1948, e também, FONSECA, Fernando Taveira da – “O saber universitário ....”, 1025 e ss.

<sup>53</sup> “Logo na aurora dos annos, com pressago animo, entrou na carreira das Letras, deixando os lares paternos, e arrostando os medos e os perigos do Oceano para vir em a nossa Athenas fazer util colheita de saber e luzes.”, ver, ROCHA, António José da – *Oração fúnebre ...*, pp. 6 e 7.

<sup>54</sup> “A ânsia de saber levou-o a pôr de parte os receios da travessia atlântica e abandonar os lares paternos apenas com 11 anos de idade.”, ver, PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos de Faria ...*, p. 3.

<sup>55</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira – “Famílias, poderes locais e redes ...”, p.2.

<sup>56</sup> FONSECA, Fernando Taveira da – *A Universidade de Coimbra (1700-1771). Estudo social e económico*. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1995. pp. 277 e 278.

<sup>57</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira – “Famílias, poderes locais e redes ...”, p. 4.

<sup>58</sup> SOBRINHO, J. F. Velho – *Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro*. Vol. 1. Rio de Janeiro: [s.n.], 1937. pp. 696 e 700 respetivamente.

O que daqui podemos concluir é que, se D. Francisco de Lemos vem para Coimbra em 1746, não o faz por qualquer força do destino nem por algum imperativo meramente pessoal, mas sim por estratégia familiar cujo fundamento seria conservar o *status* de elite colonial que detinham. E igualmente que as estruturas de ensino existentes no Brasil não eram suficientes para permitir a consolidação desse desiderato.

### 1.2.2. A senda académica.

Como ficou manifesto, a estratégia familiar terá sido decisiva para que o jovem discípulo, e os seus irmãos, tivessem o seu itinerário definido quanto às instituições de ensino que frequentaram. Uma outra questão se pode colocar, como é a da escolha da área de estudo: terá sido também determinada por essa estratégia? Antes de abordarmos esta questão convém não esquecer que, aquando da chegada a Coimbra, Francisco de Lemos tem apenas 11 anos. Parece portanto ser ainda demasiado jovem para ingressar na instituição universitária. Durante este período na cidade do Mondego teve como tutor e principal influência o seu irmão mais velho, João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho<sup>59</sup>. A este incumbia a árdua tarefa da orientação em todas as matérias que preenchem a vida de um pré-adolescente que se preparava para caminhar no sentido de uma educação privilegiada. Melhor não podia ser o tutor escolhido. À época, o seu irmão mais velho era opositor na Faculdade de Cânones<sup>60</sup>. E como procurarei explicitar mais adiante, muito provavelmente ele teve uma influência decisiva em muitos dos mais importantes momentos da vida de D. Francisco de Lemos. Centremo-nos então no percurso académico deste último.

Como acima ficou exposto, a chegada a Coimbra data de 1746 e, por sua vez, a sua matrícula em Instituta realizou-se dois anos após essa data, em 23 de Janeiro de 1748<sup>61</sup>. Desta forma podemos ver que ele inicia o seu percurso universitário aos 13 anos de idade. A cadeira em questão, Instituta, era transversal a todos os que se inscrevessem

---

<sup>59</sup> Este já tinha feito o seguinte percurso como estudante na Universidade: Instituta: 01/10/1739; Matrículas (em Cânones): 01/10/1740; 01/10/1741; 01/10/1742; 01/10/1743; Bacharel: 07/06/1743; Exame privado: 03/07/1744; Doutoramento: 19/07/1744. (Arquivo da Universidade de Coimbra - AUC – *Atos e Graus. 1742-1743. Vol.77.* (AUC-IV-1ª-D-1-2-20). fl. 46v, e também, *Atos e Graus. 1743-1744. Vol.78.* (AUC-IV-1ª-D-1-2-21). fl. 153 e 179.

<sup>60</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de – “Biographia dos Brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc. D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho.”. *Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de J. E. S. Cabral Impressor do Instituto Hist. E Geog. Brasileiro, 1840. Tomo II. Nº 5 de Abril. p. 48.

<sup>61</sup> AUC – *Matriculas. 1748-1749. Vol. 66.* (AUC-IV-1ªD-1-4-19). fl. 313. Os restantes registos na Universidade podem ser visualizadas em Anexo no espaço *Imagens*.

nos cursos jurídicos e, por meio dela, adquiriam os ensinamentos iniciais nesta área. O pequeno texto do registo de matrícula assinala que ele apresentou “*certidão de Latim*”<sup>62</sup>. Trata-se do preenchimento de um requisito normal, e também único, para ingressar na área jurídica<sup>63</sup>. A obtenção dessa certidão estava subordinada à prestação de um exame no Colégio das Artes<sup>64</sup>. Como acima já vimos, esta competência já teria sido trazida de terras coloniais. E o facto de grande parte dos autores que vimos seguindo referirem que antes do ingresso universitário e após a chegada a Coimbra o jovem Francisco de Lemos seguiu os estudos de humanidades<sup>65</sup>, não põe em causa o facto de que a instrução na latinidade não seja já anterior, pois como já vimos, o ensino colonial já à época preparava para *voos* mais altos. Francisco de Lemos terá aqui continuado e aperfeiçoado a sua formação.

Como já vimos, a cadeira de Instituta ocupou todo o ano de 1748 abrindo assim as portas para formação em Cânones. Nesta faculdade, à época tal como as restantes regida pelos *Estatutos Velhos*, oferecia como *alimento* curricular, “*as normas do Corpus Iuris Canonici*”<sup>66</sup>. A matrícula seguinte já diz respeito ao primeiro ano em Cânones, 1 de Outubro de 1749, desta feita já com 14 anos de idade<sup>67</sup>. No ano seguinte mais precisamente em 1 de Outubro de 1750, surge a segunda matrícula<sup>68</sup>. A informação arquivística obtida é congruente com o que relatam os biógrafos.

O percurso assim iniciado, de raiz escolástica que só a reforma de 1772 virá alterar, contava com sete cadeiras, cinco consideradas maiores, Cátedras, e duas menores, Catedrilhas. No seu conjunto englobavam, “*duas cadeiras de Decretais (a de prima e a de véspera), uma de Decreto (a de terça) e uma de Sexto (a de noa) [...] ainda, uma cátedra de Clementinas, que se lia depois do Decreto, e duas catedrilhas de Decretais, uma delas professada de manhã, à hora que se liam as Clementinas, e a outra depois da*

---

<sup>62</sup> AUC – *Matriculas...*, fl. 313.

<sup>63</sup> FONSECA, Fernando Taveira da – “O saber universitário ....”, p. 1017.

<sup>64</sup> FONSECA, Fernando Taveira da – “A dimensão pedagógica da Reforma de 1722, alguns aspectos.”. *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000. p. 45.

<sup>65</sup> Citando apenas um, RORIGUES, Manuel Augusto – *Biblioteca e bens de D. Francisco de Lemos...*, p. V.

<sup>66</sup> COSTA, Mário Júlio de Almeida – “O Direito (Cânones e Leis)”. *História da Universidade em Portugal*. 1º Volume. Tomo 2. (1537-1771). Coimbra: Universidade de Coimbra; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. p. 826.

<sup>67</sup> AUC – *Matriculas. 1749-1750. Vol. 67.* (AUC-IV-1ºD-1-4-20). fl. 100. Em anexo é possível ver o registo a que aqui se alude.

<sup>68</sup> AUC – *Matriculas. 1750-1751. Vol.68.* (AUC-IV-1ºD-1-4-21). fl. 96. Em anexo é possível ver o registo a que aqui se alude.

*lição de véspera.*”<sup>69</sup>. Toda esta oferta curricular obedecia a um ritmo muito próprio onde as horas canónicas apareciam como uma importante menção. Desta forma, para melhor entender o padrão usado podemos recorrer ao mesmo autor: “*a de prima era ao romper da manhã, seguindo-se-lhe a de terça (tertia); da parte da tarde, retomavam-se as lições com a de noa (nona) e encerravam-se com a de véspera ou, ainda, com uma aula pós-vespertina, pelo cair do dia.*[Os Estatutos] *determinavam que as lições de prima, desde a abertura do ano lectivo até Domingo de Ramos, começassem às «sette horas e mea», e, da Páscoa em diante, às «seis horas e mea». Estabeleciam, também, que a docência da tarde, iniciada com a cadeira de noa, principiasse, até ao dia 11 de Março, às «duas horas depois de meo dia», e, a partir dessa data, às «trez horas».*”<sup>70</sup>.

As lições eram ministradas em Latim como língua oficial<sup>71</sup>, ficando agora compreensível o porquê do comprovativo passado pelo Colégio das Artes. As aulas tinham a duração de uma hora, à exceção de Prima com mais meia hora do que as restantes<sup>72</sup>. Daqui há a realçar não só o que se ensinava mas também a forma como se lecionava. O professor/lente expunha e comentava passos específicos dos textos (neste caso do *corpus iuris canonici*) enunciando as diversas interpretações e orientando os discípulos.

O registo seguinte que conseguimos localizar data de 17 de Março de 1753<sup>73</sup>, e diz respeito à obtenção do grau de Bacharel<sup>74</sup>. A Formatura, por sua vez, data de 25 de Maio do mesmo ano<sup>75</sup>. Este último ato estava revestido de toda a importância, pois funcionava acima de tudo como uma licença profissional: “*Sem o acto da formatura, como determinavam os Estatutos, «nenhum Letrado pode usar de suas letras».*”<sup>76</sup>. Após esta autorização outros graus se seguiam. A Suficiência exigia mais um ano de estudo no qual ainda eram englobados mais dois momentos, a Aprovação e a Repetição. Quanto ao segundo não foi possível encontrar nenhuma indicação, apenas podemos concluir que foi realizado devido aos dados existentes do terceiro grau acima referido. Assim, quanto à

---

<sup>69</sup> COSTA, Mário Júlio de Almeida – “O Direito ...”, p. 826. Seguimos na exposição do currículo, a síntese elaborada por este autor que reproduz, no essencial, o conteúdo dos Estatutos da Universidade de Coimbra – *Estatutos da Universidade de Coimbra, (1653)*, reed. de 1987, Coimbra: Por Ordem da Universidade.

<sup>70</sup> COSTA, Mário Júlio de Almeida – “O Direito ...”, p. 827.

<sup>71</sup> COSTA, Mário Júlio de Almeida – “O Direito ...”, p. 828.

<sup>72</sup> COSTA, Mário Júlio de Almeida – “O Direito ...”, p. 828.

<sup>73</sup> AUC – *Actos e Graus. 1735-1754. Vol.88.* (AUC-IV-1<sup>o</sup>D-1-2-31). Em bloco anexo não numerado.

<sup>74</sup> Em anexo é possível ver o registo a que aqui se alude.

<sup>75</sup> AUC – *Actos e Graus. 1735-1754. ...*, Em bloco anexo não numerado. Em anexo é possível ver o registo a que aqui se alude.

<sup>76</sup> COSTA, Mário Júlio de Almeida – “O Direito ...”, p. 828.

Suficiência, foi adquirida em 30 de Junho de 1753<sup>77</sup>; já a Repetição data do ano seguinte, a 14 de Junho<sup>78</sup>. Este último exigia especial atenção pois obrigava a um conhecimento de toda a matéria lecionada, “(...) em que se hão de dizer todas as cousas do Direito, mui escolhidas, e apuradas, assim na essencia, e verdade, como na ordem, e allegação: porque he acto sem ponto, que se tem no livro, e texto, que cada hum quer e se vai ordenando por todo o tempo de estudo.”<sup>79</sup>.

A seguir vinha um dos mais importantes testes que os alunos de Cânones tinham no seu caminho, o Exame Privado, neste caso realizado em 24 de Julho de 1754<sup>80</sup>, antes do Doutoramento. Terminada mais esta etapa restava mais um importante grau para adquirir, o de Doutor. Desta forma, D. Francisco de Lemos faz o seu doutoramento a 24 de Outubro de 1754<sup>81</sup>, terminando assim o seu percurso académico apenas com 19 anos de idade.

Terminada a apresentação do itinerário académico importa voltar a questão inicial (até que ponto a predileção por determinada área de estudo também não seria pré-determinada pelas mesmas exigências acima referidas?). Em primeiro lugar importa lembrar que Francisco de Lemos pertencia a uma determinada elite e como consequência disso teria não só um caminho a percorrer como também um objetivo a alcançar. E importa ainda salientar que o seu tutor, o seu irmão mais velho, já se tinha também ele doutorado em Cânones e, por sua vez, um outro irmão, Clemente de Lemos de Azeredo Coutinho e Melo, faz percurso idêntico. O que daqui conseguimos compreender é que não se trata de casos isolados, pelo contrário, todos obedeciam a uma estratégia pensada. O que agora podemos perguntar, é o porquê desta formação em Cânones.

A resposta pode estar na maior abrangência da formação canonística: “*Besides applying for royal service, graduates in Canon Law had great expectations in the profitable world of ecclesiastical benefices, for which canonistic studies were a specific preparation.*”<sup>82</sup>. O que daqui podemos concluir, depois do que anteriormente ficou

---

<sup>77</sup> AUC – *Actos e Graus. 1735-1754.* ..., Em bloco anexo não numerado. Em anexo é possível ver o registo a que aqui se alude.

<sup>78</sup> AUC – *Actos e Graus. 1735-1754.* ..., Em bloco anexo não numerado. Em anexo é possível ver o registo a que aqui se alude.

<sup>79</sup> FONSECA, Fernando Taveira da – *A Universidade de Coimbra (1700-1771)* ..., p. 62.

<sup>80</sup> AUC – *Actos e Graus. 1735-1754. Vol.88.* (AUC-IV-1<sup>o</sup>D-1-2-31). fl. 111. Em anexo é possível ver o registo a que aqui se alude.

<sup>81</sup> AUC – *Actos e Graus. 1754-1755. Vol.89.* (AUC-IV-1<sup>o</sup>D-1-2-33). fl. 146 e 146v. Em anexo é possível ver o registo a que aqui se alude.

<sup>82</sup> FONSECA, Fernando Taveira da – “The social and cultural roles of the University of Coimbra (1537-1820). Some considerations.”:

exposto, é que este percurso académico ficou condicionado à partida. Isto porque a carreira a seguir significava acima de tudo a necessidade de perpetuar o *status* de elite a que já aludimos.

### **1.2.3. A entrada na Ordem de S. Bento de Avis e o ingresso no Colégio dos Militares.**

Agora importa apresentar um outro itinerário paralelo àquele realizado em Cãnones calcorreado pelo estudante Francisco de Lemos. Continuamos a utilizar as obras já referidas, embora seja necessário destacar a de António José Teixeira que se fundamenta em certidões, datadas de 1773, que expressamente referem as datas de tomada de hábito e de profissão. Quando refiro itinerário paralelo de forma alguma quero dizer que este nos transporte para lá dos limites universitários visto que a instituição em questão foi o Colégio das Ordens Militares, fundado em 1615, que englobava a ordem de S. Tiago da Espada e a ordem de S. Bento de Avis<sup>83</sup>.

Quanto à instituição, que era mais um dos vários colégios anexos à Universidade coimbrã, não existem divergências mas já o mesmo não podemos dizer da possível data de entrada. A primeira referência que Manuel Augusto Rodrigues faz diz já respeito à altura em que tomou o hábito de Freire Noviço da Ordem de S. Bento de Avis<sup>84</sup>, 17 de Maio de 1751, data esta aceite por quase todos os autores e corroborada por António José Teixeira<sup>85</sup>. Mas o que daqui podemos concluir é que a sua estadia na dita ordem é relativamente anterior à data referida<sup>86</sup>. À mesma conclusão chegou uma autora já citada, referindo que a entrada se deu ao mesmo tempo em que ingressa na Universidade<sup>87</sup>.

---

[http://www.brown.edu/Departments/Portuguese\\_Brazilian\\_Studies/ejph/html/issue9/pdf/ffonseca.pdf](http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue9/pdf/ffonseca.pdf), p. 9 (visto em 05-01-2015). Para uma mais ampla consideração da preponderância jurídico-económica, ver, FONSECA, Fernando Taveira da – *A Universidade de Coimbra (1700-1771)* ..., pp. 126 a 136.

<sup>83</sup> Mais sobre este tema em SILVA, João José de Brito e – *Subsídios para a história do ensino em Portugal: notas e documentos*. Coimbra, J. J. B. e Silva, 1920, e também, VASCONCELOS, António de – *Os Colégios Universitários de Coimbra*. Coimbra: Coimbra Editora, Lda., 1938. Para uma perspetiva arquitetónica do espaço físico do Colégio, ver, DIAS, Pedro – *As obras de construção do Colégio conimbricense das Ordens Militares durante o séc. XVII*. Coimbra: Minerva, 1988.

<sup>84</sup> RORIGUES, Manuel Augusto – *Biblioteca e bens de D. Francisco de Lemos...*, p. VI.

<sup>85</sup> TEIXEIRA, António José – “Apontamentos para a biografia de D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho.”. *O Instituto Revista Científica e Litteraria*. Vol. 37 Segunda serie nº1. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1889..., p. 1. Ver especialmente nota 4.

<sup>86</sup> Na matrícula em Instituta e na 1ª matrícula em Cãnones há anotações em que vale a pena atentar: “apresentou-se aos 29 de Julho com despacho do R.mo Sr. Reformador Reitor” (matrícula em Instituta). Na de Cãnones apenas muda a data: “apresentou-se a 24 de Julho...”. Este tratamento de exceção sugere, sem que o possamos contudo afirmar taxativamente, uma ausência cuja duração não sabemos, mas que poderá ser devida ao seu outro percurso na Ordem de S. Bento de Avis.

<sup>87</sup> PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos de Faria* ..., p. 3. O que da afirmação importa é a contemporaneidade de ambas as ações. Quanto à idade apontada pela autora poderá ser discutível. Como vimos, aquando da primeira matrícula, em Instituta, em 1748, Francisco de Lemos não

E de forma a apoiar esta afirmação temos que ter em conta que até alcançar o hábito, qualquer pretendente tem um caminho a percorrer: “*Aos colegiais também se exigia nascimento legítimo [...] Para poderem entrar tinham que ter pelo menos dois anos de experiência nos conventos das ordens implicadas e deviam saber latim.*”<sup>88</sup>. Assim, o que daqui podemos concluir para além da necessária limpeza de sangue é que muito provavelmente a entrada de D. Francisco de Lemos aconteceu aos 13 anos de idade, em 1748-49, ano da matrícula em Instituta, ficando assim mais fácil compreender o facto de, três anos depois, lhe ter sido concedido o hábito de noviço.

Terminado o ano de noviciado Francisco de Lemos alcança o grau seguinte, de Freire Professo da respetiva ordem em 21 de Maio de 1752<sup>89</sup>. Os dados até aqui expostos levam-nos necessariamente a corrigir uma data apontada por D. Maurício. Este autor refere que a entrada no colégio acontece em 1757<sup>90</sup>. E, como vimos, parece não haver fundamento para esta data.

É neste mesmo ano, 1752, que Francisco de Lemos se torna também porcionista no dito colégio. Tal privilégio estava marcado por algumas exigências como por exemplo ter idade inferior a 25 anos<sup>91</sup>, requisito este cumprido, pois, à época contava apenas com 17 anos de idade. Mas as imposições iam ainda mais longe: os lugares de porcionistas “*destinavam-se a pessoas “conhecidamente nobres” [...] Os colegiais deviam não só obter graus na universidade, como opor-se às cadeiras respectivas.*”<sup>92</sup>. Tratava-se efetivamente de instituições destinadas às elites, mesmo que não fossem detentores de um título, como era o caso. A exigência de obter graus começa Francisco de Lemos a cumpri-la, em 1753, quando obtém o de Bacharel.

É neste contexto que se situa a sua progressão para o sacerdócio. No mesmo ano em que faz bacharel, pelas mãos do então Bispo de Macau D. Bartolomeu<sup>93</sup>, recebe a prima tonsura e as quatro ordens menores na Capela de S. Francisco de Borja do Colégio

---

poderia ter 14 anos, pois ele chegou a Coimbra em 1746, aos 11 anos de idade. Portanto, o que podemos concluir é que aos 13 anos de idade deu entrada na universidade, em Instituta, e também na Ordem de S. Bento de Avis. Quanto a este percurso eclesiástico inicial é possível ver uma cronologia nos Anexos, na Tabela 1.

<sup>88</sup> OLIVAL, Fernanda, OLIVEIRA, Luís Filipe – “AVIS, Ordem de”, in *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal*. [s. l.]: Gradiva, 2010. p. 559.

<sup>89</sup> TEIXEIRA, António José – “Apontamentos para a biografia ...”, p. 1. Ver especialmente nota 5 em rodapé.

<sup>90</sup> MAURICIO, D. – “Lemos de Faria Pereira Coutinho (D. Francisco de)”. *Enciclopédia Luso-brasileira de Cultura*. Vol. XI. Lisboa, São Paulo: Verbo, 1998-2003. p. 1741.

<sup>91</sup> PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos de Faria ...*, p. 4.

<sup>92</sup> OLIVAL, Fernanda, OLIVEIRA, Luís Filipe – “AVIS ...”, p. 559.

<sup>93</sup> Sobre Manuel Mendes dos Reis, ou D. Bartolomeu, ver ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*. Vol. III. Porto: Livraria Civilização-editora, 1968 e 1970. p. 625.

dos Jesuítas de Coimbra, no dia 9 de Setembro<sup>94</sup>. Logo de seguida, 1754, ano em que obtém o seu doutoramento em Cânones, passa a colegial a 6 de Setembro<sup>95</sup>. Assim, podemos perguntar até que ponto a presença nesta instituição foi importante. Se esta escolha teve a mão do seu tutor é algo que não podemos diretamente concluir, embora este fosse o responsável por guiar o seu jovem irmão, mas de uma forma ou de outra a escolha foi acertada e benéfica, dada “ *a inegável influência que a pertença aos colégios de S. Pedro e de S. Paulo, ou mesmo ao dos Militares, exercia no desenrolar do cursus honorum dos que haviam sido seus membros (...)*”<sup>96</sup>.

Neste momento pretendi apenas indicar o trilho calcorreado enquanto estudante, pois, no que toca à relação entre D. Francisco de Lemos com as Ordens Militares e com o próprio colégio, ela não acaba por aqui como mais à frente veremos. O que agora importa assinalar são as etapas finais da sua ordenação. Assim, e já após o término do percurso universitário, e num breve período temporal, entre finais de 1759 e princípios 1760, recebeu as ordens maiores de subdiácono (22 de Dezembro de 1759), diácono (31 de Dezembro) e presbítero (13 de Janeiro de 1760)<sup>97</sup>. Foram-lhe conferidas, não em Coimbra mas na capital pelas mãos do Arcebispo de Lacedemónia após licença passada pelo Patriarca de Lisboa<sup>98</sup>.

Em Coimbra, na universidade e no colégio dos Militares, Francisco de Lemos define solidamente o seu futuro: a sua formação é simultaneamente uma plataforma para as carreiras universitária e eclesiástica.

### **1.3. O poder das influências.**

#### **1.3.1. Na alvorada.**

O período que aqui será tratado refere-se à antecâmara do riquíssimo percurso que depois foi percorrido por D. Francisco de Lemos. Em termos temporais estamos a falar de um intervalo que se inicia em 1754, ano do Doutoramento, e termina com o pedido do futuro reitor para a vaga de Deão na Sé do Rio de Janeiro em 1760.

Como já vimos, após adquirir o último grau académico em Cânones continuou a

---

<sup>94</sup> TEIXEIRA, António José – “Apontamentos para a biografia ...”, p. 2. Ver especialmente nota 2 em rodapé. Em Anexo pode ver-se a Tabela 2 relativa ao percurso académico de D. Francisco de Lemos, onde se pode realizar a comparação com o percurso eclesiástico aqui em evidência.

<sup>95</sup> RODRIGUES, Manuel Augusto – *Biblioteca e bens de D. Francisco de Lemos...*, p. VI.

<sup>96</sup> FONSECA, Fernando Taveira da – “O saber universitário ...”, p. 1030.

<sup>97</sup> TEIXEIRA, António José – “Apontamentos para a biografia ...”, p. 2. Ver especialmente nota 4 em rodapé.

<sup>98</sup> TEIXEIRA, António José – “Apontamentos para a biografia ...”, p. 2.

sua estadia no colégio dos Militares agora já na situação – comum a outros doutorados – de opositor, “*esperando que se lhe abrisse a carreira do magistério universitário.*”<sup>99</sup>. Após o bem-sucedido trajeto estudantil o acesso a tal carreira poderia até parecer bem viável, mas as circunstâncias da época assim não o permitiram. Durante o período aqui referido, escasseavam as vagas, o que iria levar a uma espera demasiado longa<sup>100</sup>, mais precisamente até 1765, data em que D. Francisco de Lemos concorre a uma vaga então aberta.

A permanência como colegial, desde 6 de Setembro de 1754, foi acima de tudo uma preparação: “*costumavam os candidatos ao magistério tomar assento nos colégios universitários enquanto esperavam pela entrada no corpo docente*”<sup>101</sup>. Não se tratava contudo de uma espera passiva: os opositores, para além de deverem aperfeiçoar os seus conhecimentos eram compelidos a entrar em concurso - “*opor-se às cadeiras respectivas.*”<sup>102</sup> – quando alguma delas ficava vaga.

Desta forma, quando em 9 de Fevereiro de 1765<sup>103</sup>, num período já bem distinto da sua vida, Francisco de Lemos concorre à vaga aberta para a cadeira de Sexto na Faculdade de Cânones, fá-lo muito naturalmente pela vontade em seguir a carreira de Lente, mas também por um imperativo pré-determinado aquando do seu ingresso como colegial no dito colégio.

Não dispomos de muitas notícias sobre este período da vida de Francisco de Lemos. Podemos, contudo, sem dificuldade, aceitar a reflexão de um dos seus biógrafos que afirma que, nesses anos se entregou “*ao aprofundamento de seus conhecimentos literários e ao aumento de sua erudição.*”<sup>104</sup>.

Tendo referenciado já um acontecimento de 1765 não poderemos deixar de anotar uma outra notícia, anterior, amplamente referida e que marcaria um ponto de viragem na vida de Francisco de Lemos. Ouçamos o seu panegirista, Fr. António José da Rocha: “*achando-se vago o Deado do Cathedral do Rio de Janeiro requereo ser despachado para elle: e foi o unico lugar, que pedio de tantos e tão eminentes, que ocupou no decurso de sua longa vida. Por esta ocasião apresentou o seu requerimento ao Grande Marquez*

---

<sup>99</sup> ALMEIDA, Fortunato de - *Historia da Igreja em Portugal*. Vol. III. Porto: Livraria Civilização-editora, 1968 e 1970. p. 516.

<sup>100</sup> MIRABEAU, B. A. Serra de – “D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho ...”, p. 599.

<sup>101</sup> PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos de Faria ...*, p. 4.

<sup>102</sup> OLIVAL, Fernanda, OLIVEIRA, Luís Filipe – “AVIS ...”, p. 559.

<sup>103</sup> TEIXEIRA, António José – “Apontamentos para a biografia ...”, p. 3.

<sup>104</sup> PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos de Faria ...*, p. 5.

*de Pombal; porém este Ministro encarando-o lhe disse: não lhe convém este emprego, e não limite as suas vistas a tão pouco*<sup>105</sup>.

A citação mais longa foi necessária devido aos desafios que nos coloca. Em primeiro lugar importa referir que faz parte de um elogio cuja contemporaneidade com o assunto tratado serviu de base a quase todos os biógrafos consultados. Como acima vimos, esta proximidade é sem dúvida importante em termos de credibilidade (acabando por ganhar uma evidente força e materializando-se na opinião comum e em vários trabalhos de referência), mas também pode ser alvo de uma visão bem mais crítica devido a essa mesma imediação.

O que pretendo é entender o seu significado. Se tal pedido se efetivou realmente, apenas temos o testemunho do panegirista que o sustenta. Os restantes biógrafos quando se referem a tal facto não apresentam qualquer fonte explícita, já que é referido apenas um requerimento entregue em mãos<sup>106</sup>. Sem que possamos desfazer esta dúvida, restamos apenas procurar os possíveis significados. Importa assim realçar o lugar requerido, o de Deão (de uma Sé ultramarina, embora da zona de origem de D. Francisco de Lemos). Sem pretender desvalorizar a posição, pese embora a possibilidade de se tratar de um cargo com generosos rendimentos e que serviria de plataforma para outros voos, parece não revelar demasiada ambição, como o suposto comentário do Marquês revela. O que podemos compreender é que muito provavelmente entramos de novo, pela mão do panegirista, no campo dos *predestinados* cuja característica a evidenciar é a simplicidade pessoal, que acaba sempre por originar um sentido de missão quanto aos trabalhos que o futuro lhes reserva. O mesmo pode ser visível na citação aquando da referência ao brilhante trajeto que D. Francisco de Lemos acaba por trilhar no futuro. Estas frases capazes de artilhar a personalidade com características louváveis assentam mais uma vez numa vertente onde assumem maior importância o elogio e a admiração<sup>107</sup>. Mais uma vez, contudo, teremos que entender as circunstâncias que envolveram este acontecimento, olhando para este momento de uma outra perspetiva.

Partindo do pressuposto – ou se quisermos, da séria probabilidade – de que tal encontro tenha acontecido, atentemos ao ano em questão, 1760. É logo no ano seguinte

---

<sup>105</sup> ROCHA, António José da – *Oração fúnebre ...*, p. 17.

<sup>106</sup> MIRABEAU, B. A. Serra de – “D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho ...”, p. 599.

<sup>107</sup> António José Teixeira já tinha feito uma chamada de atenção para a mesma questão, ver TEIXEIRA, António José - “Apontamentos para a biografia ...”, pp. 15. Como acima vimos, essa ideia de predestinação parece estar presente em alguns autores principalmente num outro momento da vida de Francisco de Lemos, mais precisamente nas razões que estariam na base da sua vinda para Coimbra. E como também ficou visível, esta viagem teve a sua explicação num contexto bem mais amplo.

que D. Francisco de Lemos inicia a sua preenchiíssima carreira pelas mãos de Sebastião de Carvalho e Melo. Se as nomeações surgem logo no ano imediato ao encontro referido e se não foi possível encontrar nenhuma prova de que ambos já se conheciam anteriormente, então podemos concluir que todo o acontecimento nos poderá querer indicar que no ano de 1760 existe de facto um contacto entre ambos, muito provavelmente o primeiro.

Importa, porém, mais uma vez realçar que temos que ter em conta uma outra peça neste complexo tabuleiro de relações. João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho, o irmão-tutor, era à época um ativo funcionário da coroa e bem conhecido de Pombal. Empregado no “*serviço particular do monarca*”<sup>108</sup>, gozaria, sem dúvida, de uma influência considerável, o que pode muito bem ter funcionado como acesso do seu irmão ao Marquês e, conseqüentemente, à sua futura carreira. Recapitulando: toda a história do requerimento de D. Francisco de Lemos para o cargo de Deão da catedral do Rio de Janeiro tem que ser compreendida não como o fruto de um acaso feliz mas como consequência de um jogo de influências ao serviço de interesses concretos, se aceitarmos a possibilidade muito verosímil da interferência de João Pereira Ramos. O que pode corroborar esta ideia é o facto de que no ano seguinte, 1761, é realizada a primeira nomeação para um cargo. Mas vamos deixar os acontecimentos falar por si.

### 1.3.2. O apogeu.

O que importa realçar do passo anterior traduz-se em duas ideias que a seguir procurarei aprofundar: a influência do seu irmão mais velho como um dos promotores da carreira de Francisco de Lemos; e o encontro de 1760 como primeira ligação do jovem colegial e do ministro de D. José.

Iniciando a exposição pelo primeiro destes tópicos, temos que destacar as sementes que neste sentido já haviam sido lançadas. Genoveva Marques leva-nos para um interessante desafio com a sua questão relativamente às *supostas palavras* de Pombal acima citadas: “*Tinha em vista o Conde de Oeiras corresponder às atenções que o Dr.*

---

<sup>108</sup> Segundo o seu biógrafo J. da C. Barbosa, estava em 1759 em Lisboa, ano em que foi “*ocupado pelo Conde Oeiras (depois Marquez de Pombal) em serviço particular do monarca*” (BARBOSA, J. da C. – “*Biographia dos Brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc. João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho.*”. *Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geographico Brasileiro*. Tomo II. Nº 5 de Abril. Rio de Janeiro: Typographia de J. E. S. Cabral Impressor do Instituto Hist. E Geog. Brasileiro, 1840. pp. 118 a 124 (cit. da p.119).

*João Pereira Ramos lhe dispensava, cumulando de mercês seu irmão? Ou, pelo contrário, a sua intuição psicológica descobriu, em potência nos olhos expressivos de requerente singulares capacidades?”*<sup>109</sup>. Apesar de a autora não se preocupar em responder as suas questões, podemos ver um certo paradoxo na associação de ambas. Em primeiro lugar e quanto à segunda hipótese que coloca, fica patente, como tenho vindo a chamar a atenção, um lado mais apaixonado tendente a elevar a personagem em questão. Nesse sentido, as palavras que utiliza são bem esclarecedoras.

A primeira hipótese situa-se na linha do que temos vindo a afirmar: o papel determinante da posição e da influência de João Pereira Ramos junto de Pombal. Neste mesmo sentido caminhou Fortunato de Almeida no seu comentário ao mesmo acontecimento: “[Pombal] *achou modesta a pretensão e reservou Francisco de Lemos para mais altos destinos, não, talvez, porque já lhe reconhecesse os merecimentos, mas acaso para ser grato ao irmão João Pereira Ramos, pessoa que lhe era tão adicta.*”<sup>110</sup>. E vai ainda mais longe invocando uma cumplicidade que ultrapassa a mera relação de serviço, ligando-a um momento posterior, e assim insinuando a continuidade desta capacidade de influência: “*Condenado D. Miguel da Anunciação por monstruoso processo, em que porventura representou o principal papel João Pereira Ramos, cerzindo falsidades e deturpações de toda a espécie, insinuou o ministro ao cabido de Coimbra que elegeisse vigário capitular Francisco de Lemos*”<sup>111</sup>. Fortunato de Almeida apresenta-nos assim dois momentos distintos da vida do futuro reitor e bispo de Coimbra que, ambos, poderão ter tido em comum a ação do seu irmão mais velho. E em ambos os casos podemos dizer que, se tal influência existiu, foi além de uma mera existência, alcançando uma interessante profundidade.

Até que ponto a sombra do tutor pairou sobre D. Francisco de Lemos? A resposta a esta questão leva-nos inevitavelmente a considerar o próprio percurso de João Pereira Ramos, não de forma exaustiva, mas centrando-nos principalmente no seu desempenho de cariz profissional<sup>112</sup>. Em anexo é possível visualizar uma tabela (Tabela 3) que pode ser explicativa do que pretendo expor.

---

<sup>109</sup> PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos de Faria ...*, p. 6.

<sup>110</sup> ALMEIDA, Fortunato de - *Historia da Igreja ...*, p. 516.

<sup>111</sup> ALMEIDA, Fortunato de - - *Historia da Igreja ...*, p. 516.

<sup>112</sup> Quanto aos aspetos mais diretamente, biográficos ver a obra já referenciada, SOBRINHO, J. F. Velho - *Dicionário Bio-Bibliográfico ...*, pp. 696 e 697, e também, BARBOSA, J. da C. – “Biographia dos Brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc. João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho.”. *Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geographico Brasileiro*. Tomo II. Nº 5 de Abril. Rio de Janeiro: Typographia de J. E. S. Cabral Impressor do Instituto Hist. E Geog. Brasileiro, 1840. pp. 119 a 124.

A sua carreira administrativa e política (João Pereira Ramos virá a falecer apenas em 1799) pode dividir-se em três fases correspondentes aos três reinados de D. João V, D. José e D. Maria (incluindo a regência do futuro D. João VI), três períodos distintos na vida política portuguesa. Em primeiro lugar há a destacar a longevidade de tão completa carreira, mas mais ainda, a capacidade de adaptação. Isto porque tão longo percurso foi transversal a realidades muito diversas, o que é particularmente visível na transição do reinado de D. José para o de D. Maria I. Sendo Pereira Ramos tão próximo de Pombal, e recolhendo de tal relação mercês importantes, a verdade é que a desgraça política deste último não parece tê-lo prejudicado. Após a queda do poderoso ministro continuou, sob as ordens da soberana, a desempenhar várias funções importantes como Conselheiro e Desembargador e o mesmo aconteceu durante a regência de D. João. Como fica evidente, e tendo a tabela referida como base, podemos concluir que estamos a falar de alguém cuja existência para sempre ficará marcada por uma intensa atividade na área política ao serviço da coroa e como tal seria de todo impensável que tal posição não desse também frutos no sentido de promover a ascensão do seu irmão D. Francisco de Lemos. Para além, contudo, deste dado genérico, poderemos alcançar uma melhor compreensão da sua capacidade de influência se refletirmos sobre a natureza da sua ligação com Sebastião José de Carvalho e Melo.

As dificuldades em apontar datas concretas no que se refere ao início da ligação entre ambos, impossibilita alcançar conclusões seguras. Mas um autor, J. da C. Barbosa, indica-nos que após o Terramoto de 1755 João Pereira Ramos foi para Lisboa, e que 1759 terá sido o momento em que o Conde de Oeiras o ocupou no serviço pessoal do monarca<sup>113</sup>, o que implica um conhecimento anterior. Terá sido, além disso, uma ligação importante que, com o tempo, acabou por extravasar do nível profissional. De facto, e ainda segundo o mesmo autor, “*O Doutor João Pereira Ramos, em 1772, cazou-se [...] assistindo como padrinhos o Marquez de Pombal e Aires de Saldanha da Gama*”<sup>114</sup>. O que deste acontecimento nos fica é acima de tudo uma componente bem mais pessoal da relação de ambos, importante para a ideia que aqui é defendida.

É possível, então, compreender que João Pereira Ramos foi, não só devido à sua influência política mas também à sua proximidade com Pombal, um dos fomentadores, porventura o mais importante, da carreira de D. Francisco de Lemos. Aprender este último como uma *criatura* de Pombal de forma alguma é descabido; mas parece também

---

<sup>113</sup> BARBOSA, J. da C. – “Biographia dos Brasileiros distinctos...”, p. 119.

<sup>114</sup> BARBOSA, J. da C. – “Biographia dos Brasileiros distinctos ...”, p. 124.

ter ficado evidente que Pombal teve perto de si alguém que em muito o poderia ter condicionado na concessão das mercês com que agraciou o seu protegido.

O encontro de 1760 entre o jovem colegial e o ministro de D. José marcará, assim, uma clara fronteira entre um certo anonimato e o princípio de uma visibilidade notória sob os auspícios de Pombal e do seu tutor. Vamos então atentar no conjunto de nomeações de que foi beneficiário D. Francisco de Lemos, não sem antes nos darmos conta do clima político que as enquadra.

Alcançada a Secretaria dos Negócios do Reino, em 1756, após a passagem pela Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo inicia a sua demanda em prol do fomento do poder superior da Coroa. Desta forma opta por um *modus operandi* onde as decisões de topo assentavam na sua própria pessoa, o que, em termos práticos se traduzia em “*um domínio total sobre as grandes opções tomadas, tanto ao nível das políticas seguidas, como dos indivíduos a escolher para ocupar os principais lugares.*”<sup>115</sup>. E é exatamente esta parte final da citação que para esta exposição importa. Depois de olharmos para a tabela em anexo (Tabela 4), fica claro que a década de sessenta se apresentou particularmente prolífica para D. Francisco de Lemos. Após assumir o Reitorado do Colégio dos Militares (1761), onde já tinha um percurso como colegial, seguiram-se cargos de relevo como Juiz Geral das Ordens Militares (1767), Deputado da Inquisição (1768) e também da Real Mesa Censória (1768). Todas após a expulsão dos jesuítas e em plena liberdade de movimentos por parte de Pombal, que assim promove o seu grande plano levando-o a vias de facto: “*na linha do que é designado por despotismo esclarecido, pretendia-se reforçar o processo de secularização do Estado, mantendo-o católico, mas libertando-o da pressão ultramontana em questões de jurisdição e afirmando a sua soberania face ao poder pontifício.*”<sup>116</sup>.

No ano em que é nomeado Deputado da Mesa Censória chega também a Desembargador da Casa da Suplicação. A acumulação de cargos não poderá ser entendida, contudo, como excepcional, mas sim como prática corrente<sup>117</sup>, numa linha política direccionada a colocar homens de confiança em locais privilegiados: “*foram remetidos para uma função técnica de supervisão na aplicação da justiça*”<sup>118</sup>. Daí o seu

---

<sup>115</sup> PAIVA, José Pedro – *Os Bispos de Portugal e do Império, 1495 – 1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006. p. 527.

<sup>116</sup> PAIVA, José Pedro – *Os Bispos de Portugal ...*, p. 534.

<sup>117</sup> SUBTIL, José – “Os desembargadores em Portugal (1640-1820)”. *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 256.

<sup>118</sup> SUBTIL, José – “Os desembargadores ...”, p. 273.

papel essencial. Ao preencher as várias intuições com *criaturas suas*, Pombal estava não só a subjugar-las à sua autoridade mas também a submetê-las ao poder do Estado<sup>119</sup>.

O mesmo ano de 1768 acabou por trazer uma outra nomeação, a de Vigário Capítular do Bispado de Coimbra e Governador da Diocese. O que acabou por levar a tal nomeação (como já acima foi referido), deveu-se não só à prisão de D. Miguel da Anunciação que acabou por obedecer a um plano previamente talhado e então posto em prática<sup>120</sup>, mas também à pressão de João Pereira Ramos. Este último teria contribuído ativamente para a prisão do prelado, possibilitando assim a sua futura substituição pelo irmão. Por outro lado e atentando a que a carreira de D. Francisco de Lemos poderia até ter sido em grande parte planeada, podemos ver que, desta forma, Pombal teve um golpe de génio. Assegurando-o como futuro bispo de Coimbra (num processo que começa pela nomeação como governador do bispado e culmina, em 1773, com uma outra nomeação como bispo coadjutor e futuro sucessor), no contexto de uma política de recrutamento episcopal por si monopolizada<sup>121</sup>, e incumbindo-o das funções de Reitor da Universidade, Pombal colocou uma das suas criaturas em dois pontos nevrálgicos para a cidade do Mondego, pondo, desta forma, nas mãos de um dos seus, dois dos mais importantes polos de poder da cidade.

Sublinhando ainda a década de sessenta, não importou a Pombal apenas dominar as várias instituições nutrindo-as com homens por si escolhidos: toda ela ficou também marcada pela promulgação de um “*corpo legislativo que visava a [...] consumação*” de um programa de absolutização do poder régio, especialmente em confronto com o poder eclesiástico<sup>122</sup>. E é desta forma que temos que compreender todas as nomeações de D. Francisco de Lemos realizadas num específico contexto e visando objetivos bem definidos.

Com o início de setenta as benesses mantêm-se. Destas destaca-se o cargo de Reitor em 1770, a que se acrescentou, dois anos depois, o de Reformador<sup>123</sup>. Reconduzido em ambos em 1775, neles permanece até depois da morte de D. José I, abandonando-os apenas em 1779. Estas nomeações enquadram-se na atenção que Pombal dedica ao ensino e aqui, mais uma vez, é necessário notar que estamos perante uma estratégia

---

<sup>119</sup> PAIVA, José Pedro – *Os Bispos de Portugal...*, p. 537.

<sup>120</sup> PAIVA, José Pedro – *Os Bispos de Portugal...*, p. 535.

<sup>121</sup> PAIVA, José Pedro – *Os Bispos de Portugal...*, p. 538.

<sup>122</sup> PAIVA, José Pedro – *Os Bispos de Portugal...*, p. 536.

<sup>123</sup> Os documentos relativos a tais nomeações estão disponíveis em, COSTA, Mário Alberto Nunes – *Documentos para a Historia da Universidade de Coimbra (1750-1772)*. Vol. II. Coimbra: Por Ordem da Universidade de Coimbra, 1961. pp. 228, 229, 231 e 294.

antecipadamente pensada<sup>124</sup>. Desta forma opta por colocar D. Francisco de Lemos num local decisivo logo em 1770: o método foi sempre colocar *os seus* nos lugares a controlar, o que explica também a nomeação, dois anos depois, para Conselheiro da Junta de Providência Literária. Dela faziam parte também o seu irmão João Pereira Ramos, Frei Manuel do Cenáculo, José Ricalde Pereira de Castro, José Seabra da Silva, Francisco António Marques Giraldes e Manuel Pereira da Silva. Na direção da Junta estava o próprio Marquês acompanhado do Cardeal da Cunha.

A tão ilustre agrupamento cabia então *diagnosticar* os problemas da Universidade e ao mesmo tempo pensar nas soluções a aplicar<sup>125</sup>. Daqui saiu primeiramente o *Compendio Histórico* e, por sua vez, os *Estatutos* que substituíram os *Estatutos Velhos*. Atentando nas palavras de Fortunato de Almeida, deste distinto ajuntamento os dois *brasileiros* foram os que mais se destacaram na realização das obras acima referenciadas<sup>126</sup>.

Sintetizando, parece ficar assim claro que o encontro de 1760 terá representado o impulso inicial que lançou Francisco de Lemos na senda de importantes cargos. Ao mesmo tempo foi possível entender que o seu irmão desempenhou um papel importante (e não só neste momento inicial), nem sempre explícito mas seguramente direcionador das decisões de Pombal no que respeita a esta sua criatura. Não pretendo com isto, contudo, questionar as competências e qualidades de D. Francisco de Lemos, pelo contrário. O que entendo é que as nomeações referidas se deram através de um determinado grupo de influências e num contexto específico. As suas capacidades e inteligência estão mais que provadas no desempenho das funções de que foi incumbido. Se exemplos fossem precisos, bastaria pensar na sua ação como Reitor-reformador de que darei conta noutra secção deste trabalho.

### **1.3.3. A queda que a muitos atemorizou.**

O período aqui em foco, como o título indica, refere-se à mudança política ocorrida na transição do reinado de D. José I para a regência de D. Mariana Vitória e reinado de D. Maria I. Vítima do que hoje vulgarmente se identifica por acidente vascular cerebral, ou também como apoplexia, o monarca começa a apresentar-se

---

<sup>124</sup> CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*. 2ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986. Pp. 462.

<sup>125</sup> CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal...*, p. 462.

<sup>126</sup> ALMEIDA, Fortunato de - *Historia da Igreja ...*, p. 516.

irreversivelmente doente em finais de 1776, ano em que se principia a regência (29 de Novembro). Neste momento complicado inicia-se o afastamento, imposto, entre o valido e o enfermo monarca. Começa assim um novo ciclo que após a subida ao trono de D. Maria I, muitos denominaram como a *Viradeira* (embora se discuta o alcance deste termos e da realidade que pretende identificar). É inegável, contudo que há uma mudança de contexto. Muito provavelmente profundo conhecedor do que o esperava, o Marquês pede a sua demissão poucos dias depois da morte de D. José I (24 de Fevereiro de 1777) embora só fosse aceite em Março do mesmo ano. Desta feita, a minha reflexão caminhará agora num outro sentido: a relação pessoal de D. Francisco de Lemos com Sebastião José de Carvalho e Melo. Ou por outras palavras, qual a relação da *criatura* com o seu *criador*?

O aprofundar dessa relação, aproximando ambos, deveu-se muito provavelmente à obra executada na reforma da Universidade. De 1772 a 1776, apogeu da construção, a par e passo com a reorganização administrativa e científica, uma vastíssima correspondência foi trocada entre ambos. Neste amplo rol, uma missiva sobressai: em 1773 o Reitor dirige-se em forma de agradecimento ao Marquês devido à nomeação do seu irmão, Clemente Pereira, como Governador do Maranhão<sup>127</sup>. No mesmo ano, em Maio, e segundo alguns biógrafos, o próprio Reitor decide presentear o seu mentor no 74º aniversário deste com a inauguração da nova Capela do Hospital<sup>128</sup>. E no ano seguinte, 1774, nova mostra de apreço acontece, mas desta vez com a inauguração dos gabinetes de ciências naturais por ocasião do 75º aniversário do Marquês<sup>129</sup>. Gratidão e admiração são os sentimentos que se podem deduzir destas atitudes.

Em 1777, com a morte do monarca cai o seu valido, o que não agourava nada de bom não só para o próprio como também para os seus próximos. D. Francisco de Lemos não foi um dos mais perseguidos pelas intempéries pós-Pombal mesmo tendo-se mantido fiel ao que fora seu protetor<sup>130</sup>. J. J. Carvalhão Santos indica-nos que o prelado consegue escapar com alguma impunidade<sup>131</sup>, mas se assim foi podemos perguntar o porquê.

Fr. Fortunato de S. Boaventura refere que, à época, o trabalho desenvolvido na Universidade já teria um peso determinante, poupando-o às amarguras que outras

---

<sup>127</sup> Em anexo é possível ver a transcrição da missiva de D. Francisco de Lemos e da resposta de Pombal. Ver Doc. 1 e 2 respetivamente.

<sup>128</sup> TEIXEIRA, António José – “Apontamentos para a biografia ...”, p. 5.

<sup>129</sup> MIRABEAU, B. A. Serra de – “D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho ...”, p. 671.

<sup>130</sup> Ação bem diferente teve por exemplo Fr. Inácio de S. Caetano que chegou a Bispo de Penafiel pelas mãos de Pombal.

<sup>131</sup> SANTOS, J. J. Carvalhão – *Literatura e política. Pombalismo e antipombalismo*. Coimbra: Minerva história; 1991. Pp.217.

*criaturas* passaram<sup>132</sup>. Mas esta explicação, só por si, não me parece suficiente (como veremos, o Reitor teve que defender a reforma realizada na Universidade). Se atendermos à obra do Marquês na sua globalidade, vemos que ela ficou marcada pelo afrontamento a dois grupos sociais cujas prerrogativas estavam cimentadas no conjunto da sociedade portuguesa. Ela terá sido “*o primeiro grande abalo sísmico da grande arquitectura sociológica absolutista e clerical que que iria acabar por fazer ruir os seus pilares fundamentais alicerçados na Igreja e na Nobreza das regalias e dos privilégios.*”<sup>133</sup>. Apesar de a obra na Universidade ter sido uma das bandeiras da ação Pombalina podemos ver que, talvez por esta mesma razão, o Reitor tivesse sido poupado em comparação a outros colaboradores de Pombal mais envolvidos no processo que acabamos de referir. O que na prática lhe poderia muito bem ter proporcionado alguma liberdade de ação. Sem nunca ter renunciado à sua ligação nem negado a sua admiração por Pombal, (como também Teófilo Braga entendeu<sup>134</sup>), D. Francisco de Lemos situava-se num domínio apesar de tudo menos polémico. A liberdade de ação que referi teve a sua expressão mais visível aquando do falecimento ex-ministro de D. José.

Em 8 de Maio de 1782, Sebastião José faleceu na vila de Pombal e rapidamente o Reitor teve conhecimento do sucedido. Dirigiu-se então de imediato para lá, rodeado de um vasto aparato consentâneo com o respeito e admiração que dedicava ao Marquês, “*levando consigo os cônegos e beneficiados da Sé Cathedral, a musica da sua capella e os paramentos necessários para ir fazer as exéquias ao grande Ministro.*”<sup>135</sup>. Nessa comitiva encontrava-se também Fr. Joaquim de Santa Clara, Lente de Teologia, que só depois de muita resistência, fruto do receio em se associar ao acontecimento, acatou o pedido do prelado<sup>136</sup>. Ao Lente coube também, a mando do mesmo, recitar a oração fúnebre nas exéquias do Marquês<sup>137</sup>. Em todo o processo exequial o bispo reitor aparece

---

<sup>132</sup> BOAVENTURA, Fr. Fortunato de S. – *Oração fúnebre que nas solemnes Exéquias do Excellentissimo Senhor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bispo Conde, mandadas celebrar a 20 de Maio deste anno de 1822 da ordem do Illustríssimo Cabido da Igreja de Coimbra, recitada Fr. Fortunato de S. Boaventura. Monge de Alcobaça.* Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1822. p.18.

<sup>133</sup> FRANCO, José Eduardo – “Massacres ou martírios do Marquês de Pombal? Memória e mito.”: [http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/4230/massacres\\_ou\\_martirios\\_do\\_marques\\_d\\_e\\_pombal.pdf?sequence=1](http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/4230/massacres_ou_martirios_do_marques_d_e_pombal.pdf?sequence=1) (visto em 11-03-2015). Pp. 289. O autor refere-se ao período liberal, mas o seu juízo pode encarar-se de forma mais genérica.

<sup>134</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra. Nas suas relações com a Instrucção Publica Portuguesa.* Tomo III. Lisboa: Por Ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1989. p. 573.

<sup>135</sup> CARVALHO, Joaquim Martins de – “D. Francisco de Lemos e Fr. Joaquim de Santa Clara nas exéquias do Marquês de Pombal.”. O Conimbricense. Coimbra, nº 5381, ano de 1899. p.3.

<sup>136</sup> CARVALHO, Joaquim Martins de – “D. Francisco de Lemos ...”, p.3.

<sup>137</sup> A oração foi publicada em, [s. a.] – “Oração fúnebre, que nas Exequias do Marquez de Pombal, o 1º deste titulo, recitou o Dr. Fr. Joaquim de Sta. Clara, Religiozo Benedictino.” in *O Investigador Portuguez em Inglaterra, ou Jornal Literario, Politico, &c.* Nº LXXIII (Nº 1, Vol. XIX). Julho, 1817. Pp. 3 à 15. A

como um dos mais ativos intervenientes, participando no longo cerimonial, que se estendeu por três dias<sup>138</sup>. Mas a mão da criatura terá porventura ido mais longe. De quem seria a autoria dos *Sonetos*, da *Relação das Exéquias* e da *Oração Fúnebre*, recitada pelo Lente? E mais ainda, desconhece-se o autor do epitáfio dedicado ao valido<sup>139</sup>. Mas sem mais dados para conclusões de facto, resta apenas expor o resto da ação do antístite. Teófilo de Braga indica-nos que as provas de admiração não cessaram por aqui: o Bispo não se furtou a despesas e gastou cerca de treze mil cruzados na cerimónia fúnebre<sup>140</sup>.

Desta forma ficou evidente um certo à-vontade, misturado com um alto grau de coragem, quanto à mostra de respeito e dedicação por quem catapultou D. Francisco de Lemos para a vida pública. E se este mais uma vez mostrou a sua lealdade, apesar das críticas que logo se fizeram sentir<sup>141</sup>, muito provavelmente fê-lo também devido ao motivo acima referido: se logo na queda de Pombal o ainda Reitor fosse uma das principais visados pelos que contestavam o ex-ministro de D. José e os seus colaboradores, a ação agora exposta poderia muito bem ser diferente. E reforça-se a ideia de grande proximidade entre a criatura e o seu criador que perdurou para além da morte (política e física) deste último.

#### 1.3.4. A cessação de um ciclo.

Ainda no mesmo contexto acima exposto, o Rei, três dias antes da sua morte, tomou uma decisão com repercussões bem relevantes para D. Francisco de Lemos: “«Perdoo ao bispo de Coimbra e mando que se solte logo com todos os cúmplices que estão presos pelas culpas por que se prendeu o bispo»<sup>142</sup>. Desta forma fica bem patente que tudo estaria então para mudar. Logo em 25 de Fevereiro, (D. José falecera no dia anterior), abandona D. Miguel da Anunciação o cárcere e dirige-se pessoalmente à monarca em agradecimento pela sua liberdade<sup>143</sup>. E no mês seguinte é o Reitor que se

---

mesma fonte está disponível na Biblioteca Nacional de Portugal mas outros documentos a complementam como os *Sonetos* e a *Relação das exéquias*. Desta forma decidi transcrever os dois documentos que acompanham a *Oração* e que é possível ver em anexo, Doc. 3 e 4 respetivamente.

<sup>138</sup> PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos de Faria ...*, p. 79.

<sup>139</sup> Genoveva Marques aponta o Bispo como autor mas Teófilo Braga indica que poderia ter sido o Lente de Teologia. Ver PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos de Faria ...*, p. 79, e BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra...*, p.670. O último autor citado traduziu o dito epitáfio do Latim e disponibilizou-o na obra e página referidas.

<sup>140</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra...*, p.670.

<sup>141</sup> PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos de Faria ...*, p. 80.

<sup>142</sup> ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Porto: Livraria Civilização-editora, 1968 e 1970. Vol. II. p. 615.

<sup>143</sup> ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja...*, Vol. II, p. 615.

dirige à capital do Reino, desta feita para a coroação da rainha<sup>144</sup>. Mas a sua permanência em Lisboa irá prolongar-se por um considerável período (29 meses, entre 1777 e 1779<sup>145</sup>). Importa então atentar no porquê de tão longo intervalo: que razões afastaram o Reitor dos seus afazeres na cidade do Mondego?

Numa altura em que era decisivo socorrer a sua ação enquanto Reitor da Universidade durante a Reforma Pombalina, a sua atuação seria porventura mais útil em Lisboa: “*Depois da morte do Senhor Rei D. José, e retiro do Illustre Marquez de Pombal, o novo Ministério pretendeo destruir a Reforma, e sepultar de novo a Nação nas trevas da ignorância e erro, das quaes a tanto custo havia sido libertado*”<sup>146</sup>. É exatamente neste ameaçador contexto que deve ser compreendida a elaboração de uma das obras mais emblemáticas do ainda então Reitor, a denominada *Relação Geral do Estado da Universidade*. Redigida em 1777 é entregue no mesmo ano à monarca e tem como objetivo apresentar o estado da Universidade antes de 1772 e depois da Reforma, até 1777. Com isto, D. Francisco de Lemos opta não só por evidenciar os males que assombravam a instituição universitária até 1772, mas também por apontar tudo o que nela se fez, no sentido de a melhorar. Terá esta sua defesa obtido o efeito desejado?

Os autores consultados permanecem em concordância quanto a este ponto, referindo que tal ação foi decisiva para assegurar que a obra já realizada não fosse posta em causa ou prejudicada. Afastando-nos um pouco de tal consenso, vamos focar-nos em dois factos capazes de no mínimo instalar a dúvida sobre tal conclusão. Em primeiro lugar, dois anos depois, D. Francisco de Lemos acaba por não ver renovado o seu mandato do cargo que então desempenhava na Universidade sendo substituído pelo Principal Mendonça<sup>147</sup>. Tal deveria ter acontecido após 21 de Outubro, pois é entre 29 de Setembro e esta data que a exoneração deveria ter chegado ao ainda Reitor<sup>148</sup>. Portanto, se a sua ação como Reitor não ficou logo terminada em 1777 assim aconteceu definitivamente em 1779, ano da substituição, estancando assim o impulso reformista, já que o reitorado do seu substituto ficou em muito marcado por um retrocesso perigoso: “*governou a Universidade por dois triennios, que foram dois infortúnios seguidos para o andamento regular dos estudos. O serviço académico correu como se não houvesse prelado; a*

---

<sup>144</sup> TEIXEIRA, António José – “Apontamentos para a biografia ...”, p. 6.

<sup>145</sup> ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja...*, Vol. III, p. 516

<sup>146</sup> ROCHA, António José da – *Oração fúnebre ...*, p. 18.

<sup>147</sup> D. Francisco de Lemos terminaria o seu triénio como Reitor em 1778, mas devido ao atraso em escolher o próximo Reitor, a sua saída foi atrasada. Ver CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal...*, p. 505. Nota 22.

<sup>148</sup> TEIXEIRA, António José – “Apontamentos para a biografia ...”, p. 6. Ver nota 3.

*relaxação da disciplina apareceu logo com as desordens que lhe são inherentes.*”<sup>149</sup>. E é exatamente neste sentido que os autores do *Reino da Estupidez* dirigiram a sua obra surgida entre os dois reitorados de D. Francisco de Lemos e que teve como objetivo realçar e criticar esse mesmo atraso<sup>150</sup>.

Portanto, logramos compreender que após a defesa da reforma em 1777 e até 1779 tal obra permanece intocável, concordando assim com os vários autores, mas o mesmo já não se pode dizer depois de 1779 onde se deu um passo atrás principalmente durante o reitorado do Principal Mendonça. Há mesmo quem pense que tal não seria de estranhar que tal construção não teve a profundidade necessária, que a Reforma durara apenas cinco anos<sup>151</sup>.

Mas desta acérrima defesa feita por D. Francisco de Lemos alguns pontos merecem ser realçados. O primeiro já foi sublinhado por Genoveva Marques quando enfatizou uma ideia anteriormente defendida por Teófilo Braga<sup>152</sup>: a de que na *Relação Geral* estaria o embrião da fundação da Academia Real das Ciências<sup>153</sup>. A ideia era a de juntar as valências das faculdades de Medicina, Matemática e Filosofia numa “*Congregação Geral das Sciencias*” dando o exemplo das academias de “*Pariz e de Londres*” como fadoras da “*opulência*” e dos “*melhoramentos*” de França e Inglaterra, e aduzindo a criação da “*Academia de Petresbourg*” como o meio posto em prática por Pedro o Grande para salvar a Rússia até aí imersa nos “*horrores da barbaridade*”<sup>154</sup>. “*Não admira*”, comenta Teófilo Braga, “*que estas palavras actuassem na realização do plano*” levado a cabo pelo Duque de Lafões “*auxiliado por activos elementos da Universidade de Coimbra*”<sup>155</sup>. A ideia não era nova e D. Francisco de Lemos afirma explicitamente que teria até elaborado os estatutos da Congregação Geral da Ciências que se pretendia criar, já em 1772 (deixando-os em Lisboa para serem entregues ao Marquês e revistos), embora estes nunca tenham sido impressos<sup>156</sup>.

---

<sup>149</sup> MIRABEAU, B. A. Serra de – “D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho ...”, p. 677.

<sup>150</sup> MONTEIRO, Ofélia – “Sobre uma versão desconhecida do Reino da Estupidez”: <http://rhi.fl.uc.pt/vol/04/omonteiro.pdf> (visto em 22-01-2014). p. 204. A obra em questão pode também ser consultada para aprofundar a temática exposta.

<sup>151</sup> RODRIGUES, Manuel Augusto – *Biblioteca e bens de D. Francisco de Lemos...*, p. VIII.

<sup>152</sup> PROENÇA, Genoveva Marques – D. Francisco de Lemos de Faria ..., pp. 74 e 75.

<sup>153</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra...*, vol. III, p.599.

<sup>154</sup> LEMOS, D. Francisco – *Relação Geral do Estado da Universidade (1777)*, Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1980, pp.109-110.

<sup>155</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, vol. III, p.599

<sup>156</sup> LEMOS, D. Francisco – *Relação Geral*; BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, vol. III, p. 645.

Quanto ao segundo ponto, não menos importante, fica bem evidente que D. Francisco de Lemos era um profundo conhecedor não só da instituição que defendia mas também do estado do país onde ela se inseria. Quem nos leva a tal conclusão é Rómulo de Carvalho com a seguinte questão, “*Naquele Portugal dos finais do século XVIII, onde encontraria emprego um diplomado pelas Faculdades de Matemática ou de Filosofia, com conhecimentos de Física, de Química e de História Natural?*”<sup>157</sup>. Questão no mínimo pertinente. Mas para o mesmo autor a resposta está na *Relação Geral*, onde o Reitor chama a atenção para o facto de existir uma grande carência de oportunidades para estes formados exercerem o seu ofício, devido a ausência de uma rede de atividades práticas (“*fábricas, minas, casas da moeda, trabalhos de engenharia e cosmografia*”) suficientemente aglutinadora de especializações científicas<sup>158</sup>. A observação do Reitor demonstra bem a sua atenção para com a realidade do Reino e, ao mesmo tempo, para a relevância que a Universidade detinha como abastecedora de gente profissionalmente capaz nas várias áreas.

Mas a sua obra pode ter uma dimensão ainda mais profunda. Para Cândido dos Santos a *Relação* é a base para entender a colocação política e ideológica do Reitor. Situa-o, assim, numa tendência que define como de Jansenismo Regalista, ao pretender que a instituição por ele liderada se afastasse dos métodos escolásticos e optasse por um conhecimento da história da Igreja no sentido mais crítico<sup>159</sup>. Já quanto à sua colocação política, para além de afirmar que defendia o poder real e do conciliarismo, o mesmo autor oferece-nos uma conclusão concisa mas esclarecedora: “*D. Francisco de Lemos é um iluminista. Mas o seu iluminismo não é o das “luzes” francesas [...] É o iluminismo católico [...] a faculdade de pensar é livre, mas essa liberdade tem dois limites: a razão e a religião, não a religião racional, a dos deístas, mas a sobrenatural e revelada.*”<sup>160</sup>.

Retomemos as razões da sua tão longa permanência em Lisboa para acrescentar uma outra. Inicialmente mencionei que o Reitor se recolheu à capital não só para a coroação da monarca mas também para aí melhor defender a sua obra. Não seria descabido, contudo, referir que muito provavelmente a cidade de Coimbra, por essa mesma altura, seria um lugar incómodo ou até perigoso para D. Francisco de Lemos. D. Miguel da Anunciação após a saída da prisão acabou por regressar à sua diocese no dia

---

<sup>157</sup> CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal...*, p. 501.

<sup>158</sup> CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal...*, p. 501.

<sup>159</sup> SANTOS, Cândido dos – *O Jansenismo em Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade, Departamento de História e de estudos Políticos e Internacionais, 2007, p. 39.

<sup>160</sup> SANTOS, Cândido dos – *O Jansenismo ...*, p. 40.

22 de Agosto de 1777. E a julgar pelo aparato de que se revestiu a sua chegada<sup>161</sup>, podemos mesmo dizer que as raízes do ainda então prelado, apesar da ausência forçada, estavam bem profundas. Assim, para D. Francisco de Lemos, ausentar-se da cidade foi acima de tudo uma atitude inteligente que o afastou de uma realidade áspera, muito provavelmente não só por ser fértil em anti-pombalistas mas também atendendo àqueles que permaneciam ao lado do bispo recém-libertado após um processo em que o próprio irmão de D. Francisco de Lemos fora uma peça decisiva. Capaz de entender a realidade que o rodeava toma então a decisão de permanecer fora de Coimbra até a morte do prelado, a 29 de Agosto de 1779<sup>162</sup>. Desta forma, fica bem patente que o contexto que se seguiu à morte de D. José foi deveras complexo. E entendido o perigo então muito real, foi necessário agir. E é dessa forma que temos que entender a ida e a longa permanência na capital do Reino.

#### **1.4. Os derradeiros anos.**

##### **1.4.1. As últimas designações.**

Se continuarmos a atentar para a tabela acima referida (Tabela 4), podemos ver que mesmo após a era de Pombal e do período difícil que a acompanhou, mais três importantes nomeações se seguiram. A primeira, como consequência de mais uma benesse do Marquês que a rainha não derogou foi a de Bispo de Coimbra que automaticamente acarretava consigo dois títulos, Senhor da Coja e Conde de Arganil; depois, a de Reitor-reformador pela segunda vez (1799); e já no final da sua vida a eleição como Deputado pela Província do Rio de Janeiro para as Constituintes. Mas atentemos com um pouco de pormenor neste importante percurso.

A primeira das nomeações – ou melhor, a confirmação de uma mercê antes concedida - está rodeada por uma atmosfera de insegurança, rescaldo ainda da prisão de D. Miguel da Anunciação. Como nos informa Fortunato de Almeida, o Reitor após tomar conhecimento da morte deste (ocorrida em 29 de Agosto de 1779) dirigiu à Rainha uma carta “*pedindo-lhe providências quanto ao governo da diocese*”. Obteve logo resposta a 3 de Setembro do dito ano, vendo confirmada a sucessão no bispado<sup>163</sup>. Manuel Augusto Rodrigues indica-nos que três dias depois é o próprio que escreve para o cabido da Sé de

---

<sup>161</sup> ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja...*, Vol. II, pp, 616 e 617.

<sup>162</sup> ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja...*, Vol. II, p, 619.

<sup>163</sup> ALMEIDA, Fortunato de - *Historia da Igreja ...*, vol. III, pp. 516 e 517. Ver nota 3.

Coimbra informando que iria tomar posse como Bispo daquela diocese<sup>164</sup>. E segundo o mesmo autor datam do dia 12 do mesmo mês as primeiras referências à sua tomada de posse, “*através dum seu procurador, o Deão António Xavier de Brito e Castro, que jurou os Estatutos da Sé perante o presidente do Cabido, José Roiz Mendes.*”<sup>165</sup>

Assim, como consequência, cabia a D. Francisco de Lemos dirigir-se para a diocese que a partir de 29 de Agosto de 1779 era sua por direito da mercê que recebera em tempos mais propícios (a de coadjutor e futuro sucessor do Bispo de Coimbra, em 1773). Mas o futuro bispo, temendo uma situação desfavorável para a sua pessoa, dirige-se a D. Maria I com o intuito de ouvir algumas palavras que garantissem a sua segurança<sup>166</sup>. A resposta às suas preocupações foi rápida, como vimos, mas não tão favorável como o prelado poderia então desejar. A última parte da resposta é especialmente digna de ser realçada (em jeito de reprimenda, como assinala Fortunato de Almeida): “*que as ovelhas que lhe são confiadas achem em Vossa Excelência a mesma saudável doutrina, abrigo e consolação de espírito e caridade, pelo qual se lhes fez tão amável o falecido Bispo seu antecessor.*”<sup>167</sup> Desta mesma citação, para além de compreender qual o ambiente que se vivia então, também fica bem evidente e inteligível o porquê do receio que assombrava o prelado. Tendo tomado posse por procurador, terá vindo para Coimbra só no final do mês de Setembro, encontrando-se na cidade a 28 desse mês de acordo com a informação de António José Teixeira<sup>168</sup>. Uma outra distinção importante que andava anexa à dignidade de bispo era a de Conde de Arganil: “*São Condes de Arganil todos os bispos de Coimbra, por isso designados abreviadamente Bispos-Condes, desde o 20.º prior de Santa Cruz e 36.º bispo de Coimbra, D. João Galvão, por Carta de D. Afonso V de 25-IX-1472.*”<sup>169</sup>. Desta forma, D. Francisco de Lemos aos 44 anos de idade passou a ser 17º Conde de Arganil e 52º Bispo de Coimbra<sup>170</sup>.

---

<sup>164</sup> RODRIGUES, Manuel Augusto – *D. Francisco de Lemos e o Cabido da Sé de Coimbra*. Coimbra: Publicação do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1986. pp. 6 e 7.

<sup>165</sup> RODRIGUES, Manuel Augusto – *D. Francisco de Lemos e o Cabido ...*, p.6.

<sup>166</sup>CORREIA, Mendes António, SERGIO, António, PEREIRA, António Armando Gonçalves, GODINHO, António Maria, ZÚQUETE, Eduardo Martins – *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Rio de Janeiro e Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1936-1960. Vol. XIV. p. 912.

<sup>167</sup>ALMEIDA, Fortunato de - *Historia da Igreja ...*, vol. III, pp. 516 e 517. Ver nota 3.

<sup>168</sup> TEIXEIRA, António José – “Apontamentos para a biografia ...”, p. 6. Ver nota 3. Explicar a sua ação como bispo seria de todo o interesse, mas devido a uma questão de economia de tempo e espaço não foi possível realizar tal tarefa. Tal demanda poderá no futuro levar à realização de um trabalho capaz de elucidar sobre tal faceta.

<sup>169</sup> VALDÉZ, Rui Dique Travassos, ZÚQUETE, Afonso – “Titulares ...”, p. 296. Os mesmos autores chamam a atenção para o facto de que o prelado já utilizaria tal título antes dessa data e que a nomeação real apenas veio tornar oficial o que na prática já estaria a ser praticado.

<sup>170</sup> VALDÉZ, Rui Dique Travassos, ZÚQUETE, Afonso – “Titulares ...”, p. 307.

A nomeação que se segue é já afastada de todo este contexto mas marcada por outros problemas. Se atendermos à opinião de Rómulo de Carvalho, a reforma pombalina dos estudos não ganhara raízes. Este autor chega mesmo a afirmar: “*não será exagero admitir que, após o desaparecimento de Pombal da vida pública, todas as pessoas que ocupavam as posições mais elevadas da Nação estivessem contra as reformas pedagógicas do ministro de D. José*”<sup>171</sup>. Porventura será surpreendente que alguém tão intimamente conotado com elas tenha sido de novo escolhido para cargos decisivos nesse domínio. A maioria dos biógrafos não põe esta questão. Mas B. A. Mirabeau comenta: “*Por este tempo já elle entretinha estreitas relações com os homens de maior importância política, e influía na direcção dos negócios com a autoridade do seu conselho e valimento. Quando em 1794 se tractou da criação da Junta da Directoria Geral dos estudos, foi muito discutida e disputada a sede [...] A intervenção de D. Francisco de Lemos fez com que lhe dessem colocação em Coimbra.*”<sup>172</sup>. No mesmo sentido caminhou já Teófilo Braga ao referir que a ação do prelado foi decisiva quanto à determinação da sede da Junta, para assim desviar esta nova criação do domínio da Academia das Ciências<sup>173</sup>.

Vamos então atentar na conjuntura em questão para melhor conseguir compreender o que acima nos foi apresentado. Quatro anos depois da morte do príncipe D. José, filho primogénito e irmão mais velho do futuro D. João VI, a monarca encontrava-se irreversivelmente doente levando então à regência do seu filho. Neste período complicado marcado pela guerra<sup>174</sup>, acentua-se a censura pelas mãos de um baluarte já bem conhecido, a Igreja<sup>175</sup>. Extinta a Real Mesa sobre o Exame e Censura dos Livros criou-se em sua substituição a Junta da Direcção Geral dos Estudos, acima referida, que acabou por ficar em Coimbra sob a orientação da Universidade. É evidente, contudo, que a principal tarefa deste organismo se prendia com o ensino, num processo de centralização que já vinha a acontecer pelo menos desde 1791<sup>176</sup>. E em 1796 mais um

---

<sup>171</sup> CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal...*, p. 506.

<sup>172</sup> MIRABEAU, B. A. Serra de – “D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho ...”, p. 677.

<sup>173</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 748 e quanto ao atrito institucional ver p. 751.

<sup>174</sup> De 1793 a 1795 decorria a campanha do Rossilhão e pouco depois, já em 1801, dá-se a perda de Olivença resultado do calamitoso confronto com o exército espanhol no Alentejo.

<sup>175</sup> CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal...*, p. 495. Este autor refere o decreto eclesiástico de 14 de Setembro de 1791 “*contra os que comprarem, venderem, lerem, tiverem Livros ou Escritos perniciosos*”.

<sup>176</sup> Com o alvará de 17 de Janeiro de 1791 foi entregue à Universidade a direcção e inspecção dos estudos menores da comarca de Coimbra. Ver CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal...*, p. 497.

passo importante se dá no sentido do reforço da Universidade, onde o epicentro volta a ser D. Francisco de Lemos, desta vez não como influenciador mas como encarregado pelo regente de uma importante tarefa: “*que ellas se possam imprimir, estampar na officina da mesma Universidade, precedendo tão somente a aprovação do Bispo diocesano, a quem deverão ser previamente apresentadas para as rever e censurar pela parte da doutrina que lhe pertencer*”<sup>177</sup>. Ellas eram as teses de Doutoramento feitas na Universidade, que a partir de 2 de Dezembro do dito ano, passavam a estar sob a alçada do ordinário, o Bispo-conde, só depois passando pelo crivo da Congregação da respetiva faculdade, mas ficando assim isentas da supervisão das instâncias censórias comuns<sup>178</sup>. Assim, neste clima marcado pela censura e pela centralização coube ao futuro Reitor um relevante papel começando de novo a apresentar-se como um importante funcionário da coroa. O corolário deste processo terá sido a nomeação para o segundo reitorado, em 1799. Compreende-se assim o que nos refere B. A. Mirabeau: “*convergiram as vistas para D. Francisco de Lemos, como se fôra o unico habilitado para tão importante comissão*”<sup>179</sup> (que irá prolongar-se até 1821 e cessar a pedido do próprio D. Francisco de Lemos<sup>180</sup>).

Como vimos, toda a década de 90 é fértil em acontecimentos envolvendo D. Francisco de Lemos. De tal forma que nos pode levar a questionar até que ponto a escolha que acaba por recair sobre a sua pessoa para retomar o reitorado não seria até planeada bem antes de 1799. Teófilo Braga situa-a no contexto de um processo de reforço da “*preponderância*” da Universidade: “*O reaparecimento do Bispo D. Francisco de Lemos no governo da Universidade, no fim do século, era determinado pela necessidade de manter a preponderância d’aquella instituição e de fixar n’ella a direcção suprema da instrucção publica.*”<sup>181</sup>. Se atentarmos na sucessão dos factos (supervisão e controlo das escolas da comarca de Coimbra (1791), criação da Junta da Directoria (1794), censura das teses universitárias com o consequente controlo da produção científica e ideológica

---

<sup>177</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 742.

<sup>178</sup> Esta intromissão originou conflitos, como referiu Teófilo Braga. (BRAGA, Teófilo – *História da Universidade de Coimbra ...*, p. 742, Ver nota 2.)

<sup>179</sup> MIRABEAU, B. A. Serra de – “D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho ...”, p. 677. O escolhido para a sucessão foi o Dr. Fr. Francisco de S. Luís que acabou por ser nomeado coadjutor e futuro sucessor do Bispado de Coimbra e do cargo de Reitor-reformador. Mas a pedido de D. Francisco de Lemos, muito provavelmente porque a saúde já não ajudava, o seu sucessor passa de imediato a substituí-lo na Universidade.

<sup>180</sup> TEIXEIRA, António José – “Apontamentos para a biografia ...”, pp. 7 e 12. Ver nota 1 em ambas as páginas citadas. A missiva que contém o pedido para a substituição imediata pode ser vista em ROCHA, António José da – *Oração fúnebre...*, pp. 19 e 20.

<sup>181</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 751.

(1796)) poderemos concordar com esta ideia, sem deixar de supor uma ativa intervenção do mesmo D. Francisco de Lemos no sentido de assumir cada vez mais amplas responsabilidades.

Importa realçar que esta nomeação teve outra consequência. Como ficou estipulado em 1794, o presidente da Junta seria o Reitor da Universidade<sup>182</sup>. Assim, a partir de 1799, o regente não estaria apenas a reconduzir o prelado no cargo de Reitor-reformador mas também a conferir-lhe o de presidente da instituição que o Bispo-conde ajudou a sedear em Coimbra e que acabou por funcionar em osmose com a Universidade.

Até aqui ficou visível que a vida do Reitor-reformador foi sem dúvida recheada e bem complexa. Desde 1761 até praticamente ao final da sua vida, 1822, D. Francisco de Lemos manteve-se quase sempre próximo dos polos de poder o que se traduziu numa vasta ação ao serviço da coroa. Apesar de tudo, não terminou os seus dias à frente da Universidade. Em 1821 foi chamado para a vida política ativa, sendo eleito, a 11 de Setembro desse ano, deputado às Cortes gerais e Constituintes, embora nunca chegasse a tomar posse, falecendo pouco depois<sup>183</sup>. Mais uma vez é possível associar a esta eleição uma instituição já bem conhecida pelo eleito, a Universidade. Maria Beatriz Nizza da Silva refere que ele era apenas mais um dos formados por Coimbra que acabou por ser eleito deputado (47,8%)<sup>184</sup>. E no caso do Rio de Janeiro o padrão é ainda mais claro: em 5 dos deputados todos haviam estudado na cidade do Mondego<sup>185</sup>. O período como deputado foi brevíssimo: pouco depois de ter sido eleito e posteriormente convidado a tomar o seu lugar, acaba por se dirigir ao secretário da câmara João Baptista Felgueiras, renunciando ao cargo em 13 de Outubro de 1821<sup>186</sup>. Os motivos da renúncia podem muito bem ser encontrados na idade já avançada em que se encontrava o prelado, então com 86 anos de idade e com uma vida preenchidíssima. E também muito provavelmente por motivos de saúde.

---

<sup>182</sup> CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal...*, p. 497.

<sup>183</sup> TEIXEIRA, António José – “Apontamentos para a biografia ...”, p. 11. Ver nota 3.

<sup>184</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *A cultura Luso-brasileira. Da Reforma da Universidade à Independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999. p. 23.

<sup>185</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *A cultura Luso-brasileira ...*, p. 24.

<sup>186</sup> TEIXEIRA, António José – “Apontamentos para a biografia ...”, p. 11. Ver nota 3.

## 1.4.2. As tormentas.

### 1.4.2.1. Refém de Napoleão.

Nesta etapa da vida de D. Francisco de Lemos que, como vimos, ficou marcada por mais algumas nomeações, é também evidente que durante tempo considerável graves problemas o atormentaram. Em primeiro lugar as Invasões Francesas e, como consequência, a sua inclusão como um dos membros da Deputação que partiu para França para aí se encontrar com Napoleão; em segundo lugar, as críticas e ataques de que foi alvo não só pelos autores da Lanterna Mágica mas também por importantes individualidades de então.

De 1807 a 1811 o país foi assolado por três ataques de grandes proporções que deixaram profundas cicatrizes a vários níveis. Uma das mais importantes consequências foi a partida do Regente com a família real para o Rio de Janeiro deixando assim a administração de Portugal, “*a um Conselho de Regência, com instruções para receber o exército francês como «aliado».*”<sup>187</sup>. Logo de seguida, em Novembro de 1807, Junot e as suas forças entram na capital do Reino: o general francês assume a governação, sem com isto afastar o dito Conselho. Sem querer entrar em tão complexo tema, importa realçar apenas dois momentos de finais de 1807 e inícios de 1808. Com a assinatura do Tratado de Fontainebleau em 27 de Novembro de 1807, o objetivo da divisão do Reino de Portugal entre Espanha e França ficou claro, mas Napoleão, logo no início do ano seguinte, muda de orientação, tomando como posição manifesta a vontade de terminar com o domínio da dinastia reinante em Portugal<sup>188</sup>. No dia 23 de Fevereiro, D. Francisco de Lemos recebe uma missiva do General Junot onde é destacado para incorporar a dita Deputação a que fizemos referência: “*La Regence, Monsieur m’avait monté le desir d’envoyer une Deputation à Sa Majesté l’Empereur, et Roi, mon Maitre, et ce voeu m’a été exprimé depuis par toutes les classes du Royaume. [...] Sa Majesté [...] y a consenti et approuvé la liste, que je lui ai adressée, et dont vous faites partie.*”<sup>189</sup>. Desta feita e ainda antes de nos debruçarmos sobre a ação do Bispo nesta sua imposta jornada, importa procurar entender o porquê de tal nomeação para desta forma melhor conseguir responder as

---

<sup>187</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Idade Moderna (Séculos XV-XVIII)” in *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010. p. 441.

<sup>188</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Idade Moderna ...”, p. 442.

<sup>189</sup> LEMOS, D. Francisco de – “Exposição dirigida a Sua Alteza Real o Príncipe Regente.”. *O Instituto, Revista Científica e Litteraria*. Vol. 46 nº 4, nº5, nº8 bis, nº9 bis, nº10, nº10 bis e nº11. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1899. p. 148. Esta indicação fez-se acompanhar pouco depois pelo passaporte, em francês e espanhol, necessário para que o prelado conseguisse realizar a sua viagem sem sobressaltos. Ver também RODRIGUES, Manuel Augusto, *Biblioteca e bens...*, pp. 257-258

consequências que este episódio acabou por trazer a vida do então Reitor-reformador.

Inicialmente os apurados pelos representantes franceses, em Lisboa e Paris, seriam cerca de cinquenta mas no final seriam reduzidos para apenas catorze individualidades<sup>190</sup>. Este ato de forma alguma pode ser compreendido como específico da sua ação em Portugal: nesse mesmo ano outra deputação de cento e cinquenta espanhóis, embora só noventa aceitassem, foi agrupada para se dirigir também a Baiona para se reunirem com Napoleão<sup>191</sup>. Desta forma importa então questionar que objetivos foram atribuídos a estes preferidos. A verdade é que muito rapidamente os escolhidos entenderam que os interesses em jogo eram bastante diferentes. Oficialmente deveriam ir a Baiona entre um e dez de Abril de 1808 para aí cumprimentarem Napoleão<sup>192</sup>. Mas o verdadeiro intento era outro: este envio acabou por servir uma estratégia bem delineada onde a vontade em controlar o recém-conquistado país estava evidente: “*O verdadeiro fim que se propunha Junot era enviar a França um certo número de pessoas das principais do Reino, para ali serem retidas como reféns.*”<sup>193</sup>. E o facto de o autor se referir a estes como os principais, tem que ser entendido de forma mais ampla. Em primeiro lugar não nos podemos esquecer que por esta altura já o Regente e a família real estavam fora de Portugal; assim, logicamente, apenas restava neutralizar o que ainda sobrava de mentes capazes não só de dirigir o país como também de funcionar como obstáculo aos intentos napoleónicos. Tal premissa já nos foi apontada por José Acúrcio das Neves<sup>194</sup>, contemporâneo de tal acontecimento, e também por Ana Cristina Araújo quando nos indica que estes defensores do Antigo Regime assustavam o tão desejado imperialismo de Napoleão<sup>195</sup>. Ao mesmo tempo que tudo acontecia, um perigoso contexto nacional fazia-se sentir devido a ação de Junot e dos restantes representantes militares franceses, uma vez que estes, ainda em idades relativamente jovens, procuravam ascender socialmente jogando no novo território anexado, criando perigosas divisões em prol da busca do aumento da sua fortuna<sup>196</sup>.

É neste complexo e contrastado cenário que uma ideia de repercussões perigosas para D. Francisco de Lemos, e para os restantes membros da deputação, ganha uma força considerável: formulavam-se “[...] *críticas e comentários da parte de quantos*

---

<sup>190</sup> ARAÚJO, Ana Cristina – “Revoltas e ideologias em conflito durante as Invasões Francesas”. *Revista de História das Ideias*. Vol. VII. Coimbra: Faculdade de Letras, 1985. p. 22.

<sup>191</sup> NEVES, José Acúrcio das – *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*. Porto: Afrontamento, 2008. p.213.

<sup>192</sup> SILVA, Francisco Inocêncio da – *Dicionário* .... p. 418.

<sup>193</sup> ALMEIDA, Fortunato de - *Historia da Igreja* ..., vol. III, p.517.

<sup>194</sup> NEVES, José Acúrcio das – *História Geral da Invasão dos Franceses*..., p. 168.

<sup>195</sup> ARAÚJO, Ana Cristina – “Revoltas e ideologias ...” p. 22.

<sup>196</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Idade Moderna ...”, pp.442 e 443.

*abominavam a opressão napoleónica por constar que o [...] objectivo [da Delegação] era pedir a Napoleão que fosse Rei de Portugal.*<sup>197</sup>” O odioso da invasão poderia assim recair sobre estas personagens obrigadas a aceitar um convite que era uma ordem.

Após receber a notificação pouco mais havia a fazer se não tratar de cumprir as ordens dos usurpadores<sup>198</sup>. Desta forma e já com 73 anos, parte em direção a Baiona com um claro sentido de missão, como afirma posteriormente em jeito de justificação: “*com tudo reflectindo, que indo a Baiona na qualidade de Deputado, podia ter ocasião de fazer algum serviço a V.A.R.*”<sup>199</sup>.

Acabando por chegar ao destino dentro do prazo estipulado, no dia 9 de Setembro de 1808, aí permanece até ao final do mesmo mês. E é neste intervalo que o primeiro encontro com Napoleão se dá, mais precisamente no dia 16. Antes deste encontro<sup>200</sup>, o prelado opta por se dirigir aos restantes membros da Deputação para desta forma delinear a exposição ao Imperador<sup>201</sup>. Em dois documentos expõe claramente os objetivos que deveriam procurar defender<sup>202</sup>. Em primeiro lugar o Reitor pretendia conservar a “*inteireza do reino*” de Portugal. Esta foi desde logo uma das premissas mais importantes, tratando assim de se reintegrar a família real, insistindo num ponto previamente recusado, e ao mesmo tempo criar laços conciliadores entre o Imperador francês e o Regente. Em segundo lugar, e após a aceitação do ponto anterior, toda ou parte da Deputação deveria dirigir-se ao Rio de Janeiro para aí tratarem tal proposta com o Regente regressando depois para Lisboa; e no caso do futuro D. João VI não regressar, em seu lugar viria o seu sucessor continuando assim a permanência da casa reinante. Assim, no caso do último cenário se verificar, de facto caberia a Napoleão escolher alguém da sua família para desposar o Príncipe da Beira (D. Pedro). E só em último

---

<sup>197</sup> RAMOS, Luís A. De Oliveira – “D. Francisco de Lemos e a Deputação a Baiona” in *Estudos de Historia de Portugal. Vol. II – sécs. XVI-XX. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*. Lisboa: Editorial Estampa, 1983. p. 279.

<sup>198</sup> Em anexo é possível ver o trajeto percorrido por D. Francisco de Lemos, ver tabela 5 e 6 e os vários mapas no espaço *Imagens*.

<sup>199</sup> LEMOS, D. Francisco de – “Exposição ...”, p.149.

<sup>200</sup> Antecipadamente foram avisados de alguma das ideias de Napoleão, como a redução do imposto de guerra, a libertação dos prisioneiros portugueses, e que não aceitaria a permanência da dinastia reinante em Portugal devido à sua ligação com os ingleses. Ver, Fortunato de Almeida - *Historia da Igreja ...*, vol. III, pp. 517.

<sup>201</sup> Eram também membros da Deputação: D. Lourenço de Lima Presidente da Deputação, o Marquês de Abrantes Presidente do Conselho de Regência, D. José Maria de Melo Bispo titular do Algarve e Inquisidor Geral, D. José de Almeida Prior Mor de Avis, o Marquês de Penalva Camarista da Rainha D. Maria I e deputado da Junta dos Três Estados, o Marquês de Marialva Embaixador em Paris, o Marquês de Valença, o Conde de Sabugal, o Visconde de Barcarena, D. Nuno Álvares Pereira de Melo, Joaquim Alberto Jorge e António Tomás da Silva Leitão desembargadores.

<sup>202</sup> LEMOS, D. Francisco de – “Exposição...”, pp.222 e 223. Ver Documentos III e IV.

recurso, se os cenários anteriores não fossem aceites pelo Regente, ficaria explícita a sua renúncia: nesse caso “*convindo atalhar-se que nem Portugal se una à França, e nem venha a Castella*” oferecer-se-ia o Reino ao Imperador. Mas se este ponto pode levar às críticas acima evidenciadas a verdade é que a proposta não era assim tão simplista.

Atentemos na seguinte passagem: “*oferece-se o mesmo Reino ao Imperador ad instar do Reino de Italia, procedendo-se em tudo assim, e da maneira, que se praticou com o Primeiro Filipe.*”<sup>203</sup>. Em primeiro lugar não nos podemos esquecer que o que importava acima de tudo seria salvaguardar a inteireza e a coerência do vasto Reino de Portugal logo seguido da reintegração dos Bragança<sup>204</sup>. Mas mais ainda, a última parte da citação leva-nos a entender que o prelado era acima de tudo um bom conhecedor da história do seu país. Com este último ponto pretendia trazer ao de cima algo como o velho *Estatuto de Tomar* assinado por Filipe I de Portugal, para desta forma tentar garantir a ideia de integridade acima referida. Assim, o que também fica visível é uma determinada ideia de missão que parece ter sido constante na consciência de D. Francisco de Lemos que perante uma difícil situação não perdeu, de todo, a lealdade para com a coroa e para com o Reino. Assim, o que fica visível é mesmo a falta de fundamento das críticas que acima de tudo se devem não só ao contexto mas também a uma clara falta de entendimento quanto ao que realmente foi pedido.

Portanto, resta-nos apenas questionar se este pedido pecava pela ingenuidade ou era guiado por um elevado sentido de lealdade e dedicação. De uma forma ou de outra a realidade acabaria por desvanecer as dúvidas que ainda restassem. Assim, após o encontro de 16 de Abril e de algumas informações menos concretas por parte do Imperador, ficou claro que as partes eram drasticamente antagónicas. Após esta reunião, astutamente, Napoleão encarregou a Deputação de redigir um texto que seria afixado em Portugal acabando por não só servir os intentos franceses mas, conseqüentemente, passar uma imagem ainda mais negativa de D. Francisco de Lemos e da Deputação<sup>205</sup>.

Mas a permanência e os acontecimentos em terras gaulesas ainda não tinham terminado. Ainda como refém nas mãos do Imperador, foi-lhe comunicado que uma segunda reunião acabaria por acontecer em Bordéus. Desta feita, chegou à dita cidade no dia 2 de Maio. De novo, previamente, prepara a segunda abordagem a expor no encontro

---

<sup>203</sup> LEMOS, D. Francisco de – “Exposição...”, p. 223.

<sup>204</sup> RAMOS, Luís A. De Oliveira – “D. Francisco de Lemos ...”, p. 282.

<sup>205</sup> O documento em questão pode ser visto em, RODRIGUES, Manuel Augusto – *Biblioteca e bens de D. Francisco de Lemos...*, pp. 270 a 274.

de Agosto<sup>206</sup>. Se a estratégia seguida mudou, a verdade é que apenas se fez em alguns pontos: o essencial e já antes recusado como acima vimos, permanece. O objetivo seria então procurar criar laços de entendimento entre ambas as partes e para isso mesmo opta por tentar explicar o porquê das ações do Regente, seguido de uma breve súplica histórica sobre as relações entre ambos os países<sup>207</sup>. Mas desta vez opta por realçar um outro ponto: a importância da coesão do Reino para desta forma se manter a supremacia europeia: “*Convêm que a America se separe inteiramente da Europa, e se erijão naquêle vastíssimo Continente novos Estados independentes? Convêm que cessem os principios da riqueza e da força das Nações Europeas?*”<sup>208</sup>.

Seriam estes quase novos argumentos mais eficazes? A resposta é negativa. A verdade é que D. Francisco de Lemos não compareceu a este encontro e embora os membros da Deputação permanecessem em Bordéus e por variadas vezes o Imperador passasse pela dita cidade mais nenhum outro aconteceu<sup>209</sup>. Apesar disso, a permanência em França prolongou-se até 1810, altura em que as forças francesas começaram a sofrer revezes que levaram a uma nova tentativa frustrada de invasão.

Desta forma, se as coisas começaram a melhorar, a verdade é que para o prelado uma nova missão estava já a caminho. Na missiva de 9 de Agosto de 1810 é avisado de que os seus serviços seriam de novo requisitados e que seria necessário regressar a Portugal para desempenhar uma missão estipulada por Napoleão (“*L’Empereur a jugé que vote présence était necessaire au Portugal pour l’interêt de son service*”<sup>210</sup>). Assim, enquanto o Bispo entendeu nesta medida uma oportunidade de poder escapar das garras do invasor e regressar ao seu país, a verdade é que não conhecemos os verdadeiros intentos do Imperador nem do encargo de que o pretendia incumbir. O próprio se debruçou sobre tal mas sem com isto nos adiantar nada de conclusivo<sup>211</sup>. De uma forma ou de outra, a oportunidade deu-se e a inteligência em aproveitá-la não a deixou passar.

---

<sup>206</sup> O documento em questão, n.º VII, pode ser visto em, LEMOS, D. Francisco de – “Exposição...”, p. 606.

<sup>207</sup> RAMOS, Luís A. De Oliveira – “D. Francisco de Lemos ...”, p. 285.

<sup>208</sup> LEMOS, D. Francisco de – “Exposição...”, p. 609.

<sup>209</sup> A razão prestada foi de que se atrasou, assim ao segundo encontro só alguns dos membros compareceram, ver, RAMOS, Luís A. De Oliveira – “D. Francisco de Lemos ...”, p. 285 e também LEMOS, D. Francisco de – “Exposição...”, p. 914.

<sup>210</sup> LEMOS, D. Francisco de – “Exposição...”, pp. 610 e 726.. Ver Documento IX e X respetivamente.

<sup>211</sup> Das razões referidas por D. Francisco de Lemos destacamos as seguintes: unir a palavra ao medo, afastar o prelado das praias de Buch evitando assim contacto com os ingleses. Ver LEMOS, D. Francisco de – “Exposição...”, p. 159. Se é verdade que os motivos apresentados são fortes também não nos podemos esquecer que o contexto estava marcado pela derrota gaulesa. Porque não pensar que por um breve momento a solução diplomática poderia estar na mente de Napoleão? E desta forma o prelado poderia até ser um decisivo peão? Questões de difícil resolução.

O Bispo inicia assim a sua viagem de regresso juntamente com as tropas francesas que acaba por encontrar em Baiona. E se esta união foi mal compreendida, a aceitação de D. Francisco de Lemos é compreensível: razões de segurança<sup>212</sup>, já que o trajeto acabou por ser feito por terras espanholas também elas em autêntica ebulição bélica. Mas, ao mesmo tempo, teve a coragem de se afastar na altura correta, ainda em terras espanholas, em Salamanca, uma das suas últimas paragens antes da fronteira lusa. Isto porque não era apenas das tropas francesas que ele se afastava, mas também da missão, fosse qual fosse, de que o Imperador o incumbira<sup>213</sup>. Em Espanha fica por um período relativamente longo para recuperar, acabando por entrar em território nacional em 9 de Novembro de 1810, juntamente com a sua família<sup>214</sup>.

A vontade do prelado seria a de partir de seguida para Moimenta da Beira, Coimbra e depois para Lisboa onde se iria apresentar pessoalmente à Regência. Mas assim não aconteceu. As consequências da sua imposta aventura estavam então a começar. Conhecedoras da vinda do Bispo<sup>215</sup>, as autoridades portuguesas começaram desde logo a reunir provas para o moroso processo onde era acusado de jacobinismo, o que na circunstância se traduzia por deslealdade à pátria. O primeiro interrogatório, não formal, aconteceu em Moimenta da Beira a mando do General Silveira<sup>216</sup>. Enquanto isso, a viagem continuou ao mesmo tempo que mantinha contacto com o General Bacelar que lhe indicou que precisava de se dirigir a Lisboa para se apresentar à Regência<sup>217</sup>. O Bispo de Coimbra já teria até manifestado intenções de o fazer, referindo que questões de saúde o teriam impossibilitado. Desta forma, e pretextando obviar aos incómodos de saúde de D. Francisco de Lemos, D. Miguel Pereira Forjaz ordena ao General Bacelar que o encaminhe para o Porto<sup>218</sup>. Chegado à Mealhada, é esse o rumo que toma chegando à cidade nortenha três dias depois. Aí fica retido em moroso processo.

Inicialmente foi inquirido a responder a algumas perguntas por escrito, ao Chanceler da Relação, Manuel António Pinto da Fonseca Gouveia. Num texto longo e

---

<sup>212</sup> CRUZ, Lúcia – *O Vice-reitor da Universidade Doutor Francisco Montanha. Coimbra nas 2.ª e 3.ª Invasões francesas*. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1990. p.134.

<sup>213</sup> RAMOS, Luís A. De Oliveira – “D. Francisco de Lemos ...”, p. 286.

<sup>214</sup> O termo indica não familiares mas pessoas próximas e servidores do prelado. Que foram: o Padre Vicente, Capelão, o Padre Barbosa, Secretário, o mordomo António, os criados Alexandre e José Bento e um cozinheiro francês, Victor Rouget que acabou por ser dispensado antes de entrarem em Portugal.

<sup>215</sup> CRUZ, Lúcia – *O Vice-reitor da Universidade ...*, p.136.

<sup>216</sup> CRUZ, Lúcia – *O Vice-reitor da Universidade ...*, p.136.

<sup>217</sup> CRUZ, Lúcia – *O Vice-reitor da Universidade ...*, p.137.

<sup>218</sup> LEMOS, D. Francisco de – “Exposição...”, p. 730. Ver Documento XV.

explícito<sup>219</sup>, o Bispo começa por fazer a sua defesa baseada na longa folha de serviços à Coroa, provavelmente para assim demonstrar não só a sua integridade mas também a sua lealdade que então foi colocada em causa. Após questionado sobre o porquê do seu regresso, aduz razões profissionais e pessoais, para além, é claro, do seu sentido de missão que prontamente ligou à sua lealdade. Outro ponto que necessitou de esclarecimento foi o facto de não ter avisado a Regência da sua chegada logo que entrou em terras portuguesas, e mais uma vez, não só a saúde mas também a necessidade de em primeiro lugar passar em Coimbra, vítima de pesados ataques, foram as desculpas do prelado.

Mas se o Bispo de Coimbra se vê ilibado e inocentado dos crimes de que era acusado não o deve apenas ao Regente<sup>220</sup>: temos ainda que compreender que houve uma rede de influências que se mostrou bem eficaz na ajuda a D. Francisco de Lemos. Em primeiro lugar há a evidenciar a ação de um já conhecido, Fr. Joaquim de Santa Clara, que indica ao prelado dois importantes auxílios nesta sua demanda<sup>221</sup>. Esta ligação que já vinha do primeiro reitorado redundou em vantagem para o autor deste conselho, pois a D. Francisco de Lemos muito se ficou a dever a sua nomeação para Arcebispo de Évora<sup>222</sup>. Outros, bem mais próximos do Regente foram o Dr. Fonseca e o Conde de Aguiar que devido à proximidade decerto deixaram a sua marca<sup>223</sup>. E se estes foram importantes um outro foi decisivo. José Monteiro da Rocha foi uma peça fundamental na recondução do prelado às suas antigas funções de Reitor-reformador<sup>224</sup>. Depois de o Regente entender que o caso deveria ser entregue a ministros nomeados para o efeito, estes deliberaram que o prelado era inocente. Mas o problema ainda não estava de todo resolvido: a Junta Governativa colocava a questão se deveria voltar também ao cargo de Reitor-reformador<sup>225</sup>. Desta forma, uma outra conclusão podemos tirar, se alguma resistência havia quanto ao prelado não era por parte do Regente que como vimos teve ao seu lado influências decisivas, mas sim dos Governadores da Regência. Estes questionavam se não devia existir uma clara separação de funções, eclesiásticas e seculares<sup>226</sup>. Desta feita, novas movimentações se dão, o próprio D. Francisco de Lemos

---

<sup>219</sup> LEMOS, D. Francisco de – “Exposição...”, pp. 731 a 732, 778 a 784. Ver Documento intitulado, *Resposta*.

<sup>220</sup> RAMOS, Luís A. De Oliveira – “D. Francisco de Lemos ...”, p. 287.

<sup>221</sup> O Patriarca de Lisboa e Conde de Redondo (“*porque ambos se mostram muito seus apaixonados*”). Ver CRUZ, Lúcia – *O Vice-reitor da Universidade ...*, p.140.

<sup>222</sup> CRUZ, Lúcia – *O Vice-reitor da Universidade ...*, pp.140 e 141.

<sup>223</sup> CRUZ, Lúcia – *O Vice-reitor da Universidade ...*, pp.141 e 143.

<sup>224</sup> CRUZ, Lúcia – *O Vice-reitor da Universidade ...*, p.141.

<sup>225</sup> CRUZ, Lúcia – *O Vice-reitor da Universidade ...*, pp.144 e 147.

<sup>226</sup> CRUZ, Lúcia – *O Vice-reitor da Universidade ...*, p. 147.

envia ao Brasil um seu representante para entregar a *Exposição*, o Pe. Vicente Pereira de Melo que já o tinha acompanhado a França, ao mesmo tempo que José Monteiro da Rocha voltava a dirigir-se, através de carta, ao governo do Rio de Janeiro, expondo o problema<sup>227</sup>.

Não muito depois, tal jogada provavelmente combinada, deu os seus frutos. O Regente acabou por permitir que o Conde de Arganil regressasse a todas as suas funções. E se esta decisão poderia levar a tensões, a verdade é que a escolha de ministros para tratar do caso do prelado foi sem dúvida decisiva. O que na prática o futuro D. João VI fez foi colocar a responsabilidade nas mãos de outros e só depois garantir que tal escolha realmente se dava não deixando assim margem para descontentamentos<sup>228</sup>.

Mas de tudo o que ficou exposto uma outra ideia merece ser destacada. Conhecedor da realidade que o rodeava, D. Francisco de Lemos pondera os passos a tomar e parece antecipar as eventualidades futuras. Assim quando é *obrigado* a deslocar-se a Baiona e depois a Bordéus, ficando em ambos os lugares por um período considerável, nunca aceitou qualquer retribuição por parte dos seus *carcereiros*<sup>229</sup>. De tal forma que a sua estadia, juntamente com a da sua família, custou ao prelado a enorme quantia de 37.465.950 reis<sup>230</sup>. Este dispendioso afastamento pode muito bem ser compreendido como uma estratégia para no futuro tentar evitar processos como aqueles em que se viu envolvido ou no caso de esses se darem de facto, conseguir sólidas provas da sua inocência, como acabou por acontecer. Outro momento que importa realçar é a prontidão em aproveitar a primeira oportunidade para escapar. E o que deveria ter ajudado a tomar essa decisão poderia muito bem ser as informações que lhe tinham chegado pouco tempo antes sobre a realidade vivida no país e o estado da guerra. Já em Bordéus o prelado envia a Coimbra emissários seus para que trouxessem meios para subsistirem em França<sup>231</sup>. Mas algo mais poderiam ter levado, como informações, o que sem dúvida terá sido decisivo na aceitação da missão de que Napoleão o terá incumbido.

Depois do que ficou exposto e para terminar, importa corrigir uma informação que aparece em alguns dos biógrafos consultados. Referindo-se a este passo da vida de D.

---

<sup>227</sup> CRUZ, Lúcia – *O Vice-reitor da Universidade ...*, pp.148 e 149.

<sup>228</sup> Depois de avisado do fim do processo foi também incumbido pelo Regente de se apresentar em Lisboa perante a Regência que desde logo cumpriu, partindo depois para a sua diocese. Ver CRUZ, Lúcia – *O Vice-reitor da Universidade ...*, pp.150 e 151.

<sup>229</sup> LEMOS, D. Francisco de – “Exposição...”, p. 155.

<sup>230</sup> CRUZ, Lúcia – *O Vice-reitor da Universidade ...*, p. 152.

<sup>231</sup> LEMOS, D. Francisco de – “Exposição...”, p. 155.

Francisco de Lemos afirmam que o seu regresso de dera apenas em 1814 (“[...] *d’onde só regressou com os seus companheiros em 1814.*”<sup>232</sup>). Dois esclarecimentos se impõem: o Bispo não regressa com os seus companheiros de Deputação; ele volta com a sua família. Para muitos dos membros, a liberdade só acaba por acontecer em 1814, é certo, mas esse não foi o caso do Conde de Arganil. Em segundo lugar, a data de entrada em Portugal, foi bastante anterior, 1810.

#### **1.4.2.2. No confim das forças.**

As matérias que se irão expor de seguida não mereceram a atenção de todos os biógrafos consultados. Talvez porque não fossem tão decisivas como aquelas já expostas ou até porque a ação do prelado não teria sido tão brilhante como em outras situações. Mas se assim foi não podemos esquecer que estas também foram ocasiões e ocorrências determinantes para o Bispo-conde. Como acima vimos, o término do seu segundo reitorado inicia-se com a indicação régia de que seria substituído por Fr. Francisco de S. Luís, seguida então do pedido de D. Francisco de Lemos para que esse passasse de imediato a ocupar o lugar de Reformador-reitor. Mas também vimos que não muitos anos antes deste momento, tudo o prelado fez para que fosse restituído na plenitude dos seus cargos. O que nos leva assim a questionar quais as suas verdadeiras motivações. Ou por outras palavras, o que pretendo entender é de que maneira as pressões, interna e externa de que o Reitor foi vítima, jogaram de forma a levar como que à abdicação de um muito desejado lugar. O que está aqui em causa são os episódios ligados ao conhecido escândalo proporcionado pela Lanterna Mágica, seguido pelos ferozes ataques de vários Deputados das Cortes saídas da Revolução Liberal. E se ambos diferem, é certo, o mesmo já não se pode dizer do alvo em questão nem das críticas apresentadas.

Começando por aquilo que entendi chamar de pressão interna, importa recuar até 1818 para nos darmos conta da proliferação de um conjunto de pasquins críticos e satíricos cujo alvo era o Reitor, o mais célebre dos quais dava pelo nome de Lanterna Mágica<sup>233</sup>. Nesta, as críticas foram diversas e profundas e não só atingiram o prelado

---

<sup>232</sup> SILVA, Francisco Inocêncio da – *Diccionario ...*, p. 418; MORAIS, Francisco – *Reitores da Universidade...*, p. 58; PEREIRA, João Manuel Esteves, RODRIGUES, Guilherme *Portugal: Diccionario Histórico ...*, p. 627.

<sup>233</sup> O objetivo deste trabalho não será esmiuçar a sátira mas sim procurar entender de que forma atacava D. Francisco de Lemos e as suas consequências. Sobre este tema ver, VILHENA, João Jardim de – “A «Lanterna Mágica»”. *O Instituto Revista Científica e Litteraria*. Nº 83, Quarta serie, Vol. 11 nº1. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1932.

como também os mais próximos colaboradores. Os autores destas investidas demonstravam, a par de um incontido ódio, um conhecimento pormenorizado da realidade universitária e coimbrã. Desta feita, o escárnio colocou em causa a ação de D. Francisco de Lemos em três frentes, como Reitor-reformador, a nível pessoal e também como antístite.

Quanto ao primeiro aspeto, as críticas eram diversas: era acusado de ser conivente com o comportamento algo corrupto de alguns dos seus próximos, para além de serem postas em destaque as más condições para as aulas, uma ineficaz administração generalizada, decadência da qualidade científica, as sumptuosas obras no Jardim Botânico, uma disciplina excessiva e a falta de pagamento aos Lentes<sup>234</sup>. Juntamente com estas críticas outras de carácter mais pessoal também marcavam presença, como insinuações à sua idade (ou senilidade), a sua personalidade autoritária e repressiva. Mas vai-se ainda mais longe desenterrando esqueletos bem antigos como a relação com Pombal e o seu encontro com Napoleão<sup>235</sup>. Já quanto às críticas enquanto bispo pautavam-se acima de tudo pela desordem e indisciplina que por essa altura assolavam a cidade<sup>236</sup>.

Depois do que ficou exposto a questão mantém-se: de que forma tudo isto se traduziu em pressão interna<sup>237</sup>? O que me levou a crer que o Bispo-conde tivesse sido vítima de tal coação interna foi Teófilo Braga quando refere: “*A oposição contra D. Francisco de Lemos irrompeu entre os lentes da Universidade por causa do atrazo dos quartéis, e entrou no seu momento explosivo em 1818, em publicações clandestinas, como a Lanterna Magica e a Trombeta. [...] É crível que o rigorosismo de D. Francisco de Lemos suscitasse entre os estudantes esse prurido de sátiras em verso contra o seu governo*”<sup>238</sup>. Daqui não concluo que os autores seriam professores da instituição e estudantes (e se por acaso assim fosse nunca ficou cabalmente provado), mas o que disto depreendo é que dentro da Universidade existiu uma intensa animosidade contra o

---

<sup>234</sup> De forma mais específica, ver CARVALHO, Joaquim Martins de – “D. Francisco de Lemos e a Lanterna Magica.”. *O Conimbricense*. Coimbra, nº 4621 à 4625, ano de 1891, 4626 a 4631, ano de 1892, PROENÇA, Geneviva Marques – *D. Francisco de Lemos de Faria ...*, pp. 157 a 162 e também BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra...* Tomo IV. Lisboa: Por Ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1989. pp. 325 e 326.

<sup>235</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra...*, Tomo IV, pp. 307, 317 e 325.

<sup>236</sup> PROENÇA, Geneviva Marques – *D. Francisco de Lemos de Faria ...*, p. 161.

<sup>237</sup> Outra pergunta poderia também ser levantada, seriam as críticas merecidas? Para Joaquim Martins de Carvalho alguns dos ataques teriam o seu fundamento mas nem todas, o que não deixou de ser um ataque que mais uma vez poderia ser baseado em algum ódio e rancor. Ver CARVALHO, Joaquim Martins de – “D. Francisco de Lemos ...”, nº4621, p. 1, nº 4624, p.1.

<sup>238</sup> BRAGA, Teófilo – *História da Universidade de Coimbra...*, Tomo IV, pp. 322, 324 e 325 respetivamente.

prelado. De tal forma que acabou por evoluir para ataques severos que por sua vez podem muito bem ser entendidos como pressão interna. E se mais provas são necessárias basta considerar a ação do prelado na busca dos culpados de tal investida.

Aquando das duas devassas ordenadas pelo Reitor, foram encontrados cerca de dez possíveis culpados, sendo nove Lentes da Universidade<sup>239</sup>. O número só por si já impressiona e apesar de terem sido absolvidos<sup>240</sup>, não muda o facto de que o prelado na busca dos responsáveis não hesita em olhar para dentro da Instituição por ele liderada<sup>241</sup>. Isto pode ser uma clara evidência de que dentro da Universidade, muitos menosprezavam o Reitor ao ponto de o querer afastar, choque tal que poderia muito bem ter influenciado na escolha de se apartar em 1821.

Quanto àquilo que decidi intitular de pressão externa é necessário recuar a 1810. Como vimos, nesta altura o Bispo-conde foi alvo de um vagaroso processo onde teve que se defender da acusação de traidor à pátria. O que não podemos fazer é pensar que a Regência desistira de atacar o antístite. Pelo contrário, toda a sua ação e depois a da Junta do Governo Provisório e dos Deputados consistiu em minar a autoridade do Reitor-reformador, diminuindo-a, para assim conduzirem à saída do mesmo. Teófilo Braga já defendeu tal ideia quando apontou para os anos de 1815 e 1816 como extremamente difíceis para o prelado<sup>242</sup>. E após, já com a Junta Provisória, novo problema se coloca e mais uma vez a autoridade do Reitor é consideravelmente diminuída<sup>243</sup>. Em 1821, nova medida vem perturbar a ordem anterior: “*nas questões da vida íntima da Universidade começou-se a recorrer directamente ao parlamento*”<sup>244</sup>. Nesta câmara, várias e duras

---

<sup>239</sup> Os lentes incriminados foram os seguintes: Lentes de medicina- Francisco de Sousa Loureiro, Joaquim Navarro de Andrade, José Feliciano de Castilho, Jerónimo Joaquim de Figueiredo e Ângelo Ferreira Dinis; Lentes de Filosofia- Manuel José Barjona e José de Sá Ferreira Santos do Vale; Lente de Cânones- Mateus de Sousa Coutinho; lente de Leis- Luís da Costa e Almeida. E o único acusado que não era Lente era filho de um Lente, António Joaquim Barjona (filho do acima referenciado Lente de Filosofia). De todos é necessário destacar a ação de José Feliciano de Castilho que foi um acérrimo crítico das despesas no Botânico e dos atrasos dos ordenados dos Lentes e claro, do Reitor, ver PROENÇA, Geneviva Marques – *D. Francisco de Lemos de Faria ...*, pp. 166 e 167.

<sup>240</sup> PROENÇA, Geneviva Marques – *D. Francisco de Lemos de Faria ...*, p. 166.

<sup>241</sup> CARVALHO, Joaquim Martins de – “D. Francisco de Lemos e a Lanterna Mágica.”. *O Conimbricense*. Coimbra, nº 4623, ano de 1891. Pp. 1.

<sup>242</sup> Em 1815 consegue por fim, por ordem régia, cessar com o alvará de 1804 que retirava a sua influência quanto aos concursos universitários e em 1816 é pressionado devido a uma obra de Pascoal José de Melo que não foi do agrado da Academia Real, ver, BRAGA, Teófilo – *História da Universidade de Coimbra...*, Tomo IV, pp. 309 a 311 e 312 a 315.

<sup>243</sup> Desta vez, a perda é bem mais considerável levando a que muitas das matérias saíssem da mão do Reitor. O documento em causa pode ser visto em BRAGA, Teófilo – *História da Universidade de Coimbra...*, Tomo IV, pp. 326 a 327.

<sup>244</sup> BRAGA, Teófilo – *História da Universidade de Coimbra...*, Tomo IV, p. 333. Comenta este autor: “*a autoridade do reitor levou um golpe, peor do que os das sátiras e libellos clandestinos*”.

foram as críticas, embora algumas delas fossem já bem conhecidas, como os ordenados em atraso, gastos em excesso com o Botânico e também a sua ligação a Pombal<sup>245</sup>.

Mas uma outra crítica é então desenterrada, a da incompatibilidade de funções, de Bispo e Reitor, já anteriormente discutida durante o processo de 1810. E se esta tensão existiu, ela tem que ser entendida acima de tudo como uma inconciliabilidade ideológica. O governo então em questão representava a queda do Regime defendido por D. Francisco de Lemos perante Napoleão anos antes. E se o antístite, em 1820, não se esqueceu de cumprimentar o governo saído da Revolução Liberal, só o fez, muito provavelmente, por uma questão institucional e de obrigação. Liderando a Universidade e o bispado coimbrão poucas alternativas restariam senão fazê-lo, mas não o terá feito por qualquer simpatia ou abertura ao liberalismo. Um episódio ocorrido na instituição universitária prova-o, de algum modo. Diz-nos Teófilo Braga: “*O espirito liberal que reinava entre os estudantes da Universidade no anno de 1817 para 1818 procurou no teatro e nas representações das tragédias clássicas o meio de expansão dos seus sentimentos. A sociedade dramática que [...] formara um Theatro nos baixos do Collegio das Artes fôra dissolvida pelo reformador-reitor D. Francisco de Lemos, por causa do sentido liberal das tragedias que ahi chegaram a ser representadas.*”<sup>246</sup>. Assim, podemos ver e compreender de que forma esta pressão externa foi talvez mais intensa do que a interna e o que podemos concluir é que ambas foram bem-sucedidas: “*Vê-se que o austero velho foi empurrado para fóra das funções publicas.*”<sup>247</sup>.

Em forma de conclusão fica evidente que a pressão existiu, sem dúvida, e sem com isto esquecer a idade avançada e a debilitada saúde, a verdade é que todos estes fatores conjugados, destacando o primeiro, levaram à saída do Reitor.

### 1.4.3. O fim de um alento.

Com o término oficial de funções em Setembro de 1821, o prelado dirigiu-se para a Quinta de S. Martinho do Bispo onde acabou por residir até próximo da sua morte em

---

<sup>245</sup> PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos de Faria ...*, pp. 171, 172 e 173. De entre os Deputados a maioria foi hostil a D. Francisco de Lemos: destes destacaram-se claramente o Deputado Borges Carneiro e o Deputado Dr. António José de Araújo de Santa Bárbara. Mas também foi possível encontrar quem defendesse o prelado, como o Deputado Bettencourt; mas as vozes dissonantes eram claramente mais abundantes. Ver – *Diario das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*. Tomo I, II, III e IV. Lisboa: Imprensa Nacional; 1821 e 1822. pp. 206, 207, 251, 313, 318 a 321, 419, 583, 987, 1121, 1337, 1405, 1744, 1746, 1756, 1877, 2013, 2014, 2555, 2556 e 3008.

<sup>246</sup> BRAGA, Teófilo – *História da Universidade de Coimbra...*, Tomo IV, p. 323.

<sup>247</sup> BRAGA, Teófilo – *História da Universidade de Coimbra...*, Tomo IV, p. 343.

16 de Abril de 1822<sup>248</sup>. Nos poucos meses que aí ficou, os problemas de saúde aprofundaram-se acabando por perecer no Paço Episcopal na tarde do dia referido<sup>249</sup>. A saúde, ou melhor, a falta dela parece ter sido uma constante. Nas várias missivas da correspondência que trocou com Pombal já é visível alguma fragilidade, mas o que poderia ter sido decisivo para o agravar das debilidades foi a sua deslocação a França. As viagens, tanto de ida como de volta, e também as realizadas dentro de solo gaulês, foram definitivamente marcantes para D. Francisco de Lemos. Na sua *Exposição* podemos ver que várias são às alusões a sua fragilidade e já em Portugal, mais precisamente no Porto, acaba por se deslocar a Leça por motivos de saúde o que acabou por merecer críticas algo injustas<sup>250</sup>.

Tais problemas agravaram-se em Abril de 1822 levando a sua morte<sup>251</sup>. E se nesta questão existe uma concordância em termos de datas e locais não foi possível apurar qual o problema, ou problemas, que atormentaram o antístite até ao fim da sua existência. Sabemos apenas que foi assistido até ao fim por Fr. Manuel de Jesus e que, após a sua morte, o tratamento do seu corpo ficou a cargo de dois cirurgiões, António Simões e Pedro José Lourenço<sup>252</sup>. Quatro dias depois foi o seu enterro, numa cerimónia à qual acorreram “*todas as comunidades das ordens religiosas, todas as irmandades e um numerosíssimo clero e toda a Universidade*”<sup>253</sup>. Um mês depois, o Cabido da Sé celebrou solenes exéquias.

Em oitenta e sete anos ficou um muito considerável legado na vida pública e política em Portugal. Ativo e leal servo da coroa desde tenra idade, notabilizou-se ao leme da Universidade de Coimbra, onde imortalizou o seu nome na história secular da instituição. Em todos os casos, em todas as vidas, altos e baixos sucedem-se e acompanham-se e sem exceção o mesmo se deu com o Bispo. D. Maurício refere a colaboração no processo contra D. Miguel da Anunciação<sup>254</sup>. Alguns momentos menos bons no seu segundo reitorado, como acima vimos, ou mesmo uma personalidade de cariz mais autoritário poderiam ser evidenciados. E quanto ao último ponto, não seria ele um

---

<sup>248</sup> PROENÇA, Geneviva Marques – *D. Francisco de Lemos de Faria ...*, p. 182.

<sup>249</sup> CARVALHO, Joaquim Martins de – “D. Francisco de Lemos. O conflito na ocasião de seu enterro, e suas solenes exéquias.”. *O Conimbricense*. Coimbra, nº 2366, ano de 1870. p. 1.

<sup>250</sup> CRUZ, Lígia – *O Vice-reitor da Universidade ...*, p. 153.

<sup>251</sup> PROENÇA, Geneviva Marques – *D. Francisco de Lemos de Faria ...*, p. 182.

<sup>252</sup> CARVALHO, Joaquim Martins de – “D. Francisco de Lemos. 16 de Abril de 1822.”. *O Conimbricense*. Coimbra, nº 4859, ano de 1894. Pp. 2.

<sup>253</sup> MIRABEAU, B. A. Serra de “D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho ...”, p. 741, e também, PROENÇA, Geneviva Marques – *D. Francisco de Lemos de Faria ...*, pp. 183 a 185.

<sup>254</sup> MAURICIO, D. – “Lemos de Faria Pereira Coutinho...”, p. 1741.

homem do seu tempo? Geneveva Marques não poderia ter resumido melhor:  
*“Reconheceram-se-lhe virtudes, teve defeitos. Era um homem.”*<sup>255</sup>.

---

<sup>255</sup> PROENÇA, Geneveva Marques – *D. Francisco de Lemos de Faria ...*, p. 187.

**2. O intermediário entre o *arquiteto* e a sua *obra*, a atuação de D. Francisco de Lemos.**

“(…) «*abençoado homem, que nos abriste os tesouros da Sciencia!*»”<sup>256</sup>.

---

<sup>256</sup> ROCHA, António José da - *Oração fúnebre ...*, p. 4.

## 2.1. A fonte e a metodologia usada.

Na segunda parte desta demanda o objetivo principal irá consistir na resposta a seguinte questão: qual a ação de D. Francisco de Lemos, o Reitor, durante o momento que para sempre ficou conhecido como a Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra? Será desde logo necessário esclarecer que a exposição não irá recair sobre a Reforma de 1772, embora de forma indireta seja impossível não o fazer; o que se pretende é então tentar separar as águas, ou por outras palavras, procurar definir quanto da Reforma se ficou a dever ao Reitor.

Assim podemos adiantar que esta ação se divide em três momentos: o primeiro, onde a atuação do Reitor consiste na execução do estipulado pelos Estatutos de 1772; um segundo momento é marcado pela ausência de esclarecimentos nos ditos Estatutos, o que, por sua vez, levou o Reitor a ter que corresponder-se diretamente com Pombal, ficando assim como executante das ordens do mesmo; por fim, um terceiro instante onde é clara a liberdade de ação de D. Francisco de Lemos em várias matérias. Escusado será dizer que esta última parte é a que mais importa para esta exposição.

Parte da resposta à questão colocada já nos foi oferecida pelo Reitor na sua *Relação* de 1777, mas para complementar este testemunho decidi juntar uma outra fonte bem capaz de nos elucidar de forma clara e detalhada. Para o efeito propus-me analisar a vasta correspondência trocada entre o valido de D. José e D. Francisco de Lemos. Desta forma foi possível reunir um numero considerável de missivas, 131, embora a maior parte delas sejam de Pombal, 84, enquanto que da parte do Reitor foi apenas possível encontrar 47. Manuel Lopes d'Almeida já disponibilizou parte considerável da correspondência em *Documentos da Reforma Pombalina*, tal como Teófilo Braga na sua *História da Universidade de Coimbra*, já aqui anteriormente utilizada; para além destes dois núcleos impressos ainda foi possível juntar algumas cartas inéditas encontradas na Torre do Tombo<sup>257</sup>.

Passando então à análise mais genérica da fonte foi possível ver que as 131 missivas cobrem um período de cinco anos que se inicia em 15 de Outubro de 1772, um mês depois de Pombal ter abandonado Coimbra, e termina no dia 10 de Dezembro de 1776, pouco antes da morte do monarca e da saída do valido. Se atentarmos ao Gráfico 1 podemos ver que um ano sobressai, 1773: com 69 missivas trocadas este é claramente o

---

<sup>257</sup> Em anexo é possível ver a transcrição dessas missivas inéditas. Temos consciência, contudo que apesar das missivas encontradas, muitas ainda permanecem por localizar, o que constitui uma tarefa que o tempo não permitiu que concluíssemos.

período de mais intensa correspondência. Com números bem mais modestos, sucedem-se 1774, com 21 cartas, 1772 com 19, 1775 com 13 e, por fim, 1776 com 9. Assim, estamos a falar de um período relativamente curto mas intenso. De tal forma que Fernando Taveira da Fonseca afirmou que teria existido mais do que um correio a tratar da correspondência entre ambos<sup>258</sup>.

O que ficou desde logo visível foi que a maior parte das cartas analisadas são ricas em assuntos, ou por outras palavras, poucas são as missivas em que apenas existem referências a um assunto. Assim decidi analisar individualmente cada referência encontrada para desta forma as enquadrar em assuntos e depois em grupos mais abrangentes. Se atentarmos a Tabela 8 podemos ver essa primeira divisão na tabela denominada de *Assuntos* (11 no total, por sua vez agrupados em três grandes grupos).

Se atentarmos ao Gráfico 2 podemos ver que o assunto mais discutido entre ambos, tendo sempre como referência as 131 cartas trocadas, foi mesmo as *Obras* (com 47 referências) que a nova Reforma exigiu e por isso mesmo decidi criar um único grupo para esse assunto (*Os novos estabelecimentos universitários*). Neste, não sobressai apenas o diálogo sobre a construção dos novos estabelecimentos, mas também sobre as várias aquisições de terrenos, instrumentos e contratação da mão-de-obra.

De seguida, e já num segundo grupo (*A questão do ensino*) a divisão é bem maior. Neste conjunto é possível ver uma considerável preocupação quanto às *Aulas* (com 37 referências), *Lentes* (com 36 referências) e *Compêndios* (com 34 referências). Os restantes assuntos que completam este grupo têm uma representação bem menor, destacando-se em primeiro lugar a *Disciplina* e os *Estudos Menores* (com 8 e 7 referências respetivamente) e o *Desenvolvimento Científico* (com 2 referências). Quanto à disciplina, a ação de D. Francisco de Lemos foi importante pois a ele cabia ser a mão disciplinadora da instituição no que toca a lentes e estudantes. E quanto aos estudos menores, é necessário esclarecer que as respetivas referências têm que ser entendidas num contexto não nacional mas local, respeitante ao Colégio das Artes em Coimbra.

Já os restantes assuntos foram incorporados num terceiro grupo (*A importância da administração*). Neste destacam-se claramente a *Administração* (com 13 referências), *Cerimonial* (10 referências), *Funcionários* (com 9 referências) e *Confiscos* (com 1 referência). Se o primeiro tema é óbvio, no que respeita ao segundo (*Cerimonial*), o maior problema foi mesmo a ausência de esclarecimentos nos Estatutos, o que suscitou várias

---

<sup>258</sup> FONSECA, Fernando Taveira da – “Comunicações institucionais: A Universidade de Coimbra.”. *As Comunicações na Idade Moderna*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005. p. 227.

dúvidas por parte do Reitor. Relativamente aos *Funcionários*, trata-se de contratações para a parte administrativa da Universidade.

Se a fonte analisada é capaz de nos fornecer informações importantes, tem, contudo, carências que se devem, segundo creio, a correspondência ainda por encontrar (vd. Quadro 11 dos Anexos). O que possuímos permite, mesmo assim, traçar um quadro coerente. Antes, porém, de passar a uma análise mais pormenorizada, importa esboçar um quadro breve donde constem as linhas gerais da Reforma de 1772.

## 2.2. Linhas gerais da Reforma de 1772.

A reforma surgida pelas mãos de Pombal e dos seus, foi acima de tudo uma necessidade caracterizada por um objetivo final bem maior do que a própria instituição reformada. Ana Cristina Araújo define esse mesmo propósito da seguinte maneira, “*É sob o signo da reforma intelectual e moral da sociedade, eixo de bem estar, progresso e felicidade, que o Marquês de Pombal, à semelhança de outros déspotas esclarecidos europeus, intenta secularizar as instituições de ensino, submetendo-as à tutela do Estado. [...] A educação encarada como um dever público, destinava-se a instaurar a crença numa ordem universal de valores que compatibilizasse o progresso do género humano, no respeito pela matriz cristã, com a finalidade técnica decorrente da utilidade social da ciência.*”<sup>259</sup>. Esta necessidade cuja resposta foi a reforma de 1772, inspirou um clima de mudança que se deteta já a partir década de 40<sup>260</sup>. Na década seguinte, início do seu governo, contudo, a preocupação de Pombal não recaiu nos estudos superiores mas sim no ensino primário e secundário, ou seja os estudos menores. O cuidado com a Universidade de Coimbra começa a ser evidente na década de setenta embora o esboço de um plano de reforma já há muito estivesse a ser delineado<sup>261</sup>.

Desta forma importa então perguntar o que significava a Universidade, ou por outras palavras, de que forma a instituição era vista pelos seus reformadores. A mesma

---

<sup>259</sup> ARAÚJO, Ana Cristina – “Dirigismo cultural e formação das elites no Pombalismo” in Ana Cristina Araújo (coord.), *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000. pp. 9 e 10.

<sup>260</sup> MOTA, Luís – “A Reforma da Universidade enquanto projeto pedagógico (e social) de formação de elites”. *Revista de História das Ideias*. Vol. 22. Coimbra: Faculdade de Letras, 2001. p. 504.

<sup>261</sup> CARVALHO, Rómulo de – História do ensino em Portugal ..., pp. 461 e 462. E não nos podemos esquecer que João Pereira Ramos já estaria até a preparar os Estatutos em segredo (VAZ, Francisco António Lourenço – *D. Manuel do Cenáculo. Instruções pastorais, projetos de bibliotecas e diário*. Porto: Porto Editora, 2009. pp. 109-137; PALMA-FERREIRA, João – “Excertos do «diário» de D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas”. *Revista da Biblioteca Nacional*. Nº 1. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982).

autora recorre ao próprio D. Francisco de Lemos para responder a esta interrogação. A Universidade deveria então entender-se “*como hum Corpo formado no seio do Estado, para, por meio de Sabios, que cria, difundir a Luz da Sabedoria por todas as partes da Monarchia; [...] Quanto mais se analisa esta ideia, mais relações se descobrem entre a Universidade e o estado; mais se conhece a dependência que tem estes dois Corpos um do outro e que as Sciencias não podem florescer na Universidade, sem que o Estado florea, se melhore e se aperfeiçoe.*”<sup>262</sup>. É esta a lógica subjacente à criação da Junta de Providencia Literária, que gerou o *Compêndio Histórico* e os *Estatutos Pombalinos de 1772*. E é esta segunda obra que vai acabar por funcionar como *manual* para o Reitor: corresponsável na sua elaboração, a ele cabe a sua efetiva realização prática.

Assim podemos ver que esta *refundação* trouxe uma série de inovações e modificações profundas, de tal forma que Rómulo de Carvalho afirmou que aquilo que então se pretendia fazer seria algo sem precedentes, sem qualquer modelo anteriormente realizado<sup>263</sup>. Uma das novidades mais evidentes seria mesmo o acolher de um novo método denominado de sintético-demonstrativo-compendiário que colocava novas funções aos Lentes. Deveriam estes resumir a matéria ao essencial, para assim a expor, e só depois partir para as questões de maior complexidade, tudo isto com o apoio imprescindível dos novos compêndios<sup>264</sup>. E a eles exigia-se que fossem também mestres e inventores<sup>265</sup>.

O conhecimento deveria estar marcado por um cunho racional e científico, o estudo da evolução histórica deveria ser também uma importante ferramenta a usar pelos estudiosos<sup>266</sup>. Também a dimensão disciplinar foi tida em conta, pautada pela exigência: nesse sentido basta apenas apontar para as determinações relativas a dois momentos fundamentais, a admissão e a avaliação de conhecimentos<sup>267</sup>.

---

<sup>262</sup> ARAÚJO, Ana Cristina – “Dirigismo cultural ...”, pp. 37 e 38.

<sup>263</sup> CARVALHO, Rómulo de – História do ensino em Portugal ...”, pp. 465 e 466.

<sup>264</sup> COSTA, Mário Júlio de Almeida, MARCOS, Rui de Figueiredo – “Reforma Pombalina dos Estudos Jurídicos” in *O Marquês de Pombal e a Universidade...*, p. 111.

<sup>265</sup> ARAÚJO, Ana Cristina – “Dirigismo cultural ...”, p. 37.

<sup>266</sup> RODRIGUES, Manuel Augusto – *A Universidade de Coimbra. Marcos da sua história*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990. p. 42.

<sup>267</sup> Para entender de forma mais pormenorizada estas regras de admissão e de avaliação ver, FONSECA, Fernando Taveira da – “A dimensão pedagógica da Reforma de 1722, alguns aspectos.” in *O Marquês de Pombal e a Universidade*. pp. 46, 47, 48, 53 e 54. Quanto ao plano de estudos dos vários cursos e as respetivas alterações de forma mais detalhada, poderá ver-se também: RODRIGUES, Manuel Augusto – *A Universidade de Coimbra...*, pp. 42 e 45, RODRIGUES, Manuel Augusto – “Alguns aspectos da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra – 1772”. In *Pombal Revisitado. Comunicações ao Colóquio Internacional organizado pela Comissão das Comemorações do 2º Centenário da Morte do Marquês de Pombal*. Vol. 1 nº 34. Lisboa: Editorial Estampa, 1984. p. 219; e também, CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal ...*”, pp. 470 a 479.

O que ficou visível, de forma muito breve, foram apenas algumas inovações que me pareceram importantes quanto à Reforma de 1772: outras haveria para mencionar mas, como disse, apenas pretendi apresentar alguns traços delineadores. De um modo geral, poder-se-á afirmar com António Filipe Pimentel que “*a drástica intervenção tinha por finalidade constituir, sobre a antiga malha corporativa de imunidades e privilégios imemoriais, uma instituição de ensino moderna e esclarecida [...] A obra assim delineada tinha por isso, também, um nome adequado: Nova Fundação.*”<sup>268</sup>.

### **2.3. Os novos estabelecimentos universitários.**

Com as novas exigências trazidas pela Reforma foi necessário fazer adaptações e criações. A reestruturação da Faculdade de Medicina e as novas Faculdades de Matemática e Filosofia levou a que fosse necessário criar um vasto número de equipamentos que até então não existiam. Foi construído o Observatório Astronómico no caso de Matemática e o Gabinete de Historia Natural, o Jardim Botânico, o Laboratório Químico e o Gabinete de Física Experimental para Filosofia. Já para Medicina foi criado o Hospital Escolar, o Dispensatório Farmacêutico e o Teatro Anatómico<sup>269</sup>. A juntar a estes é necessário fazer também referência às intervenções no Paço das Escolas, no Colégio das Artes e na criação da Imprensa. Estas mudanças, para além do seu lado mais prático, tem também que ser entendidas como uma rutura ideológica com o passado: “*Estes novos estabelecimentos deveriam alargar os horizontes da cultura científica portuguesa, retirando-a da situação considerada deplorável em que se encontrava, e aproximá-la dos padrões dos países avançados.*”<sup>270</sup>.

Assim ao procurarmos definir a ação de D. Francisco de Lemos, deveremos ter em conta também este último aspeto: na sua *Relação*, de 1777, esclarece-nos que a sua atuação consistiu no cumprimento dos Estatutos e “*em fazer fabricar os Edifícios para os Estabelecimentos Literários das Tres Faculdades [...] e em arranjar, e decorar o Grande Edifício dos Paços Reaes das Escolas [...] e de obras para o uzo, e comunicação interior das suas Oficinas.*”<sup>271</sup>. E desta forma ficamos com uma breve introdução dada pelo próprio e que procurarei agora explanar.

---

<sup>268</sup> PIMENTEL, António Filipe – “Cidade do saber/cidade do poder. A arquitetura da Reforma.” in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, p. 265.

<sup>269</sup> CARVALHO, Rómulo de – História do ensino em Portugal ...”, p. 466.

<sup>270</sup> MARTINS, Décio Ruivo – “A Faculdade de Filosofia Natural da Universidade de Coimbra de 1772 a 1911”: [http://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/Textos/facfilonatural/afac](http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/Textos/facfilonatural/afac) (visto em 22-04-2015). p.3.

<sup>271</sup> LEMOS, D. Francisco de – *Relação Geral...*, p. 8.

De todas as missivas atrás referidas que foram analisadas, a temática *Obras* sobressai pela frequência, o que por sua vez logo nos leva a concluir que foi, senão a maior, uma das maiores preocupações de ambos os interlocutores. Se atentarmos ao Gráfico 8 podemos ver que este tema se prolonga de 1772 até 1775, período de maior intensidade quanto às construções exigidas. De forma mais detalhada fica visível que os valores anuais são elevados, sendo mesmo o mais distinto nos últimos quatro anos. Para 1772, 19 % das referências encontradas dizem respeito as *Obras* apenas superado pelos *Compêndios* mas logo no ano seguinte, 1773, destaca-se no topo com 25%, em 1774 com 20% e em 1775 com 33%.

O ano que menos informação nos deu quanto à ação de D. Francisco de Lemos relativamente as construções foi mesmo o primeiro, 1772, o que é compreensível por a reforma se ter na prática iniciado apenas em Outubro. Mas esta realidade muda drasticamente em 1773, onde através das muitas cartas já é possível detetar um interessante padrão.

### **2.3.1. O Regimento das obras da Universidade.**

Um documento já transcrito por Pedro Dias merece figurar como reflexão inicial: “*Trata-se*”, diz-nos esse autor, *de um pormenorizado rol de princípios que deveriam ser seguidos nos estaleiros conimbricenses que haviam sido montados com o fim de reconstituir, adaptar ou fazer desde os fundamentos os edifícios que deveriam acolher as renovadas instituições de investigação e ensino.*”<sup>272</sup>.

A primeira referência aparece-nos logo no início de 1773, mais precisamente a 18 de Janeiro: o Reitor mostra-se deveras preocupado com a administração das muitas obras que então se realizavam<sup>273</sup>, procedendo a um registo escrito que lhe permitisse um melhor conhecimento e que depois foi enviado para Pombal. Este responde, no dia 12 de Fevereiro, referindo que o Regimento organizado pelo Reitor (“...o Regimento que V. S.<sup>a</sup> minutou com grande acerto”) fora por si confirmado e de novo enviado<sup>274</sup>. E só a 2 de Março é que o valido volta a referir-se ao Regimento tornando assim a autoria do mesmo bem mais clara: “A Carta de V. S.<sup>a</sup>, que trouxe data de 22 de Fevereiro accuza estar já V.

---

<sup>272</sup> DIAS, Pedro – “O Regimento das Obras da Universidade de Coimbra ao tempo da Reforma Pombalina”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Vol. VI. Coimbra: Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1983. p. 335.

<sup>273</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra...*, Tomo III. p. 489.

<sup>274</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes de- *Documentos da Reforma Pombalina*. Vol. I (1771-1782). Coimbra: Por Ordem da Universidade de Coimbra, 1937. p. 70.

*S.<sup>a</sup> entregue do Regimento [...] e contém hum louvavel testemunho do vigilante cuidado, com que V. S.<sup>a</sup> se emprega na honrosa execução dos Estabelecimentos Literarios*<sup>275</sup>. Os termos utilizados por Pombal nestas missivas dão a entender que a autoria do Regimento foi do Reitor. Para Pedro Dias, contudo, D. Francisco de Lemos não teria sido o autor por não ter conhecimentos suficientes nesta matéria<sup>276</sup>. O mesmo autor aponta mais duas hipóteses quanto à autoria: a primeira, que ele teria sido elaborado em conjunto com o arquiteto Elsdén; uma segunda, que o Regimento teve como base o desaparecido Regimento das Obras de Lisboa<sup>277</sup>. As razões expostas têm, sem dúvida, um peso importante mas nas missivas analisadas sobressai uma conclusão oposta. D. Francisco de Lemos voltara a referir a sua autoria na *Relação* ao identificar-se claramente como o feitor do Regimento<sup>278</sup>.

Que o Reitor poderia ter sido auxiliado ou que a sua estadia em Lisboa poderia ter sido decisiva para a elaboração do documento, não deve ser posto de lado. Mas se analisarmos o Regimento<sup>279</sup>, podemos ver que o que se pretende é criar uma estrutura hierárquica, delineadora de funções, e que tinha como preocupação o rendimento dos trabalhadores, os custos e o cuidado com os instrumentos e materiais de trabalho. E esta preocupação com o controlo, principalmente com as despesas, era de tal forma importante que leva o Reitor a tomar uma outra medida em 1774, que consistia no registo de uma relação da despesa mensal que posteriormente seria enviada para Pombal<sup>280</sup>. E não podemos esquecer que foi D. Francisco de Lemos que supervisionou pessoalmente as muitas obras realizadas no âmbito da Reforma e que a ele se deve a fábrica de telha criada em Coimbra. Portanto, entender que não teria conhecimentos na matéria não me parece de todo correto. E também não nos podemos esquecer que nas suas sucessivas deslocações sempre se fez acompanhar por lentes e outras pessoas entendidas.

### **2.3.2. A nova Imprensa.**

Manuel Augusto Rodrigues entende a Imprensa como uma das marcas mais notáveis da Reforma<sup>281</sup>; já para Teófilo Braga a criação deste equipamento universitário

---

<sup>275</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma* ..., p. 80.

<sup>276</sup> DIAS, Pedro – “O Regimento das Obras da Universidade...”, p. 336.

<sup>277</sup> DIAS, Pedro – “O Regimento das Obras da Universidade...”, p. 337.

<sup>278</sup> LEMOS, D. Francisco de – *Relação Geral...*, p. 120.

<sup>279</sup> O Regimento foi transcrito por dois autores, DIAS, Pedro – “O Regimento das Obras da Universidade...”, pp. 339 a 348 e também por, PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos de Faria* ..., pp. I a XXIII.

<sup>280</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 559 e 560.

<sup>281</sup> RODRIGUES, Manuel Augusto – “Alguns aspectos da Reforma ...”, p. 218.

tinha também uma importante vertente financeira já que se esperava que aquando do seu pleno funcionamento pudesse ser uma fonte de rendimento<sup>282</sup>. Mas como o título indica, a Imprensa, a nova, vinha substituir uma outra já existente.

Mesmo antes da extinção da ordem jesuítica deu-se a apreensão dos seus bens, estando entre estes os pertences da imprensa do Real Colégio das Artes que foram logo aproveitados para uma tipografia universitária que durou até 1772<sup>283</sup>. Mas o valido não ficou por aqui e pouco depois volta a ver uma oportunidade para garantir um importante auxílio para a futura imprensa com a extinção da Academia Litúrgica em 1767<sup>284</sup>. Desta forma podemos ver que Pombal começou desde cedo a preocupar-se com a Imprensa e em 1772 delimita os primeiros passos a dar para a concretização do seu projeto, mas na correspondência analisada só é possível começar a recolher informações de 1773 a 1774.

A ordem do valido, ainda em 1772, impunha a mudança para o Claustro da Sé Velha<sup>285</sup>, e logo depois, para um alargamento necessário, ordena a aquisição de algumas casas e quintais adjacentes ao edifício destinado da Imprensa<sup>286</sup>. A estas tarefas dedicou-se logo o Reitor e em 18 de Janeiro de 1773 indica a Pombal que a mudança e as aquisições se tinham realizado<sup>287</sup>. De seguida, em 12 de Fevereiro, o mesmo responde a D. Francisco de Lemos e felicita-o pela sua ação e pelo negócio realizado na aquisição das casas e terrenos que, segundo o mesmo, foram relativamente baratas<sup>288</sup>. Mas ao contrário do que possa parecer a ação do Reitor não foi a de mero cumpridor de ordens. As restantes missivas são bem claras quanto às suas movimentações.

A 24 de Junho D. Francisco de Lemos informa que as obras na Imprensa estão praticamente concluídas e que apenas restaria finalizar o interior do edifício<sup>289</sup>. Mas ao Reitor ainda coube ordenar aquilo que Teófilo Braga entendeu como, “*totalmente privado do sentimento da arte e do bello*”<sup>290</sup>, referindo-se à decisão de mandar demolir a Torre da

---

<sup>282</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 556.

<sup>283</sup> ANTUNES, José – “Notas sobre o sentido ideológico da Reforma Pombalina. A propósito de alguns documentos da Imprensa da Universidade de Coimbra.”. *O Marquês de Pombal e o seu tempo*. Tomo II. Coimbra: Revista de História das Ideias, 1982. p. 147. Mas para saber mais sobre a vida desta imprensa antes da Reforma ver, FONSECA, Fernando Taveira da – “A Imprensa da Universidade no período de 1537 a 1772” in *Imprensa da Universidade de Coimbra. Uma história dentro da história*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001.

<sup>284</sup> ANTUNES, José – “Notas sobre o sentido ideológico da Reforma...”, p. 147.

<sup>285</sup> ANTUNES, José – “A Imprensa da Universidade na Reforma Pombalina” in *Imprensa da Universidade de Coimbra. Uma história dentro da história*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001. p. 59.

<sup>286</sup> ANTUNES, José – “Notas sobre o sentido ideológico da Reforma...”, p. 150.

<sup>287</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 467 e 468.

<sup>288</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’ – *Documentos da Reforma* ..., p. 70.

<sup>289</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 493.

<sup>290</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 493.

Sé, já que o Reitor entendia que tirava a comunicação, o sossego e a luminosidade à nova Imprensa<sup>291</sup>. E é só no ano seguinte, em 30 de Junho, data da última missiva sobre as obras no edifício da Imprensa, que Pombal felicita a *sua criatura* pela decisão. O que daqui podemos concluir é que D. Francisco de Lemos tinha uma grande liberdade de decisão. Neste caso toma a deliberação, executa-a e só depois informa Pombal. O que nos prova também a grande dose de confiança que foi depositada na sua pessoa.

### 2.3.3. A remodelada Faculdade de Medicina.

Como vimos, a Faculdade de Medicina viu-se enriquecida com três novos estabelecimentos, o Hospital, o Teatro Anatómico e o Dispensatório Farmacêutico. Tudo isto representava também uma nova forma de entender a ciência em questão, onde se incluía uma vertente baseada na observação e na experimentação<sup>292</sup>. O Hospital teria como função uma vertente de cariz pedagógico e prático, já o Teatro seria o palco da experiência anatómica. E o Dispensatório forneceria os remédios e formaria alunos em farmácia; em todos triunfava assim também uma responsabilidade pública<sup>293</sup>.

Embora nesta altura a cidade já tivesse instituições hospitalares nenhuma delas estava direcionada para o ensino, nenhuma delas teria as condições que a Reforma exigia definindo-se então que a necessidade levaria a criação de uma nova instituição<sup>294</sup>. Assim ficou definido que este Novo Hospital seria albergado pelo Colégio que pertenceu aos Jesuítas. No período de 1772 a 1775 é perceptível que o hospital foi uma preocupação evidente. Em 21 de Outubro de 1772 é visível a primeira tarefa incumbida ao Reitor: que consistia na passagem do Hospital Real para o Novo Hospital, e também para tratar da venda do estabelecimento que então vagava<sup>295</sup>. E é logo na sua resposta, a 23 de Novembro, que é possível ver a ação do prelado. D. Francisco de Lemos mostra-se preocupado com o estado do local que iria receber as enfermarias, e nesse sentido entende que era necessário proceder a algumas demolições no interior permitindo assim uma melhor circulação; refere ainda que, devido a essa alteração, seria impossível lecionar no

---

<sup>291</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 507.

<sup>292</sup> GUERRA, João Pedro Miller – “A Reforma Pombalina dos Estudos Médicos” in *Pombal Revisitado*. Comunicações ao Colóquio Internacional organizada pela Comissão das Comemorações do 2º Centenário da Morte do Marquês de Pombal. Vol. 1 nº 34. Lisboa: Editorial Estampa, 1984. p. 205.

<sup>293</sup> PITA, João Rui – “Medicina, cirurgia e arte farmacêutica na Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra” in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, pp. 134 e 135.

<sup>294</sup> PITA, João Rui – “Medicina, cirurgia e arte farmacêutica...”, p. 138.

<sup>295</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’ – *Documentos da Reforma ...*, p. 28.

edifício e muda as aulas para o Hospital Velho<sup>296</sup>.

No dia 27 chega a resposta de Pombal, aceitando o sugerido e avisando o Reitor de que as plantas do edifício estariam quase concluídas e que prontamente seriam enviadas para Coimbra<sup>297</sup>. Mas para auxiliar não importavam apenas as plantas: o ano de 1773 fica marcado pela chegada de Elsdén a Coimbra iniciando assim uma importante cooperação entre ambos que se estendeu a todos os edifícios. A colaboração é visível logo no dia 9 de Julho quando o Reitor informa o Marquês de que foi decidido passar o Hospital para a parte superior do Colégio<sup>298</sup>, mudança bem aceite por Pombal<sup>299</sup>.

Outro auxílio importante foi também a Congregação de Medicina: não só o Reitor trabalhou em conjunto com este *corpo* como também funcionou como um intermediário deste e das suas decisões com o Marquês. Nesse sentido vai a missiva de 6 de Abril de 1774 onde o Reitor indica que ainda não seria possível transferir os doentes para as novas instalações e propõe que para o Novo Hospital passe a total administração dos restantes estabelecimentos hospitalares<sup>300</sup>. Esta ideia, já estipulada nos Estatutos, caiu nas graças de Pombal que em 9 de Maio refere que ordenou que tal mudança se desse de facto<sup>301</sup>. Mas as razões de tal união são mais complexas e vão desde uma tendência europeia, aglutinadora de unidades mais pequenas em unidades maiores, a uma necessidade de ter vários doentes de maleitas variadas, e até razões financeiras<sup>302</sup>.

O que mais incomodava o valido de D. José era a conclusão das obras neste edifício, de tal forma que é com agrado que recebe a informação de que o hospital se concluía, podendo assim iniciar-se as lições para aí destinadas<sup>303</sup>. Mas apesar desta boa nova, as restantes dependências do Hospital só ficaram completas em 1779, atrasando a plena entrada em funções do estabelecimento.

O edifício do antigo Colégio de Jesus foi também o escolhido para acolher o Teatro Anatómico. Em 1772, o Marquês delimita o local e o que nele se há-de fazer para receber o novo estabelecimento<sup>304</sup>. A concretização de mais este equipamento vinha acima de tudo brindar a união entre duas práticas distantes, a cirurgia e a anatomia, que a partir de 1772 se congraçavam representando assim mais uma importante inovação da Reforma

---

<sup>296</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 460.

<sup>297</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma* ..., p. 62.

<sup>298</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 494 e 495.

<sup>299</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma* ..., pp. 94 e 95.

<sup>300</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 553.

<sup>301</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 554.

<sup>302</sup> PITA, João Rui – “Medicina, cirurgia e arte farmacêutica...”, p. 139.

<sup>303</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma* ..., p. 214.

<sup>304</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 438.

Pombalina<sup>305</sup>. Mas nas missivas analisadas as informações quanto ao Teatro não abundam, ficando-se apenas pelas referências a alguns instrumentos anatómicos. Pese embora a falta de dados, continua a ser possível ver a ação do Reformador. Em 22 de Fevereiro de 1773 surge uma primeira informação, quando, para obviar à dificuldade que lhe fora assinalada por Luís Cecchi (não ter instrumentos para fazer dissecções), pede a Pombal que envie para a Universidade os instrumentos anatómicos e cirúrgicos já prontos, cuja ausência impossibilitava o início das demonstrações<sup>306</sup>. E numa outra já é possível aprofundar um pouco mais a liberdade do Reitor, que propôs a Pombal que as aulas de anatomia, devido ao decorrer das obras, deveriam passar para o Colégio das Artes<sup>307</sup>. Não foi possível determinar a resposta de Pombal mas, a julgar pelas palavras de D. Francisco de Lemos na *Relação*, ela foi positiva pois é o próprio que refere que a transferência se deu de facto<sup>308</sup>. Quanto aos instrumentos por si pedidos não foi possível conhecer o dia exato da chegada apenas se sabe que em 18 de Maio de 1773 já se encontravam em Coimbra e segundo o Reitor as demonstrações já teriam até começado<sup>309</sup>.

Mas se esta mudança solucionou o problema, uma outra consequência poderia ter criado como refere João Rui Pita: esta instabilidade poderia ter gerado a saída precoce do mesmo Lente acima referido, Luís Cecchi<sup>310</sup>.

Quanto ao Dispensatório, que também teve como sede o Colégio, as informações não abundam. A primeira referência data já de 1773, altura em que o Reitor já se fazia acompanhar pelo arquiteto Guilherme Elsdén. No dia 9 de Julho escreve D. Francisco de Lemos a Pombal informando-o do envio das plantas de alguns estabelecimentos incluindo do Dispensatório e apresenta-lhe algumas alterações pensadas em conjunto com o arquiteto<sup>311</sup>. Entende assim que seria mais conveniente colocar o Dispensatório no plano inferior do Colégio e que para o bom funcionamento deste se devia demolir a capela para assim nascer a entrada principal<sup>312</sup>. Em resposta<sup>313</sup>, o Marquês, a 15 de Julho, aceita as indicações para a melhor serventia, prova de que as opiniões do Reitor tinham um peso determinante e assim foi principalmente após a chegada de Elsdén.

---

<sup>305</sup> GUERRA, João Pedro Miller – “A Reforma Pombalina ...”, p. 195.

<sup>306</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 479.

<sup>307</sup> Ver Documento 8 em Anexo.

<sup>308</sup> LEMOS, D. Francisco de – *Relação Geral...*, p. 124.

<sup>309</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 483.

<sup>310</sup> PITA, João Rui – “Medicina, cirurgia e arte farmacêutica...”, p. 144.

<sup>311</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, pp. 494 e 495.

<sup>312</sup> A ideia da demolição vai ao encontro do já estipulado por Pombal mas ao Reitor e ao arquiteto coube aproveitar o novo espaço que então se abria com a demolição.

<sup>313</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’ – *Documentos da Reforma ...*, pp. 94 e 95.

Quanto ao andamento das obras não foi possível tirar mais informações, apenas uma outra missiva tem referências a essa continuação e data já de 1774. Aí se refere que o Marquês teria sido anteriormente informado que as obras ainda não tinham cessado<sup>314</sup>. Terminarão apenas em 1779 e, para além do Colégio, incluíram também um importante acrescento, os edifícios contíguos à Igreja<sup>315</sup>. Mas a cuidar pelas palavras do próprio Reitor, mesmo antes do fim das obras começaram a ser realizadas as demonstrações práticas<sup>316</sup>.

O que daqui podemos concluir é que o Reitor se mostrou ativo: não só tomou decisões como também se preocupou em sempre dar a sua opinião. E se para isso teve liberdade, também é certo que teve consigo um importante conselheiro, chegado em 1773 e assim em melhor posição ficou para facilmente alcançar a concordância de Pombal quanto ao que se devia fazer.

#### **2.3.4. O novo estabelecimento da Faculdade de Matemática.**

A Faculdade de Matemática foi também *invadida* pelo experimentalismo e nesse sentido viu-se então apetrechada com o Observatório Astronómico. As expectativas que recaíam sobre este estabelecimento eram elevadas e é o próprio D. Francisco de Lemos que enfatiza a sua necessidade, ao assinalar “*a perfeição particular da Geographia, e Navegação, que tem merecido em toda a parte a attenção dos Soberanos, fazendo edificar Observatorios Magnificos destinados ao progresso da Astronomia, como Sciencia necessária para se conseguir o Conhecimento do Globo Terrestre, e se terem nas mãos as Chaves do Universo.*”<sup>317</sup>.

Depois de escolhido o local pelo Marquês, começou logo a ação do Reitor embora nas missivas analisadas não seja possível seguir esses passos iniciais. Daí ser necessário uma breve abordagem à *Relação*. Mais uma vez ficou patente que não se dedicou a esta tarefa sozinho. Elsdén mas também alguns lentes marcaram presença assídua. Desde logo D. Francisco de Lemos entende que era necessário reunir os vários lentes para assim ser aconselhado quanto aos passos a seguir relativamente às proporções do novo edifício<sup>318</sup>. Nas cartas, contudo, já nos finais de 1772 é possível detetar outras preocupações. A que

---

<sup>314</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 559.

<sup>315</sup> PITA, João Rui – “Medicina, cirurgia e arte farmacêutica...”, pp. 147 e 149.

<sup>316</sup> LEMOS, D. Francisco de – *Relação Geral...*, p. 125.

<sup>317</sup> LEMOS, D. Francisco de – *Relação Geral...*, p. 126.

<sup>318</sup> LEMOS, D. Francisco de – *Relação Geral...*, p. 126.

se colocou em primeiro lugar na mente do Reitor foi mesmo a necessidade de assegurar a chegada dos instrumentos: se é verdade que tal se justificava para ter tudo pronto a tempo das aulas, não deixa também de demonstrar alguma pressa, pois o andamento das obras do novo edifício ainda era muito incipiente. O que por sua vez também poderá já querer dizer que poderia ter entendido que não seria possível terminá-lo a tempo e estaria já a trabalhar numa alternativa para não lesar as aulas, como acabou por acontecer.

A 2 de Novembro de 1772 o reitor refere a Pombal que seria necessário tratar do envio de alguns instrumentos necessários para as demonstrações práticas<sup>319</sup>. Já na resposta de dia 30 do mesmo, o valido mostra-se compreensivo quanto ao pedido, tratando de ordenar o envio dos instrumentos já prontos e procurando dar despacho àqueles que não estivessem em condições, através do seu envio para a Inglaterra para aí se comporem<sup>320</sup>. Nesta mesma missiva fica também claro que o Lente Miguel Antonio Ciera foi um importante auxílio do Reitor. A resposta a esta dá-se apenas no ano seguinte, a 3 de Fevereiro de 1773, quando o reitor acusa a chegada dos ditos instrumentos ao porto da Figueira e depressa trata de assegurar a sua vinda para Coimbra<sup>321</sup>.

Quanto às obras em si também é possível ver a mão de D. Francisco de Lemos. As informações começam apenas em Abril de 1773 quando o mesmo informa o Marquês que a demolição do Castelo ainda está em curso. Mas nesta mesma missiva é também informado que após a deliberação dos seus colaboradores mais próximos foi decidido manter a Torre Velha que passaria a albergar o outro observatório, para as observações ordinárias, e desta forma ajudaria também no controlo das despesas<sup>322</sup>. Mas a resposta a esta sugestão ainda não era conhecida em 24 de Junho, onde o reitor apenas reporta que as demolições ainda se sucedem e que as plantas ainda estão em elaboração<sup>323</sup>, o que rapidamente nos transporta para um considerável atraso. Esta preocupação com as plantas foi visível: estas, na altura estariam a cargo de Elsdén e só depois de Setembro de 1773 é que deveriam ter rumado a Lisboa<sup>324</sup>. Nas restantes missivas não foi possível voltar a encontrar referências quanto as mesmas plantas, mas sabemos apenas que estas foram rejeitadas por Pombal devido a sua sumptuosidade<sup>325</sup>.

---

<sup>319</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 443.

<sup>320</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 464.

<sup>321</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 470.

<sup>322</sup> Ver Documento 14 em Anexo.

<sup>323</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 493.

<sup>324</sup> Isto porque é o próprio Reitor que numa missiva da mesma data informa que as plantas já se encontravam na fase final da sua elaboração, ver, BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p.505.

<sup>325</sup> FIOLEAIS, Carlos, MARTINS, Décio – *Breve história da ciência em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. pp. 43 e 44.

Nas restantes cartas encontradas as informações são bastante breves indicando a continuidade das obras, como acontece na de 2 de Dezembro onde refere que se estão a construir os alicerces para o Observatório<sup>326</sup>, e numa outra de 30 de Junho de 1774 onde apenas se alude à continuidade das mesmas e também o atraso que as afetava<sup>327</sup>.

Não se limitou, contudo, D. Francisco de Lemos a informar. Voltando à *Relação*, podemos ver que, devido ao evidente atraso, o próprio Reitor teve que tomar a decisão de mandar construir um Observatório bem mais modesto no terreiro do Paço das Escolas para que as demonstrações não se atrasassem, um sinal claro de que, face às dificuldades, o Reitor não deixou de procurar soluções para permitir o bom andamento das aulas<sup>328</sup>.

### 2.3.5. Os novos estabelecimentos da Faculdade de Filosofia.

A Faculdade de Filosofia foi definitivamente uma das mais apetrechadas pela Reforma de 1772. Como vimos, quatro novos edifícios passaram a enriquecer a recém-criada Faculdade. Mas entre estes e a julgar pelas referências encontradas é possível definir desde logo uma hierarquia. O Jardim Botânico, “*no qual se mostrem as Plantas vivas úteis às Artes em geral*”<sup>329</sup>, foi claramente a maior preocupação de ambos<sup>330</sup>. A sua proximidade relativamente à Universidade era uma obrigação imposta nos Estatutos, mas este tinha não só a função de servir a Filosofia como a Medicina<sup>331</sup>. Inicialmente o terreno fora cedido pelos padres Bentos como é referido na *Relação* e aqui começa a ação do Reitor num caminho que não foi fácil<sup>332</sup>. A 7 de Novembro de 1772 Pombal dirige-se a D. Francisco de Lemos incumbindo-o de analisar o terreno cedido<sup>333</sup>. Nesta missiva sobressaem também aqueles que de perto trabalharam com o Reitor: um

<sup>326</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 542.

<sup>327</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 560.

<sup>328</sup> LEMOS, D. Francisco de – *Relação Geral*..., p. 127.

<sup>329</sup> COSTA, A. M. Amorim da – “As ciências naturais na Reforma Pombalina da Universidade «Estudo de rapazes, não ostentação de príncipes»”. *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000. p. 169.

<sup>330</sup> Esta ideia da criação de um jardim Botânico não era nova. Ainda antes da Reforma, em 1731, já teria sido apresentado um plano, para o mesmo fim, da autoria de Jacob de Castro Sarmiento, ao então reitor Francisco Carneiro de Figueiroa, ver BRITES, Joana – “Jardim Botânico da Universidade de Coimbra: contraponto entre a Arte e Ciência”. *Transnatural*. Coimbra: Artez, 2006. p. 31, e também, BRITES, Joana – “Jardim Botânico da Universidade de Coimbra: de Vandelli a Júlio Henriques (1772 - 1873)”. *Arquivo Coimbrão: Boletim da Biblioteca Municipal*. Vol. 39. Coimbra: Camara Municipal de Coimbra, 2006. pp. 12 e 13. Neste sentido ver também, FONSECA, Fernando Taveira da – “O Jardim Botânico no contexto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra (1772)” in *Século das Luzes. Portugal e Espanha, o Brasil e a Região da Prata*. Frankfurt/Maine: TFM – Teo Ferrer de Mesquita, 2006.

<sup>331</sup> [s. a.] – *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*. Livro III. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1972. p. 266.

<sup>332</sup> LEMOS, D. Francisco de – *Relação Geral*..., p. 132.

<sup>333</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’ – *Documentos da Reforma* ..., pp. 52 e 53.

deles já mencionado, Ciera e também Vandelli que em conjunto com o primeiro ficaram de avaliar e demarcar o local destinado ao Jardim. O cumprimento de tal tarefa foi demorado, aconteceu só depois de 3 de Fevereiro de 1773 e a razão é simples, os lentes incumbidos de acompanhar o Reitor tinham entretanto chegado a Coimbra e a estes juntaram-se, por ordem do prelado, a Dallabella e outros<sup>334</sup>.

A tarefa deste grupo foi de grande utilidade como ficou visível na resposta do Marquês. Não só avaliaram o terreno como também realizaram apontamentos para Elsdén que estaria a chegar à cidade<sup>335</sup>. E o que estas anotações deveriam referir seriam mesmo as contrariedades do local proposto. A carta de 22 de Fevereiro, do Reitor, é bem clara quanto à preocupação que atormentaria o prelado. Depois da análise e da deliberação com os seus conselheiros, decidiu que esse local não seria propício por ser demasiado íngreme e que qualquer intervenção de correção seria demasiado dispendiosa<sup>336</sup>. De forma a resolver o problema continua à procura e acaba por achar um terreno mais propício às necessidades exigidas. Próximo do proposto, este novo local achava-se nas imediações da Universidade como era requerido, do aqueduto da cidade, e para além disso era de forma regular e abastecido de água tornando assim a despesa de adaptação menos elevada<sup>337</sup>. Tal ideia é, ainda na mesma missiva, submetida ao válido para que este diga de seu entendimento e ordene novas demarcações. O que não se fez esperar muito: em 2 de Março de 1773 reage positivamente ordenando que logo se inicie a aquisição e as respetivas delimitações<sup>338</sup>.

Mas após tal confirmação alguns problemas surgiram: de imediato o Reitor deu ordens para a aquisição, que se efetivou; quanto às demarcações foram atrasadas pelo menos duas vezes<sup>339</sup>. A 30 de Março, noticia que Elsdén as fará nesse dia<sup>340</sup>. Mas não terão, de facto, sido efetuadas. A sua maior preocupação chegava através de Elsdén, Dallabella e Vandelli que pretendiam um considerável aumento para o Jardim<sup>341</sup>. Mas a resposta de Pombal quanto à sugestão foi demorada: em 3 de Setembro foi necessário que o Reitor insistisse, repetindo o pedido<sup>342</sup>. A tão desejada resposta acaba por chegar a 5 de

---

<sup>334</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 470.

<sup>335</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' – *Documentos da Reforma* ..., p. 69.

<sup>336</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 479.

<sup>337</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' – *Documentos da Reforma* ..., p. 80.

<sup>338</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' – *Documentos da Reforma* ..., p. 81.

<sup>339</sup> Ver Documento 11 em Anexo.

<sup>340</sup> Ver Documento 12 em Anexo.

<sup>341</sup> Ver Documento 14 em Anexo. A mesma ideia foi já referida por COSTA, A. M. Amorim da – “As ciências naturais...”, pp. 178 e 179, e também, FIOLEAIS, Carlos, MARTINS, Décio – *Breve história*..., p. 46.

<sup>342</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 508.

Outubro de 1773 refutando a vontade de todos<sup>343</sup>. Pombal rejeita as novas alterações devido à sua sumptuosidade e custo excessivo, e incumbe o Reitor de elaborar um novo plano de cariz bem mais modesto<sup>344</sup>. Embora não fosse possível encontrar nenhuma carta que nos elucidasse quanto à reação do Prelado, sabe-se apenas que a ordem de Pombal foi seguida e posta em prática em 1774<sup>345</sup>. Mas mesmo esta sofreu alterações: D. Francisco de Lemos apesar da negativa de Pombal volta a referir a necessidade de aumentar o Jardim e, ao contrário da primeira tentativa, consegue então a autorização para adquirir um terreno próximo ao escolhido<sup>346</sup>.

O mesmo acaba por ser adquirido nesse mesmo ano, embora não fosse possível achar mais missivas quanto ao assunto. Bernardo Correia de Azevedo Morato foi nesta fase o administrador e ainda no mesmo ano, Pombal envia para Coimbra Júlio Mattiazzi, jardineiro do Real Jardim, para que este então se encarregasse das plantações<sup>347</sup>.

Logo de seguida, tendo em conta a assiduidade com que ambas as partes discutiam sobre os vários estabelecimentos, surge o Gabinete de Física Experimental. Este, juntamente com o Gabinete de História Natural, teria como sede uma parte do Colégio dos Jesuítas. O objetivo de tal criação ia ao encontro de uma necessidade mais prática, pois seria neste gabinete que ficariam os instrumentos das lições de Física<sup>348</sup>.

A 27 de Novembro de 1772 escrevia Pombal ao Reitor avisando-o de uma importante doação para o Gabinete da Universidade. O Marquês trata de garantir a transferência do espólio que pertencia ao Colégio dos Nobres de Lisboa para a Universidade<sup>349</sup>. Nesta mesma missiva é possível ver o quanto Pombal se interessou por este estabelecimento, chegando mesmo a referir que pretendia que fosse o mais completo da Europa. E nesse sentido começa desde logo a garantir que este seria apetrechado com mais de 500 máquinas<sup>350</sup>.

No início de 1773, mais precisamente a 3 de Fevereiro, acusa o Reitor a chegada

---

<sup>343</sup> Para ver informações mais detalhadas sobre o sumptuoso plano, as influências que motivaram esse mesmo plano e os seus autores, ver, BRITES, Joana – “Jardim Botânico da Universidade de Coimbra: de Vandelli ...”, pp. 18 a 20 e 23.

<sup>344</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’ - *Documentos da Reforma* ..., pp. 104 a 106.

<sup>345</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’ - *Documentos da Reforma* ..., p. 133.

<sup>346</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’ - *Documentos da Reforma* ..., p. 164.

<sup>347</sup> COSTA, A. M. Amorim da – “As ciências naturais...”, p. 180.

<sup>348</sup> LEMOS, D. Francisco de – *Relação Geral...*, pp. 128 e 129.

<sup>349</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’ - *Documentos da Reforma* ..., pp. 62 e 63. O mesmo foi já referido por, BRAGA, Teófilo – *História da Universidade de Coimbra* ..., p. 470 e por, MARTINS, Décio Ruivo – “As ciências físico-matemáticas em Portugal e a Reforma Pombalina”. *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000. P. 220.

<sup>350</sup> Mas o número chegou mesmo a ser bem superior. Décio Martins aponta para um total de 600 máquinas. (MARTINS, Décio Ruivo – “As ciências físico-matemáticas...”, p. 225).

das ditas máquinas para o gabinete<sup>351</sup>. Mas inicialmente D. Francisco de Lemos não as alberga no local definido, talvez porque dificilmente estivesse nas mínimas condições. Decide assim que temporariamente seria melhor abrigá-las numa sala do Colégio das Artes. O que, por seu lado, pode desde logo elucidar-nos também sobre o andamento das obras. E tal ideia acaba por ser confirmada pelo mesmo quando em 22 de Fevereiro refere que o estabelecimento ainda estaria a sofrer as intervenções necessárias<sup>352</sup>. O Reitor vê-se então com liberdade para tomar nova decisão: tendo os instrumentos chegado ilesos e estando já a ser montados, decide que temporariamente se deveriam dar as aulas no Colégio das Artes superando assim as inconveniências do atraso das obras<sup>353</sup>.

Tal ação foi bem acolhida pelo Marquês que, a 2 de Março de 1773, felicitava o Reitor pelas soluções arrançadas<sup>354</sup>; não sem antes ordenar que, para a proteção das máquinas, estas se deveriam recolher no lugar que seria o dormitório, indicando, de acordo com o seu espírito de minúcia<sup>355</sup>, todas as alterações que se deviam fazer no edifício definitivo<sup>356</sup>. Esta mesma carta terá gerado alguma confusão, pois vinha contrariar as decisões acima indicadas, tomadas por D. Francisco de Lemos, funcionando como um travão á sua ação. Assim, o Reitor procura criar um tempo de espera até que se alcance uma decisão<sup>357</sup>. Desta forma o prelado prefere então não avançar em nenhuma das direções acabando por esperar por uma resolução do valido que, como vimos a 2 de Março, surge favorável à escolha do Reitor.

A 10 de Março reporta o Reitor que as máquinas já se encontram praticamente instaladas na sala definida por si provisoriamente<sup>358</sup>. Mas o local que iria servir de sede definitiva estava também na mente do Reitor. Depressa se procura inteirar do andamento das obras e logo começa a atuar. Em conjunto com Elsdén ordena algumas demolições, sendo a primeira uma das paredes do Colégio<sup>359</sup>. Na mesma missiva D. Francisco de Lemos informa Pombal sobre uma outra demolição que aos seus olhos seria uma necessidade urgente, a Capela de S. Borja<sup>360</sup>. A justificação prendia-se não apenas com o Gabinete mas também com o Teatro da Natureza, que sem esse edifício beneficiariam de

---

<sup>351</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 470.

<sup>352</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 478.

<sup>353</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 478.

<sup>354</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' – *Documentos da Reforma* ..., p. 81.

<sup>355</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 178.

<sup>356</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' – *Documentos da Reforma* ..., pp. 77 e 78.

<sup>357</sup> Ver Documento 8 em Anexo.

<sup>358</sup> Ver Documento 11 em Anexo.

<sup>359</sup> Ver Documento 14 em Anexo.

<sup>360</sup> Ver Documento 14 em Anexo. No mesmo documento é possível ver que o arquiteto tinha já feito também o mesmo pedido.

uma entrada mais propícia e para além disso ficavam “*todos estes edifícios desabafados; e com huma vista grandiosa, e m<sup>to</sup> agradável.*”<sup>361</sup>. Mas a decisão sobre esta ideia foi demorada: a 18 de Maio o prelado, depois de avisar que teria ordenado uma outra demolição, volta a insistir na urgência da opinião sobre a dita Capela<sup>362</sup>. E esta surge só no final do mês seguinte quando o Marquês concorda com a ideia proposta<sup>363</sup>.

A demolição foi demorada e no início de Julho ainda não estaria terminada, mas por esta altura o prelado tinha já novo pedido a fazer<sup>364</sup>. Na mesma carta fica também visível que Pombal já estaria na posse das plantas para o estabelecimento; o Reitor volta a pedir uma célere decisão sobre as mesmas. E assim aconteceu: o valido responde a 15 de Julho aprovando os planos e ordenando que logo se executassem<sup>365</sup>.

A última missiva sobre o assunto é demasiado breve e surge já a 30 de Junho de 1774 quando Pombal refere que teve conhecimento do andamento das obras que segundo o mesmo já estavam bem adiantadas<sup>366</sup>. O próprio Reitor dá a obra por acabada antes de 1777<sup>367</sup>, mas Teófilo Braga refere que os anos que se seguiram foram difíceis. E um dos problemas foi mesmo a falta de capacidade em adquirir equipamentos à altura das novas exigências resultante do progresso<sup>368</sup>.

De seguida aparece-nos o Laboratório Químico, embora com menos referências que os estabelecimentos anteriores. Este também tem que ser entendido como um instrumento que ligaria os estudantes a uma vertente experimentalista e de observação<sup>369</sup>. Pombal entende então que este iria partilhar o antigo edifício dos Jesuítas, assentando no refeitório<sup>370</sup>.

Mais um vez o Reitor não hesita e faz de tudo para que a obra se cumpra. De novo volta a considerar ser necessário proceder a algumas demolições. O próprio indica, tal como também se vê na *Relação*, que o edifício não estaria em condições e logo procede à demolição de algumas paredes<sup>371</sup>. Tais alterações providenciadas pelo Reitor iam ao

---

<sup>361</sup> Ver Documento 14 em Anexo.

<sup>362</sup> BRAGA, Teófilo – *História da Universidade de Coimbra* ..., pp. 483 e 484.

<sup>363</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’- *Documentos da Reforma* ..., p. 86.

<sup>364</sup> BRAGA, Teófilo – *História da Universidade de Coimbra* ..., p. 495.

<sup>365</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’- *Documentos da Reforma* ..., p. 94.

<sup>366</sup> BRAGA, Teófilo – *História da Universidade de Coimbra* ..., p. 560.

<sup>367</sup> LEMOS, D. Francisco de – *Relação Geral...*, p. 130.

<sup>368</sup> BRAGA, Teófilo – *História da Universidade de Coimbra* ..., p. 470.

<sup>369</sup> LEMOS, D. Francisco de – *Relação Geral...*, pp. 130.

<sup>370</sup> PIMENTEL, António Filipe – “Cidade do saber/cidade do poder ...”, p. 279.

<sup>371</sup> Ver Documento 14 em Anexo e também, LEMOS, D. Francisco de – *Relação Geral...*, p. 131.

encontro das novas exigências que o novo estabelecimento necessitava<sup>372</sup>. A ideia da demolição da Capela, que como atrás vimos beneficiaria outros estabelecimentos, ganha assim novo fôlego na cabeça do Reitor que afirma ser necessário também para assim dar espaço entre o Laboratório e os demais edifícios<sup>373</sup>. Logo de seguida entende que algumas das casas que então se encontravam próximas do Colégio das Artes teriam que ter o mesmo destino, procurando assim proporcionar uma melhor serventia ao edifício em questão. Rapidamente trata de tudo e compra as ditas casas para logo as mandar demolir<sup>374</sup>. Nesta decisão, a autonomia e a liberdade aderente a D. Francisco de Lemos é bem visível. Esta é mais um caso onde age de livre vontade, tomando decisões de relevo como foi o caso da aquisição que ficou em 171 mil réis e consequentemente trata de executar a demolição e só depois informa o valido.

E neste sentido a resposta de Carvalho e Melo é interessantíssima. A 5 de Outubro de 1773 responde e não só aceita o que pelo Reitor foi decidido e ordenado, em termos de demolições, como determina que assim sempre se proceda em situações semelhantes<sup>375</sup>. Mas como vimos, esta autorização vêm apenas oficializar o que o Reitor já de facto fazia servindo-se de toda a confiança em si depositada.

Sobre o Laboratório, as restantes missivas não acrescentam notícias de relevo sobre a ação do Reitor: apenas se deve realçar a última, que data de 23 de Novembro de 1775, e que aponta para a conclusão do mesmo<sup>376</sup>.

Quanto ao outro estabelecimento, o Gabinete de Historia Natural ou o Teatro da Natureza, serviria para “*para se recolherem nelle os Productos Naturaes, que por qualquer via adquirir a Universidade*”<sup>377</sup>. Tendo também por sede, como já se referiu, o Colégio de Jesus, foi consideravelmente menos referido na correspondência entre ambos. As únicas informações dizem respeito apenas a intervenções no edifício mas numa fase já relativamente adiantada: “*e tudo fica muito capaz de poder ser ja visto por qualquer curioso, q venha a esta Universidade.*”<sup>378</sup>.

Quanto a ação do prelado não se afasta muito do que já ficou exposto. O edifício escolhido não estava de forma alguma preparado para nenhum dos estabelecimentos que

---

<sup>372</sup> FERRAZ, Márcia H. M. – “A criação do Laboratório Químico da Universidade de Coimbra no final do Século XVIII”. *Divórcio entre cabeça e mãos? Laboratórios de Química em Portugal (1772-1955)*. Lisboa: Livraria Escolar Editora, 1998. p. 34.

<sup>373</sup> Ver Documento 14 em Anexo.

<sup>374</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 505 e 506.

<sup>375</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’- *Documentos da Reforma ...*, p. 103.

<sup>376</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’- *Documentos da Reforma ...*, p. 214.

<sup>377</sup> LEMOS, D. Francisco de – *Relação Geral...*, p. 128.

<sup>378</sup> Ver Documento 11 em Anexo.

Ihe foram destinados e daí a ação de D. Francisco de Lemos ser mesmo a adaptação, o que por sua vez exigiu diversas demolições e reconstruções.

Tal ideia é clara logo em 30 de Março de 1773, quando refere que se demoliram algumas paredes e também a 9 de Abril do mesmo ano quando pede a demolição da Capela de S. Borja já que também ia beneficiar o Gabinete de Historia Natural<sup>379</sup>. Em 18 de Maio as obras ainda decorriam mas surge então a informação de que as aulas tinham passado para um local temporário<sup>380</sup>. Embora não fosse possível definir quem ordenou tal mudança será muito provável que esta se tenha devido ao Reitor. Não só por que ficou evidente a pressa com que este laborou para garantir que o início das aulas se dava a tempo, como também já teria tomado a mesma resolução em situações semelhantes. E tudo isto, mais uma vez, não foi contestado pelo valido. Como exemplo fica a missiva de 30 de Junho de 1773 onde o mesmo reage positivamente a tudo o que fora feito<sup>381</sup>.

Após estas missivas poucas se seguem sobre o mesmo assunto e nada de novo trazem levando assim a que se torne necessário destacar a última: data de 23 de Novembro de 1775 ficando então já o Marquês com a informação de que as obras tinham terminado e que o Gabinete estaria pronto para as suas funções<sup>382</sup>. Esta informação é confirmada pelo próprio Reitor que, dois anos depois, refere que já estaria a funcionar em pleno<sup>383</sup>.

O que daqui podemos concluir é que de novo o Reitor volta a ter um papel ativo. Não como mero executante mas também como decisor. Mesmo que, para a decisão final tenha sempre que haver consonância entre os dois polos decisórios, Lisboa e Coimbra.

### **2.3.6. O Colégio das Artes e o Paço das Escolas.**

Não foram apenas as Faculdades, novas e restauradas, que exigiram reparações e adaptações: outros edifícios foram também intervencionados e de novo o Reitor foi decisivo.

Na *Relação*, D. Francisco de Lemos reporta tudo o que se fez tanto no edificio do Colégio das Artes como no Paço das Escolas. E desde logo se percebe que tiveram que sofrer várias e profundas alterações. E sinal disso mesmo é a frequência com que ambos são citados nas missivas, principalmente no ano de 1773. Contudo, de entre os dois,

---

<sup>379</sup> Ver Documento 12 e 14 em Anexo.

<sup>380</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 482.

<sup>381</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma* ..., p. 85.

<sup>382</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma* ..., p. 214.

<sup>383</sup> LEMOS, D. Francisco de – *Relação Geral*..., p. 130.

sobressai o Colégio e nesse sentido seguirá esta exposição. Na obra referida, o Reitor é claro quando diz que teve que tratar da intervenção a dois níveis, interno e externo<sup>384</sup>.

Mas prestemos um pouco mais de atenção à sua ação usando a correspondência analisada. A nível interno o Reitor demonstrou bem cedo uma preocupação diferente daquilo que se poderia pensar. Decide então, como já vimos, usar O Colégio das Artes de forma parcial e temporária para acolher as aulas dos estabelecimentos que então ainda não se tinham terminado<sup>385</sup>. De seguida começa a tratar da organização interna do edifício e das suas funcionalidades: sugerindo assim uma mudança que consistia na trasladação do refeitório e restantes oficinas para o andar de baixo, já que na altura o Colégio teria várias salas não utilizadas<sup>386</sup>. A esta ideia, que data de 24 de Junho de 1773, responde Pombal positivamente seis dias depois, permitindo assim que da sugestão se passasse a ação.

Quanto às mudanças externas o Reitor também se mostrou bastante ativo. O objetivo seria então apartar o edifício dos que o rodeavam para assim lhe dar algum espaço e afastamento dos demais<sup>387</sup>. Quando acima se disse que adquire umas casas para de seguida as demolir em benefício do novo Laboratório, a verdade é que esta decisão teve uma outra consequência. As casas de João António Bezerra eram vistas como um estorvo para as janelas das aulas do Colégio e também impossibilitavam o alargamento da rua, razões que para o Reitor foram mais que suficientes para as demolir<sup>388</sup>. Desta forma conseguiu então o seu principal objetivo, de espaçar o edifício dos restantes.

Já quanto às restantes missivas não foi possível concluir mais nenhuma ação de D. Francisco de Lemos neste domínio; podemos, contudo, destacar a última proveniente de Pombal e que data de 30 de Junho de 1774, pela qual recebemos a informação de que tais obras ainda decorriam mas já se apresentavam adiantadas<sup>389</sup>.

Relativamente ao Paço das Escolas, com breves referências nas missivas analisadas mas ainda assim bastante esclarecedoras, Genoveva Marques refere que a ação do prelado se fez sentir principalmente ao interior do edifício<sup>390</sup>. Após a consulta da *Relação* é fácil chegar a essa conclusão: aí o Reitor é claro quando refere que o maior

---

<sup>384</sup> LEMOS, D. Francisco de – *Relação Geral...*, p. 135.

<sup>385</sup> Como foi o caso das aulas de Filosofia, ver, BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, pp. 478.

<sup>386</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 493.

<sup>387</sup> LEMOS, D. Francisco de – *Relação Geral...*, p. 135.

<sup>388</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 505 e 506.

<sup>389</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 560.

<sup>390</sup> PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, p. 68.

problema estaria mesmo na divisão interna ausente de qualquer funcionalidade, impossibilitando assim qualquer comunicação entre compartimentos<sup>391</sup>. Já na fonte analisada as informações aparecem apenas em 1773, em 18 de Janeiro, e apontam já para uma fase adiantada. Por esta altura o prelado já teria começado com as adaptações internas e no sentido de melhorar a comunicação ordena que se trabalhe o corredor interno para as aulas<sup>392</sup>. Logo depois, já aconselhado por Elsdén e tendo em conta a opinião do Marquês, procede a mais modificações. Decide então suprimir as grades de ferro na varanda do edifício para aí construir uma galeria de janelas para tornar toda a área mais confortável, sem vento e frio, e para além disso continuaria servida com a luz que então já recebia<sup>393</sup>.

Mas no mesmo ano apresentou-se um outro problema. Como é fácil de concluir, as aulas iniciaram-se e prolongaram-se durante o decorrer das obras. Estas, com todos os seus inconvenientes característicos, vinham afetar o bom funcionamento das aulas, o que era inconcebível para D. Francisco de Lemos. Assim, entende que seria necessário mudar a serventia das obras para outro local para desta forma trazer a calma necessária para o bom decorrer das aulas. E para além disso iria desviar todo o entulho criado para um outro local<sup>394</sup>. E para a criação de uma nova zona de serventia, o Reitor entende que seria benéfico criar um novo acesso e para isso manda demolir um edifício (um palheiro) para assim formar uma rua onde se pudesse circular<sup>395</sup>.

Outra ação do prelado tem a ver com a prisão académica. A ele se deve a mudança desta, por ser considerada uma indecência, e no seu lugar foi criada uma espécie de arrecadação para as demais salas e aulas<sup>396</sup>. E a tudo isto respondeu o Marquês, e como foi hábito em quase tudo feito pelo Reitor, aceitando de bom grado o que foi executado<sup>397</sup>. Apesar de parcas, as informações recolhidas foram concretas e capazes de nos dar uma visão da ação do prelado. Mas esta foi ainda mais ampla do que o que se expôs. Uma das alterações mais profundas por si realizadas foi aquilo que António Pimentel refere como *galeria de circulação*<sup>398</sup>. E esta é acima de tudo elucidativa quanto a própria

---

<sup>391</sup> LEMOS, D. Francisco de – *Relação Geral...*, p. 136.

<sup>392</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 468.

<sup>393</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 468. Tal também já foi apontado por, PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, p. 69.

<sup>394</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 507.

<sup>395</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 507.

<sup>396</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 507 e 508.

<sup>397</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' – *Documentos da Reforma ...*, p. 103. Tal também já foi apontado por, PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, p. 69.

<sup>398</sup> PIMENTEL, António Filipe – “Cidade do saber/cidade do poder ...”, pp. 274.

personalidade de D. Francisco de Lemos, demonstrando a sua vertente mais controladora, mas não só: também podemos entender o que para ele significava o cargo de Reitor, que deveria ser, para todo o corpo académico, omnipresente. Assim entende que seria necessário, “*levantar o tecto das Varandas dos Geraes; e se formarem Corredores, que circulem todas as Aulas, e dão tribunas para ellas; das quaes pode o Reitor ver, e observar, o que se passa nas ditas Aulas.*”<sup>399</sup>.

O que mais uma vez fica claro é a autonomia e a muito considerável liberdade que acompanhou o prelado nesta sua cruzada. E como tem vindo a ficar exposto, não foi apenas nas soluções de menor dimensão, pelo contrário, a sua iniciativa foi uma presença, ou uma marcada omnipresença como neste último caso.

### **2.3.7. A Fabrica de Telha de vidro, demais matérias e a mão-de-obra.**

Mas o trabalho do Reitor não foi apenas a nível dos edifícios, isto porque não nos podemos esquecer que esta fase representa apenas um estágio dos muitos necessários para que as construções se fizessem. E uma dessas etapas consiste mesmo na necessidade de garantir a obtenção dos materiais a um preço acessível e com uma assiduidade eficaz para o sucesso da empreitada. Neste domínio, o prelado esteve incansável, segundo Teófilo Braga<sup>400</sup>. E não nos podemos olvidar que a necessidade de mão-de-obra também tem um peso decisivo.

Para resolver o primeiro dos problemas o Reitor criou uma fábrica de telha de vidro, o que na prática pode também ser entendido como uma importante inovação técnica. Nesta não se produziram apenas, como o próprio nome indica, telhas mas também azulejos e tijolos<sup>401</sup>. A nomenclatura foi diversa, *Nova Fabrica de telha vidrada, Fabrica da Rua João Cabreira, Fabrica das telhas* ou até *Fabrica de telha*<sup>402</sup>, e foi sugerida ao Marquês a 9 de Julho de 1773. O Reitor ficou impressionado com a durabilidade da telha vidrada que então cobria a Sala Grande e a Livraria e que se mantinha sem qualquer intervenção de manutenção<sup>403</sup>. Encontrada esta alternativa, depressa tratou de procurar saber os preços

---

<sup>399</sup> Para além do referido mandou também construir umas escadas no interior para facilitar o acesso, melhorou a Reitoria, formou novas aulas e mandou preparar tudo o necessário para as salas de aula, ver, LEMOS, D. Francisco de – *Relação Geral...*, p. 137 e Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, p. 70.

<sup>400</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 541.

<sup>401</sup> FRANCO, Matilde Pessoa de Figueiredo Sousa – «*Riscos das obras da Universidade de Coimbra*» o valioso álbum da Reforma Pombalina. Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro, 1983. p. 6.

<sup>402</sup> FRANCO, Matilde Pessoa de Figueiredo Sousa – «*Riscos das obras da Universidade de Coimbra*» ..., p. 6.

<sup>403</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 496.

do material chegando à conclusão de que para além de conseguir poupar na manutenção pouparia também nos custos de fabrico<sup>404</sup>. Tendo tudo isto em conta decidiu então iniciar a construção da fábrica, arrendando uma casa pelo preço de 25 mil reis anuais e mandando fazer aí os fornos para o fabrico dos materiais.

A tudo isto respondeu Pombal, no dia 15 de Julho de 1773 felicitando o prelado pela sua ideia. E de tal forma se mostrou empolgado com a nova fábrica, que refere que até os edifícios da capital iriam beneficiar com ela<sup>405</sup>. E embora não fosse possível encontrar mais nenhuma referência, sabemos que a dita fábrica se manteve em atividade até 1777; e segundo Matilde Franco, a julgar pela despesa, teve uma atividade bastante intensa<sup>406</sup>.

Como não foram apenas necessárias telhas e cerâmicas mas muitos outros materiais como madeiras, pedra, cal e ferragens foi essencial procurar que estes também se garantissem. Quanto às primeiras, em 1773, o Reitor ordena que os cortes das madeiras se vão fazendo no pinhal da Universidade, para assim não se perder mais tempo, e que se proceda também ao transporte das mesmas<sup>407</sup>. Mas, como fica explícito, eram necessários vários tipos de madeiras para diferentes funções, como por exemplo para caibros. E como estas não estariam disponíveis no dito pinhal, mas sim na mata de Coja, o prelado pede ao Marquês que autorize o seu corte visto que esta estaria na posse da coroa<sup>408</sup>. Quanto à pedra e cal o seu fornecimento também foi assegurado. No caso da cal o prelado apenas refere que esta ficaria à conta da Universidade sem com isto aprofundar o seu significado. Mas o que podemos deduzir é que seria aí produzida e depois transportada para os locais onde fosse necessário. Para a pedra, o Reitor não teve que procurar muito longe: como ele próprio ordenou várias demolições decidiu assim aproveitar a pedra daí resultante para as novas construções<sup>409</sup>. Para as ferragens decidiu que devido a razões financeiras e de qualidade do material, estas deveriam vir de fora.

Assim, a 2 de Maio de 1773, surge a resposta a tudo o que até aqui se apresentou: esta é claramente positiva, e Pombal não só aprova como também acede ao que lhe fora pedido, indicando que, no caso das ferragens, seria melhor tratar de as adquirir na cidade

---

<sup>404</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 496.

<sup>405</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma* ..., p. 95.

<sup>406</sup> FRANCO, Matilde Pessoa de Figueiredo Sousa – «*Riscos das obras da Universidade de Coimbra*» ..., p. 6.

<sup>407</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 477.

<sup>408</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 477 e 478.

<sup>409</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 478.

do Porto e que logo disso se cuidasse<sup>410</sup>. Mas nesta carta, o valido demonstra uma outra preocupação transversal a todas estas tarefas, a necessidade de arranjar pessoas de confiança para a supervisão de tudo o que foi referido. Tal pensamento também preocupava o Reitor que em 22 de Fevereiro de 1773 já tinha dado ordens nesse sentido<sup>411</sup>. E a 2 de Março do mesmo ano, mas numa missiva do prelado, dá novas ordens e indica ao professor de Gramática, Manoel de Paiva, que supervisionasse os cortes da madeira<sup>412</sup>.

Quanto à mão-de-obra as informações são parcas. Apenas algumas missivas merecem ser destacadas e todas pertencem a Pombal. Mas mesmo assim foi possível adiantar algumas conclusões. O problema que atormentava ambos era mesmo a falta de trabalhadores devidamente qualificados, o que por sua vez não só trazia atrasos como também flutuações nos orçamentos. E quanto á escolha e contratação de operários parece que foi feita em dois sentidos. Ou seria o Reitor a pedi-los, sendo Pombal a enviá-los desde Lisboa, ou este enviaria quem achasse necessário segundo o andamento das obras que lhe era reportado pelo prelado.

Isso mesmo nos mostra a missiva de 2 de Março de 1773, quando o Marquês questiona sobre a necessidade de estucadores, e se assim fosse bastaria ao Reitor pedir que estes seriam enviados de Lisboa<sup>413</sup>. Ou outra, de 20 de Julho do mesmo ano<sup>414</sup>, onde Pombal decide enviar o Mestre pedreiro Eusébio Vicente para Coimbra para aí auxiliar Elsdén<sup>415</sup>. No mesmo ano, a 2 de Outubro, o Marquês volta a enviar especialistas para a cidade coimbrã mas desta vez carpinteiros<sup>416</sup>. E se na missiva não são referidos os nomes dos enviados, apenas que seriam seis, Maria de Lurdes Craveiro entende que entre estes se encontraria o Mestre carpinteiro Manuel Alves Macombó<sup>417</sup>. O que também podemos concluir é que estes especialistas podiam até ter sido pedidos pelo Reitor e se não temos o pedido, temos uma citação que em muito nos pode esclarecer, “*E sendo precisos mais*

---

<sup>410</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’ - *Documentos da Reforma* ..., p. 80 e 81.

<sup>411</sup> BRAGA, Teófilo - *História da Universidade de Coimbra* ..., p. 477.

<sup>412</sup> Ver Documento 11 em Anexo. E como as aulas foram sempre uma preocupação constante na mente do Reitor trata logo de arranjar substituto para o lente em falta para assim garantir o andamento das aulas de gramática.

<sup>413</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’ - *Documentos da Reforma* ..., p. 78.

<sup>414</sup> Mas ainda antes desta data, em 15 de Julho, Pombal avisa que estaria já a caminho o Mestre Alvéneo, embora não especificasse qual a sua especialidade, ver, ALMEIDA, Manuel Lopes d’ - *Documentos da Reforma* ..., p. 95.

<sup>415</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’ - *Documentos da Reforma* ..., p. 96. Este acaba por permanecer em Coimbra até 1777 data em que perece, ver, CRAVEIRO, Maria de Lurdes dos Anjos - *Manuel Alves Macombó: arquiteto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade, 1990. p. 11.

<sup>416</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’ - *Documentos da Reforma* ..., pp. 99 e 100.

<sup>417</sup> CRAVEIRO, Maria de Lurdes dos Anjos - *Manuel Alves Macombó*..., p. 11.

*alguns destes, como dos outros Officios respectivos a essas obras, com avizo de V. S. a* *serão logo mandados.*<sup>418</sup>. Os carpinteiros enviados não foram suficientes, pois, logo a 18 de Outubro, o Reitor pedia a Pombal que enviasse mais operários peritos e que estes fossem trabalhadores eficazes e rápidos<sup>419</sup>.

Quanto ao problema atrás referido, a falta de produtividade resultante da mão-de-obra ineficaz, foi decidido pelo Reitor, após consulta com Elsdén e os mestres-de-obras, que seria conveniente “*de se darem de empreitada de maons por braças*”<sup>420</sup>. Procurando assim controlar melhor o trabalho e a produtividade que carecia de eficácia. Mas na mesma missiva é também visível um outro problema, o facto de alguns oficiais conseguirem escapar à supervisão dos inspetores.

E de novo podemos ver que D. Francisco de Lemos se mostrou bastante ativo mas, acima de tudo, continuou a demonstrar que os seus conhecimentos na área em questão não seriam em nada rudimentares.

## **2.4. A questão do ensino.**

### **2.4.1. Novos métodos, novas ideias e novas caras.**

#### **2.4.1.1. As aulas.**

A temática *Aulas* foi a segunda mais encontrada nas cartas com 37 referências em 131 missivas (Gráfico 2). Mas, apesar disso, não se fez sentir em todos os anos estudados, apenas marca presença nos três primeiros (Gráfico 9). Em 1772 foi mesmo uma das maiores percentagens com 19%, no ano seguinte permaneceu com a mesma tendência embora com 22% e por fim, em 1774, desce para 14% mas mesmo assim, em relação aos valores do mesmo ano, foi um dos mais elevados (Gráficos 3, 4 e 5.).

Podemos afirmar que durante este período o Reitor foi incansável na transmissão de informações acerca das matrículas, da abertura das aulas, do andamento das mesmas e também das avaliações. Quanto às matrículas, teve desde o início a preocupação de enviar ao Marquês os *Mapas dos Estudantes Matriculados* anualmente, oferecendo-lhe assim uma clara e pormenorizada imagem do número de estudantes.

Mas a sua ação foi bem mais específica e é logo visível em finais de 1772 inícios

---

<sup>418</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’ - *Documentos da Reforma ...*, pp. 99 e 100.

<sup>419</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, pp. 516 e 517. O pedido foi rapidamente atendido, no final do mesmo mês Pombal trata de enviar mais carpinteiros para Coimbra, ver, ALMEIDA, Manuel Lopes d’ - *Documentos da Reforma ...*, pp. 113 e 114.

<sup>420</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’ - *Documentos da Reforma ...*, p. 163.

de 1773. Adepto de uma disciplina rígida e de um controlo apertado, decide aplicar tais premissas à assiduidade dos estudantes. Esta ideia, que para Teófilo Braga teve mais de negativo do que positivo, consistia em que o estudante fosse também *Apontador*, tomando assim conta das faltas dos outros estudantes<sup>421</sup>. A juntar a esta ideia surge outra iniciativa que teria como objetivo a verificação do aproveitamento dos alunos. Assim, manda que os *Catálogos* e os *Livros de Apontadores* tenham espaço para que cada Lente registre o progresso individual de cada aluno<sup>422</sup>. Estes dados deveriam depois ser discutidos nas reuniões da respetiva congregação<sup>423</sup>.

De seguida (em termos de número de referências) vêm os preparatórios, antes do ingresso, e aqui o prelado volta a deixar a sua marca. Para que tudo se desse conforme o desejado, decide passar o exame dos estudos preparatórios para a Casa dos Exames Privados e como supervisor, em seu lugar, escolhe o Lente Tomas Pedro da Rocha<sup>424</sup>. A abertura das aulas, mais célere possível, sempre foi um dos objetivos do Reitor e prova disso mesmo foi a sua decisão quanto às aulas de Medicina em 1772. O problema estaria então nos compêndios que ainda não tinham chegado mas mesmo assim opta por manter a abertura das lições<sup>425</sup>.

D. Francisco de Lemos acabou por não ter uma vida fácil e mesmo durante o andamento das aulas foi várias vezes chamado a intervir. Exemplo disso foram mesmo as alterações que teve que fazer, mudando algumas aulas mais numerosas para salas mais amplas, a supressão de algumas cadeiras devido à falta de alunos e, em sentido oposto, a divisão de aulas em mais do que uma turma devido ao número elevado de alunos<sup>426</sup>. Mas os problemas no decorrer das aulas foram ainda mais complicados, chegando mesmo a causar algum desconforto entre alguns Lentes. Desta forma o Reitor decide fazer algumas modificações internas e passa as aulas ordinárias das Faculdades para o interior do pátio das escolas, vagando assim outras salas para outras aulas, terminado de vez com todas as

---

<sup>421</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 467. Esta prática não seria nova, portanto estaremos a falar de uma reintrodução da mesma. A resposta a esta ação foi positiva por parte de Pombal, ver, ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma* ..., p. 70.

<sup>422</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 517 e 518.

<sup>423</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 518. Pombal responde a esta proposta em 15 de Fevereiro de 1774 felicitando o prelado pela sua ação, ver, ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma* ..., p. 123.

<sup>424</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 447 e 448. Esta ideia foi bem aceite por Pombal, ver, ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma* ..., p. 55.

<sup>425</sup> Esta decisão foi bem acolhida por Pombal, também ele um muito interessado no início das aulas, ver, ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma* ..., p. 62.

<sup>426</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 466, 482 e 522.

confusões e desagrados<sup>427</sup>.

A sua atenção ao estipulado nos Estatutos também foi evidente. Em 1773, quase no final do ano e talvez já com algum atraso, trata de acrescentar a cadeira de Geometria ao plano de estudos dos teólogos e dos juristas<sup>428</sup>. Mas esta alteração, no início, não teve a frequência desejada, a falta de alunos foi uma constante na generalidade, por isso o Reitor ordena que o controlo de faltas seja bem mais apertado para assim não só registar mas também procurar averiguar o porquê do problema, para depois agir em conformidade<sup>429</sup>.

Por fim, como acontece em qualquer percurso académico, chega a altura das avaliações de conhecimentos, os exames ou atos. E quanto à ação do Reitor a primeira informação que sobressai vem-nos das palavras do Marquês que suprime uma das dúvidas do prelado, indicando-lhe que a sua pessoa cabia a atribuição dos graus de Cânones e Leis e mais ninguém o podia substituir<sup>430</sup>. Mas chega também a intervir na forma da realização dos exames. Como considerava que a forma usada, que consistia em examinar duas turmas diariamente, era demasiado demorada, prefere optar pelo exame de uma turma, seis alunos, por dia, o que por sua vez não só seria menos demorado como poderia também ter alguns benefícios, já que menos alunos podiam significar mais tempo para cada examinado<sup>431</sup>.

Outro problema que se deu resultou de algumas lacunas dos Estatutos relativamente a esta fase. Para suprimir as falhas, que seriam o termo a usar aquando do colação dos graus e o pagamento das propinas no ato do exame, o Reitor sugere duas soluções. À primeira, onde se debatia o uso do *Auctoritate Apostolica* ou do *Auctoritate Regia*, digna da nova mentalidade dos reformadores e daquilo que se queria implementar a nível universitário e nacional, responde o Reitor com uma solução temporária que seria o uso de *Auctoritate qua fungor*, poupando assim desavenças desnecessárias<sup>432</sup>. Quanto a

---

<sup>427</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 506 e 507. E em Outubro de 1773 o Marquês responde aceitando a alteração, ver, ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma* ..., p. 102.

<sup>428</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 522. Esta ação acabou por ser aceite pouco depois, ver, ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma* ..., pp. 121 e 122.

<sup>429</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 548.

<sup>430</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma* ..., p. 90.

<sup>431</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 488. Vd. Também PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos*..., p. 46.

<sup>432</sup> Mas esta decisão que seria provisória, representativa do embate entre o Imperio e o sacerdócio segundo Teófilo Braga, acabou por se tornar permanente apesar da vontade inicial do valido. Ver BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 487 e 488, e ver também, ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma* ..., pp. 92 e 93.

propina dos atos o Reitor entende que estas se deveriam pagar aquando do dito mas não adiantou nenhum valor, preferindo aguardar por novas ordens<sup>433</sup>. O que acabou por não acontecer: em vez disso o Marquês pede ao prelado que reúna informações que possam auxiliar a resolução do problema<sup>434</sup>.

Mas a ação do Reitor foi ainda mais longe, chegando mesmo a intervir em algumas avaliações. Como foi o caso do quinto ano de Medicina, em 1773, onde o prelado após visualizar a prestação dos estudantes nos atos, entendeu que deveriam ser “retardados” para voltarem a frequentar as aulas desse ano<sup>435</sup>.

Mas para além de tudo o que ficou exposto importa ainda realçar uma outra preocupação do Reitor, a falta de interessados em Teologia que então teria algumas cadeiras sem alunos. Assim entende que deve colocar o problema a Pombal sugerindo também que este trate de conseguir trazer os clérigos seculares para o percurso académico, suprimindo assim as vagas<sup>436</sup>. O Marquês responde a 15 de Dezembro referindo que a questão dos seculares brevemente estaria resolvida<sup>437</sup>.

Esta patente liberdade pode muito bem ter a sua razão não só na confiança depositada mas também no facto de o Reitor ter uma posição ímpar. O facto de ser uma presença constante em todas as fases do percurso académico, desde as matrículas às avaliações, tornava-o um interlocutor privilegiado, a ponto de todas as suas sugestões serem aceites pelo Marquês. E para além disso era ele que estava em constante contacto com as Congregações, podendo assim não só influir nas suas decisões como aconselhar-se com os Lentes que diretamente trabalhavam com os estudantes.

#### 2.4.1.2. Os Lentes.

Com o impulso reformista de 1772 a posição dos docentes também se viu alterada, para além da ideia de lente como mestre e inventor, como acima vimos. Outra inovação está também no aparecimento de uma nova categoria, a de substituto<sup>438</sup>. Passaram também

---

<sup>433</sup> Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 490.

<sup>434</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’ - *Documentos da Reforma ...*, p. 92 a 94.

<sup>435</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, pp. 497 e 498.

<sup>436</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 523. A mesma ideia já foi realçada em, PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, p. 28.

<sup>437</sup> Mas segundo Pombal o problema seria mais complexo e ainda faltava convencer as várias ordens religiosas que o percurso académico deveria ser uma prioridade, ver, ALMEIDA, Manuel Lopes d’ - *Documentos da Reforma ...*, pp. 120 a 123.

<sup>438</sup> Como o próprio nome indica, a este cabia intervir quando o Lente por qualquer motivo faltava. Os substitutos passaram a ser permanentes e a ser parte integrante da docência na instituição passando por isso a receber uma remuneração. Ver, FONSECA, Fernando Taveira da – “A dimensão pedagógica da Reforma de 1722 ...”, pp. 62 e 63.

a existir as Congregações nas várias faculdades, organizando desta forma o respetivo corpo docente<sup>439</sup>. Mas inicialmente a preocupação foi outra e consistia na procura dos lentes com capacidade, para se manterem, e na promoção da saída daqueles que não tinham capacidade de aplicar o que então de novo se passou a exigir. No caso dos últimos, o Marquês opta pela jubilação embora houvesse outros casos, poucos, onde se concede a benesse de uma conezia doutoral<sup>440</sup>. Mas antes de se proceder ao afastamento era necessário conhecer quem devia ou não sair e é aqui que começa a ação de D. Francisco de Lemos na questão dos lentes.

A correspondência analisada já não nos dá essa imagem, pois começa bem mais tarde, mas segundo Teófilo Braga foi por volta de Setembro de 1772 que o prelado foi incumbido de realizar as listas de dispensas e permanências<sup>441</sup>. Para a realização da mesma o Reitor obteve uma autorização para supervisionar as aulas de forma a avaliar os lentes para a elaboração das listas, para de seguida os eleitos tomarem posse e começarem as suas funções.<sup>442</sup>

E é logo pouco depois que começa a fonte aqui em análise e já nos traz outras informações. Se atentarmos ao Gráfico 2 podemos ver que a questão dos Lentes teve uma presença importante com 36 referências nas 131 missivas analisadas. Já o Gráfico 8 mostra-nos que foi uma preocupação constante pois manteve-se de 1772 até 1774, desaparecendo em 1775, para surgir logo no ano seguinte. O mesmo fica provado pelas percentagens anuais que nos demonstram uma preocupação crescente. Para 1772 os valores foram de 17%, enquanto que em 1773 subiram para 20% para logo no ano seguinte descerem para 12% mas é no ultimo ano, em 1776, que se dá a maior subida, para 40% (Gráfico 3, 4, 5 e 7). Depois da análise mais aprofundada podemos chegar a uma conclusão evidente, a contratação de Lentes e substitutos foi, ao longo do período estudado, uma tarefa partilhada.

E mesmo quando estes foram escolhidos pelo valido, o Reitor tinha outras tarefas a desempenhar e estas não menos importantes. Os eleitos do Marquês como foi o caso de

---

<sup>439</sup> E que por sua vez formariam a Congregação Geral, ver, FONSECA, Fernando Taveira da – “A dimensão pedagógica da Reforma de 1722 ...”, pp. 63 e 64.

<sup>440</sup> FONSECA, Fernando Taveira da – “A dimensão pedagógica da Reforma de 1722 ...”, p. 62.

<sup>441</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 421.

<sup>442</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, pp. 426 e 429. Segundo o autor estes não estariam preparados para começar as suas funções, ver, BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 509.

Domingos Vandelli<sup>443</sup>, José Francisco Leal<sup>444</sup>, António Dallabella<sup>445</sup>, Paulo Hodar<sup>446</sup>, José Anastácio da Cunha entre outros<sup>447</sup>. Depois de se terem apresentado ao Marquês para tomarem posse, como foi hábito, cabia a D. Francisco de Lemos direcionar os eleitos para as suas novas funções<sup>448</sup>. Esta tarefa do Reitor tem que ser entendida, para além de uma consequência do seu cargo, como uma forma de preparar tudo o mais rápido possível para o bom funcionamento das aulas<sup>449</sup>.

Mas houve outros casos que pediram a intervenção do Reitor, como as vagas na Congregação de Medicina, e este opta então por preencher certas falhas direcionando alguns Lentes para os lugares vagos. Isso mesmo aconteceu em 1774 quando a Congregação de Medicina não conseguiu reunir o número suficiente de Lentes para as votações. Para resolver o problema, o Reitor, com a sua lucidez de sempre segundo Teófilo Braga, propõe que tais faltas se suprimissem com a entrada de três lentes de filosofia na dita congregação<sup>450</sup>.

Outra tarefa que foi da responsabilidade do prelado foi a de tratar do alojamento para os novos docentes. E se só foi possível encontrar um exemplo disso, não nos podemos esquecer que vários foram os Lentes que chegaram de fora e que também necessitavam de alojamento. O que me leva a crer que tal tarefa foi bem mais rotineira do que aquilo que as missivas indicam. Quanto ao único caso encontrado, data de 1772 e diz respeito ao Lente Miguel António Ciera e à sua família, que então estariam para chegar a cidade e

---

<sup>443</sup> Este chega a Portugal pelas mãos de Pombal inicialmente para dirigir o Real Jardim Botânico da Ajuda e só posteriormente é que chega à Universidade. Quanto a este Lente e o seu percurso ver, PROENÇA-MAMEDE, Eduardo – “Domingos Vandelli - uma biografia transnatural”: [http://www.artez.pt/textos/gtdv/eduardo\\_p\\_mamede.pdf](http://www.artez.pt/textos/gtdv/eduardo_p_mamede.pdf) (visto em 27-04-2015), e também, COSTA, A. M. Amorim da – “As ciências naturais...”, p. 170.

<sup>444</sup> MARTINS, Décio Ruivo – “Brasileiros na Reforma Pombalina: criando novos caminhos da ciência entre Portugal e o Brasil”: [http://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/Textos/brasileiros/bras](http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/Textos/brasileiros/bras) (visto em 23-04-2015). pp. 4 a 6.

<sup>445</sup> MARTINS, Décio Ruivo – “A Faculdade de Filosofia Natural da Universidade de Coimbra de 1772 a 1911”: [http://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/Textos/facfilonatural/afac](http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/Textos/facfilonatural/afac) (visto em 22-04-2015). p. 3, e também, COSTA, A. M. Amorim da – “As ciências naturais...”, p. 170.

<sup>446</sup> Ver Documento 9 em Anexo.

<sup>447</sup> A nomeação deste último foi bastante discutida entre os dois reformistas. O Reitor mostrou-se preocupado pelo facto de este não ter ainda o Doutoramento. Tais dúvidas precisaram de ser apaziguadas pelo Marquês que por sua vez não hesita em arranjar solução para o problema, referindo que outros se fizeram da mesma maneira e que depois se iria promover o grau, ver, ALMEIDA, Manuel Lopes d’- *Documentos da Reforma* ..., pp. 107 e 108. O assunto reaparece em 12 de Outubro de 1773 onde o Reitor já tinha superado o problema inicial embora este poderia ter-se ficado a dever a intervenção de um terceiro, José Monteiro da Rocha, que não simpatizava com o Lente proposto, ver, BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 513 e 514.

<sup>448</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’- *Documentos da Reforma* ..., p. 54.

<sup>449</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’- *Documentos da Reforma* ..., p. 85.

<sup>450</sup> Os Lentes em questão foram, Domingos Vandelli, António Dalla Bella e Miguel Franzini, ver, BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 551 e 552 (nota 1).

nesse sentido Pombal incumbe o prelado de lhes proporcionar alojamento.<sup>451</sup>.

Mas como se disse, o Reitor não foi apenas um executor, a sua liberdade volta a ser visível na escolha de docentes (Lentes, substitutos e auxiliares). Esta fica logo visível em 1772 quando Pombal se mostra claro quanto a esta questão, “*Deixando contudo ao Arbitrio de V. S.<sup>a</sup> substituir nos Cursos Mathematicos, e Filosoficos os Professores, que achar mais habeis, e mais expeditos; e tambem dar substitutos a todos os que fôrem impedidos por quaesquer Accidentes: De sorte que a Obra não páre, antes seja concluída com toda a brevidade possível.*”<sup>452</sup>. O mesmo acontece após a nomeação do Dr. José Marcelino dos Santos para Bispo de Angra. A vaga então deixada por este foi preenchida pelo Reitor que teve que encontrar o seu sucessor<sup>453</sup>.

Outra situação que necessitou da intervenção do prelado estava ligada com o preenchimento de vagas resultantes das aposentações, como foi o caso do Lente Simão Gould<sup>454</sup>. Mas por esta altura começam a surgir vários problemas com as vagas ainda por resolver. Medicina, Matemática, Leis e Cânones tinham, em 1773, falta de Lentes. Quanto à primeira faculdade, o prelado consegue arranjar uma solução provisória distribuindo as cadeiras vagas pelos restantes Lentes<sup>455</sup>. Para as restantes o problema nasceu das várias promoções a Bispos por parte de alguns dos Lentes<sup>456</sup>. Tudo isto veio dificultar bastante a tarefa do Reitor que em 18 de Outubro de 1773 ainda não tinha conseguido encontrar indivíduos capazes para as vagas em questão<sup>457</sup>.

O que na altura perturbava o prelado seria mesmo a forma de provimento das cadeiras vagas, a que se dava o nome de *ascenso*. Este sistema, segundo ele, pecava por não colocar as qualidades dos candidatos como atributo principal para ocupar o lugar vago<sup>458</sup>. Mas esta preocupação também já tinha sido apontada pelo valido que algum tempo antes teria até já referido que o provimento se deveria fazer pelo mérito<sup>459</sup>. Mas a 15 de Dezembro torna-se ainda mais claro quando refere que o mérito deveria sobrepor-se, e que mais ninguém para além do Reitor estaria em melhor posição de garantir que assim acontecia. Ao prelado deveria caber a função de supervisionar e avaliar os escolhidos e depois da escolha dos melhores deveria propô-los ao Marquês para que

---

<sup>451</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’ - *Documentos da Reforma* ..., p. 65.

<sup>452</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’ - *Documentos da Reforma* ..., p. 52.

<sup>453</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’ - *Documentos da Reforma* ..., p. 68.

<sup>454</sup> BRAGA, Teófilo - *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 509.

<sup>455</sup> BRAGA, Teófilo - *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 511.

<sup>456</sup> BRAGA, Teófilo - *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 514.

<sup>457</sup> BRAGA, Teófilo - *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 516.

<sup>458</sup> BRAGA, Teófilo - *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 529.

<sup>459</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’ - *Documentos da Reforma* ..., pp. 116 e 117.

tomassem posse<sup>460</sup>. Com isto, a responsabilidade maior iria recair sobre Reitor, o que por sua vez é bem demonstrativo da confiança no seu trabalho. Quanto à questão das vagas nas faculdades referidas, acabaram por ser lentamente ocupadas.

Mas a necessidade de tratar das vagas também poderia ter como origem outro tipo de acontecimentos, como o falecimento dos Lentes, possível de ver em dois casos. O primeiro foi o de D. Bernardo da Encarnação (1773) e o segundo o do Dr. Manuel José Alvares de Carvalho (1776) e mais uma vez coube a D. Francisco de Lemos propor quem os rendesse<sup>461</sup>.

O trabalho do prelado foi também visível numa outra vacatura, a da recém-criada cadeira de desenho e arquitetura. Nesta, o problema residia no facto de, em Coimbra, não existir ninguém com conhecimentos para reger a dita cadeira. Assim opta por propor um italiano que se encontrava em Lisboa, V. Stopani, e um português, cujo nome não foi mencionado, que estaria a estudar em Bolonha e que já tinha dado provas de grande competência<sup>462</sup>. A estas sugestões dá Pombal a sua opinião em 15 de Dezembro de 1773 mostrando-se irreversivelmente adepto do dito português a tal ponto suspender a abertura da cadeira até que este estivesse em condições de a reger<sup>463</sup>.

Mas a ação do Reitor vê-se também de uma outra forma, a sua atenção para com aquilo que podemos chamar de novos talentos. O primeiro exemplo disso foi Francisco Tavares, estudante em Medicina, que foi proposto pelo Reitor para o cargo de Demonstrador de Matéria Medica em 1773<sup>464</sup>. Mas este não foi caso único, ainda no mesmo ano, um outro aluno, António Caetano, acaba também por se destacar e o prelado não perde tempo e referencia-o ao valido. Este deveria ter-se destacado de forma impressionante já que D. Francisco de Lemos indica que tudo se devia fazer para garantir que o estudante seguisse a vida académica<sup>465</sup>. No ano seguinte nova descoberta do Reitor: Caetano Rosado, que foi por si indigitado para Demonstrador em Física Experimental<sup>466</sup>.

---

<sup>460</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 530.

<sup>461</sup> Ver respetivamente, ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma* ..., pp. 112 e 227.

<sup>462</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 541.

<sup>463</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma* ..., pp. 119 e 120.

<sup>464</sup> Viria a prosseguir a carreira académica chegando a Lente em 1783, ver, BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 511.

<sup>465</sup> António Caetano do Amaral, acaba por se destacar na Academia Real das Ciências, ver, BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 518 e 519.

<sup>466</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 552 e 553. Na resposta a esta nomeação o valido refere que o eleito não iria apenas servir como Demonstrador mas também de Substituto e nesse sentido entende que seria necessário questionar de novo o Reitor sobre a sua nomeação, mas quanto a decisão final não foi possível encontrar mais nenhuma missiva, ver, ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma* ..., pp. 144 e 145.

Mas para o bom andamento das aulas era também necessário outro tipo de ajudantes. Em 1773 colocou-se o problema de que certas aulas teriam excesso de alunos e alguns professores queixaram-se disso mesmo. Assim Pombal encarrega o Reitor de tratar de arranjar alguns ajudantes ou de promover um maior número de substitutos<sup>467</sup>.

A questão dos vencimentos, apesar de breve, também se fez sentir nas cartas analisadas. A maior preocupação do Reitor esteve na atribuição de determinados ordenados que porventura pudessem causar algum descontentamento entre o corpo docente. Assim aconteceu com o vencimento de Luis Cecchi, para o qual o prelado, tendo em conta com as suas competências, estabelece um valor e consequentemente apresenta-o ao Marquês<sup>468</sup>. No ano seguinte o problema estaria no vencimento, após aposentadoria, de Simão Gould. Antes de adiantar qualquer quantia, opta primeiro por questionar Pombal devido a rápida passagem do Lente pela instituição<sup>469</sup>.

Antes de terminar referirei outra ação do Reitor neste domínio. O que foi possível identificar é que foi pedido ao prelado que apontasse alguns Lentes para outras funções externas à instituição. O primeiro exemplo foi em 1774 quando aponta, a pedido de Pombal, José Monteiro da Rocha<sup>470</sup> para uma conezia magistral na Sé de Leiria<sup>471</sup>. Dois anos depois o mesmo sucede e o bafejado é o mesmo. Tratava-se, em 1776, de indicar o Principal do Real Colégio dos Nobres das Três Províncias. Desta feita o Reitor entende que tal cargo deveria ser ocupado por um Lente da Universidade e propõe de novo o matemático<sup>472</sup>.

Embora não haja mais referências podemos questionar até que ponto o Reitor não influenciou também a escolha de João Marcelino dos Santos para Bispo de Angra em 1774. Se atentarmos ao agradecimento de tal benesse podemos ficar com essa impressão, *“E como tambem tenho tantos motivos p.<sup>a</sup> estimar a nomeação que S, Mag.<sup>e</sup> foi servido fazer do Provisor deste Bispado p.<sup>a</sup> Bispo da Cathedral de Angra; beijo igualm<sup>te</sup> por ella as Maos de V. Ex.<sup>a</sup>; reconhecendo neste benef.<sup>o</sup> da Lembr.<sup>a</sup> e da Protecção de V. Ex.<sup>a</sup>”*<sup>473</sup>.

---

<sup>467</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma ...*, p. 108.

<sup>468</sup> BRAGA, Teófilo - *Historia da Universidade de Coimbra ...*, pp. 443 e 444. A proposta foi aceite conforme carta de 7 de Novembro de 1772. (ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma ...*, p. 51.)

<sup>469</sup> Pombal sugere que lhe seja dado metade do vencimento devido a esse mesmo facto, ver, BRAGA, Teófilo - *Historia da Universidade de Coimbra ...*, pp. 511 e 512.

<sup>470</sup> Este já antes teria sido beneficiado pelo Reitor: em 1772 o prelado trata de apontar o matemático ao Marquês e pouco depois entra na docência na Faculdade de Matemática, ver, MARTINS, Décio Ruivo - *“As ciências fisico-matemáticas...”*, p. 219.

<sup>471</sup> BRAGA, Teófilo - *Historia da Universidade de Coimbra ...*, pp. 543 e 544.

<sup>472</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma ...*, p. 238.

<sup>473</sup> Ver Documento 1 em Anexo.

Retomando a conclusão anterior, de que esta tarefa foi conjunta, podemos categoricamente afirmar que nesta questão continuamos a ter dois polos decisórios.

A este assunto, dos Lentes, é ainda possível associar um outro, o desenvolvimento científico. Isto porque as poucas referências encontradas (2 em 131, Gráfico 2) dizem respeito a alguns lentes e à Congregação de Medicina<sup>474</sup>.

Em 1773 o Reitor reporta ao valido o sucesso que foi a ida do lente Vandelli às minas de carvão da Figueira da Foz, referindo que se tratou de um achado. Desta resultou a ida de várias amostras para o museu para serem analisadas pelos restantes lentes<sup>475</sup>.

No caso que envolveu a Congregação de Medicina, estamos perante a resposta a uma preocupação do Marquês. O *mal de S. Lázaro* (lepra), que ainda não teria cura, atormentava a colónia brasileira: para tentar resolver o problema o Marquês solicitou que ele fosse examinado pela dita congregação, em conjunto com João Francisco Ravin, médico que durante muitos anos trabalhara no Brasil, no sentido de se encontrar um melhor tratamento<sup>476</sup>. Assim deveria este corpo manter uma ativa correspondência com Ravin mesmo quando este fosse para o Rio de Janeiro e por sua vez deveria ser realizada uma constante atualização do assunto. E em todos estes passos, deveria então intervir o Reitor assegurando-se que tudo corria conforme o estipulado.

#### **2.4.1.3. Compêndios.**

Como se disse, uma das inovações da Reforma foi a adoção dos Compêndios que passaram então a substituir as postilas<sup>477</sup>. Seria necessário que estes fossem não só atualizados, no que diz respeito aos progressos da época, mas também que fossem claros e breves<sup>478</sup>. A necessidade levou a que muitas das obras fossem de autores não nacionais; para Manuel Augusto Rodrigues foi a ausência de obras de qualidade de autores portugueses que levou a tais escolhas<sup>479</sup>. Na fonte analisada isso mesmo é visível, os compêndios referenciados são todos de autores estrangeiros.

---

<sup>474</sup> Quanto aos anos encontrados foram apenas dois, 1773 com 1% e 1774 com a mesma percentagem (Gráficos 4 e 5).

<sup>475</sup> Este produto foi considerado de altíssima qualidade, ver, Documento 11 em Anexo.

<sup>476</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma ...*, pp. 150 a 153.

<sup>477</sup> PROENÇA, Genoveva Marques - *D. Francisco de Lemos...*, p. 24.

<sup>478</sup> MERÊA, Paulo - *Estudos de história do ensino jurídico em Portugal (1772-1902)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005. Pp. 16.

<sup>479</sup> RODRIGUES, Manuel Augusto - "Alguns aspectos da Reforma ...", p. 214. Para saber mais sobre alguns dos autores escolhidos, ver, RODRIGUES, Manuel Augusto - *A Universidade de Coimbra...*, p. 42.

Passando então à análise, o tema dos *Compêndios* esteve muito próximo dos já analisados com 34 referências em 131 missivas (Gráfico 2). A sua presença foi bastante vincada acabando por se fazer sentir interruptamente de 1772 a 1775 (Gráfico 8). No primeiro ano foi definitivamente a maior preocupação com 22% e no seguinte desce para 17% (Gráficos 3 e 4). Esta tendência de descida acentuou-se em 1774 com 9% mas é no último ano em que se fez sentir que sobe substancialmente para os 27% (Gráficos 5 e 6).

Tal com já anteriormente concluímos para outros temas, o que aqui também ficou evidente é que este assunto foi uma tarefa conjunta. Mas mais do que isso, nesta tarefa participou ainda uma terceira parte, a Real Mesa Censória. O que por sua vez não seria do agrado do Reitor levando assim a uma breve tensão. Esta submissão que representava um controlo ideológico não se deu apenas na Universidade mas foi transversal a todos os domínios do Reino<sup>480</sup>. E a tensão já se tinha feito sentir ainda antes da aplicação da Reforma: em Julho de 1772 já Fr. Manuel do Cenáculo se opunha a qualquer ideia de isenção da Universidade quanto à questão dos compêndios<sup>481</sup>.

No final do ano o problema ainda se mantinha e o prelado teve que se dirigir ao valido para dissipar algumas dúvidas. Assim, pouco contente com esta situação de dependência, dirige-se a Pombal apontando para certas contradições com o estipulado nos Estatutos<sup>482</sup>. Na resposta, de forma esquiva segundo Teófilo Braga, o ministro aponta a superioridade da vontade Régia para assim não incomodar nenhuma das partes<sup>483</sup>. Nas suas palavras fica visível que a situação não se iria alterar e que a sua preocupação seria mesmo o controlo ideológico, “*O Tribunal da Meza Censoria he mais antigo do que os Estatutos. [...] E a Universidade, e as suas Congregaçoens; posto que sejam de tanta autoridade; nem saõ Tribunaes Regios, como os dous asima referidos; nem estamparam nunca as suas mesmas Conclusoens, sem pedirem Licenças. [...] seria isto o mesmo que abrir huma Palestra para Gladiadores futuros. [...] E daqui viria a resultar huma guerra de penna entre Censores Regios, e Academicos, que nunca se acabasse*”<sup>484</sup>.

Outro dos problemas patentes na correspondência foi mesmo o atraso dos livros para as aulas. Como a tipografia universitária ainda estaria em construção, coube á tipografia régia tratar das impressões que posteriormente seriam enviadas, por mar (pelo

---

<sup>480</sup> CARVALHO, Rómulo de – História do ensino em Portugal ...”, pp. 467 e 468.

<sup>481</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 451.

<sup>482</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 451 e 452.

<sup>483</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 451.

<sup>484</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’- *Documentos da Reforma* ..., p. 58. A resposta, esclarecedora, acabou por ter o efeito pretendido, pois o prelado não voltou a referir o assunto apesar de esta situação não ser a ideal para ele.

porto da Figueira) ou por terra (através de carroças), para a Universidade. Tudo isto vem gerar o inconveniente dos atrasos na entrega dos livros para as aulas, o que ficou visível na correspondência onde várias vezes o Reitor teve que pedir que o envio se apressasse. Esta situação chegou mesmo a gerar alguns extremos como foi o caso do adiamento da abertura de algumas Faculdades em 1772<sup>485</sup>. Nesta fase em que a dependência de Lisboa era uma evidência clara, a ação do Reitor não envolveu apenas o Marquês mas também Nicolao Pagliarini<sup>486</sup>. Pombal refere que o Reitor deveria dirigir-se a este, um dos Diretores da Imprensa Régia, para assim participar quais as necessidades mais urgentes, mas, apesar disso, o valido nunca se afastou desta tarefa.

Mas não foram apenas as impressões que requereram a atenção de ambos, era necessário também procurar preencher algumas lacunas de determinados compêndios a usar para as aulas. Muitas das obras utilizadas foram estipuladas pela Junta de Providência Literária, mas não foi possível tratar de tudo e foi esta falha que os reformadores tiveram de suprir<sup>487</sup>. Assim, o método de escolha foi o seguinte: o Reitor reunia a respetiva Congregação e em conjunto seria escolhido o autor e a obra e logo depois cabia ao prelado indicá-lo ao valido para a respetiva aprovação, embora fosse também necessário passar pelo crivo da Real Mesa Censória. Isso mesmo aconteceu com os livros de *Logica e Metafisica* de António Genovese em 1773<sup>488</sup>. E no mesmo ano foram também indicadas as obras de M. Bezout para Matemática<sup>489</sup>. Outro caso idêntico data já de 1775 e diz respeito à obra de Heinécio, *Elementos de Filosofia Racional e Moral*<sup>490</sup>, e também às

---

<sup>485</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 546.

<sup>486</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' – *Documentos da Reforma ...*, p. 60.

<sup>487</sup> Segundo Ana Cristina Araújo, parte considerável desses manuais já estariam na livraria pública do Paço das Escolas (ARAÚJO, Ana Cristina – “Dirigismo cultural ...”, pp. 32). A ação de D. Francisco de Lemos quanto à questão dos Compêndios começa nesta fase: antes da Reforma a ele coube escolher os compêndios para Teologia (PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, p. 16). Para o mesmo curso é possível ver as obras por si escolhidas em LEMOS, D. Francisco de – *Relação Geral...*, pp. 22 a 24. Já quanto aos restantes cursos, o Reitor fornece a mesma informação (LEMOS, D. Francisco de – *Relação Geral...*, pp. 56 a 58, 69 e 70, 82 e 83 e 103).

<sup>488</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, pp. 473 e 474. O mesmo já foi evidenciado por PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, p. 25. A resposta do valido é bem clara quanto ao processo então utilizado (ALMEIDA, Manuel Lopes d' – *Documentos da Reforma ...*, p. 75). Já após a aprovação, o Reitor foi rápido em ordenar a impressão devido à necessidade que das obras se fazia sentir (ver Documento 6 em Anexo). Quanto aos autores dos compêndios ver ANTUNES, José – “Notas sobre o sentido ideológico da Reforma...”, p. 188.

<sup>489</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, pp. 515. Em 21 de Outubro do mesmo ano, as obras recomendadas acabaram por ser aceites (ALMEIDA, Manuel Lopes d' – *Documentos da Reforma ...*, pp. 113 e 114). Uma das primeiras atividades de José Monteiro da Rocha, Lente de Matemática, foi mesmo a tradução de algumas obras e nestas se incluem as de Bezout (MARTINS, Décio Ruivo – “A Faculdade de Filosofia Natural da Universidade de Coimbra...”, p. 6).

<sup>490</sup> Foi aprovado em Fevereiro do mesmo ano (ALMEIDA, Manuel Lopes d' – *Documentos da Reforma ...*, pp. 165 e 167).

obras do Abade Bossut<sup>491</sup>. Mas as escolhas que tiveram a mão do Reitor não foram apenas as expostas<sup>492</sup>. O prelado fazia questão de incutir nos alunos um certo sentimento anti-jesuítico e nesse sentido sugere ao valido que aprove a impressão de dois discursos onde se evidenciam os estragos perpetrados pela ordem<sup>493</sup>.

Os livros usados durante este período não foram apenas impressos em Lisboa: a nova Imprensa da Universidade também conseguiu aprontar alguns manuais, embora em menor número. Ainda antes do término das obras e muito provavelmente devido a necessidade de imprimir mais livros, o Reitor opta por ordenar que se iniciem as impressões ainda em 1773<sup>494</sup>.

Para além do que ficou exposto a fonte analisada foi capaz de nos oferecer mais informações e uma delas foi a aplicação da censura nas obras escolhidas. O que podemos concluir é que os manuais não só foram revistos pela Real Mesa Censória mas também o foram pelo próprio Pombal. E mais uma vez quem tratou de aplicar essa censura foi o prelado. Mas a sua ação foi ainda mais complexa: a este cabia também tratar que as Congregações em nada se afastassem das novas correções. O primeiro exemplo disso mesmo data de 1773 e diz respeito à obra de Genovese à qual o Marquês aplica uma profunda revisão<sup>495</sup>. O mesmo se passou com Heinécio e a sua obra os *Elementos*, já atrás referida<sup>496</sup>. O grande problema em ambas era mesmo a referência a Aristóteles e à sua obra, perigo a que logo o Reitor acudiu.

---

<sup>491</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma* ..., p. 166.

<sup>492</sup> Para além dos referidos, e apesar da fonte não nos dar essa informação, sabemos que já em 1776 o Reitor opta por propor um compêndio para as faculdades jurídicas. Este seria de Selvaggio, *Institutiones Canonicae*, e viria substituir as *Institutiones Ecclesiasticae* de Fleury (MERÊA, Paulo – *Estudos de história do ensino jurídico em Portugal* ..., pp. 22 e 23).

<sup>493</sup> Ver Documento 7 em Anexo.

<sup>494</sup> BRAGA, Théophilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 484. José Antunes aponta 1774 como o ano das primeiras impressões na tipografia académica mas se analisarmos a missiva a que atrás se fez referência podemos ver que estas poderão ter começado ainda antes dessa data (ANTUNES, José – “Notas sobre o sentido ideológico da Reforma...”, pp. 152). Em Junho de 1773 o Reitor refere que estaria prestes a colocar os prelos para se começarem as impressões e se esta ação logo se deu então estas poderiam ter começado antes de 1774. Quanto às primeiras obras impressas parece não haver dúvidas que foram as de Bezout, Genovese e Van Espen (ANTUNES, José – “Notas sobre o sentido ideológico da Reforma...”, p. 152; e também, ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma* ..., pp. 148 e 149). Quanto a Van Espen é necessário referir que a adopção do seu *Comentário* apenas se deu por não ter sido possível encontrar nenhum melhor e de tal forma não agradava que este acabou por ser abandonado (MERÊA, Paulo – *Estudos de história do ensino jurídico em Portugal*..., p. 23).

<sup>495</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma* ..., p. 76. O Reitor responde a 1 de Março do mesmo ano, referindo que depressa se cumpriram as alterações (Ver Documento 7 em Anexo). As mesmas alterações foram já evidenciadas por, PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos*..., pp. 25 e também por, BRAGA, Teófilo – *Dom Francisco de Lemos e a Reforma da Universidade de Coimbra*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1894. p. XXXVIII.

<sup>496</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma* ..., pp. 167 e 168.

Mas é necessário também destacar outra das ações do Reitor que consistia naquilo que podemos chamar de monopólio das impressões e vendas. Quanto às vendas, o prelado, em 1 de Março de 1773, pede ao Marquês que intervenha proibindo os livreiros de mandar vir de fora os compêndios usados na instituição, tornando assim necessário aos alunos adquirir os manuais na Universidade<sup>497</sup>.

A outra preocupação estaria relacionada com o monopólio das impressões de algumas obras. Nesse sentido pede a Pombal que cedesse o privilégio das impressões da obra *Elementos* (de Euclides) e também das *Ordenações do Reino*, estando estas últimas nas mãos do Mosteiro de S. Vicente<sup>498</sup> e os primeiros no Colégio dos Nobres.

O Reitor continua a pretender aumentar a tipografia académica, não só através de privilégios, mas também de mão-de-obra para aumentar a produção. Quanto a este pedido, acabou por não ser atendido por Pombal que argumentou que só havia dois oficiais qualificados e que estes pertenciam à tipografia régia e de lá não podiam sair, mas em compensação podia enviar o que precisasse para esta que lá se realizariam as impressões<sup>499</sup>.

Assim a Imprensa da Universidade acaba por ficar encarregada de todas as impressões para a instituição no início de 1775, data em que Pombal ordena que a tipografia régia deveria cessar todas as impressões pertencentes à instituição coimbrã<sup>500</sup>.

#### 2.4.1.4. Disciplina.

A questão da disciplina, apesar de termos apenas 8 referências em 131 missivas (Gráfico 2), foi bastante importante para o Reitor. A situação anterior à Reforma foi considerada por Manuel Augusto Rodrigues, como calamitosa. Os traços dessa situação iam desde os mais leves, intrigas, até aos mais graves como homicídios e, para além disso, este cenário decadente não era um exclusivo dos estudantes, os próprios lentes eram acusados de protagonizar divergências profundas<sup>501</sup>. Este estado de coisas era completamente incompreensível para o Reitor visto que este via na Universidade o

---

<sup>497</sup> Ver Documento 6 em Anexo. Não foi possível encontrar a resposta ao pedido mas se tivermos em conta que Pombal pretendia fazer dos ganhos da imprensa um rendimento para a Universidade, então a pretensão do Reitor poderia ter sido aceite.

<sup>498</sup> A mesma ideia foi já referida por, BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, pp. 520 e 521 e também, PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, pp. 64 e 65. A esta ideia responde positivamente o valido, ver, ALMEIDA, Manuel Lopes d’ – *Documentos da Reforma ...*, pp. 126.

<sup>499</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, pp. 558 e 559. Esta decerto que não seria a resposta desejada mas quanto ao assunto não foi possível encontrar mais referências.

<sup>500</sup> PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, p. 65.

<sup>501</sup> RODRIGUES, Manuel Augusto – “Alguns aspectos da Reforma ...”, p. 220.

casamento entre o Estado e a Religião. E ligava também esta última à Ciência e assim entendia que só desta forma seria possível alcançar a virtude<sup>502</sup>.

E é exatamente desta forma que temos que entender a ação do Bispo no que diz respeito a disciplina que quis incutir na instituição. Neste sentido teve uma atuação transversal a todo o corpo académico: não só agiu contra estudantes mas também contra funcionários e Lentes.

As informações encontradas surgem em 1774 e mantêm-se até ao fim do período estudado, 1776 (Gráfico 9). Para o primeiro ano referido esta temática teve uma percentagem relativamente alta, 12%, em 1775 passa para 13%, para no seguinte subir para os 20% (Gráficos 5, 6 e 7). E o que ficou patente é que o Reitor não só tratou de aplicar os parâmetros disciplinadores quando assim entendeu mas também o fez por ordem de Pombal. Mas atentemos as informações de forma mais detalhada.

No caso dos Lentes só em 1775 é que surgem informações. Tratava-se, neste caso de acabar com as faltas de participação dos Lentes nas procissões académicas. Pombal define um conjunto de regras que o Reitor deveria procurar aplicar com urgência e também uma completa informação das coimas a aplicar<sup>503</sup>. Outro caso que envolveu um docente data do ano seguinte, 1776. E aqui a autonomia cabia já ao Reitor. O lente Luis Cecchi, que veio para a Universidade a mando de Pombal no início da Reforma, não teve a prestação nem o comportamento esperado e devido a isso mesmo o prelado decide suspendê-lo com a total anuência do Marquês<sup>504</sup>.

Para além dos Lentes foi também possível encontrar uma referência a um caso onde o infrator foi um funcionário. Este, António Rodrigues, preparador do Gabinete de Física que, como acima vimos, acabou por ser substituído por Caetano Rosado, decidiu ausentar-se das suas funções sem ordens nesse sentido. E após a queixa do prelado, Pombal age mandando prender o infrator e entregá-lo ao Reitor para este proceder à sua expulsão<sup>505</sup>.

No caso dos estudantes as informações são mais numerosas. Em 1774 D. Francisco de Lemos foi encarregado de resolver um caso que envolvia um ilustre, um filho do Morgado de Mateus. Chegou ao conhecimento do Marquês que o estudante, no colégio de

---

<sup>502</sup> RODRIGUES, Manuel Augusto – “Alguns aspectos da Reforma ...”, p. 221.

<sup>503</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’- *Documentos da Reforma ...*, pp. 212 a 214.

<sup>504</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’- *Documentos da Reforma ...*, p. 246. Este docente já em 1774 tinha começado a demonstrar comportamentos negativos mas só dois anos depois é que se decide pela suspensão do mesmo (BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, pp. 548 e 549).

<sup>505</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’- *Documentos da Reforma ...*, pp. 144 e 145.

S. Jerónimo, estaria a ser vítima de uma companhia pouco benéfica, o seu criado, e que o seu comportamento incorreto era uma consequência dessa influência. Foi então ordenado ao prelado que interviesse e que despedisse o dito criado e advertisse o estudante das suas faltas<sup>506</sup>.

E logo no mesmo ano surgiram mais problemas. Nesta altura alguns estudantes estariam a ser desencaminhados por um forasteiro para interesses que não eram os estudos. Perante isto, o Reitor não perde tempo e manda encerrar os focos de distração e ordena a expulsão do dito desencaminhador<sup>507</sup>. No ano seguinte novo problema se dá, desta vez com alguns infratores que se faziam passar por estudantes da Universidade. Este grave inconveniente leva Pombal a ordenar a expulsão dos patrocinadores dos distúrbios e por sua vez indica o Reitor como responsável para o cumprimento da tarefa<sup>508</sup>. Em 1776 surge então a última informação sobre atos de indisciplina. Dois porcionistas do Colégio de S. Paulo, na sequência de desordens havidas no mesmo Colégio, teriam fugido durante a noite, e o Reitor depressa atua e manda prendê-los ficando à espera da decisão do Marquês sobre ulteriores procedimentos a adotar<sup>509</sup>. Esta também não se fez esperar e ficou claro que o objetivo seria mesmo fazer deste caso um exemplo. Pombal decide então não só aplicar castigos aos infratores como também ao Reitor do dito colégio e obviamente, a mão disciplinadora Carvalho e Melo foi o prelado.

#### **2.4.2. Os Estudos Menores no Colégio das Artes de Coimbra.**

A questão dos Estudos Menores e da reactualização que este grau de ensino sofreu é bastante complexa<sup>510</sup>. Esta temática está dividida em dois momentos, a primeira que se inicia em 1759 com a expulsão dos jesuítas e a criação da Directoria Geral dos Estudos e um segundo momento, onde esta passa para o controlo da Real Mesa Censória no início da década de setenta<sup>511</sup>. Como é óbvio, o que para esta exposição importa é apenas essa

---

<sup>506</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma* ..., p. 132.

<sup>507</sup> BRAGA, Teófilo - *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 547 e 548. O Marquês felicitou, em carta de Fevereiro de 1774, "o Louvável cuidado de cortar pela raiz tudo o que pode servir-lhes [aos estudantes] de distração nociva" (ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma* ..., pp. 138 e 139).

<sup>508</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma* ..., pp. 209 e 210 e também, PROENÇA, Genoveva Marques - *D. Francisco de Lemos* ..., pp. 45 e 46.

<sup>509</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma* ..., pp. 230 a 232.

<sup>510</sup> CARVALHO, Rómulo de - *História do ensino em Portugal* ..., p. 430.

<sup>511</sup> ANDRADE, António Alberto Banha de - "A Reforma Pombalina dos Estudos Menores em Portugal e no Brasil (linhas gerais de um livro que importa escrever)." *Revista de História*. Nº 112. São Paulo: [s.n.], 1977. p. 459. O mesmo autor desenvolveu a sua ideia em *A Reforma Pombalina dos estudos secundários (1759-1771). Contribuição para a história da pedagogia em Portugal*, 3 vols, Coimbra: Universidade de

segunda fase e mais precisamente a realidade coimbrã. Estatisticamente não foi dos temas mais tratados, foi referenciado por 7 vezes nas missivas analisadas (Gráfico 2). Apenas foi possível encontrar informações para o ano de 1773 com 5% e para 1774 com 6% (Gráficos 4 e 5).

Mas também nesta matéria o Reitor foi capaz de deixar a sua marca. Neste segundo momento, marcado pela concentração do poder nas mãos de D. Manuel do Cenáculo, a maior preocupação deveu-se a uma vontade em sistematizar todo o ensino intermédio<sup>512</sup>. E é logo nesta fase que o prelado é chamado a intervir.

Em 1773 é o próprio Presidente da Real Mesa Censoria que pede ao Reitor que indique indivíduos competentes para os cargos de Comissário e de Examinadores dos exames dos professores para as escolas menores. Assim, em resposta, D. Francisco de Lemos aponta para o primeiro dos cargos o Desembargador Tomás Pedro da Rocha e para os restantes lugares indica professores de filosofia e do Colégio das Artes<sup>513</sup>.

Mas esta relação, tal como anteriormente já vimos para o caso dos compêndios, volta a estar marcada por um certo desconforto. Na resposta do Marquês, de Junho de 1773, é possível ver uma interessante passagem, “*Não pude deixar de reflectir na grande necessidade q. sempre considereí, de q. o Presidente da Meza Censória, e o Reitor da Universidade de Coimbra, obrem sempre na mais perfeita harmonia de uniforme acordo*”<sup>514</sup>. Assim é possível ver a vontade que o valido tinha em aliar ambas as instituições. O Reitor, porém, continuava a ver nisto uma clara submissão. Numa missiva encontrada e que foi enviada para o seu irmão, embora sem data, podemos ver que neste ponto estava em oposição clara com Pombal<sup>515</sup>. Nesta, o Reitor, considerava que esta prática subalternizava a Universidade que não merecia tal afronta, embora também ficasse clara a recomendação de que estes comentários ficassem longe dos ouvidos do valido.

---

Coimbra, 1981-1984; CRUZ, António – “Nota sobre os Estudos Menores na Reforma Pombalina”. *Pombal Revisitado*. Comunicações ao Colóquio Internacional organizada pela Comissão das Comemorações do 2º Centenário da Morte do Marquês de Pombal. Vol. 1 nº 34. Lisboa: Editorial Estampa, 1984; CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal ...*, pp. 429 a 437 e 452 a 457, GOMES, Joaquim Ferreira – “O Marquês de Pombal criador do ensino primário oficial”. *Revista de História das Ideias (O Marquês de Pombal e o seu tempo)*. Tomo I, 1982; MARCADÉ, Jacques – “Pombal et l’enseignement: quelques notes sur la réforme des Estudos Menores”. *Revista de História das Ideias (O Marquês de Pombal e o seu tempo)*. Tomo II, 1982, e também, RAMALHO, Américo da Costa – “Um programa de exame de Grego da Reforma Pombalina”. *Revista de História das Ideias (O Marquês de Pombal e o seu tempo)*. Tomo II, 1982.

<sup>512</sup> ANDRADE, António Alberto Banha de – “A Reforma Pombalina dos Estudos Menores ...”, p. 490 e também, CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal ...*, pp. 453 a 456.

<sup>513</sup> BRAGA, Teófilo – *História da Universidade de Coimbra ...*, pp. 486 e 487. Pombal acaba também por opinar sobre as escolhas, e mais uma vez, aceita os escolhidos pelo Reitor, ver, ALMEIDA, Manuel Lopes d’- *Documentos da Reforma ...*, p. 91.

<sup>514</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’- *Documentos da Reforma ...*, p. 91.

<sup>515</sup> Ver Documento 15 em Anexo.

Mas como se disse, o grosso da sua ação foi dirigido para o Colégio das Artes e é isso que vamos ver de seguida. Este, após um longo período nas mãos dos jesuítas passa para o domínio da instituição universitária em 1773. Mas nesta altura o curso de humanidades carecia de legislação e coube então ao Reitor intervir.

No ano seguinte, em Novembro, o prelado apresenta uma proposta ao Marquês com uma compilação de regras para o dito curso. O seu plano vai desde a duração do curso, ao papel, obrigações e número dos professores, até à instrução a aplicar<sup>516</sup>. Esta última deveria ser bastante ampla em termos de conhecimentos, já que para o prelado deveria oferecer saberes de língua latina, grega, antiguidades sagradas, princípios de história e geografia, epigrafia e numismática<sup>517</sup>. Pombal responde um mês depois aceitando o proposto e pedindo ao Reitor que minutasse os Estatutos para o dito colégio<sup>518</sup>.

Em 1774 o reitor cumpre então a sua tarefa e entrega os estatutos: estes nunca chegaram sequer a ser impressos. Disso mesmo se queixa o Reitor em 1777<sup>519</sup>. Contudo em 1776, a ordem de “*promover a abertura do [...] Collegio a beneficio da mocidade Nobre e Civil das Trez Provincias*” vai acompanhada com o encargo de propor nomes para o provimento de todos os cargos do dito Colégio, Principal, oficiais e professores<sup>520</sup>.

Mas a sua ação não fica por aqui, a ele também se deve a ideia de criar o que Teófilo Braga chamou de uma Faculdade de Letras<sup>521</sup>. Para isso pretendia reaproveitar a Faculdade de Artes para aí se começarem a lecionar a gramática, retorica e poética, propondo que “*podiam as Letras humanas substituir n’esta Universidade o lugar que tinha usurpado aquella tenebrosa e vã metaphysica [arabigo-peripathetica]*” e que o corpo de professores destas disciplinas se organizasse em congregação como nas faculdades maiores.<sup>522</sup> Apesar de esta ideia ser aceite, e de Pombal pedir que logo se

---

<sup>516</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, pp. 531 e 532, e também, PROENÇA, Geneveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, pp. 33 e 34.

<sup>517</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 532, e também, PROENÇA, Geneveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, p. 34.

<sup>518</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 533.

<sup>519</sup> LEMOS, D. Francisco de – *Relação Geral...*, p. 144, e também, BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 534. Quanto à razão que poderia ter levado à não impressão, o valido refere apenas que teria em mente que os mesmos deveriam, em parte, servir a nova Faculdade de Artes. E talvez ficasse assim à espera que nos mesmos se procedesse a algum tipo de correção ou alteração (ALMEIDA, Manuel Lopes d’- *Documentos da Reforma ...*, p. 226). Quanto aos estatutos é possível consulta-los em, PROENÇA, Geneveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, pp. XXVII a XXXV.

<sup>520</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’- *Documentos da Reforma ...*, p. 226.

<sup>521</sup> Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 542.

<sup>522</sup> Pretendia também promover os respetivos professores das ditas matérias, ver, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 543.

traçasse o plano para que a realização do projeto se concretizasse<sup>523</sup>, não foi possível encontrar mais nenhuma informação sobre o assunto na fonte analisada.

## **2.5. A importância da administração.**

### **2.5.1. A preocupação com a boa administração da Universidade.**

A questão administrativa diz respeito, como é óbvio, a algumas decisões de âmbito administrativo mas também engloba a questão dos funcionários e dos confiscos. Quanto ao primeiro assunto as referências não foram muitas, 13 em 131 (Gráfico 2), mas apesar disso manteve-se presente em todo o período estudado (Gráfico 8). Mas mais uma vez foi possível ver uma preocupação já presente em outros assuntos, a necessidade de manter Pombal sempre informado sobre as questões da vida universitária. Prova clara foi mesmo o Balanço Geral da Universidade, realizado anualmente, e que o prelado fazia questão de lhe enviar. Desta forma, podia ele aceder a um variado leque de informações não só administrativas mas também, entre outras, sobre o progresso dos alunos.

Em matéria de informações, contudo, é necessário referir ainda outros aspetos: o Reitor, a pedido do Marquês, tratou de remeter vários documentos sobre o período anterior à Reforma. Para o ano de 1772 existem duas referências nesse sentido<sup>524</sup>. E como exemplo do tipo de documentação enviada, podemos referir os Estatutos originais de D. Manuel I<sup>525</sup>. E no ano seguinte volta a expedir documentação, desta feita, uma relação da vida económica da Universidade antes de 1772<sup>526</sup>.

Merecem ainda uma referência, no domínio administrativo, as duas incorporações de bens (do Colégio da Madre de Deus de Évora e das igrejas de Alcaface e da Cumieira) no colégio das Artes<sup>527</sup>, assim como o envio para Lisboa, a pedido do Marquês da prata confiscada ao Colégio dos Jesuítas (1773)<sup>528</sup>.

Como se disse, a questão administrativa está ligada à questão dos funcionários. Mais uma vez não foi dos assuntos mais discutidos, 9 em 131 missivas (Gráfico 2). Mas apesar disso foi um assunto transversal aos anos estudados. As percentagens são relativamente baixas com 2% para os dois primeiros anos, seguido de um aumento para 12% em 1774 e de uma descida para 7% para 1775. Acabando por subir em 1776 para

---

<sup>523</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma* ..., pp. 137 e 138.

<sup>524</sup> BRAGA, Teófilo - *Historia da Universidade de Coimbra* ..., pp. 459 e 465.

<sup>525</sup> BRAGA, Teófilo - *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 465.

<sup>526</sup> BRAGA, Teófilo - *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 485.

<sup>527</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma* ..., pp. 224 a 226.

<sup>528</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma* ..., pp. 72 a 74.

10% (Gráficos 3 a 7). Por outro lado, as poucas referências podem muito bem ser entendidas como uma consequência da liberdade dada ao Reitor nesta matéria, pois a ele coube a escolha de uma parte considerável dos funcionários.

As escolhas começam logo em 1772: o Reitor organiza as congregações das faculdades de Teologia e Cânones e preside à designação dos que deveriam exercer as funções de Diretor, Fiscal e Censores; promove ainda a eleição do Secretário da de teologia a qual recai o Dr. Manuel Pacheco de Resende (que não era lente)<sup>529</sup>. Mas é no ano seguinte, e pelas palavras de Pombal, que se tornam claras as competências do Reitor neste domínio: nas suas mãos fica a responsabilidade da escolha dos funcionários para a Secretaria da Universidade (“*Sua Magestade [...] he servido que assim se ponha em Execução: Nomeando agora V. Ex.<sup>a</sup> os sogeitos hábeis: E pondo os Ordenados competentes, para serem providos*), com uma extensão para o futuro (“*e ficar esta dependência seguindo para futuro a forma das outras secretarias, a respeito das Nomeações e Officiaes dellas*”)<sup>530</sup>. Nesse mesmo ano procede então a mais uma nomeação, mas desta vez para Bedel da Faculdade de Matemática. Para o cargo escolhe o jovem António de Moraes, e a julgar pelas palavras do Reitor, este até teria conhecimentos para ir bem mais longe<sup>531</sup>.

Esta ideia, de livre arbítrio na escolha, pode ser corroborada pelo facto de o Marquês, durante o período estudado, ter nomeado apenas dois funcionários. Em 1774, como já vimos, envia o então Jardineiro do Jardim Real, Júlio Mattiazzi, para o Botânico juntamente com João Luís Rodrigues que ficaria para substituir o primeiro em Coimbra<sup>532</sup>. Mas tal escolha foi pontual: logo no ano seguinte, Pombal, voltar a reiterar a delegação de responsabilidades, deixando claro que os funcionários da secretaria da Universidade deveriam ser escolhidos pelo prelado<sup>533</sup>.

---

<sup>529</sup> Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, p. 448.

<sup>530</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’- *Documentos da Reforma ...*, p. 124.

<sup>531</sup> O prelado estaria muito provavelmente a procurar assegurar o nomeado para futuramente este entrar na docência devido às suas capacidades, ver, BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra ...*, pp. 486. Quanto à nomeação foi aceite por Pombal em 30 de Junho de 1773 (ALMEIDA, Manuel Lopes d’- *Documentos da Reforma ...*, pp. 90 e 91).

<sup>532</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’- *Documentos da Reforma ...*, p. 16, e também, COSTA, A. M. Amorim da – “As ciências naturais...”, p. 180, e, PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, pp. 67 e 68. Este funcionário, Mattiazzi, acaba por se desleixar na sua tarefa o que resultou em algumas queixas por parte de um lente, Vendelli, ver, BRITES, Joana – “Jardim Botânico da Universidade de Coimbra: de Vandelli ...”, pp. 25 e 26.

<sup>533</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’- *Documentos da Reforma ...*, pp. 187 e 189.

### 2.5.2. O aparato cerimonial.

Nesta matéria o grande problema com que os reformadores se depararam foi mesmo a falta de regulamentação. Isto porque a Junta de Providência Literária, talvez por falta de tempo, não se conseguiu debruçar sobre o assunto<sup>534</sup>. Para contrariar este obstáculo o Reitor opta por seguir as tradições, usos e costumes da Universidade<sup>535</sup>. Mas mesmo assim algumas dúvidas permaneceram, e prova disso mesmo é o facto de muitas vezes ter-se dirigido ao valido em busca de respostas. As hesitações apontavam para dois momentos distintos, o primeiro, relativo às festividades académicas e um segundo, quanto ao procedimento a usar em caso de visita de alguém ilustre.

Quanto à fonte, oferece-nos cerca de 10 referências em 131 missivas que se espalharam por todo o período estudado (Gráficos 2 e 8). As percentagens nunca foram realmente altas, 7% para o primeiro ano, 4% para o segundo, 3% para 1774, 7% e 10% para 1775 e 1776 respetivamente (Gráficos 3 a 7).

Já quanto ao primeiro momento, relativo às festividades, a primeira referência data logo de 1772. A dúvida do Reitor estaria nas muitas cerimónias que se iriam principiar em Dezembro desse ano, e nesse sentido suspende-as temporariamente enquanto esperava pela resposta do ministro<sup>536</sup>. A confirmação acaba por chegar só no início do ano seguinte, autorizando o Reitor a preparar as ditas festividades, embora já com um atraso considerável<sup>537</sup>. O mesmo acaba por se passar relativamente à participação da Universidade na festa em honra da Rainha Santa. De novo, e no mesmo ano, o prelado teve que esperar pela confirmação do valido que chegou em Junho<sup>538</sup>.

Mas apesar disso foi também no ano de 1773 que o Reitor começou a tomar decisões sem consulta. Ordenou assim que se cumprisse a festividade de S. Miguel na abertura do ano letivo<sup>539</sup>. E logo depois trata de mandar realizar a celebração estipulada por Pombal que consistia na comemoração da nova fundação da Universidade<sup>540</sup>. No ano seguinte continua a agir com alguma liberdade. Escolhe o local, a Sala Grande do Paço das Escolas, para a recitação da oração latina em honra do aniversário do Rei D. José I<sup>541</sup>.

---

<sup>534</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 458, e também, PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, p. 18.

<sup>535</sup> LEMOS, D. Francisco de – *Relação Geral...*, p. 8.

<sup>536</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 458.

<sup>537</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' – *Documentos da Reforma* ..., p. 64.

<sup>538</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d' – *Documentos da Reforma* ..., p. 88. Rapidamente o Reitor tratou de cumprir o aprovado, BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 497.

<sup>539</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 513.

<sup>540</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra* ..., p. 514.

<sup>541</sup> Mudança aceite pelo valido, ALMEIDA, Manuel Lopes d' – *Documentos da Reforma* ..., p. 154.

Relativamente ao que se devia fazer no caso de uma visita ilustre, encontramos um único caso em 1776, é respeitante à visita do príncipe russo Yossopof. O Reitor questiona o ministro quanto à forma de receber o ilustre e a resposta foi clara. Este refere que não se deveria preparar qualquer cerimónia mas arranjar uma visita guiada a toda a Universidade e que deveria ser acompanhado pelos representantes que melhor se conseguissem expressar em francês. O tom geral deveria era dado pela recomendação de que o Reitor o deveria fazer “*tratar com toda a atenção*”<sup>542</sup>.

---

<sup>542</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes d’ - *Documentos da Reforma ...*, p. 242.

### 3. O segundo reitorado, de 1799 até 1821.

*“Mas o que sustentava este corpo inconsciente era ainda a disciplina do regime pombalino mantido pelo seu reitor, o velho bispo D. Francisco de Lemos, com grande valimento junto do Príncipe Regente, e o seu braço direito o Dr. José Monteiro da Rocha”<sup>543</sup>.*

---

<sup>543</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra. Nas suas relações com a Instrução Publica Portuguesa*. Tomo IV. Lisboa: Por Ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1989. p. 242.

### 3.1. A fonte.

Nesta terceira parte as atenções irão continuar a recair em D. Francisco de Lemos mas desta vez numa fase bem diferente da sua vida. Se o cargo que desempenhava nesta altura mais tardia não lhe foi estranho, a verdade é que o contexto deste era completamente diferente do seu primeiro reitorado.

A fonte escolhida para esta exposição foi a correspondência, intensa, entre o Reitor e o vice-reitor José Monteiro da Rocha transcrita em *O Instituto Revista Científica e Litteraria*<sup>544</sup>. No total foi possível tratar cerca de 135 missivas mas estas não foram apenas de D. Francisco de Lemos e do lente; outros personagens, de forma menor, intervieram também. A esmagadora maioria das cartas tratadas foi, contudo, da autoria de José Monteiro da Rocha, 109 em 135. Logo de seguida surge o Reitor, embora com um número bem menor, com 21 missivas. Quanto aos restantes intervenientes encontramos o Conde de Vila Verde (duas cartas), o príncipe regente, António Barbosa de Melo e José Feliciano de Castilho, (Tabela 15).

Quanto ao período abrangido pela fonte podemos ver que é consideravelmente amplo: a correspondência inicia-se em 1799, ano do princípio do segundo reitorado, e prolonga-se até 1816, seis anos antes do término de funções à frente da reitoria (Gráfico 10). Há lacunas intermédias (1809 a 1811, 1813 e 1814), e para além disso é também possível ver uma acentuada discrepância entre o número de cartas de cada ano (Gráfico 10). Assim duas razões podemos apontar para justificar tais anomalias.

De 1799 a 1805 temos uma mais intensa correspondência que não encontra paralelo no período restante. Isto porque as missivas para este período pertencem a José Monteiro da Rocha (109 em 135), que acaba por ser nomeado Mestre do Príncipe da Beira e dos Infantes em 1804, levando assim á drástica queda no número de cartas. O que acontecera fora que D. Francisco de Lemos, depois de tomar posse em 1799, partira de imediato para Lisboa e aí se mantivera, junto do Regente, até 1804, o que acabou por resultar nesta abundância de correspondência Mas isso não significa que para o restante

---

<sup>544</sup> [s. a.] – “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho.” *O Instituto Revista Científica e Litteraria*. Vol. 36 Segunda serie nº5, nº6, nº7, nº8, nº9, nº10, nº11 e nº12. Vol. 37 Segunda serie nº1, nº2, nº3, nº4, nº5, nº7, nº8, nº9, nº10, nº11 e nº12. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1988, 1889 e 1890. A mesma correspondência já foi em parte tratada por Teófilo Braga e Genoveva Proença, embora estes apenas evidenciassem os assuntos mais referenciados. (BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra...*, Tomo IV, pp. 241 á 284, e, PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, pp. 82 a113). Na exposição que se segue, procuraremos tratar de forma sistemática todos os assuntos encontrados. Quanto ao autor das ditas transcrições não foi possível encontrar nenhum nome na publicação indicada mas Genoveva Proença indica que teria sido António José Teixeira.

período não fosse possível encontrar mais missivas do lente de Matemática, pois como fica exposto na Tabela 5 as cartas continuam embora em número bem mais reduzido. O que rapidamente nos leva a uma clara conclusão: o governo ordinário da Universidade ficara, de facto, nas mãos José Monteiro da Rocha que informava o Reitor mas cuja opinião era fundamental junto deste. Já quanto aos anos intermédios em falta, a razão está no facto de o prelado ter estado refém de Napoleão em França: saído do país em 1808 para regressar em 1810, só voltará a Coimbra em 1814 (Tabelas 5 e 6).

Quanto ao método de análise usado é o mesmo que se expôs no capítulo anterior. Das 135 cartas poucas foram as que versaram apenas a um assunto; desta forma foi necessário procurar as várias referências para depois as incluir em assuntos mais amplos, que por sua vez foram incorporados em grupos mais abrangentes. Assim foi possível encontrar um total de 18 assuntos (Tabela 13) que se englobaram em dois grupos.

O primeiro, *as importantes questões externas*, abrange assuntos como a *Junta da Diretoria Geral dos Estudos* (42) que foi sem margem de dúvida a maior preocupação. Mas também foi possível anexar a este agregado as *Invasões Francesas* (36), as *Benesses* (13), o *Subsídio Literário* (6), a *Saúde Pública* (3) e a *Junta dos Três Estados* (1)<sup>545</sup>. Quanto ao segundo, *A vida universitária*, engloba os temas diretamente respeitantes á Universidade como os *Lentes* (31), *Aulas* (19), *Disciplina* (9), *Compêndios* (6) e *Desenvolvimento Científico* (5). Neste grupo insere-se também a componente de gestão institucional, *A parte Administrativa*. Esta engloba assuntos como a *Representação Institucional* (13), *Funcionários* e o *Cerimonial* (6), *Jardim Botânico* (3), *Administração* (2) e *Obras* (1).

Para esta correspondência, e durante tempo considerável existiram pelo menos dois correios que mantinham esta intensa ligação. Mas esta situação não se manteve por muito tempo: em 1801, queixava-se o vice-reitor de que a desorganização era tal que teve que reenviar alguma da sua correspondência<sup>546</sup>. Sendo importante, esta fonte tem naturais limitações como o seu carácter não sistemático e irregular no tempo ou a discrepância entre emissários (Tabela 15): mas, para o período que cobre melhor, permite traçar um quadro dos problemas que preocupavam a instituição universitária, então com um modelo de gestão *sui generis*. Atentemos então mais aprofundadamente nas informações encontradas.

---

<sup>545</sup> Ver Gráfico 11 em Anexo.

<sup>546</sup> As duas vias usadas eram designadas de *ordinário* e *extraordinário* e ambas tratavam das ditas missivas, ver, [s. a.] – “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, pp. 660 e 661.

## 3.2. A importância das questões externas.

### 3.2.1. O ensino secundário.

O título deste subcapítulo, como já se percebeu, engloba dois assuntos encontrados, a *Junta da Diretoria Geral dos Estudos e Escolas destes Reinos* e o *Subsídio Literário*. Quanto ao primeiro, com 42 referências, cinge-se a um breve período de 1800 à 1803 (Gráfico 24). Mas de forma mais detalhada podemos ver que nos anos em questão manteve sempre percentagens elevadas. Para 1800 obteve 31% diminuindo para 22% no ano seguinte, para de novo aumentar em 1802 com 29% (Gráficos 13, 14 e 15). Já para o último ano volta a ter um valor significativo, 21% (Gráfico 16).

Relativamente ao Subsídio, com 6 referências, surge apenas em 3 anos (Gráfico 25). Em 1800 com apenas 5% e 1801 com 2% sendo assim um dos assuntos menos tratados (Gráficos 13 e 14). Mas já em 1803 sobe para 11% (Gráfico 16).

Começemos pela *Junta*. A Real Mesa Censória, criação pombalina, cuja ação chega a causar algum desconforto entre o Reitor e Pombal, acabou por dar lugar, sob a regência do futuro D. João VI, à Real Mesa sobre o Exame e Censura dos Livros<sup>547</sup>. Mas esta acabou também por ser substituída por uma outra instituição, em 1794, denominada então de *Junta da Diretoria Geral dos Estudos e Escolas destes Reinos* que ficaria a cargo da Universidade de Coimbra, competindo também ao Reitor a presidência da dita instituição<sup>548</sup>. Na Universidade se instalou então a *Junta* para começar a desenvolver a sua ação mas nesta fase careceu do seu presidente visto que ele esteve em Lisboa até 1804. O que foi possível ver nas missivas analisadas é que esta ausência não foi determinante; no seu lugar ficou José Monteiro da Rocha que esteve em contínuo contacto levando assim a concluir que este trabalho foi uma tarefa partilhada e o mesmo se pode dizer das decisões tomadas<sup>549</sup>. Mas por outro lado convém também ver esta distância como benéfica. Isto porque em Lisboa, o Reitor e Presidente, estava próximo do Regente, polo decisório, e assim poderia intervir junto deste para auxílio de qualquer decisão tomada entre si e o Vice-reitor.

---

<sup>547</sup> CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal ...*, p. 495.

<sup>548</sup> Rómulo de Carvalho afirmou que esta medida vinha também complementar uma outra tomada em 1791, onde se atribuía á Universidade a direção e inspeção dos estudos menores na comarca coimbrã. Quanto a Junta teria um presidente, seis deputados e um secretário que por sua vez deveriam de ser escolhidos de entre os docentes universitários. Formando assim uma clara dependência deste novo corpo à instituição universitária, ver, CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal ...*, p. 497. Quanto ao papel do Presidente da Junta, de forma mais detalhada, ver, PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, pp. 87 e 88.

<sup>549</sup> *Vd.* PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, p. 88.

Houve tópicos que claramente se destacaram, como foi a nomeação dos indivíduos para os cargos de direção, a escolha dos professores e os vencimentos de uns e outros<sup>550</sup>. O facto de Reitor e Vice-Reitor terem monopolizado a nomeação dos membros da *Junta* tem que ser compreendido como uma forma de, gradualmente, ter o controlo absoluto da instituição, colocando nela homens da sua confiança, mas também como uma maneira de tornar esta última intimamente dependente da Universidade.

O primeiro eleito pelo Reitor, foi António Ribeiro dos Santos lente de filosofia que passou a ocupar o cargo de Deputado Comissário de Lisboa a partir de 1800<sup>551</sup>. No mesmo ano e pelas mãos do lente de matemática foi também eleito Fr. Joaquim de Santa Clara para Deputado<sup>552</sup>. Nesta fica bem clara a forma como se realizava tal processo. Depois de o pretendente ser decidido pelos dois responsáveis, o Presidente e o Vice-Reitor, seguia-se a apresentação do nome do mesmo numa reunião da *Junta* e aqui, visto que o reitor estava ausente e cabia ao lente de matemática exercer a sua influência numa câmara já repleta de fiéis, se votaria no nome proposto.

No ano seguinte podemos ver outra nomeação, de Joaquim dos Reis para Deputado, embora neste caso parece que a sugestão partiu apenas de José Monteiro da Rocha<sup>553</sup>. O procedimento, independentemente de quem propusesse o candidato, só seria finalizado quando o Reitor o oficializasse em provisão<sup>554</sup>. Mas isto não quer dizer que todas as nomeações fossem pacíficas. Isso mesmo ficou evidente na escolha de Fr. Jerónimo: o lente favoreceu este em detrimento dos outros candidatos deste<sup>555</sup>.

Quanto a escolha dos professores, o processo não seria muito diferente. José Monteiro da Rocha começa logo por definir quais os critérios a ter em conta, referindo

---

<sup>550</sup> O provimento dos professores e mestres era feito por concurso; posteriormente, seriam examinados por um júri e só então seriam, ou não, aprovados (CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal* ..., p. 497). Mas se esta era a norma estipulada, a verdade é que houve casos em que assim não foi, levando a que alguns professores fossem apresentados pelos altos dirigentes da *Junta*.

<sup>551</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, *O Instituto*, Vol. 36, p. 310. Este teria entrado para a docência em 1772; nesta altura acabou por gozar do privilégio de eleger, por ordem do Reitor, o Secretário. Mas este acabou por se demitir do seu cargo e segundo Teófilo Braga, assim foi devido ao facto de não concordar com a subordinação da *Junta* à Universidade e por ter interferido com a nomeação de alguns deputados, ver, BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra...*, Tomo IV, pp. 244.

<sup>552</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, pp. 588 e 589. Teófilo Braga entende esta nomeação como uma forma de fortificar o *elemento pombalista*, remetendo assim para uma ideia em que de novo se tentava o que não se conseguiu completamente em 1772 (BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra...*, Tomo IV, p. 247).

<sup>553</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 660.

<sup>554</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 372.

<sup>555</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, pp. 453. Um dos candidatos foi António Soares Barbosa que, segundo o vice-reitor, não deveria ser nomeado porque teria apresentado alguns entraves aos poderes do presidente da *Junta*, (BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra...*, Tomo IV, p. 245).

que deveriam ser seculares e graduados pela instituição coimbrã<sup>556</sup>. Como o próprio refere, esta decisão foi tomada devido à preocupação com a qualidade mas também para motivar os alunos da universidade, que assim teriam pelo menos um caminho a seguir no percurso pós-académico. E por outro lado, assim também se acentuaria o já visível monopólio que a instituição superior exercia sobre o ensino secundário. Mas nesta conclusão há que fazer um reparo. Os alunos indicados para a via da docência nas várias comarcas não seriam aqueles que mais se destacariam na Universidade, pois a estes seria reservada a docência no ensino superior, mas seriam aqueles que ficassem logo a seguir aos mais capazes.

Estes critérios, ou pelo menos os dois últimos, ficaram logo visíveis nas duas primeiras escolhas. Francisco Xavier Monteiro de Barros e Martim Ribeiro Andrade, ambos preparados pela Universidade, foram apontados pelo lente<sup>557</sup>. Mas a aprovação dos dirigentes também se refletiu naqueles que se apresentavam a concurso. Os interessados eram escolhidos cautelosamente nas reuniões da *Junta* mas o seu merecimento e acesso, ou não, á respetiva cadeira era discutido bem antes das mesmas pelas chefias. Assim se passou com Henrique Henriques em 1801 para a cadeira de Retórica<sup>558</sup>. Já no ano seguinte foi a vez de João António Ferreira para Guimarães e Francisco Xavier para Rebordões<sup>559</sup>.

Mas também foi possível encontrar um caso onde um professor, após o percurso docente na via secundária, acabou por ganhar o seu lugar na universidade para lecionar grego. Neste caso valeu a qualidade demonstrada durante o tempo que professou e a experiência adquirida no Porto<sup>560</sup>.

Como se disse os vencimentos para todos os funcionários deste empreendimento levou a uma grande discussão. A fonte de rendimento deveria ter sido o Subsídio Literário mas assim não aconteceu: este acabou por passar para o controlo do Real Erário e ser posteriormente desviado para outras finalidades<sup>561</sup>. Obviamente e como próprio Vice-Reitor indica, vários foram os problemas que daqui resultaram. Mas estes não foram só relativos aos ordenados de mestres e professores mas também dos deputados.

Em 1800 ainda não havia certezas de quanto é que deveria ser o vencimento dos docentes. No mesmo ano o Vice-Reitor refere que seria necessário um aumento de 50 mil

---

<sup>556</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 590.

<sup>557</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, pp. 590 e 591.

<sup>558</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 658.

<sup>559</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 274. No caso do último ficou bem claro que não deveria entrar logo em funções pois não mostrou a qualidade requerida mas mesmo assim demonstrou potencial, o que lhe valeu a oportunidade de tentar um melhoramento e só depois entrar em atividade.

<sup>560</sup> [s. a.] – “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 562.

<sup>561</sup> CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal* ..., pp. 497.

reis mas só mediante um pressuposto indispensável, a equidade dos vencimentos dos vários professores independentemente da zona onde lecionavam<sup>562</sup>. Mas este aumento estaria dependente de algo mais, a isenção, ou não do imposto da décima. Desta forma e para tentar resolver a situação entende o lente que seria preferível que não se desse a isenção, obrigando ao pagamento do imposto. Mas por sua vez, que se aumentassem os ordenados como já anteriormente tinha defendido<sup>563</sup>. Preferindo este caminho muito provavelmente teria em mente não só o melhoramento desta carreira devido à sua importância para o país mas também procuraria assim equilibrar as clivagens dos vencimentos devido às diversas zonas do reino<sup>564</sup>.

Quanto ao vencimento dos deputados foi o próprio José Monteiro da Rocha que estabeleceu as suas tabelas<sup>565</sup>. Mas aqui também se levantou o problema da décima embora por motivos diferentes. O dilema estaria em definir se estes se deveriam incluir, ou não, no corpo académico; a inclusão iria isentá-los de tal obrigatoriedade, visto que já pertenceriam ao corpo universitário se bem que agora se encontravam com uma função distinta. Quanto a esta isenção não foi possível voltar a encontrar qualquer referência mas quanto aos ordenados dos deputados, do contador, tesoureiro e escriturários foi possível ver um novo pedido de aumento em 1803, feito pelo Vice-Reitor<sup>566</sup>.

Um outro problema prendia-se com a forma de pagamento. Em 1801 o Vice-Reitor estabelece as etapas deste processo. Assim deveria a *Junta* enviar as folhas de pagamento para os provedores das comarcas e estes, por sua vez, procederiam ao pagamento e tratariam de enviar as ditas para o Erário onde seriam reembolsados pelo pagamento aos professores<sup>567</sup>. Mas este processo não teve a eficácia desejada e um problema que se manteve foi o atraso do decreto para a regularização da situação, o que gerou uma resistência no pagamento por parte dos provedores<sup>568</sup>. Esta situação manteve-se e só em 1803 é que se pode ver que o procedimento é eliminado e a responsabilidade do pagamento passa do Erário para a *Junta* (subsídio da comarca)<sup>569</sup>.

---

<sup>562</sup> [s. a.] – “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 514. Um ano depois ainda nada se tinha decidido e o lente tem que voltar ao mesmo assunto.

<sup>563</sup> [s. a.] – “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 657.

<sup>564</sup> A esta ideia atende positivamente o Reitor que ainda em Lisboa consegue concretizar o pedido, ver, [s. a.] – “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 204.

<sup>565</sup> [s. a.] – “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 661. Quanto a estes valores não foram fixos, em 1801 são alterados permitindo assim um aumento nos vencimentos, ver, [s. a.] – “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 733.

<sup>566</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 561.

<sup>567</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 592.

<sup>568</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, pp. 657 e 658.

<sup>569</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 563.

Foi possível detetar mais algumas tensões e uma das mais evidentes foi a constante disputa com Lisboa. Nesta cidade foram publicados editais<sup>570</sup>, nos quais constava apenas a firma do comissário de Lisboa ação que logo foi entendida como uma ameaça pelo vice-reitor. Assim entende que seria necessário procurar resolver o problema, apelando a favor da isenção dos estudos em Lisboa. Isto porque seria melhor criar essa separação do que uma futura submissão da *Junta* e bem mais tarde da Universidade à capital. A isenção de Lisboa permitiria que os restantes estudos médios dos diversos pontos do reino continuassem sob o domínio da *Junta*, ou seja, da Universidade<sup>571</sup>. Para o lente esta ação não seria mais do que legitimar o que na prática já se realizava. Mas o que acima de tudo pretendia seria tirar deste conjunto um dissidente, para desta forma a Universidade continuar a sua cruzada em controlar todas as instituições de ensino do reino sem qualquer oposição<sup>572</sup>.

Para tentar precaver-se de situações semelhantes o lente refere que lhe foi entregue uma proposta que estipulava várias regras para o governo da *Junta*<sup>573</sup>. Mas esta estava longe de agradar: produzida por António Ribeiro dos Santos, apresentava uma clara diminuição dos poderes do presidente o que seria completamente oposto ao que se desejava Monteiro da Rocha<sup>574</sup>. Assim, em 1801, este decide apresentar uma medida completamente oposta à anterior e que pretendia dar ainda mais ênfase à ação do presidente. Ao contrário do deputado, propõe que as cartas dos professores nomeados passassem diretamente para as mãos do Reitor. Já que estava próximo do Regente e após lhe dar conhecimento só a ele (Reitor) competia assiná-las dando-lhe assim valor de confirmação<sup>575</sup>. Reforçava-se assim a sua autonomia.

---

<sup>570</sup> Outra tarefa que fez parte das funções da *Junta* foi a publicação de editais que deveriam servir para informar sobre a *Junta* e as suas funções e que seriam enviados para todas as zonas do reino. Tarefa que só foi exequível por etapas que se arrastaram por todo o ano de 1800. Um procedimento que foi possível identificar foi o de algumas vezes os editais terem sido enviados para o Reitor e só depois enviados para os seus destinos, após a respetiva autorização.

<sup>571</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, pp. 372 e 373. O mesmo já foi evidenciado por, BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra...*, Tomo IV, p. 244, e também, PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, p. 89.

<sup>572</sup> Algum tempo mais tarde, em 1809, esta vontade é de novo posta em causa. É criado em Lisboa um sistema de inspeção escolar que deveria fiscalizar a atividade dos docentes do secundário. O que por sua vez seria uma forma clara de pôr em causa a autonomia da Universidade na questão dos estudos menores. Mas esta realidade é alterada em 1812 quando se submete esta instituição à *Junta* (CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal ...*, p. 498).

<sup>573</sup> Parte da tarefa já teria sido realizada pelo lente de matemática ainda em 1800 mas agora tratava-se de um acréscimo ao que já estava estipulado.

<sup>574</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, pp. 453 e 454.

<sup>575</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, pp. 591 e 592, e também, PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, p. 90.

A questão do ensino no ultramar também teve que ser pensada e com ela o domínio que os bispos e governadores tinham nesta matéria nas suas respectivas zonas. Como não convinha alimentar mais nenhuma contenda que pudesse resultar em mais isenções, resolve o Vice-Reitor jogar pelo seguro e esperar pela promulgação da lei que cederia a jurisdição do ensino á *Junta*<sup>576</sup>.

O que podemos desde logo concluir é que os dirigentes da *Junta* compreendiam este empreendimento como uma clara necessidade nacional e nesse sentido não perderam nenhuma hipótese de ampliar a sua jurisdição. Assim foi em 1800 quando José Monteiro da Rocha pede ao Reitor que não se perdesse a oportunidade de trazer para a direção da *Junta* o Colégio dos Nobres, antecipando-se assim aos estudos de Lisboa<sup>577</sup>. Mas desta ideia de fomento do ensino estava também na mente do Reitor. É ele próprio, tendo em consideração a união da Igreja com o Estado só possível através da instrução pública, que ordena que em todas as dioceses e comarcas do reino se criassem os estudos eclesiásticos<sup>578</sup>.

No que diz respeito ao subsídio literário, as divergências também foram evidentes. O presidente, em 1800, pede a opinião do lente quanto a esta matéria e este último mostra-se bastante claro. Repudiava completamente a forma de recolha do subsídio, através de rendeiros que, segundo ele, não passariam de predadores cuja margem de lucro delapidava o trabalho de quem devia pagar o dito tributo<sup>579</sup>.

Como, desde logo, não foi possível contar com o dito imposto tornou-se necessário encontrar uma alternativa. Desta forma procurou-se a sua substituição por um outro contributo, o subsídio da comarca. Mas se na forma de recolha do subsídio nada se inovou, o que de novo levou a críticas por parte do vice-reitor, o mesmo já não aconteceu com o recetor da dita verba que então passou a ser a Universidade<sup>580</sup>. A necessidade de a fazer

---

<sup>576</sup> Ou na melhor das hipóteses, até à promulgação da lei, que se avisassem os respetivos responsáveis no ultramar que a *Junta* passaria a tratar das matérias de ensino mas que este aviso fosse da parte do Regente e com esta legitimidade não se pudesse contestar (“Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 373).

<sup>577</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 588, e também, PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, p. 91. Mas esta cedência dificilmente se concretizaria, uma vez que o Colégio dos Nobres estava isento, a cargo da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino (CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal ...*, p. 497).

<sup>578</sup> E estes, já existentes na Universidade, deveriam também beneficiar desta medida que foi vista como um importante incentivo (“Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 201).

<sup>579</sup> No sentido de lentamente acabar com esta realidade propõe que se aposte numa mais eficaz fiscalização (“Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 308).

<sup>580</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, pp. 512 e 513. José Monteiro da Rocha descontente com a forma de recolher o imposto procura arranjar uma solução e assim entende que esta deveria ser feita sob as ordens do Reitor procurando assim evitar certos constrangimentos.

chegar diretamente à Universidade foi acima de tudo uma lição bem aprendida: isto mesmo fica visível na declaração do ex-jesuíta que refere que, desta forma, não seria possível desviar a dita contribuição para qualquer outro fim<sup>581</sup>.

Muito provavelmente as verbas recolhidas não seriam suficientes, e o próprio lente refere que, se fosse necessário, se deveria aumentar ao imposto. Em 1803, volta-se a falar de uma outra contribuição, um donativo extraordinário<sup>582</sup>. Embora não fosse possível encontrar mais nenhuma referência, podemos concluir que este poderia ter como objetivo as despesas da *Junta* e da rede de escolas que então se criou.

### 3.2.2. O perigo francês e as invasões.

Como seria inevitável um dos temas incontornáveis deste período foi o momento internacional com evidente protagonismo da França. O mesmo fica visível no Gráfico 11 onde este assunto aparece com 36 referências em 135 missivas, sendo mesmo o segundo mais discutido. Mas nesta exposição não serão os conflitos em si que serão discutidos: o que importa é mesmo a posição dos dois principais responsáveis da Universidade de Coimbra em relação a este momento político e bélico.

Passando então á análise da fonte podemos ver que foi um tema que se fez sentir, em dois períodos distintos, durante seis anos, de 1799 a 1801 e de 1807 a 1812 (Gráfico 23). No primeiro período as percentagens são elevadas com 29% em 1799 e 27% em 1801, só baixando em 1800 para 7% (Gráficos 12, 13 e 14). No período seguinte os valores também são bastante elevados, em 20% para 1807, 67% em 1808 e 83% para 1812 (Gráficos 19, 20 e 21).

Assim podemos desde logo dividir esta preocupação em dois momentos. Um primeiro que teve uma clara inquietação nacional onde a realidade portuguesa, as suas necessidades perante este acontecimento e o seu lugar no xadrez internacional foram muito discutidas. E em segundo onde os desassossegos foram de cariz local mais centrados na cidade do Mondego.

Se atentarmos ao primeiro momento podemos dar-nos conta da posição do vice-reitor. Foi desde cedo um grande crítico do contexto internacional, talvez porque já perspetivasse as consequências para Portugal, e começa por afirmar que se deveria optar por uma certa neutralidade. Mas um dos factos mais interessantes é que começa logo a por

---

<sup>581</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 271.

<sup>582</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 624.

em causa a relação de Portugal com a Inglaterra<sup>583</sup>. Já quanto ao seu objetivo principal foi mesmo a procura da paz de uma forma geral e bem mais abrangente do que o simples contexto nacional<sup>584</sup>.

Desconfiado dos dois lados que então circundavam Portugal, França e Inglaterra, torna-se claro quanto à sua própria preferência pelos gauleses<sup>585</sup>. Mas o seu pensamento é bem mais complexo e até talvez utópico: o lente sugeria que se analisasse a proposta de Napoleão e que posteriormente se aceitasse, mas que esta fosse também uma aliança ofensiva e defensiva. E quanto a histórica relação entre Portugal e Inglaterra deveria ser mesmo colocada de lado em nome do interesse nacional, mas isto deveria ser feito de forma que os britânicos não nos vissem também como um inimigo. Mas logo depois o próprio refere que tal aliança, luso-francesa, é impossível. Em 1801 menciona que se começasse então a tratar de uma aliança com Castela<sup>586</sup>. Formando assim uma península unida capaz de não só tentar fazer frente a ameaça napoleónica como também não ficar *refém de fracos aliados*. Mas esta vontade em tentar algum acordo acaba por desaparecer devido ao desenrolar dos acontecimentos<sup>587</sup>.

Já segundo o lente um outro problema estaria também a contribuir para esta nefasta situação, a instabilidade aliada a alguma incompetência interna. Num primeiro momento opta por criticar o que podemos definir como a inércia total do polo decisório (Lisboa)<sup>588</sup>. O que por sua vez se alarga até a falhada tentativa de acordo em 1801 com o envio de um representante português a Paris<sup>589</sup>. Mas vai ainda mais longe quando chega a reprovar a ideia da ida para o Brasil por parte do Regente e da família Real, o que para o lente

---

<sup>583</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 306.

<sup>584</sup> Esta ideia de procurar um caminho que não fosse a via do combate só uma vez é que foi posta em causa pelo lente que sugere o uso das armas. Mas não passou de um breve momento, todas as restantes referências apontam para várias tentativas da concretização pela paz (“Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 511; BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra...*, Tomo IV, pp. 248 e 249).

<sup>585</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 450.

<sup>586</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 734 e 735.

<sup>587</sup> A Guerra das Laranjas veio, de facto, a tornar inviável esta ideia, assim como o Tratado de Badajoz, gravoso para Portugal (“Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 132). Como resultado deste Tratado gerou-se um interessante episódio com alguns estudantes. No mesmo ano (1801), um dos alunos entende que, em forma de celebração pela paz, se deveria realizar uma festa para assim agradar ao Regente. E nesse sentido foi pedida autorização para usar a capela, o que prontamente foi recusado pelo lente referindo que para isso deveria contactar primeiro o Reitor, ver, (“Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, pp. 201 e 202). Quanto ao que se passou a seguir não se sabe, mas a julgar pelo pessimismo do vice-reitor perante o Tratado muito dificilmente tal festa se deveria ter realizado.

<sup>588</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, pp. 659 e 660; BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra...*, Tomo IV, p. 246.

<sup>589</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 734.

significaria a perda do reino por parte do próprio Regente<sup>590</sup>.

O que até aqui se expôs foi somente a posição de José Monteiro da Rocha sobre o dito acontecimento, mas seria esta a posição do Reitor? Como não foi possível encontrar nenhuma carta do prelado sobre o tema tivemos que nos cingir a uma outra fonte já analisada no primeiro capítulo, a *Exposição*<sup>591</sup>.

A vontade de alcançar a paz estaria também na mente do Reitor e nesse sentido não hesita em relançar uma ideia já anteriormente defendida pelo Vice-Reitor, um acordo com França, não só para manter a paz, mas também para assegurar a permanência e o respeito pela casa de Bragança como legítima herdeira do trono português<sup>592</sup>. E em algo mais coincidiram ambos, na vontade de criar algum afastamento relativamente aos ingleses. Em ambos é possível ver um entendimento semelhante: esta união era, e não só desta vez, nefasta para os interesses nacionais.

Como referimos, foi também possível encontrar referências específicas à cidade de Coimbra dentro deste contexto<sup>593</sup>. Ainda antes do conflito houve movimentação de tropas, o que se repercutiu na cidade. Em 1801 Coimbra ficou encarregada de receber o exército do norte. Este facto não agradou ao Vice-Reitor que se manifestou adverso a esta medida por colocar lado a lado estudantes e soldados<sup>594</sup>. Com a vinda de quatro regimentos para a cidade, as confusões logo se deram mas, para além disso, o lente queixou-se também da má organização quanto ao acomodamento dos soldados o que acabou por só piorar a situação<sup>595</sup>.

Nas missivas também foi possível ver que, no segundo dos períodos aqui considerado, sob as ordens do Reitor, o lente ordenou que uma deputação académica fosse incumbida de saudar Junot embora também ficasse evidente que isto não agradou a todos<sup>596</sup>. Mas este ato não foi isolado: o próprio vice-reitor já teria até pedido ao reitor que

---

<sup>590</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 735; BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra...*, Tomo IV, p. 249.

<sup>591</sup> Obviamente que tivemos que ter em conta que as fontes apontam para dois períodos diferentes. O primeiro remete para um momento de alguma incerteza enquanto o segundo refere um momento onde as invasões já se tinham dado de facto.

<sup>592</sup> D. Francisco de Lemos – “Exposição ...”, p. 150.

<sup>593</sup> De forma mais detalhada sobre Coimbra e as Invasões, ver, BRANDÃO, Mário – *Um documento acerca dos prejuízos causados à Universidade pela terceira invasão francesa*. Coimbra: Publicado por Mário Brandão, 1938, e também, MARTINS, Maria Ermelinda de Avelar Soares Fernandes – *Coimbra e a Guerra Peninsular*. Vol. 1 e 2. Coimbra: Na Tipografia da Atlântida, 1944.

<sup>594</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 55.

<sup>595</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 56. Para alívio do jesuíta o número de regimentos acaba por diminuir gradualmente durante 1801 (“Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, pp. 132 e 199).

<sup>596</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 804.

tivesse enviado os lentes que se encontrassem em França para cumprimentarem Napoleão<sup>597</sup>. Mas quanto a estas medidas podemos apenas dizer que pouco mais havia a fazer e que a posição do Reitor teria talvez mais em conta não uma submissão mas uma clara vontade em proteger a Universidade.

### 3.2.3. Benesses.

Este assunto, que também foi possível identificar no capítulo anterior, diz respeito às benesses com que alguns foram brindados por alguma razão. O maior beneficiado foi mesmo José Monteiro da Rocha. Assim podemos logo concluir que tal como Pombal se preocupou em promover os seus o mesmo aconteceu com D. Francisco de Lemos. E o facto de este ter ficado em Lisboa durante parte considerável do período estudado, funcionou de forma clara para influenciar os privilégios recebidos pelo lente de matemática.

Passando agora a fonte foi possível encontrar cerca de 14 referências nas 135 missivas analisadas (Gráfico 11). Mas se atentarmos ao Gráfico 23 podemos ver que este assunto começa em 1799 e termina em 1804. O que se explica facilmente pela nomeação do lente para mestre do infante, como já vimos.

Quanto às mercês podemos ver que o caminho começa logo a fazer-se em 1799 quando vaga uma comenda em Portalegre e o Vice-Reitor depressa avisa o Reitor do sucedido, muito provavelmente para se adiantar a outros possíveis candidatos. Mas o que com isto conseguiu foi mesmo o iniciar do processo que acabaria por lhe entregar a dita comenda.

Desta forma começa então o prelado a exercer a sua influência para garantir a dita atribuição, que segundo o lente não seria mais do que uma justa recompensa não só do seu trabalho, mas também tendo em conta algumas outras nomeações que foram entendidas como ofensivas para o mesmo<sup>598</sup>. Dois anos depois, em 1801, as movimentações dão o resultado desejado e o ex-jesuíta é então agraciado com a comenda e como o próprio referiu, em muito a ficou a dever ao Reitor<sup>599</sup>.

---

<sup>597</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra...*, Tomo IV, p. 284.

<sup>598</sup> A situação é considerada inconcebível por Monteiro da Rocha que não se sentia devidamente recompensado (“Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 513).

<sup>599</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 662; BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra...*, Tomo IV, p. 246.

Também no mesmo ano começa a ser fabricada mais uma forma de privilegiar o lente, desta vez para Mestre do Infante<sup>600</sup>. Foi necessário, contudo, agir com alguma cautela. Por essa mesma altura, o Reitor deveria ter pedido ao lente que o acompanhasse em Lisboa mas este refere que temia fazê-lo por pensar que poderia prejudicar o seu acesso ao cargo<sup>601</sup>. Mas todos os cuidados acabaram por surtir o efeito pretendido e em 1804 Monteiro da Rocha dirige-se para Lisboa para tomar posse do seu novo cargo<sup>602</sup>.

Para além do lente de Matemática, temos a referência José Telles que acabou por ser despachado para a Junta dos Três Estados por ordem do Reitor em 1805<sup>603</sup>. Outras vacaturas foram identificadas durante a análise embora as informações recolhidas não nos permitam concluir quem terá beneficiado das mesmas. Tratava-se do provimento de benefícios eclesiásticos cuja apresentação pertencia à Universidade (abadia de S. Romão de Vila Cova de Vez e Igreja de S. Martinho de Alvaredo). Mas nestes casos o vice-reitor apenas se limitou a informar o prelado das vacaturas preferindo aguardar pela decisão do seu superior<sup>604</sup>.

### 3.2.4. A questão médica.

O assunto aqui em evidência, saúde pública, engloba o conselho médico e o protomedicato e tem por base as breves referências, apenas 3, encontradas na fonte estudada (Gráfico 11).

A primeira iniciativa nesta temática partiu do Reitor quando, em 1801, propôs a criação de um Conselho Médico na Universidade<sup>605</sup>. Esta ideia foi bem acolhida pelo lente que via nela uma forma de reanimar a faculdade de medicina mas também, como tinha vindo a ser característico na ação do Vice-Reitor, uma clara ideia de oposição (ou de

---

<sup>600</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 797; BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra...*, Tomo IV, pp. 250 e 251.

<sup>601</sup> O grande receio seria o de passar a ideia de que o cargo lhe fora concedido por influência do Reitor, embora, na realidade, tenha sido provavelmente isso mesmo que deveria ter acontecido (“Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 339).

<sup>602</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 476.

<sup>603</sup> Esta foi a única referência á Junta dos Três Estados na fonte analisada (Gráfico 18) e quanto a continuidade do assunto não foi possível encontrar mais nenhuma informação, ver, [s. a.] – “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 714.

<sup>604</sup> [s. a.] – “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 561 e 563.

<sup>605</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 794. Esta vontade que o prelado demonstrou em melhorar a condição da medicina em Portugal já vem do seu primeiro reitorado. Neste já teria preparado um plano para os Tribunais de Saúde (PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, pp. 29 e 30 e 106 e 107). Mas para além desta vontade estaria uma outra, que segundo Teófilo Braga, seria a de alcançar alguma preponderância sobre a Junta do Protomedicato de Lisboa (BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra...*, Tomo IV, p. 249).

sobreposição) a Lisboa. Pretendia assim que esta nova criação fosse oposta, embora de género idêntico, á da capital onde, segundo o mesmo, reinaria a corrupção nos tribunais de saúde<sup>606</sup>. Mas o Vice-Reitor chama também a atenção para alguns problemas na instituição que se pretendia criar e, nesse sentido, servindo-se de gente da sua confiança, trata de os resolver. Propunha medidas que visavam não só uma submissão do novo corpo á Universidade, como também (padrão recorrente), tornar o Reitor como a autoridade máxima do novo Conselho<sup>607</sup>. Quanto à organização administrativa o lente tratou logo da nomenclatura e da quantidade dos cargos de direção<sup>608</sup>. Por parte de Monteiro da Rocha notou-se uma clara pressa para que o projeto se concretizasse, muito provavelmente por ter entendido este como uma forma clara de dignificar ainda mais a Universidade. E é logo no mesmo ano que avisa o Reitor que seria necessário começar a promover indivíduos para os cargos definidos<sup>609</sup>. O ex-jesuíta apontou também para a necessidade de se guardar segredo acerca destas diligências para evitar contendas com Lisboa, que não seriam benéficas para a conclusão do projeto.

Mas ainda no âmbito desta temática surge uma outra ideia, a da criação de um Protomedicato. Esta ideia não era inovadora no contexto nacional, uma vez que já fora criado um outro Protomedicato, instalado em Lisboa. Vinha já de 1782 e trouxera alguma evolução positiva na área da medicina. Com o seu nascimento extinguiram-se os cargos de Físico-mor e Cirurgião-mor e teria como objetivos terminar com os abusos praticados por indivíduos sem qualificações em medicina, cirurgia e farmácia e também com a desorganização das boticas nacionais<sup>610</sup>. Administrativamente teria um Presidente, que seria médico, seis deputados, quatro médicos-cirurgiões, e parte do seu trabalho deveria ser reatualizar a legislação na devida área e um melhoramento de saúde pública<sup>611</sup>. Mas não teve uma vida longa e em 1809 acabou por ser dissolvido por Alvará Régio. Maximiliano Lemos aponta como razão as contestações que se deram no Brasil que acabaram por resultar na regulação das atribuições dos cargos anteriormente extintos o

---

<sup>606</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 794.

<sup>607</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 795; PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, p. 107.

<sup>608</sup> Estes eram: Diretor Perpétuo, decano da Faculdade, inspetor e administrador do hospital e deputado da diretoria.

<sup>609</sup> É necessário salientar que o Presidente do Conselho não seria o Reitor mas sim alguém com formação em Medicina. Mas ao Reitor caberia, sobre este, uma autoridade distinta e superior (“Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, pp. 795 e 796).

<sup>610</sup> Esta criação acabou por se tornar Real Junta em 1799, ver, PITA, João Rui – *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)*. Coimbra: Minerva, 1996. p. 490.

<sup>611</sup> PITA, João Rui – *Farmácia, medicina e saúde pública...*, p. 491.

que por sua vez acabou por levar ao fim do Protomedicato<sup>612</sup>.

Naturalmente que a instituição de que agora falamos é outra que começa a ser pensada durante o segundo reitorado de D. Francisco de Lemos. É no âmbito da ideia do Conselho Médico que surge a sugestão do Vice-Reitor, a qual pretende complementar a ideia do prelado com a sugestão de dar ao protomedicato da Universidade a jurisdição do distrito de Coimbra (em matéria de saúde)<sup>613</sup>. Mas esta sugestão tem um objetivo bem mais amplo: pretendia-se que, lentamente, este órgão da instituição universitária fosse aumentando a sua alçada sob toda a matéria de saúde pública no reino. Esta sugestão foi aceite pelo Reitor que em 1805, no esboço de regulamentação que enviou a Monteiro da Rocha, tratou também de fazer algumas alterações. Optou por ligar, de forma mais profunda, a Universidade ao Protomedicato, referindo que os lentes deveriam ser os deputados e que poderiam ser eleitos pelo Reitor<sup>614</sup>. O prelado partilhava da mesma preocupação do lente e entendia que esta criação poderia gerar algum desconforto em Lisboa e logo avisou que tudo se deveria fazer com a devida cautela.

Apesar de todos estes esforços o Reitor não conseguiu levar os seus intentos por diante<sup>615</sup>. Muito provavelmente porque os tempos não fossem de novas criações mas sim de medo e preocupação devido a grande ameaça externa.

### **3.3. A vida universitária.**

#### **3.3.1. O ensino.**

##### **3.3.1.1. Lentes.**

Dentro desta temática a complexidade de assuntos é visível e como também é evidente a questão dos lentes é fundamental. Isso mesmo fica visível pelo Gráfico 11 onde se torna claro que foi mesmo dos assuntos mais tratados com 31 referências. Foi também um dos mais presentes durante o período estudado, fazendo-se sentir em 1800 até 1807 e de 1815 a 1816 (Gráfico 23). De forma mais detalhada começou com 11% no primeiro ano, 10% no seguinte, 12% em 1802 e de novo 11% em 1803 (Gráficos 13 a 16). Mas estes valores acabam por aumentar substancialmente em 1804, com 50%, 39% para o seguinte ano e em 1807 alcançou 40% (Gráficos 17 a 19). Mas foi também possível ver

---

<sup>612</sup> LEMOS, Maximiano – *Historia da medicina em Portugal. Doutrinas e instituições*. Vol. 2. Lisboa: Publicações Dom Quixote/Ordem dos Médicos, 1991, p. 202.

<sup>613</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 795. A mesma ideia já foi evidenciada por, PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, p. 107.

<sup>614</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 711.

<sup>615</sup> PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, p. 107.

uma predominância total em três anos, 1806, 1815 e 1816, onde foi o único assunto encontrado (Gráfico 22).

Dentro desta matéria, tal como nas restantes, foi possível encontrar outras divisões mais específicas. Estas vão desde as jubilações e os docentes propostos até ao envio dos catálogos dos Lentes para Lisboa. Mas também houve alusões ao provimento através de concurso e às dissertações, aos ordenados e concessões.

Mas o que também fica patente é que o Vice-Reitor teve um papel ativo nos vários temas que se irão expor. A explicação para este facto é simples. Tal como aconteceu de 1772 até 1777 onde o Reitor, devido à sua proximidade com a Universidade e com quem nela trabalhava, escolheu pessoalmente alguns lentes e substitutos, o mesmo aconteceu neste segundo reitorado. Só que, desta vez, quem esteve mais presente na instituição foi o lente de Matemática: era ele quem estava numa posição privilegiada para escolher os docentes.

Passando então à análise, podemos ver que as primeiras referências dizem respeito a aposentações. Em 1800, o Vice-Reitor indicou que dois lentes não estariam à altura das exigências, e pediu ao Reitor que se pensasse na sua jubilação embora o problema residisse no valor da respetiva aposentadoria<sup>616</sup>. No ano seguinte é referido novo caso de incompetência (Félix José Marques na cadeira de Filosofia Racional e Moral) e Monteiro da Rocha volta a recomendar a aposentação do lente em questão<sup>617</sup>.

Mas a incompetência não foi o único critério esgrimido pelo lente para propor a jubilação de alguns professores<sup>618</sup>. O mesmo se passou com aqueles de quem desconfiava ou discordava. José Pinto, médico no hospital mas que exercia também a clínica fora dele, foi indicado pelo Vice-Reitor para a jubilação por estar em pleno desacordo com a sua conduta e opções (chegava “*de carreira, e de botas e esporas ao hospital, onde não emendava as desordens mas as fomentava*”). Contra ele pesavam também acusações de

---

<sup>616</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 307. É visível que o esquema utilizado é o mesmo já identificado para outros assuntos. O lente indicava e o Reitor tratava de oficializar junto do Regente. Este pedido demorou a ser correspondido, ainda em 1816 o lente volta a referir a necessidade de jubilar um dos docentes.

<sup>617</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 199. A jubilação deste lente foi complicada por razões que se desconhecem. Isso mesmo fica claro quando se vê que, em 1807, ainda não tinha acontecido e José Monteiro da Rocha tem que pedir que finalmente se cumpra (“Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 802).

<sup>618</sup> Mas esta prática, apesar da fonte analisada não nos fornecer tal informação, também foi usada pelo Reitor. Este, no sentido de melhorar a qualidade da cadeira de música, opta por jubilar Manuel José Ferreira por este não ter o melhor desempenho. Em seu lugar promove um já seu conhecido, José Maurício (BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra...*, Tomo IV, pp. 258 á 261).

corrupção e fraude que em muito ajudaram o lente em indicá-lo como dispensável<sup>619</sup>. Quanto às reformas forçadas as coisas não foram assim tão fáceis. Alguns dos indesejados teriam também ligações importantes que resultaram em entraves intransponíveis. Isso mesmo se pode ver de uma missiva do prelado datada de 1805 onde é o próprio que trata de suspender a jubilação devido a essa mesma razão<sup>620</sup>.

Para além destas razões, outras de cariz bem menos severo importavam para promover a saída de alguns docentes, como o bom desempenho associado à idade como aconteceu com Manuel Barreto<sup>621</sup>. Mas este não foi caso único: em 1816 nova indicação se dá baseada no merecimento<sup>622</sup>. Outro motivo invocado foi o estado de saúde. Assim aconteceu também no mesmo ano, embora ao longo do período estudado foi possível encontrar várias referências da fraca saúde de vários lentes<sup>623</sup>.

Após as jubilações era necessário prover os lugares vagos e, nesta árdua tarefa, a maioria dos indicados pertenceu a José Monteiro da Rocha. Em 1800 o lente propõe a composição da faculdade de Matemática na sequência de um provável despacho de um lente para um cargo fora da faculdade<sup>624</sup>. No mesmo ano indica também alguém para lente embora neste caso não fosse possível definir qual a faculdade que o iria recolher. Mas o que ficou visível foi o peso da opinião do Vice-Reitor que, se houvesse dúvida entre candidatos tinha voto decisivo<sup>625</sup>. Em 1801 o ex-jesuíta trata de indicar vários pretendentes para as vagas. Para Matemática foi a vez de Agostinho José Pinto, e Manuel José da Cunha e Sousa para substituto e ajudante, e para Medicina, recomenda vivamente os irmãos Navarro (Vicente Navarro de Andrade e Sebastião Navarro de Andrade) de e um terceiro indivíduo denominado de Santa Bárbara (*“Eles são os que sustentam Medicina pelos seus talentos, e pela gravidade e decência com que se conduzem”*<sup>626</sup>). No mesmo ano as faculdades de Matemática e de Filosofia são também enriquecidas com mais um ajudante proposto pelo Vice-Reitor, Agostinho José Pinto de Almeida e com um lente, o Padre

---

<sup>619</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 560.

<sup>620</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, pp. 711 e 712.

<sup>621</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 338. Quanto à jubilação deste só teria acontecido após 1802 (“Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, pp. 475.)

<sup>622</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 884.

<sup>623</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 884. Não foi possível saber a idade dos envolvidos neste último exemplo mas como é óbvio, ela poderá ter tido um peso relevante.

<sup>624</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 449. E tal como D. Francisco de Lemos que no seu anterior reitorado não hesitou em propor alunos que se destacavam, o mesmo aconteceu com o Vice-Reitor que neste caso indicou um desses alunos embora este estivesse longe de ser caso único.

<sup>625</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 512.

<sup>626</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 53.

Emídio, respetivamente<sup>627</sup>. Em 1803 a faculdade de Medicina volta a deparar-se com uma vaga respeitante á cadeira de Prática e nesse sentido foi proposto para docente João de Campos<sup>628</sup>.

Estas escolhas só se efetivaram depois da aprovação do Reitor que continuava a ter a palavra final: mas não se encontrou nenhum caso de discordância com o seu imediato. E de novo, não podemos esquecer que este interveio de forma decisiva na fase final, na aprovação dos despachos para a admissão dos propostos. Para além disso, encontra-se uma indicação do prelado para duas escolhas embora não especificasse se seria para lentes, substitutos ou ajudantes<sup>629</sup>; e uma, mais explícita de Francisco Xavier, para Demonstrador de Anatomia<sup>630</sup>. Mas foram casos excepcionais.

Outra forma de tratar do provimento foi através de concurso embora o que parece evidente é que esta alternativa seria apenas uma segunda opção. E que apenas deveria ter sido usada em caso de nenhum dos dois ter conseguido propor alguém. É já quando está para deixar a Universidade (1 de Dezembro de 1804) que Monteiro da Rocha elabora um alvará pelo qual se deveriam reger os futuros concursos (*“o meio mais apto para salvar a Universidade e tantos doutores inábeis”*, nas palavras de D. Francisco de Lemos), restringindo o acesso à categoria de opositor e obrigando estes a redigir uma dissertação anual, como elemento curricular decisivo<sup>631</sup>. Quanto às dissertações parecem ter despertado algum interesse por parte do lente e do Reitor que se mostravam ansiosos pelos resultados<sup>632</sup>. Estes testes não seriam apenas importantes para medir o merecimento dos candidatos. Através deles seria também possível entender determinados comportamentos ideológicos dignos, ou não, de censura<sup>633</sup>. Por outro lado a própria qualidade do ensino praticado na instituição tinha também assim um importante barómetro.

Mas nesta tarefa de promoção de lentes também foi possível encontrar um importante obstáculo, a falta de gente com competências suficientes<sup>634</sup>. Para a recém-criada cadeira de Metalurgia, até já se teria encontrado o lente, mas como era necessário que este dominasse conhecimentos só possíveis de adquirir no estrangeiro partiu de

---

<sup>627</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, pp. 131 e 199.

<sup>628</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 562.

<sup>629</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 712.

<sup>630</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 714.

<sup>631</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra...*, Tomo IV, pp. 267 a 271.

<sup>632</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, pp. 800 e 801.

<sup>633</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 800.

<sup>634</sup> Este problema tornou-se mais evidente durante as Invasões, acontecimento que levou a fuga de alguns docentes, ver, RODRIGUES, Manuel Augusto – *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores. Para uma história da Instituição*. Coimbra: Publicação do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990. p. 180.

Portugal, às custas da Universidade. Mas o problema estaria em quem o iria substituir durante a sua ausência. De tal forma a crise se instalou que o Vice-Reitor chegou a demonstrar um acentuado pessimismo e sugeriu que se procedesse a anulação dessa mesma e que esta continuasse a ser ministrada como antes, juntamente com Química<sup>635</sup>. Em 1805, volta a aparecer um problema semelhante. O lente queixou-se de que continuariam a existir vagas em três faculdades e que nem o recurso ao concurso foi capaz de produzir efeitos positivos. A falta de pretendentes capazes foi evidente, como comenta o Reitor, em resposta, ao dizer que muitos haviam desistido<sup>636</sup>.

Neste assunto foi também possível encontrar referências quanto aos vencimentos dos docentes e aqui o vice-reitor volta a ter um papel decisivo. Ele não só definiu alguns valores mas também demonstrou uma grande preocupação com a equidade entre ordenados, poupando assim alguns embaraços<sup>637</sup>. Para além deste critério pesou também a qualidade dos lentes. José Monteiro da Rocha, em todas as suas propostas levou este ponto em conta<sup>638</sup>.

Mas o lente acaba também por realizar um interessante pedido ao Reitor em 1800 e que podemos denominar de concessões. Pretendia então o Vice-Reitor que se tratasse de garantir um lugar a um teólogo, lente da Universidade, na Mesa da Consciência, como se praticara com os juristas relativamente ao Desembargo do Paço<sup>639</sup>. A razão invocada é a de que assim se incentivariam os lentes teólogos, mas não será demasiado ousado pensar que esta admissão de alguém ligado à instituição, provavelmente proposto pelo Reitor, era uma forma de estender a influência da Universidade a outras importantes instituições.

No desempenho das suas funções correntes não se descuidou o vice-reitor, tal como acontecia com as matrículas dos estudantes, de enviar todos os anos os catálogos dos Lentes para o Reitor em Lisboa.

### **3.3.1.2 Aulas.**

Nesta temática pretende-se expor uma das principais preocupações relativas ao ensino, as aulas. Este assunto foi bastante discutido com 19 referências (Gráfico 11) e vai

---

<sup>635</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 338.

<sup>636</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 710.

<sup>637</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 661. Esta ideia já não é estranha e, como vimos no capítulo anterior, o próprio Reitor teve a mesma preocupação e agiu em conformidade.

<sup>638</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 54.

<sup>639</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 587.

desde os melhoramentos em alguns cursos, às matrículas e respetivas avaliações mas também ao problema da suspensão das aulas devido ao fantasma das Invasões. Este assunto foi uma constante de 1799 até 1801 seguindo-se um breve hiato para aparecer de novo, e pela última vez, em 1805 (Gráfico 24). Para o primeiro ano alcança 25%, no seguinte 16% e em 1801 desce consideravelmente para 8% (Gráficos 12,13,14). Mas em 1805 volta a aparecer com uma percentagem bastante elevada, 23% (Gráfico 18).

Como se disse podemos dividir este assunto em alguns temas mais específicos. As medidas de melhoramento em alguns cursos foram visíveis e dizem respeito às faculdades jurídicas, a Matemática e a Teologia<sup>640</sup>. Quanto à primeira o vice-reitor começa logo a reagir a uma medida controversa que consistia em retirar a Retórica do plano de estudos dos juristas<sup>641</sup>. Para ele a matéria em questão era essencial pois seria a continuação e aperfeiçoamento do latim e sem este os alunos poderiam mesmo enfrentar um perigoso retrocesso. Embora não fosse possível encontrar a resolução do problema podemos ver que as preocupações com os cursos jurídicos não ficaram por aqui.

Em 1802 o Vice-reitor envia ao prelado o plano sobre as cadeiras comuns de Cânones e Leis onde se estipulou também quais os lentes e os compêndios definidos<sup>642</sup>. O mesmo assunto volta a ser mencionado em 1805 e, desta vez, por parte do Reitor e aqui também fica bem clara a sua ação. Definido então o plano por José Monteiro da Rocha coube ao Reitor tratar que este fosse aprovado. Nesta fase, contudo, D. Francisco de Lemos deparou-se com a oposição do Conde de Vila Verde o que levou mesmo o prelado a duvidar se seria possível concretizar o plano desejado<sup>643</sup>. Apesar desta oposição os melhoramentos nas faculdades jurídicas acabaram mesmo por se efetivar em 1805<sup>644</sup>.

A outra faculdade que requereu a atenção do Reitor foi a de Matemática. Assim o prelado decide criar duas novas cadeiras, Hidráulica e Astronomia. E na resposta o Vice-Reitor apressa-se a realizar o despacho para que as alterações se cumpram<sup>645</sup>. Mas a ação de D. Francisco de Lemos não foi apenas de propor as duas cadeiras, a ele coube também

---

<sup>640</sup> Segundo Genoveva Marques o mesmo também se passou em Filosofia com a inclusão da cadeira de Metalurgia (PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, p.102. Quanto a esta última, já referimos o problema que se colocou com o respetivo professor. Mas não encontramos outras referências.

<sup>641</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 305.

<sup>642</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 477.

<sup>643</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, pp. 709 e 710.

<sup>644</sup> O Alvará de 16 de janeiro vem oficializar essas alterações (BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra...*, Tomo IV, p. 275, e também, RODRIGUES, Manuel Augusto – *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores...*, p. 176).

<sup>645</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 592; PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, p. 102.

garantir que a permissão régia fosse expedida para a concretização do projeto<sup>646</sup>. No caso de Teologia também ficou patente a ideia de que se pretendiam algumas alterações mas neste caso as referências foram demasiado breves e pouco claras<sup>647</sup>.

Mais uma vez fica bem evidente a grande utilidade que foi a estada do prelado em Lisboa; sem hesitar, ele intervinha junto do Regente para a devida aprovação de tudo o que por si e pelo seu Vice-Reitor era proposto para a Universidade. A vontade do prelado em continuar a beneficiar a sua instituição não parou por aqui. O observatório também esteve entre as suas preocupações: e, em 1799, D. Francisco de Lemos tratou de enviar para a Universidade o regulamento que definia a forma do seu funcionamento<sup>648</sup>. Mas este acaba por sofrer atrasos, pois é o Vice-Reitor que, em 1801, pede que este se publique<sup>649</sup>.

Ainda neste tema foi possível ver que a ação do vice-reitor foi bastante importante na comunicação de informações relativas as matrículas e aos atos. E tal como o Reitor fizera no seu anterior reitorado, enviando a relação dos matriculados para Pombal, o mesmo aconteceu neste segundo reitorado, agora por mão de José Monteiro da Rocha<sup>650</sup>. E uma das suas medidas mais interessantes foi a de decidir fazer uma relação de todos os alunos matriculados, não só nas diversas faculdades mas também no Colégio das Artes, para desta forma até os pais dos mesmos conseguirem seguir o percurso dos estudantes<sup>651</sup>. Podemos ver também que o Reitor, apesar de longe, participaria diretamente nas admissões. Em 1800, o prelado envia duas petições relativas a dois frades para Monteiro da Rocha e este, por sua vez, tratou de efetivar a matrícula dos mesmos. Embora na fonte analisada este caso fosse pontual, pelas palavras do ex-jesuíta, estes não seriam caso único<sup>652</sup>.

Quanto às avaliações a maioria das referências demonstram-nos apenas a tarefa informativa do lente, mas foi possível ver também alguns dos problemas com que se debateu. O primeiro de todos foi a ausência da oficialização dos despachos de professores que pudessem argumentar nos atos (as “*cartas*”, no dizer de Monteiro da Rocha). O problema, que afetava a faculdade de Leis arrastou-se durante a época avaliativa do ano

---

<sup>646</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 54.

<sup>647</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 711.

<sup>648</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 307.

<sup>649</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 54.

<sup>650</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 658.

<sup>651</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 587. Teófilo Braga chamou a atenção para a mesma ação (BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra...*, Tomo IV, p. 247).

<sup>652</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 587.

de 1800<sup>653</sup>. Neste ano também, o Reitor alertou para o problema que poderia resultar do facto de alguns frades se poderem graduar em filosofia ou em matemática. Esta preocupação era partilhada pelo Vice-Reitor e o que a ambos preocupava era o facto de estes ainda estarem ligados a antiga escolástica (“*os claustros monásticos conservam ainda muito os ressaibos da escolástica*”) que desta forma poderia reentrar na instituição universitária<sup>654</sup>.

Mas algo mais grave estaria no horizonte: o início do século trouxe consigo movimentações bélicas (Guerra das Laranjas, Maio e Junho de 1801) que por sua vez levaram à discussão quanto ao fecho, ou não, das aulas durante um ano. A ideia parece até ter sido proposta pelo Reitor mas o lente foi desde cedo um firme opositor<sup>655</sup>. Monteiro da Rocha receava que os estudantes, livres dos estudos, pudessem perder-se tendo em conta os acontecimentos que então se apresentavam: mesmo considerando que “*estudantes e soldados são elementos muito heterogêneos*” (referindo-se ao aboletamento do exército do norte que se preparava em Coimbra), afirma que “*por modo nenhum convem a suspensão ânua das lições*” (cartas de 23 e 30 de Agosto de 1801). O principal temor seria mesmo o de não dar espaço, nem razões, àqueles que eram inimigos da Universidade para desta forma terem razões para de alguma maneira a prejudicarem<sup>656</sup>. O assunto não ficou por aqui: de novo foi referenciado (20 de Setembro de 1801) mas desta vez já não se referia a uma pausa anual mas apenas até ao Natal. De novo o Vice-Reitor reage firmemente. Receava que a suspensão se tornasse anual, para além “*do vazio que se ha de sentir no cofre académico pela falta das matriculas*”. É interessante este chamar a atenção para o aspeto financeiro, assim como para o perigo de tal suspensão afetar os anos

---

<sup>653</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, pp. 509, 510 e 511. O atraso do envio das cartas protelou os exames de Leis. Monteiro da Rocha propôs algumas hipóteses de solução, lembrando mesmo que “*na universidade antiga os Doutores Theologos e Medicos argumentavam em todos os actos. E agora, se houver necessidade, porque o não farão naquelas e nas outras faculdades, maiormente estando já despachados lentes, e faltando somente os títulos particulares de cada um, e a solemnidade das posses?*” (p. 511).

<sup>654</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 510, e também, BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra...*, Tomo IV, p. 245.

<sup>655</sup> Apesar de não ter sido possível encontrar nenhuma missiva por parte do Reitor onde propusesse tal medida mas o que me levou a tal conclusão foi mesmo a seguinte passagem, “*Por modo nenhum convém a suspensão annua das lições.*”, ver, [s. a.] – “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 55.

<sup>656</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 55. Citando: “*Mas o peor de tudo será que a dicta suspensão se ha de atribuir a outras causas que infamem a Universidade, e dêem ocasião aos inimigos della para lhe fazerem as hostilidades que poderem*” A quem se referiria Monteiro da Rocha quando assim escrevia?

futuros<sup>657</sup>. E adverte que, se a ideia de suspensão se mantiver, deverá ser tomada rapidamente uma decisão para evitar uma jornada inútil aos estudantes.

A Universidade acabou por não fechar. Só quase uma década mais tarde é que a violência da invasão francesa obrigou a tal, ficando encerrada de 10 de Setembro de 1810 até 23 de Setembro do ano seguinte<sup>658</sup>.

### 3.3.1.3. Compêndios e publicações.

A questão dos compêndios, ao contrário do que acontecera no primeiro reitorado teve uma percentagem bastante reduzida de apenas 6 referências (Gráfico 11). Por isso não será de estranhar que também apenas se faça sentir somente em quatro anos, 1801, 1802, 1804 e 1805 (Gráfico 24). As percentagens anuais não foram altas, 1% para o primeiro ano, 12% para o segundo, 17% para 1804 e 15% para 1895 (Gráficos 14, 15, 17 e 18). Aqui foi possível ver que o Vice-Reitor propôs e direcionou algumas obras, enquanto o prelado só o fez uma vez. Embora todas as obras propostas tivessem que passar pelo Reitor. O que também ficou evidente foi o peso da censura, também já visível no reitorado anterior.

Será interessante assinalar que uma primeira comunicação de Monteiro da Rocha diz respeito a um “*plano do Bibliothecario paras as Correspondencias Litetrarias e remessas de livros periódicos*”, o que nos coloca perante o intercâmbio de publicações científicas. O plano carecia de aprovação do Reitor para que lhe fosse atribuída a dotação financeira necessária à sua efetivação<sup>659</sup>. Em Dezembro 1802, é uma outra publicação que se anuncia, a *Ephemeride Astronomica*, que o próprio Monteiro da Rocha estaria a preparar para ser dada a público em 1804<sup>660</sup>. Na mesma carta, o Vice-Reitor, correspondendo a um pedido do Reitor, envia uma relação pormenorizada das cadeiras da faculdade de Leis, dos respetivos professores e dos compêndios a serem utilizados. A última indicação data já de 1805 e diz respeito também aos cursos jurídicos. O lente propõe os *Elementos de Direito Civil* de Heinécio e segundo o Reitor, este até já estaria puro e reformado, ou por outras palavras censurado<sup>661</sup>.

---

<sup>657</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 129.

<sup>658</sup> RODRIGUES, Manuel Augusto – *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores...*, pp. 179 e 180.

<sup>659</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 589.

<sup>660</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 476.

<sup>661</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 711. Esta obra já tinha sido usada no reitorado anterior e também aí já tinha sido readaptada.

Esta prática foi também possível ser encontrada num outro caso. Em 1802, Fr. Joaquim de Azevedo prepara uma obra, em dois volumes, sobre os “*logares dos livros históricos da Escripura*”, que submete à Congregação da sua faculdade. Tratava-se de uma obra polémica (“*em que os incrédulos modernos têm repisado as objecções dos antigos*”), e após “*muitas e longas congregações*” não se havia chegado a acordo, quanto à sua aprovação. O episódio é elucidativo relativamente ao funcionamento do escrutínio científico (e também ideológico) da produção dos professores da Universidade. A longa espera fez com que o autor retirasse a obra e a levasse consigo quando se ausentou para Lisboa. O vice-reitor logo reporta ao prelado o acontecido e pede que ele próprio proceda a análise da mesma obra quando esta lhe for apresentada, como supõe provável, pelo seu autor<sup>662</sup>.

O tom do diálogo entre os dois correspondentes pode aferir-se por um passo de uma missiva de D. Francisco de Lemos, a propósito de um compêndio a ser utilizado: “*Estou por tudo o mais que v. s<sup>a</sup> me diz, mas devo dizer-lhe que o compêndio de Cavallari é dividido em 2 tomos, e a obra grande em 6; e que ele mesmo diz que fizera o compêndio para os seus ouvintes por ser obra extensa. À vista disto v. s<sup>a</sup> verá se convem fazer por ella as lições syntheticas*”<sup>663</sup>.

#### **3.3.1.4. Uma rígida disciplina.**

O assunto que tem por cerne a *Disciplina*, e que já no capítulo anterior ficou provado que foi uma ferramenta indispensável, mantém a mesma importância e desta vez um novo interveniente embora a política de disciplina rigorosa se mantenha. Em termos percentuais estamos a falar de uma breve aparição. Apenas com 6 referências (Gráfico 11) surge em quatro anos (Gráfico 24). Neste assunto foi possível fazer uma divisão em três momentos, o primeiro que terá em conta os comportamentos dos alunos em relação à cidade, o segundo leva em conta a mesma ideia mas desta vez em relação à Universidade e o terceiro dirá respeito às faltas de alguns funcionários. O grosso das informações prende-se com o primeiro caso referido. Mas em todos os casos foi possível ver que em ocorrências de indisciplina o primeiro a atuar foi o Vice-Reitor embora sempre tivesse esperado pelas conclusões do Reitor. O que é facilmente justificado pela já referida proximidade e pelo fato de que os abusos encontrados foram de alguma gravidade o que

---

<sup>662</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 273.

<sup>663</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 710.

exigiu uma pronta atuação.

O primeiro relato sobre possíveis desacatos com alunos data de 1801 e refere um provável envolvimento destes num diferendo entre o Juiz do Crime e o Juiz do Povo. O relato feito por Monteiro da Rocha põe em dúvida que os “*embuçados*” que, às altas horas da noite, se colocaram ao lado do Juiz do Povo contra a voz de prisão dada pelo Juiz do Crime fossem realmente estudantes, mas compromete-se a averiguar e a dar notícia do que vier a saber<sup>664</sup>.

Mais grave terá sido a confrontação, ocorrida em 25 de Março de 1801, entre estudantes e milicianos (lembramos que então o exército do Norte estacionava em Coimbra), o que acabou por gerar uma Devassa por parte do Desembargador Conservador<sup>665</sup>. Na conta que envia a 27 de Novembro ao Visconde de Balsemão (provavelmente com informações que recebera de Coimbra), o Reitor refere que o conflito não teria sido tão grave como é referido na Devassa, mas que teria sido iniciado pelos estudantes que teriam dedicado algumas graciosidades aos milicianos que por sua vez responderam<sup>666</sup>.

A situação não se resolveu de imediato e acabou por se arrastar o que levou o Reitor a apontar uma possível conclusão. Propôs que através de uma forma extraordinária (“*extraordinariamente, segundo o parecer de Sua Alteza Real*”), o Regente decidisse sobre as penas a aplicar aos estudantes culpados. O que mais sobressai nas suas indicações são mesmo os castigos que deveriam ser aplicados. Pretendia assim dividir os criminosos segundo a sua participação nos desacatos e, de acordo com esse envolvimento, estabelecer penas adequadas. Os mais implicados (que haviam atuado de dia e de noite) deveriam ser riscados da Universidade e degredados para a Índia<sup>667</sup>. Mas o degredo, neste caso, deveria ser usado para assustar os envolvidos: D. Francisco de Lemos propõe que esta pena lhes seja perdoada (“*o degredo para a Índia pode merecer depois a commiserção de Sua Alteza Real*”) mas só quando estivessem prestes a embarcar<sup>668</sup>. Quanto aos restantes, apenas se deveria aplicar a expulsão da Universidade.

---

<sup>664</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 659.

<sup>665</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 202. Trata-se do relatório que D. Francisco de Lemos enviou ao Visconde de Balsemão, então Secretário de Estado dos Negócios do Reino.

<sup>666</sup> *Ibidem*. Vd. também RODRIGUES, Manuel Augusto – *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores...*, p. 174.

<sup>667</sup> Estes seriam João da Costa Regueira, José Ascânio e Francisco Xavier Monteiro (“Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 203).

<sup>668</sup> *Ibidem*.

Os comportamentos indignos não terminaram por aqui. Em 1803 é o Vice-Reitor que refere a criação de um *rancho* ou *súcia* composto por estudantes “*vadios e libertinos*”, dos quais doze já haviam sido presos<sup>669</sup>. O lente entende também que se deveria procurar atuar com alguma celeridade para que este comportamento não fosse visto como exemplar: para além de ter detido aqueles doze, propõe que os restantes sejam incorporados no exército e nesse sentido comunica com as autoridades militares através do vice-conservador, assim conseguindo “*expurgar a corporação desse perigoso fermento*”<sup>670</sup>.

Este caso, contudo, só ficou resolvido por volta de Outono do mesmo ano e na carta de 22 de Outubro de 1803 as informações são bem mais detalhadas. Este grupo teria uma considerável dimensão, entre 50 e 60 estudantes, e usufruiria até de uma sede onde se reuniam e partiam para as suas rusgas violentas. Teriam também uma organização com emissários e sinais próprios<sup>671</sup>. Quanto aos líderes, que depressa foram todos presos, não seriam apenas 12 mas sim 18. A decisão tomada pelo vice-reitor acaba por ter os resultados pretendidos e com a prisão dos membros e o seu envio para fora da instituição acaba por terminar com esta espécie de gangue. Mas as repercussões de tal medida foram ainda mais longe e chegaram a atingir os negócios que incentivavam estes comportamentos e com eles lucravam, como os bilhares e os botequins<sup>672</sup>.

Mas estes momentos de clara indisciplina e nefastas consequências para a imagem da Universidade, levaram o Reitor a procurar tomar medidas para precaver tais situações no futuro. Propõe que, tendo em conta a importância da Universidade para a Igreja e para o Estado, se deveria atentar no comportamento dos estudantes. Aquilo que Teófilo Braga já apelidou de regime inquisitorial<sup>673</sup> tem que ser entendido como uma forma de proporcionar á universidade um maior poder de atuação e um aumento de poderes da sua

---

<sup>669</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 564. Vd. Também RODRIGUES, Manuel Augusto – *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores...*, p. 175.

<sup>670</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 564. Esta medida já teria um precedente, em 1801 foi expedido um aviso régio onde se determinava que caberia ao Reitor prender e enviar os estudantes, que não tivessem sucesso no seu percurso académico ao Intendente Geral da Policia para serem alistados no exército e cumprirem a carreira militar (RODRIGUES, Manuel Augusto – *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores...*, p. 174).

<sup>671</sup> Nesta é também possível ver que estas rusgas de violência, precedidas por consumo de álcool e por convívio com meretrizes, originavam vários crimes como a demolição de muros, das guardas da ponte, distúrbios e roubos, (“Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 622; PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, pp. 111; RODRIGUES, Manuel Augusto – *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores...*, p. 175).

<sup>672</sup> O lucro destes foi, segundo o mesmo, severamente atingido o que levou até ao encerrar de portas de alguns destes estabelecimentos, ver, [s. a.] – “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 622.

<sup>673</sup> BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra...*, Tomo IV, p. 256.

posição, caminho que tanto o mesmo como o vice-reitor já há muito vinham a percorrer como tem ficado claro ao longo da exposição. E desta forma o bispo tenta então tirar o melhor partido possível das adversidades procurando até beneficiar com isso mesmo.

Assim o prelado, em pedido ao Regente, propunha que se atuasse em dois sentidos: em relação aos alunos da Universidade e, paralelamente, em relação á própria cidade que então tinha distrações a evitar. Quanto ao primeiro aspeto, pedia que, enquanto Reitor, lhe fosse delegado o poder de fiscalizar livreiros, visto que estes seriam os distribuidores de uma falsa doutrina que estava a chegar á Universidade através de obras não controladas; e até para inspecionar as casas dos estudantes na procura dos maus livros<sup>674</sup>. Pretendia também passar a exigir a todos os alunos que se matriculassem na instituição universitária, a realização prévia de um exame onde procurasse saber se estes teriam, ou não, em mente os princípios da religião.

Mas esta ideia vem juntar-se a uma outra que o Reitor deixa bem clara, a vigilância sobre o comportamento dos estudantes em lugares de culto “*a fim de que os estudantes se portem sempre com a modéstia e religião, que convém*”. Mas não se ficou por aqui e, numa clara propensão de controlo total, tratou até de pedir que se passasse a inspecionar a própria imagem dos estudantes, obrigando-os a usar o traje típico, visto que este já estaria a ser substituído por algumas vestes menos próprias. E é aqui que volta a relembrar uma ideia por si já proposta, o degredo como castigo<sup>675</sup>.

Medidas pesadas, mas acima de tudo o que estaria em jogo seria a própria reputação da Universidade. Quanto à cidade o mesmo referia que se deveriam fazer algumas alterações. Entendeu que os divertimentos estabelecidos (“*casas de botequim de bilhar e de pasto*”) deveriam ter um controlo apertado, senão o próprio encerramento. E ainda no mesmo sentido pede uma maior atenção às mulheres públicas. Estas deveriam ter um de dois destinos, ou a expulsão ou a criação de uma casa onde se recolhessem e se reeducassem, como acontecia em Lisboa<sup>676</sup>.

Mas como se disse as questões disciplinares não ficaram por aqui; os comportamentos menos dignos não tiveram por cenário apenas a cidade mas também a própria Universidade. Um caso reportado foi o ataque de João Pereira Batista ao professor

---

<sup>674</sup> Os livreiros da cidade do Mondego deveriam também ser proibidos de vender livros que tivessem chegado de outras cidades sem primeiro comunicarem as listas dessas aquisições (“*Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...*”, Vol. 37, p. 626).

<sup>675</sup> “*Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...*”, Vol. 37, p. 628.

<sup>676</sup> “*Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...*”, Vol. 37, p. 627.

de Grego, Félix José Marques, em 1801<sup>677</sup>. Após a reprovação no exame, devido a sua fraca prestação, o estudante insulta e ataca o docente com uma faca. Mas apesar de não o ter ferido, o Vice-Reitor age de imediato e ordena a prisão do aluno e mantém o mesmo no cárcere até ordens do Reitor<sup>678</sup>. Dois meses depois, em Setembro de 1801, Monteiro da Rocha volta a referir o assunto apelando para a libertação do estudante, que até já teria feito as pazes com o lente de Grego, propondo que, como castigo, se aplicasse a reprovação do respetivo ano letivo<sup>679</sup>.

Quanto às falhas dos funcionários também foi possível recolher uma referência que nos apresenta informações muito insuficientes sobre um caso. Este aponta para um claro episódio de corrupção e indisciplina, envolvendo furtos de géneros que se adquiriam para o hospital, feitos pelos que tinham o encargo de os comprar, em conivência com um professor médico, José Pinto, que já encontrámos atrás. Um dos funcionários, despenseiro, fugira para Lisboa (1803)<sup>680</sup>. Mas quanto a este caso não foi possível encontrar mais dados; sabemos apenas que segundo a mesma missiva o lente de Matemática propôs a nomeação de indivíduos idóneos para os lugares vagos de forma a terminar com esses problemas.

### 3.3.1.5. Desenvolvimento científico.

A questão do *Desenvolvimento Científico*, com 5 referências (Gráfico 11), não foi muito discutida mas apesar disso foi possível encontrar algumas informações sobre três importantes assuntos, a viagem do lente de matemática Manuel Pedro de Melo, de alguns lentes de Medicina e a criação dos cosmógrafos. A presença deste assunto na fonte analisada também foi breve, apenas se fez sentir em três anos, 1801, 1802 e 1803 (Gráfico 25). O mesmo se pode ver nas percentagens mais detalhadas, 4% para o primeiro, 6% para o segundo e 5% para 1803 (Gráficos 14, 15 e 16).

A viagem de Manuel Pedro, a Paris, capital de um país com um grande desenvolvimento científico na época, foi a mais referida na correspondência. E temos que

---

<sup>677</sup> Mas este comportamento violento, que na fonte analisada só foi possível verificar uma vez, foi bem mais presente durante este período, embora com isto não seja justo entender que era uma rotina. Em 1803 um outro aluno desrespeita os Lentes durante as provas do seu doutoramento acabando por ver o seu doutoramento anulado e ser preso (RODRIGUES, Manuel Augusto – *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores...*, pp. 175).

<sup>678</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 797; PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, pp. 110 e 111.

<sup>679</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 57.

<sup>680</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 562.

a entender como uma necessidade, entendida pelos dirigentes da instituição universitária, em procurar trazer o conhecimento científico mais atualizado para a realidade nacional. A confiança depositada neste empreendimento parece ter sido alta por parte do Vice-Reitor que pretendia assim reatualizar as várias áreas do saber oferecidas pela Universidade<sup>681</sup>. Mas esta esperança de José Monteiro da Rocha fica também patente nos *Apontamentos sobre a viagem litteraria do doutor Manuel Pedro de Mello* por ele elaborados. Nestes estabelecem-se os passos a dar e os objetivos a perseguir<sup>682</sup>. A este *emissário* cabia inteirar-se da evolução dos estudos públicos dos lugares onde passasse, das pessoas mais capazes e dos instrumentos mais avançados<sup>683</sup>.

Teria também que estabelecer relações institucionais com organismos homónimos como seria o caso dos Gabinetes de História Natural e do Observatório. O objetivo de tal ligação não seria apenas promover a entrada dos avanços internacionais em solo nacional mas também criar assim um intercâmbio de produtos oriundos das colónias de diversos países<sup>684</sup>. Como nesta altura o Observatório da Universidade ainda estaria a carecer de algumas alterações, como seria a elaboração do devido regulamento com o acima vimos, o lente de Matemática entendeu que nesta área muito se poderia aprender com outros semelhantes em termos técnicos e humanos.

Quanto às áreas que marcadamente iriam receber uma maior atenção foram a Astronomia e a Hidráulica (como se disse foi por esta altura que uma cadeira com semelhante nomenclatura foi criada pelo Reitor na Universidade). No caso da última as instruções também são claras. Deveria o mesmo analisar todas as obras, boas e más, nesta matéria, como portos, canais, diques e de umas e outras tirar as suas conclusões. Tudo isto com o objetivo claro de aplicar as observações à realidade nacional<sup>685</sup>.

---

<sup>681</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 56.

<sup>682</sup> Genoveva Marques refere que seria ao Reitor que caberia a organização do plano das viagens, da escolha das pessoas e dos valores envolvidos (PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, p. 96). Mas depois de analisada a fonte de que nos vimos servindo, ficou-nos outra impressão. Nas expedições analisadas parece ter havido uma ação bem mais evidente do lente de Matemática quanto aos pontos referidos enquanto a ação do prelado se viu mais numa fase final, a aprovação. Mas não só: apesar de a organização ter cabido ao ex-jesuíta a verdade é que todos os seus passos nesse sentido foram dados em consonância e constante comunicação com o Reitor.

<sup>683</sup> Até esta altura, os instrumentos para disciplinas como Matemática, Física, Cirurgia, entre outros, vinham de Londres. Nesse sentido Manuel Pedro tinha também a missão, já que o representante da Universidade nessa capital tinha falecido, de procurar em Paris quem tratasse de construir os ditos instrumentos. Este, que passaria então a ser o procurador da Universidade em solo francês, teria como demais tarefas remeter os jornais literários de maior relevo, livros raros e manuscritos (“Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, pp. 268 e 269).

<sup>684</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 269.

<sup>685</sup> O sucesso daquilo que podemos denominar de obras públicas estaria na mente do Vice-Reitor que pretendia com isto trazer melhoramentos aplicáveis em construções no solo nacional (“Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 270).

Relativamente a viagem do lente Manuel Pedro, a informação que surge logo de seguida aponta para o primeiro resultado da mesma. Em 1802 este, como parte das suas tarefas, aponta um nome para procurador da Universidade em Paris, Luís Rafael Soyé. Mas esta indicação não foi bem recebida pelo Vice-Reitor. Para este, o proposto (ex-franciscano que ele conhecia pessoalmente) seria de caráter perigoso e em seu lugar seria melhor um dos outros dois indivíduos que José Monteiro da Rocha acabaria por propor<sup>686</sup>.

Quanto as viagens médicas as informações aparecem em 1803. É logo na primeira referência que se vê que estas não estariam de acordo com a vontade do lente. A viagem do docente de medicina Heliodoro Jacinto de Araújo de Carneiro foi para José Monteiro da Rocha um desperdício<sup>687</sup>. Em seu lugar seria mais benéfico promover a viagem dos já referidos irmãos Navarro, Vicente e Sebastião, a Paris. Neste caso o que estaria na mente do lente seria o procurar enviar apenas os mais competentes<sup>688</sup>. Mas apesar da sua posição crítica não deixa de ter uma certa razão, se apenas fossem os melhores mais segurança existiria quanto a concretização dos objetivos propostos. Portanto esta posição é legítima e teve como intento o principal interesse da instituição<sup>689</sup>. O mesmo se passou com a indicação de José Lourenço Martins, demonstrador de Botânica. Os seus conhecimentos numa área a desenvolver seriam essenciais para o progresso da mesma após a viagem<sup>690</sup>.

Outra das informações encontradas e que se pode incluir nesta temática diz respeito à *Lei dos Cosmógrafos*. Esta, também no sentido de incentivar os alunos de Matemática, foi da autoria do prelado e pretendia estabelecer um controlo sobre as obras públicas, a elaboração de cartas topográficas das diversas comarcas e fazer observações

---

<sup>686</sup> Embora não fosse possível encontrar a escolha do Reitor, ficou apenas o aviso de Monteiro da Rocha de que o prelado deveria agir rapidamente para que o proposto por Manuel Pedro não começasse a procurar apoios para o cargo de procurador (“Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 275).

<sup>687</sup> Como a Junta da Fazenda criou vários obstáculos ao professor de Medicina, este acabou por conseguir financiamento no Erário. Mas mesmo depois disso seria necessário que ele se dirigisse à Faculdade para conhecer as instruções para a sua viagem. No início o professor pediu que a sua viagem tivesse como destino alguns países estrangeiros mas o Vice-Reitor consegue que esta tenha um destino diferente, as terras do reino que estariam a sofrer de quaisquer maleitas. Embora algum tempo mais tarde fosse o próprio Reitor que acabou por permitir a ida ao estrangeiro. Quanto às suas instruções ver, PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, pp. 98, 99 e 100.

<sup>688</sup> PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, p. 560.

<sup>689</sup> Quanto as áreas em evidência na viagem dos irmãos foram não só a Medicina mas também a Filosofia. E pretendia-se que os enviados aprofundassem as suas competências em anatomia, operações, partos e química. Tinham também a tarefa de tirar conclusões sobre as questões financeiras de tais processos. (PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, p. 560). Os propostos acabaram por ser aceites pelo Reitor que depressa tratou de, junto do Regente, arranjar a devida autorização (ibidem, p. 96).

<sup>690</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 561. Na mesma missiva é possível ver a ação do vice-reitor não só na escolha dos que deveriam fazer as viagens mas também dos orçamentos que se deveriam disponibilizar para as mesmas, o que vem apenas reforçar a ideia de que a este coube a maior parcela na planificação destas expedições.

astronómicas<sup>691</sup>.

Quanto a esta inovação só foi possível encontrar informações breves. A primeira diz respeito às nomeações dos cosmógrafos. A forma de escolha gerou alguns problemas: Monteiro da Rocha propôs que se fizesse por concurso dos opositores ou por consultas da Congregação e numa terceira hipótese pelo Conselho da Fazenda. Para o Vice-reitor as duas primeiras vias seriam as melhores, pois dariam um maior controlo da seleção. E, ao apresentar os nomes dos que haviam concorrido para o lugar, salienta a necessidade de um regimento para estes concursos, apontando desde logo as suas linhas essenciais<sup>692</sup>. As condições de operacionalidade (ajudantes “*tirados do Corpo dos engenheiros*”, escrivães, instrumentos) foram outra das preocupações de Monteiro da Rocha. E tudo deveria estar sobre a alçada da Universidade: mais uma vez o controlo absoluto era uma necessidade<sup>693</sup>.

Mas apesar do empenho e boa vontade na perspetivação destas expedições científicas, estas acabaram por não dar o resultado pretendido. Os viajantes acabaram por seguir destinos opostos àquilo que lhes fora pedido ditando assim o fim dos projetos<sup>694</sup>.

### **3.3.2. A porção administrativa.**

#### **3.3.2.1. Representação institucional.**

Neste ponto irei tratar o que entendi designar por *representação institucional* e que diz respeito às várias deputações enviadas em nome da Universidade à presença do Regente, o que acontecia quando alguma situação em especial assim o pedia. Este assunto foi referenciado 13 vezes (Gráfico 11) e teve uma presença constante durante o período analisado, 1800, 1801, 1803, 1807, 1808 e 1812 (Gráfico 23). Mas apesar disso inicialmente este tema deteve valores relativamente baixos que só gradualmente viu serem aumentados. Para o primeiro 7%, no seguinte 6%, em 1804 11%, em 1807 20% e 33% para 1808 (Gráficos 13, 14, 16 e 19). E para o último ano em que se fez sentir obtém 17% (Gráfico 21). Dentro deste assunto foi possível ver a relevância desta questão na vida da

---

<sup>691</sup> Este vasto grupo de cosmógrafos seria liderado por um lente que mais se distinguisse e cada comarca deveria albergar um cosmógrafo, com instrução em Matemática; este teria os privilégios e o vencimento idênticos aos provedores (PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, pp. 102, 103 e 104). Os lugares de cosmógrafos deveriam ser preenchidos por estudantes da Universidade e assim se pretendia abrir uma porta para o futuro dos alunos de Matemática.

<sup>692</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 478.

<sup>693</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 479.

<sup>694</sup> O Dr. Heliodoro acabou por nunca ter reportado as suas conclusões à Faculdade, o Dr. Vicente Navarro acabou por enveredar por uma carreira diplomática e Manuel Pedro, incumbido muito provavelmente de exagerado mar de tarefas a realizar, apenas apresentou observações gerais (PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos...*, pp. 96, 99 e 101).

Universidade quer no que diz respeito à forma da escolha dos membros para as deputações quer pela importância das mesmas para a instituição.

Um primeiro assunto a ter em conta é uma consideração genérica sobre a composição dessas deputações que merece de Monteiro da Rocha críticas mordazes, quando refere que “*a ultima ordem de se mandarem seis lentes está concebida em termos tão equívocos que [...] parece um enigma*”. Não lhe parece, sobretudo, conveniente a rotatividade (“*mas o pior de tudo é que se pozeram na regra de qui sequitur*”)<sup>695</sup>. A preocupação do Vice-Reitor estaria no facto de que se deveria procurar escolher os enviados segundo a sua própria importância, dentro da Universidade, e a relevância da ocasião. Assim propõe a ideia ao Reitor referindo que seria necessário implementá-la para que não se dessem mais desvios. Isto porque o que na prática esta representação institucional exibia era a própria imagem da Universidade e o respeito desta pelas solenidades em que se fazia mostrar<sup>696</sup>.

Mas o problema prolongou-se e isso mesmo foi visível nas constantes queixas do lente que acusava a continuação da prática antiga de escolha. No ano seguinte, 1801, o problema ainda parece manter-se e a resposta do Reitor ainda não teria chegado, mas tudo aponta para que, mesmo assim, José Monteiro da Rocha tenha aplicado a sua solução para o problema, aplicando a sua ideia na escolha de uma deputação e que não teve nenhuma oposição no conselho em que a apresentou<sup>697</sup>. E com isto não conseguiu apenas uma forma mais equilibrada de representar a Universidade em ocasiões importantes, mas ganhou também o poder de propor pessoalmente os lentes para as deputações<sup>698</sup>. Mas nota-se que Monteiro da Rocha pretende que o Reitor também escolha os membros das futuras deputações, o que pode ser justificado como uma forma de apoio, pois se o prelado nomeasse, pouca resistência poderia existir o que ajudaria e muito na implementação da ideia do lente.

Outro problema prendia-se com o *delegado representativo*, uma espécie de procurador da Universidade junto da autoridade eclesiástica. Os contornos da sua função não são claros. Monteiro da Rocha relembra o exemplo de João Crisóstomo “*que minutou como quiz esse lugar no tempo do seu valimento com o arcebispo confessor*” (provável alusão ao reitorado do Principal Mendonça que depois foi arcebispo e cardeal de Lisboa),

---

<sup>695</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 452.

<sup>696</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 512.

<sup>697</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 794.

<sup>698</sup> De que é exemplo José Bonifácio, (“Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 795).

em termos vagos que lhe permitissem uma interferência ampla nos negócios da universidade; e assinala que o procedimento adotado com ele foi o de o manter o mais possível afastado desses mesmos negócios, mesmo quando exigiu que o agente (provavelmente o agente de Lisboa) lhe desse ampla notícia deles. Monteiro da Rocha pretende seguir uma linha idêntica com o novo nomeado (que não identifica) a quem teve que escrever (em resposta) “*em termos geraes, sem me comprometer em cousa alguma*”. E reflete com o Reitor: “*É necessário usar de toda a circumspecção, porque v. ex.ª sabe muito bem que os procuradores poderosos da Universidade fizeram grossas rendas para as suas casas à custa d’ella*”. E aconselha a que ao delegado seja arbitrada uma remuneração anual que livre a Universidade de “*remunerações arbitrárias em que é impossível satisfazer as esperanças de quem as pretende*”<sup>699</sup>.

### 3.3.2.2. A complexidade da direção.

Neste subcapítulo, centrado sobre a gestão administrativa, tema que teve breves referências, foi possível reunir vários assuntos. Nesta exposição serão tratados, por esta ordem, *Cerimonial, Funcionários, Jardim Botânico, Administração e Obras*.

Quanto ao primeiro, uma importante faceta da Universidade que transmite a sua importância social, não está muito representado, apenas com 8 referências em três anos (Gráficos 11 e 25). Aqui volta a ser visível a ação do Vice-reitor enquanto que por parte do Reitor só foi possível ver uma única instrução.

Várias foram as cerimónias que receberam a atenção do Vice-Reitor e que por si foram organizadas. Os primeiros desses acontecimentos foram as festas em honra do nascimento das infantas em 1800, 1801 e do infante em 1802<sup>700</sup>. O mesmo se passou com as comemorações em honra do aniversário do Regente em 1801. E nesse sentido encarregou o lente Nicolau Soares para realizar a recitação da dita festividade<sup>701</sup>. O mesmo volta a acontecer para o mesmo ano mas desta vez para a cerimónia de encerramento do ano letivo. E desta vez escolhe como orador Manuel Pacheco<sup>702</sup>. Por parte do Reitor o que até nos chegou foi apenas um aviso para que todos não descurassem o uso das devidas insígnias na festividade em honra da infanta em 1801. Pedido este que foi depressa foi

---

<sup>699</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 624.

<sup>700</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, pp. 509 e 793, e Vol. 37, p. 339.

<sup>701</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 662.

<sup>702</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 794.

atendido pelo Vice-reitor<sup>703</sup>.

Quanto aos *funcionários* podemos desde logo concluir que a escolha destes esteve sempre nas mãos de José Monteiro da Rocha. A proximidade com a Universidade levou a que estivesse sempre em melhores condições de propor os candidatos às vagas de funcionários. Este assunto obteve apenas 6 referências (Gráfico 11) que se dividiram por três anos (Gráfico 25).

O principal problema que se fez sentir logo em 1800 e se arrastou pelos restantes anos onde este assunto é referido, foi mesmo o grande número de vagas dos funcionários embora não fosse possível encontrar o motivo<sup>704</sup>. Embora a grande instabilidade internacional e nacional e o medo de uma possível invasão pudessem muito bem ser a causa. Perante este problema o lente de Matemática trata de promover gente capaz para as ditas vacaturas. O primeiro lugar ocupado foi o de contínuo dos gerais, embora não fosse possível encontrar o nome do eleito. Acabamos apenas por saber que seria irmão do antigo ocupante do mesmo posto<sup>705</sup>. Em 1802 volta o docente a ter que preencher mais dois lugares, desta vez o de praticante do guarda e o de porteiro do Observatório. Para o primeiro propõe José Joaquim de Miranda e para porteiro indica António de Almeida e Silva, ambos filhos de outros funcionários da Universidade<sup>706</sup>. Ambos já tinham dado provas de competência para os respetivos lugares. No mesmo ano o Vice-Reitor entende que o cirurgião João António deveria ocupar o cargo de intendente do hospital e que ao mesmo tempo deveria ser aumentado<sup>707</sup>. O que podemos ver nestas contratações é que o lente sempre optou por indivíduos de origem conhecida, muito provavelmente porque assim conseguiria atestar a sua confiança e capacidades.

Mas o Vice-Reitor não tinha apenas a tarefa de contratar, também foi possível ver um caso onde não hesitou em despedir. Ainda relacionado com o problema de indisciplina no hospital, que atrás vimos, e perante um caso de fraude, vê-se obrigado a demitir o despenseiro<sup>708</sup>.

As preocupações com o *Jardim Botânico* também foram evidentes embora

---

<sup>703</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 736.

<sup>704</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 589.

<sup>705</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 375.

<sup>706</sup> O primeiro era filho do guarda do Observatório e o segundo do contínuo da livraria, Francisco de Almeida (“Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 272).

<sup>707</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 275.

<sup>708</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 560.

breves<sup>709</sup>. Apenas 3 referências em dois anos, 1803 com 10% e 1807 com 20% (Gráficos 11, 16 e 19). Nestas foi possível averiguar que as preocupações do lente se prendiam com a extensão do plano de intervenção, que segundo o mesmo seria demasiado despropositado e carecia de correção, e a despesa que então se fazia sentir com o jardim<sup>710</sup>. Mas a resposta do Reitor a estes problemas foi breve. Apenas refere que o terreno dos Marianos já teria sido adquirido mas quanto ao excesso de despesa e dimensão do mesmo não foi possível encontrar mais nenhuma informação<sup>711</sup>.

Como se disse um dos assuntos que se inclui nesta parte foi a *Administração*. Este apenas teve 2 referências (Gráfico 1) em dois anos distintos, 1799 e 1800 (Gráfico 25). No primeiro com 14% e no seguinte apenas 2% (Gráficos 12 e 13).

A primeira informação diz respeito a uma doação do cónego Pacheco que por sua morte tinha deixado 60 mil cruzados e destes a terça parte seria para o hospital. O problema estaria na vontade de um sobrinho seu em anular o testamento, mas por esta altura a quantia em questão já estaria nos cofres da Universidade<sup>712</sup>. Quanto a outra referência indica-nos uma tentativa de desvio de uns dízimos pertencentes à Universidade e nesse sentido o lente pede a intervenção do bispo<sup>713</sup>. Mas para ambos os casos não foi possível encontrar mais nenhuma informação.

Um outro tema é relativo ao assunto intitulado de *Obras*. Com apenas uma referência para o ano de 1801 obteve também a baixa percentagem de 1% (Gráfico 11 e 14). E a única informação possível de recolher indica-nos que a Via Latina estaria em obras e que deveria estar terminada em Novembro de 1801, mas mais nada se encontrou sobre o assunto, o que parece natural dada a intensa campanha realizada no primeiro reitorado e de que atrás demos conta mais pormenorizada<sup>714</sup>.

---

<sup>709</sup> Quanto a ação de D. Francisco de Lemos quanto ao Botânico neste segundo reitorado, ver, FONSECA, Fernando Taveira da – “ O Jardim Botânico no contexto da Reforma Pombalina...”, pp. 265 a 268, e também, BRITES, Joana – “ Jardim Botânico da Universidade de Coimbra: de Vandelli ...”, pp. 36 a 47.

<sup>710</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 562 e 563.

<sup>711</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 801. Outro problema de relevo, mas que não foi possível encontrar na fonte analisada, foi a desavença entre o lente de Matemática e o Dr. Félix de Avelar Brotero. Este último, odiado pelo primeiro, acaba por pedir a direção do Jardim o que originou um problema profundo que teve que ver a intervenção do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho que claramente estava contra o Vice-Reitor e que acabou por lhe dirigir críticas bem duras, ver, BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra...*, Tomo IV, pp. 262 e 263.

<sup>712</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 36, p. 305.

<sup>713</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 131.

<sup>714</sup> “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos ...”, Vol. 37, p. 197.

## Conclusão

Como vimos ao longo do trabalho, foi possível esclarecer alguns acontecimentos que podemos entender como decisivos na vida de D. Francisco de Lemos, sendo apenas esses que aqui importa relembrar.

O primeiro de todos foi a clara influência que a ascendência familiar exerceu na pré-adolescência do mesmo. Através desta, Coimbra, tornou-se o destino por excelência, pois na Universidade estava o tão necessário caminho para a manutenção do *status* social da nobreza colonial à qual Francisco de Lemos pertencia.

Chegado à metrópole em 1746 e já com os ensinamentos elementares, incluindo o latim, entra em Cânones. Escolha também pré-definida pela mesma razão que o trouxe a Coimbra. E aqui começa e termina a sua jornada acadêmica, finda em 1754, e em paralelo entra também na ordem de S. Bento de Avis e no Colégio das Ordens Militares. Durante este mesmo período há também a realçar João Pereira Ramos, que começa assim a sua profunda e decisiva influência na vida do seu irmão.

É pelas mãos deste que muito provavelmente se deu o importante encontro, em 1760, entre Francisco de Lemos e Sebastião de José de Carvalho e Melo. Este momento precede quer a nomeação para Reitor do Colégio das Ordens Militares da Universidade em 1761 quer as várias nomeações com que Pombal beneficia D. Francisco de Lemos. No espaço de aproximadamente uma década, de 1767 a 1775, foi indicado para 11 cargos e reconduzido uma vez na função de Reitor-Reformador. E será que em todas apenas existiu a mão do Marquês?

Parece que resposta terá de ser negativa. Como vimos, João Pereira Ramos, que em semelhante período foi também recompensado com alguns cargos, foi bastante próximo do ministro de D. José I, o que decerto teve uma grande influência na hora de apontar Francisco de Lemos para os vários cargos que acabou por ocupar. Mas uma das mais claras provas da influência do irmão é também a sua culpa em todo o processo de condenação de D. Miguel da Anunciação. A contrapartida terá sido mesmo a indignação do irmão como bispo de Coimbra.

Assim, o que logo podemos concluir com certeza é que não é possível entender a rápida progressão social e profissional de Francisco de Lemos sem ter em conta que não

teve apenas um mentor, mas dois, Sebastião José de Carvalho e Melo e João Pereira Ramos. Mas se a ligação a Pombal teve os seus frutos, com a queda do mesmo os perigos logo se fizeram sentir. Mesmo assim, apesar de ter sido um importante colaborador do marquês não podemos dizer que fosse também uma vítima após a queda do ministro.

Como forma de justificação parece-me interessante relembrar que o Reitor, face importante da Reforma Pombalina, não foi dos principais colaboradores nos ataques à nobreza ou à Igreja. E por isso mesmo poderia ter sido menos punido visto que o grosso da sua ação se prendeu com os assuntos respeitantes à Universidade. Esta certa liberdade acabou depois por ser usada pelo prelado para, após a morte do Marquês, não hesitar em mostrar todo o seu agradecimento. Mas nesta altura foi também necessário defender a obra realizada na instituição universitária, nascendo assim a *Relação Geral*.

Outro momento de tensão que merece ser destacado diz respeito a uma fase mais tardia da sua vida. Já no seu segundo reitorado, e sob domínio napoleónico, o prelado enfrentou o que muito provavelmente seria o momento mais conturbado da sua vida. A viagem por si realizada esteve desde o início repleta de críticas que por sua vez se estenderam, e endureceram, após a sua chegada. Teria o Reitor e Bispo alternativa? Poderia ter recusado? Deveria ter agido de outra forma em solo gaulês?

Pessoalmente parece-me, perante o cenário de então, difícil tomar qualquer atitude de cariz contestatário ou até mais radical. E nesse sentido sobrava apenas a via diplomática, que, para todos os efeitos podemos associar à ação do prelado em solo francês. E se aceitarmos esta ideia, então também se torna mais fácil entender a longa *Exposição* do Reitor para sua defesa que deixa evidente um certo sentido de missão, cuja ideia forte se centrou na procura da coesão nacional tendo também em vista a reintegração dos Bragança no trono português.

A defesa não lhe poupou dissabores, e esta malfadada herança acabou por o perseguir e ser usada por alguns deputados das Constituintes (pressão externa) para pressionar D. Francisco de Lemos. Que, como também ficou evidente, juntamente com uma acesa pressão interna, veiculada por forte contestação, acabou mesmo por levar o Reitor-Reformador a abdicar do seu cargo. Esta saída vem também representar o fim de um ciclo que se divide em dois momentos distintos, de 1770 a 1779 e 1799 a 1821, e que totalizou 31 anos. Neste longo reitorado bipartido, o traço que parece ter sobressaído foi mesmo a sua liberdade de ação transversal à esmagadora maioria dos assuntos expostos neste trabalho.

No seu primeiro reitorado esta liberdade não só traduziu a confiança depositada pelo Marquês mas também a posição privilegiada do Reitor em relação à Universidade. Tratou-se então de uma ação de proximidade e presença constante o que lhe trouxe a vantagem de intervir prontamente sem mais demoras. Assim se passou com as várias obras realizadas no âmbito da Reforma: muitas foram as decisões imediatas que careceram de uma intervenção rápida, visto que qualquer demora podia significar mais custos.

Esta forma de atuar manteve-se também noutras questões. O recrutamento de lentes, substitutos, auxiliares e demais funcionários foi, na sua maioria, obra de Francisco de Lemos. Isto porque estava em melhores condições de garantir quem se devia contratar já que poderia atestar pessoalmente as qualidades dos recrutados.

Mas não só: dois aspetos essenciais passaram também pelo seu escrutínio, a escolha das várias obras adotadas para o ensino e a disciplina aplicada a todo o corpo académico.

Outra conclusão importante é a de que todo o período de 1772 a 1776 só foi possível e frutífero através da constante interação entre dois polos decisórios, Lisboa e Coimbra. E assim aconteceu independentemente de quem tomava a iniciativa (o Reitor ou o Ministro de D. José). Até nos momentos de alguma divergência os problemas só ficaram resolvidos por uma atuação conjunta.

Esta relação, Lisboa/Coimbra, que funcionou no primeiro reitorado, foi replicada no segundo, embora em moldes diferentes: de primordial importância foi a intervenção de José Monteiro da Rocha destacando-se assim, neste segundo período, de 1799 a 1821 (entretido de muitas ausências), os anos 1799 a 1804. D. Francisco de Lemos teve uma ação preponderante na capital junto do Regente, onde intervinha na última fase dos processos, a aprovação régia. Isto não quer dizer que apenas participasse nessa fase: as decisões, como vimos, eram na sua maioria tomadas em conjunto pelo Reitor e pelo seu Vice-reitor e só depois iriam para a necessária aprovação de Lisboa. E se muito do que ficou exposto diz respeito a ação do lente de Matemática, podemos também ver que o prelado teve iniciativas importantes. A disciplina voltou a marcar uma importante presença neste segundo regresso. Isso mesmo ficou visível no seu próprio comentário quanto às penas e soluções a aplicar. Mas não só: neste período a *Questão Medica* foi uma das suas mais interessantes iniciativas, apesar do insucesso.

Outra importante intervenção do prelado, transversal a ambos os reitorados, foi a preocupação com o ensino médio. Apesar do insucesso de algumas propostas, principalmente no primeiro reitorado, esta vontade demonstra acima de tudo um profundo

conhecimento do estado da educação nacional e uma insistente vontade de resolver várias das suas lacunas. Que, como o próprio frisou, traziam um insuportável atraso a todas as partes do reino.

Em toda a sua longa vida, e de todos os muitos cargos ocupados, a sua função como Reitor foi sem dúvida aquela onde mais se destacou. É uma figura incontornável, às vezes polémica, na história do ensino em Portugal, sem dúvida merecedora de outras e mais profundas reflexões.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – *Ministério do Reino*. (ANTT – Maço 519 Caixa 646).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – *Ministério do Reino*. (ANTT – Maço 609 Caixa 711).

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) – *Matriculas. 1748-1749. Vol. 66*. (AUC-IV-1ªD-1-4-19).

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) – *Matriculas. 1749-1750. Vol. 67*. (AUC-IV-1ªD-1-4-20).

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) – *Matriculas. 1750-1751. Vol.68*. (AUC-IV-1ªD-1-4-21).

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) – *Atos e Graus. 1742-1743. Vol.77*. (AUC-IV-1ª-D-1-2-20).

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) – *Atos e Graus. 1743-1744. Vol.78*. (AUC-IV-1ª-D-1-2-21).

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) – *Atos e Graus. 1735-1754. Vol.88*. (AUC-IV-1ªD-1-2-31).

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) – *Atos e Graus. 1754-1755. Vol.88-A*. (AUC-IV-1ªD-1-2-32).

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) – *Atos e Graus. 1754-1755. Vol.89*. (AUC-IV-1ªD-1-2-33).

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC) – *Estatutos da Universidade de Coimbra, 1559*. Vol. 1 e 2. (Foto. 70/71).

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) – *Documentos referentes ao Marquês de Pombal*. (MSS. 257, nº 25).

## Fontes impressas

ALMEIDA, Manuel Lopes d' - *Documentos da Reforma Pombalina*. Vol. I (1771-1782) e Vol. II (1783-1792). Coimbra: Por Ordem da Universidade de Coimbra, 1937 e 1979.

BOAVENTURA, Fr. Fortunato de S. – *Oração fúnebre que nas solemnes Exéquias do Excellentissimo Senhor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bispo Conde, mandadas celebrar a 20 de Maio deste anno de 1822 da ordem do Illustríssimo Cabido da Igreja de Coimbra, recitada Fr. Fortunato de S. Boaventura. Monge de Alcobaça*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1822.

COSTA, Mário Alberto Nunes – *Documentos para a Historia da Universidade de Coimbra (1750-1772)*. Vol. II. Coimbra: Por Ordem da Universidade de Coimbra, 1961.

PALMA-FERREIRA, João – “Excertos do «diário» de D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas”. *Revista da Biblioteca Nacional*. Nº 1. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982. pp. 17 – 35.

LEMOS, D. Francisco de – “Exposição dirigida a Sua Alteza Real o Príncipe Regente.”. *O Instituto, Revista Scientifica e Litteraria*. Vol. 46 nº4, nº5, nº8 bis, nº9 bis, nº10, nº10 bis e nº11. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1899. pp. 219 – 224; 272 – 275; 606 – 610; 726 – 732; 778 – 784; 841 – 845; 912 – 916.

LEMOS, D. Francisco de, MIRABEAU, B. A. Serra de – “Exposição dirigida a Sua Alteza Real o Príncipe Regente.”. *O Instituto, Revista Scientifica e Litteraria*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1889. Vol. 46 nº3. pp. 145-156; 157-168.

LEMOS, D. Francisco de – *Relação Geral do estado da Universidade (1777)*. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1980.

M. J. C. P. S. – “Ode a D. Francisco de Lemos, Bispo de Coimbra.”. *O Instituto, Revista Scientifica e Litteraria*. Vol. 36, Segunda serie – nº 3. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1888. pp. 148-151; 170-173.

ROCHA, António José da – *Oração fúnebre que nas exéquias do Excellentissimo e reverendissimo Senhor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bispo de Coimbra, Conde de Arganil, Reformador Reitor da Universidade, celebradas pela Mocidade Académica Recitou o Dr. Fr. António José da Rocha, Lente da Faculdade de*

*Theologia, a 24 de Maio de 1822 na Igreja Cathedral de Coimbra.* Coimbra: Na Imprensa da Universidade, 1822.

[s. a.] – *Actas das Congregações da Faculdade de Cânones: 1772-1820.* 2 vols. Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1983-1985.

[s. a.] – *Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia: 1772-1820.* Coimbra, Universidade de Coimbra, 1978.

[s. a.] – *Actas das Congregações da Faculdade de Leis: 1772-1820.* 2 vols. Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1983-1984.

[s. a.] – *Actas das Congregações da Faculdade de Matemática: 1772-1820.* 2 vols. Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1982-1983.

[s. a.] – *Actas das Congregações da Faculdade de Medicina: 1772-1820.* 2 vols. Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1982-1986.

[s. a.] – *Actas das Congregações da Faculdade de Teologia: 1772-1820.* 2 vols. Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1982-1983.

[s. a.] – “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho.”. *O Instituto Revista Scientifica e Litteraria.* Vol. 36 Segunda serie nº5, nº6, nº7, nº8, nº9, nº10, nº11 e nº12. Vol. 37 Segunda serie nº1, nº2, nº3, nº4, nº5, nº7, nº8, nº9, nº10, nº11 e nº12. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1888, 1889 e 1890. pp. 305 – 310; 372 – 376; 449 – 454; 509 – 514; 587 – 593; 657 – 663; 732 – 736; 793 – 798; 53 – 57; 128 – 132; 197 – 204; 268 – 275; 338 – 340; 475 – 479; 560 – 564; 622 – 628; 710 – 714; 799 – 804; 881 – 884.

[s. a.] – *Compêndio Histórico do estado da Universidade de Coimbra (1771).* Coimbra: Por ordem da Universidade, 1980.

[s. a.] – *Diario das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portugueza.* Tomo I, II, III e IV. Lisboa: Imprensa Nacional; 1821 e 1822.

[s. a.] – *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772).* Livro I, II e III. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1972.

[s. a.] – *Oração fúnebre, que nas Exequias do Marquez de Pombal, o 1º deste titulo, recitou o Dr. Fr. Joaquim de Sta. Clara, Religioso Benedictino. O Investigador Portuguez em Inglaterra, ou Jornal Literario, Politico, &c. N° LXXIII (N° 1, Vol. XIX). Julho, 1817. pp. 3 – 15.*

[s. a.] – *Relação das Solemnes Exequias Celebradas na Cathedral de Coimbra pelo eterno descanso do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bispo de Coimbra, Conde de Arganil, Senhor da Coja, do Conselho de Sua Magestade, Reformador Reitor da Universidade, Mandadas fazer pelos estudantes e mais pessoas do Corpo Académico em signal de gratidão pelos benefícios recebidos, e justa homenagem as relevantes virtudes Religiosas e Civis de tão insigne Prelado, cuja memória será sempre saudosa a todos os verdadeiros Portugueses, amantes da Pátria e das Letras. Coimbra: Na Imprensa da Universidade, 1822.*

### **Bibliografia**

ANDRADE, António Alberto Banha de – “A Reforma Pombalina dos Estudos Menores em Portugal e no Brasil (linhas gerais de um livro que importa escrever).”. *Revista de História*. N° 112. São Paulo: [s.n.], 1977. pp. 459 – 498.

ANTUNES, José – “A Imprensa da Universidade na Reforma Pombalina”. *Imprensa da Universidade de Coimbra. Uma história dentro da história*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001. pp. 143 – 197.

ANTUNES, José – “Notas sobre o sentido ideológico da Reforma Pombalina. A propósito de alguns documentos da Imprensa da Universidade de Coimbra.”. *O Marquês de Pombal e o seu tempo*. Tomo II. Coimbra: Revista de História das Ideias, 1982. pp. 143 – 197.

ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Vol. II e III. Porto: Livraria Civilização-Editora, 1968 e 1970.

ARAÚJO, Ana Cristina – “As ciências sagradas na cidadela da razão”. *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.

ARAÚJO, Ana Cristina – “Dirigismo cultural e formação das elites no Pombalismo”. *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.

ARAÚJO, Ana Cristina – “Revoltas e ideologias em conflito durante as Invasões Francesas”. *Revista de História das Ideias*. Vol. VII. Coimbra: Faculdade de Letras, 1985. pp. 7 – 90.

BARBOSA, J. da C. – “Biographia dos Brasileiros distinctos por letras, armas, virtudes, etc. João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho.”. *Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geographico Brasileiro*. Tomo II. Nº 5 de Abril. Rio de Janeiro: Typographia de J. E. S. Cabral Impressor do Instituto Hist. E Geog. Brasileiro, 1840. pp. 377 – 380.

BERNARDO, Mariana dos Santos – *A Reforma Pombalina da Faculdade de Teologia*. Coimbra: M. S. Bernardo, 1987.

BRAGA, Teófilo – *Dom Francisco de Lemos e a Reforma da Universidade de Coimbra*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1894.

BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra. Nas suas relações com a Instrucção Publica Portuguesa*. Tomo III e IV. Lisboa: Por Ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1989.

BRITES, Joana – “Jardim Botânico da Universidade de Coimbra: contraponto entre a Arte e Ciência”. *Transnatural*. Coimbra: Artez, 2006. pp. 31 – 69.

BRITES, Joana – “Jardim Botânico da Universidade de Coimbra: de Vandelli a Júlio Henriques (1772 - 1873)”. *Arquivo Coimbrão: Boletim da Biblioteca Municipal*. Vol. 39. Coimbra: Camara Municipal de Coimbra, 2006. pp. 11 – 55.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista – “Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia.”. *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

BRANDÃO, Mário, ALMEIDA, Manuel Lopes d’- *A Universidade de Coimbra. Esboço da sua história*. Parte II. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1937.

BRANDÃO, Mário – *Um documento acerca dos prejuízos causados à Universidade pela terceira invasão francesa*. Coimbra: Publicado por Mário Brandão, 1938.

CALMON, Pedro – “A Reforma da Universidade e os dois brasileiros que a planejaram”. *O Marquês de Pombal e o seu tempo*. Tomo II. Coimbra: Revista de História das Ideias, 1982. pp. 93 – 100.

CALMON, Pedro – *História social do Brasil. Espírito da sociedade colonial*. Tomo 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

CAMPOS, Ernesto de Souza – *História da Universidade de S. Paulo*. S. Paulo: Editora da Universidade de S. Paulo, 2004.

CARDOSO, Walter – “Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil (1701 – 1822): Procedências e graus obtidos.”. *Universidade(s). História, Memória, Perspetivas*. Vol. 3. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso “História da Universidade”, 1991.

CARVALHO, Joaquim Martins de – “D. Francisco de Lemos. O conflito na ocasião de seu enterro, e suas solenes exéquias.”. *O Conimbricense*. Coimbra, nº 2366, ano de 1870.

CARVALHO, Joaquim Martins de – “D. Francisco de Lemos e a Deputação portuguesa.”. *O Conimbricense*. Coimbra, nº 2656, 2657, 2661 á 2666, ano de 1873.

CARVALHO, Joaquim Martins de – “D. Francisco de Lemos e a Lanterna Magica.”. *O Conimbricense*. Coimbra, nº 4261 à 4265, ano de 1891, 4626 à 4631, ano de 1892.

CARVALHO, Joaquim Martins de – “Interrogatório de D. Francisco de Lemos.”. *O Conimbricense*. Coimbra, nº 4636 à 4642, ano de 1894.

CARVALHO, Joaquim Martins de – “D. Francisco de Lemos. 16 de Abril de 1822.”. *O Conimbricense*. Coimbra, nº 4859, ano de 1894.

CARVALHO, Joaquim Martins de – “D. Francisco de Lemos e Fr. Joaquim de Santa Clara nas exéquias do Marquês de Pombal.”. *O Conimbricense*. Coimbra, nº 5381, ano de 1899.

CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*. 2ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

CARVALHO, Silva – *História da medicina portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1929.

COSTA, A. M. Amorim da – “ As ciências naturais na Reforma Pombalina da Universidade «Estudo de rapazes, não ostentação de príncipes».”. *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.

COSTA, A. M. Amorim da – *Primórdios da Ciência em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984.

COSTA, Mário Júlio de Almeida – “O Direito (Cânones e Leis) ”. *História da Universidade em Portugal*. 1º Volume. Tomo 2. (1537-1771). Coimbra: Universidade de Coimbra; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

COSTA, Mário Júlio de Almeida, MARCOS, Rui de Figueiredo – “Reforma Pombalina dos Estudos Jurídicos”. *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes dos Anjos – *Manuel Alves Macomboa: arquiteto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade, 1990.

CRUZ, António – “A Reforma Pombalina e as Ciências auxiliares da História”. *O Marquês de Pombal e o seu tempo*. Tomo II. Coimbra: Revista de História das Ideias, 1982. pp. 101 – 112.

CRUZ, António – “Nota sobre os Estudos Menores na Reforma Pombalina”. *Pombal Revisitado. Comunicações ao Colóquio Internacional organizada pela Comissão das Comemorações do 2º Centenário da Morte do Marquês de Pombal*. Vol. 1 nº 34. Lisboa: Editorial Estampa, 1984. pp. 183- 187.

CRUZ, Lúcia – *O Vice-reitor da Universidade Doutor Francisco Montanha. Coimbra nas 2.ª e 3.ª Invasões francesas*. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1990.

DIAS, Pedro – *As obras de construção dos Colégios conimbricense das Ordens Militares durante o séc. XVII*. Coimbra: Minerva, 1988.

DIAS, Pedro – “O Regimento das Obras da Universidade de Coimbra ao tempo da Reforma Pombalina”. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Vol. VI. Coimbra: Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1983. pp. 335 – 348.

FERRAZ, Márcia H. M. – “A criação do Laboratório Químico da Universidade de Coimbra no final do Século XVIII”. *Divórcio entre cabeça e mãos? Laboratórios de Química em Portugal (1772-1955)*. Lisboa: Livraria Escolar Editora, 1998.

FIOLHAIS, Carlos, MARTINS, Décio – *Breve história da ciência em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

FONSECA, Fernando Taveira da – “A Imprensa da Universidade no período de 1537 a 1772”. *Imprensa da Universidade de Coimbra. Uma história dentro da história*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001.

FONSECA, Fernando Taveira da – “A dimensão pedagógica da Reforma de 1722, alguns aspetos.”. *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.

FONSECA, Fernando Taveira da – *A Universidade de Coimbra (1700-1771). Estudo social e económico*. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1995.

FONSECA, Fernando Taveira da – “Comunicações institucionais: A Universidade de Coimbra.”. *As Comunicações na Idade Moderna*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005.

FONSECA, Fernando Taveira da – “ O Jardim Botânico no contexto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra (1772) ”. *Século das Luzes. Portugal e Espanha, o Brasil e a Região da Prata*. Frankfurt/Maine: TFM – Teo Ferrer de Mesquita, 2006.

FONSECA, Fernando Taveira da – “O saber universitário e os universitários no Ultramar.”. *História da Universidade em Portugal*. 1º Volume. Tomo 2. (1537-1771). Coimbra: Universidade de Coimbra; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

FONSECA, Fernando Taveira da – “Scientiae thesaurus mirabilis: estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra (1601-1850) ”. *Revista Portuguesa de Historia*.

Tomo XXXIII. Volume II. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Instituto de História Económica e Social, 1999. pp. 527 – 559.

FREIRE, Francisco de Castro – *Memória Histórica da Faculdade de Mathemática nos cem anos decorridos desde a reforma da Universidade em 1772 até ao Presente*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1872.

FRAGOSO, João – “Potentados coloniais e circuitos Imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supercapitanias, no setecentos.”. *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

FRANCO, Matilde Pessoa de Figueiredo Sousa – «*Riscos das obras da Universidade de Coimbra*» o valioso álbum da Reforma Pombalina. Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro, 1983.

GAYO, Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Tomo I, II, III, IV, XVIII e XXVIII. Braga: Edição de Carvalho de Basto, 1989.

GOMES, Joaquim Ferreira – “O Marquês de Pombal criador do ensino primário oficial”. *O Marquês de Pombal e o seu tempo*. Tomo 1. Coimbra: Revista de História das Ideias, 1982. pp. 25 – 41.

GUERRA, João Pedro Miller – “A Reforma Pombalina dos Estudos Médicos”. *Pombal Revisitado. Comunicações ao Colóquio Internacional organizada pela Comissão das Comemorações do 2º Centenário da Morte do Marquês de Pombal*. Vol. 1 nº 34. Lisboa: Editorial Estampa, 1984. pp. 191 – 207.

LEITE, Serafim – *Estatutos da Universidade de Coimbra (1559)*. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1963.

LEITE, Serafim – *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo I. Lisboa: Livraria Portugália e Civilização Brasileira, 1938.

LEITE, Serafim – “O curso de Filosofia e tentativas para se criar a Universidade do Brasil no século XVII”. *Revista Verbum*. Tomo V – Fasc. 2. Rio de Janeiro: Universidade Católica, 1948. pp. 107 – 143.

LUCAS, Maria João, VASCONCELOS, Raquel B., - *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira: actualização ciências e tecnologias*. Lisboa: Terenas Editoras: Pagina Editora, 2004.

LEMOS, Maximiano – *Historia da medicina em Portugal. Doutrinas e instituições*. Vol. 2. Lisboa: Publicações Dom Quixote/Ordem dos Médicos: 1991.

MARCADÉ, Jacques – “Pombal et l’enseignement: quelques notes sur la reforme des Estudos Menores”. *O Marquês de Pombal e o seu tempo*. Coimbra: Revista de História das Ideias, 1982. pp. 7 – 23.

MARTINS, Décio Ruivo – “As ciências físico-matemáticas em Portugal e a Reforma Pombalina”. *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.

MARTINS, Maria Ermelinda de Avelar Soares Fernandes – *Coimbra e a Guerra Peninsular*. Vol. 1. Coimbra: Na Tipografia da Atlântida, 1944.

MERÊA, Paulo – *Estudos de história do ensino jurídico em Portugal (1772-1902)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

MIRABEAU, B. A. Serra de – “D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (Esboço histórico-biographico) ”. *O Instituto, Revista Scientifica e Litteraria*. Vol. 36, Segunda serie – nº 10, 11 e 12. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1889. pp. 597 – 609; 669 – 678; 737 – 741; 803 – 808.

MOACYR, Primitivo – *A instrução e o Imperio. Subsídios para a história da educação no Brasil. 1823-1853*. Vol. I. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Idade Moderna (Séculos XV-XVIII) ”. *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

MORAIS, Francisco – *Reitores da Universidade de Coimbra. Notas biográficas e retratos*. Coimbra: [s.n.], 1951.

MOTA, Luís – “A Reforma da Universidade enquanto projeto pedagógico (e social) de formação de elites”. *Revista de História das Ideias*. Vol. 22. Coimbra: Faculdade de Letras, 2001. pp. 491 – 504.

NEVES, José Acúrsio das – *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*. Porto: Afrontamento, 2008.

NUNES, Antonietta d'Aguiar – “A formação Universitária na Bahia desde os tempos coloniais”. *Universidade Federal da Bahia. Do século XIX ao século XXI*. Vol. I. Salvador: EDUFBA, 2010.

PAIVA, José Pedro – *Os Bispos de Portugal e do Império, 1495 – 1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

PIMENTEL, António Filipe – “Cidade do saber/cidade do poder. A arquitetura da Reforma”. *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.

PINTO, Albano da Silveira – *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*. Tomo 1. Lisboa: Empreza Editora de Francisco Arthur da Silva, 1883.

PITA, João Rui – *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)*. Coimbra: Minerva, 1996.

PITA, João Rui – “Medicina, cirurgia e arte farmacêutica na Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra”. *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.

PRATA, Manuel Alberto Carvalho – “Algumas notas sobre a produção científica na Faculdade de Filosofia (1772 - 1820)”. *Revista de Historia das Ideias*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1990. pp. 73- 87.

PROENÇA, Genoveva Marques – *D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. Reitor da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Dissertação para a licenciatura em Ciências Histórico e Filosóficas, 1955.

RAMALHO, Américo da Costa – “Um programa de exame de Grego da Reforma Pombalina”. *O Marquês de Pombal e o seu tempo*. Tomo II. Coimbra: Revista de História das Ideias, 1982. pp. 125 – 138.

RAMOS, Luís A. De Oliveira – “D. Francisco de Lemos e a Deputação a Baiona”. *Estudos de Historia de Portugal. Vol. II – sécs. XVI-XX. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*. Lisboa: Editorial Estampa, 1983. pp. 273 – 288.

RIBEIRO, Gisele Martins – *Família escrava e a decretação da liberdade dos ventres. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicú, 1871 – 1888*. Niterói: Universidade Federal Fluminense Centro de Estudos Gerais. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia Departamento de História, 2006.

RODRIGUES, Manuel Augusto – “Alguns aspectos da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra – 1772”. *Pombal Revisitado. Comunicações ao Colóquio Internacional organizada pela Comissão das Comemorações do 2º Centenário da Morte do Marquês de Pombal*. Vol. 1 nº 34. Lisboa: Editorial Estampa, 1984. pp. 211 – 223.

RODRIGUES, Manuel Augusto – “A Universidade de Coimbra e a elite intelectual brasileira na última fase do período colonial.”. *Revista de Historia das Ideias*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1990. pp. 89 – 109.

RODRIGUES, Manuel Augusto – *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores. Para uma história da Instituição*. Coimbra: Publicação do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990.

RODRIGUES, Manuel Augusto – *A Universidade de Coimbra. Marcos da sua história*. Coimbra: Publicação do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990.

RODRIGUES, Manuel Augusto – *Biblioteca e bens de D. Francisco de Lemos e da Mitra de Coimbra*. Coimbra: Publicação do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1984.

RODRIGUES, Manuel Augusto – *D. Francisco de Lemos e o Cabido da Sé de Coimbra*. Coimbra: Publicação do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1986.

RODRIGUES, Manuel Augusto – *D. Francisco de Lemos e Monsenhor Gaudêncio Antonini*. Coimbra: Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1984.

RODRIGUES, Manuel Augusto – “As cartas pastorais de D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bispo de Coimbra.”. *Revista de Historia das Ideias*. Vol. VIII. Coimbra: Faculdade de Letras, 1986. pp. 145 – 159.

SANTOS, Cândido dos – *O Jansenismo em Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade, Departamento de Historia e de estudos Políticos e Internacionais, 2007.

SANTOS, J. J. Carvalhão – *Literatura e política. Pombalismo e antipombalismo*. Coimbra: Minerva história; 1991.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Edições Colibri, 1999.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *A cultura Luso-brasileira. Da Reforma da Universidade à Independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

SILVA, João José de Brito e – *Subsídios para a história do ensino em Portugal: notas e documentos*. Coimbra: J. J. B. e Silva, 1920.

SUBTIL, José – “Os desembargadores em Portugal (1640-1820)”. *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

TEIXEIRA, António José – “Apontamentos para a biografia de D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho.”. *O Instituto Revista Científica e Litteraria*. Vol. 37 Segunda serie nº1. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1889. pp. 1 – 16.

TEIXEIRA, António José – “Uma questão da Imprensa no princípio do século actual.”. *O Instituto Revista Científica e Litteraria*. Vol. 36, Segunda serie – nº1, 3, 6, 8 e 12 Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1888 e 1889. pp. 39 – 45.

TORGAL, Luís Reis – *História e ideologia*. Coimbra: Minerva História, 1989.

VALDÉZ, Rui Dique Travassos, ZÚQUETE, Afonso – “Titulares Portugueses”. *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Vol. 2. Lisboa, Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Lda., 1960-1984.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de – “Biographia dos Brasileiros distinctos por letras, armas, virtudes, etc. D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho.”. *Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geographico Brasileiro*. Tomo II. Nº 5 de Abril. Rio de Janeiro: Typographia de J. E. S. Cabral Impressor do Instituto Hist. E Geog. Brasileiro, 1840. pp. 383-389.

VASCONCELOS, António de – *Os Colégios Universitários de Coimbra*. Coimbra: Coimbra Editora, Lda., 1938.

VAZ, Francisco António Lourenço – *D. Manuel do Cenáculo. Instruções pastorais, projetos de bibliotecas e diário*. Porto: Porto Editora, 2009.

VILHENA, João Jardim de – “A «Lanterna Mágica»”. *O Instituto Revista Científica e Litteraria*. Nº 83, Quarta serie, Vol. 11 nº1. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1932. pp. 1-28; 13-40.

### **Dicionários e Enciclopédias**

AMARAL, Manuel - *Pereira Coutinho (D. Francisco de Lemos de Faria)*: [www.arqnet.pt/dicionario/pereiracoutinhoflf.html](http://www.arqnet.pt/dicionario/pereiracoutinhoflf.html) - visto em 04-08-2014.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida, BUENO, António Henrique da Cunha – *Dicionário das famílias brasileiras*. Vol. 1 e 2. São Paulo: Sociedade Genealógica Judaica do Brasil, 1999.

CORREIA, Mendes António, SERGIO, António, PEREIRA, António Armando Gonçalves, GODINHO, António Maria, ZÚQUETE, Eduardo Martins – *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Rio de Janeiro e Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1936-1960. Vol. III, VII e XIV.

MAURICIO, D. – “Lemos de Faria Pereira Coutinho (D. Francisco de)”. *Enciclopédia Luso-brasileira de Cultura*. Vol. XI. Lisboa, São Paulo: Verbo, 1998-2003.

OLIVAL, Fernanda, OLIVEIRA, Luís Filipe – “AVIS, Ordem de”. *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal*. [s. l.]: Gradiva, 2010.

PEREIRA, João Manuel Esteves, RODRIGUES, Guilherme – *Portugal: Dicionário Histórico, Chorográfico, Biográfico, Bibliográfico Heráldico, Numismático e Artístico*. Lisboa: João Romano Torres & C.<sup>a</sup> – Editores, 1911.

SILVA, Francisco Inocêncio da – *Dicionário Bibliográfico Português*. Tomo II. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1858 - 1870.

SOBRINHO, J. F. Velho – *Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro*. Vol. 1. Rio de Janeiro: [s.n.], 1937.

### **Web Grafia**

ANACLETO, Regina – “O arquitecto José do Couto em terras da Beira”:  
<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7522.pdf> (visto em 22-04-2015).

AZEVEDO, Ana Maria de – “O contributo dos Jesuítas para o povoamento da região Platina.”:  
[file:///C:/Users/User/Downloads/regiaoplatina011\\_anamariadeazevedo%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/regiaoplatina011_anamariadeazevedo%20(1).pdf) (visto em 30-11-2014).

CRUZ, António - “Nota sobre a Reforma Pombalina da instrução pública”:  
<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3104.pdf> (visto em 21-04-2015).

FONSECA, Fernando Taveira da – “The social and cultural roles of the University of Coimbra (1537-1820). Some considerations.”:  
[http://www.brown.edu/Departments/Portuguese\\_Brazilian\\_Studies/ejph/html/issue9/pdf/ffonseca.pdf](http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue9/pdf/ffonseca.pdf) (visto em 05-01-2015).

FRAGOSO, João – “A Nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)”:  
[www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/Topoi01/01\\_artigo02.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi01/01_artigo02.pdf) (visto em 31-10-2014).

FRAGOSO, João – “ A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa.”:  
[http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/joao\\_nobreza\\_bandos.pdf](http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/joao_nobreza_bandos.pdf) (visto em 03-11-2014).

FRANCO, José Eduardo – “Massacres ou martírios do Marquês de Pombal? Memoria e mito.”:  
[http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/4230/massacres\\_ou\\_martirios\\_do\\_marques\\_de\\_pombal.pdf?sequence=1](http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/4230/massacres_ou_martirios_do_marques_de_pombal.pdf?sequence=1) (visto em 11-03-2015).

FRANCO, José Eduardo – “ A ideia de Europa nas Reformas Pombalinas da educação”:  
[http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/590jose\\_eduardo\\_franco.pdf](http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/590jose_eduardo_franco.pdf) (visto em 19-04-2015).

MARTINS, Décio Ruivo – “A Faculdade de Filosofia Natural da Universidade de Coimbra de 1772 a 1911”:

[http://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/Textos/facilonatural/afac](http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/Textos/facilonatural/afac) (visto em 22-04-2015).

MARTINS, Décio Ruivo – “Brasileiros na Reforma Pombalina: criando novos caminhos da ciência entre Portugal e o Brasil”:  
[http://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/Textos/brasileiros/bras](http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/Textos/brasileiros/bras) (visto em 23-04-2015).

MARTINS, Maria Fernanda Vieira – “Famílias, poderes locais e redes de poder: estratégias e ascensão política das elites coloniais no Rio de Janeiro (1750 - 1808)”:  
<http://www.iict.pt/pequenobreza/arquivo/Doc/t5s1-02.pdf> (visto em 23-10-2014).

MARTINS, William de Souza – “Santidade feminina no Rio de Janeiro setecentista: fragmentos da vida e da experiência religiosa de Jacinta de São José (1715-1768)”:  
<file:///C:/Users/User/Downloads/10482-25980-1-SM.pdf> (visto em 16-10-2014).

MOTTA, Márcia Maria Menendes – “Derechos desiguales. Propiedad y conflicto en los mayorazgos de las Américas (siglo XVIII).”:  
<http://seha.info/congresos/2011/S2-Motta%20Marcia.pdf> (visto em 04-11-2014).

MONTEIRO, Ofélia – “Sobre uma versão desconhecida do Reino da Estupidez”:  
<http://rhi.fl.uc.pt/vol/04/omonteiro.pdf> (visto em 22-01-2014).

NUNES, Cristiana Abreu – “Coimbra brasileira. Proposta para um itinerário.”:  
[https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/17963/1/Coimbra%20Brasileira\\_Proposta%20para%20um%20Itiner%C3%A1rio.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/17963/1/Coimbra%20Brasileira_Proposta%20para%20um%20Itiner%C3%A1rio.pdf) (visto em 23-04-2015).

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello, CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da – “Ciência e Memória: aspectos da reforma da universidade de Coimbra de 1772”:  
<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2281/1768> (visto em 20-04-2015).

PROENÇA-MAMEDE, Eduardo – “Domingos Vandelli - uma biografia transnatural”:  
[http://www.artez.pt/textos/gtdv/eduardo\\_p\\_mamede.pdf](http://www.artez.pt/textos/gtdv/eduardo_p_mamede.pdf) (visto em 27-04-2015).

SILVA, Luís António Gonçalves da – “As bibliotecas dos jesuítas: uma visão a partir da obra de Serafim Leite.”: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v13n2/a14v13n2.pdf> (visto em 27-11-2014).

[http://1.bp.blogspot.com/\\_bPQtzhUsHK0/TKeHXhCtXMI/AAAAAAAAAFNM/Gd\\_Hb\\_gGmKg/s1600/anuario+coimbra1.JPG](http://1.bp.blogspot.com/_bPQtzhUsHK0/TKeHXhCtXMI/AAAAAAAAAFNM/Gd_Hb_gGmKg/s1600/anuario+coimbra1.JPG) (visto em 01-12-2014).

[http://www.azedopassoscandelaria.com.br/pagina/nomes\\_origem.htm](http://www.azedopassoscandelaria.com.br/pagina/nomes_origem.htm) (visto em 26-10-2014).

<http://www.buratto.net/doria/Coutinho.pdf> (visto em 08-11-2014).

<http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p5.html> (visto em 19-07-2015).

<http://www.diocesedecoimbra.pt/diocese/historia/diocese/historia/bispos/1779-1822-d-francisco-de-lemos-de-faria-pereira-coutinho:1144> (visto em 25-11-2014).

<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/JJCAcOut.html> (visto em 04-11-2014).

[http://www.uc.pt/en/sobrenos/reitores\\_xvii\\_xix](http://www.uc.pt/en/sobrenos/reitores_xvii_xix) (visto em 25-11-2014).

[http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/b8/Francisco\\_Lemos\\_de\\_Faria\\_Pereira\\_Coutinho.png/250px-Francisco\\_Lemos\\_de\\_Faria\\_Pereira\\_Coutinho.png](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/b8/Francisco_Lemos_de_Faria_Pereira_Coutinho.png/250px-Francisco_Lemos_de_Faria_Pereira_Coutinho.png) (visto em 01-12-2014).

[http://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~261793~5523007:Composite-Map--Map-Exhibiting-the-G?sort=Pub\\_List\\_No\\_InitialSort%2CPub\\_Date%2CPub\\_List\\_No%2CSeries\\_No&qvq=w4s:/where%2FEurope;q:Europe;sort:Pub\\_List\\_No\\_InitialSort%2CPub\\_Date%2CPub\\_List\\_No%2CSeries\\_No;lc:RUMSEY~8~1&mi=16&trs=1236](http://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~261793~5523007:Composite-Map--Map-Exhibiting-the-G?sort=Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No&qvq=w4s:/where%2FEurope;q:Europe;sort:Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No;lc:RUMSEY~8~1&mi=16&trs=1236) (visto em 11-09-2015).

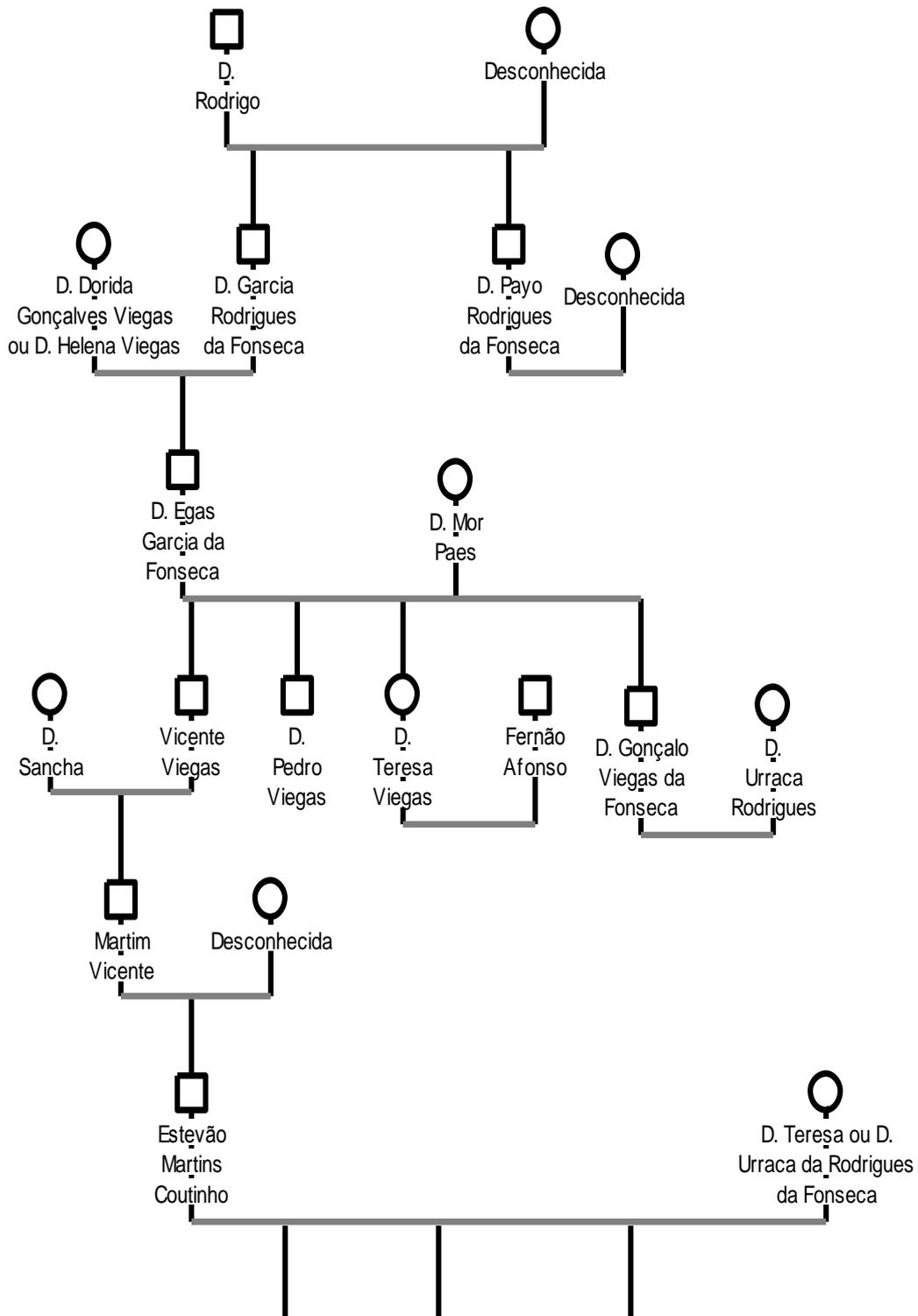
<http://t1.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcTxvr-eIU0oa-doiOVxvAemxWixU59M6WXVvlu0msHfobPfx9Nc> (visto em 11-09-2015).

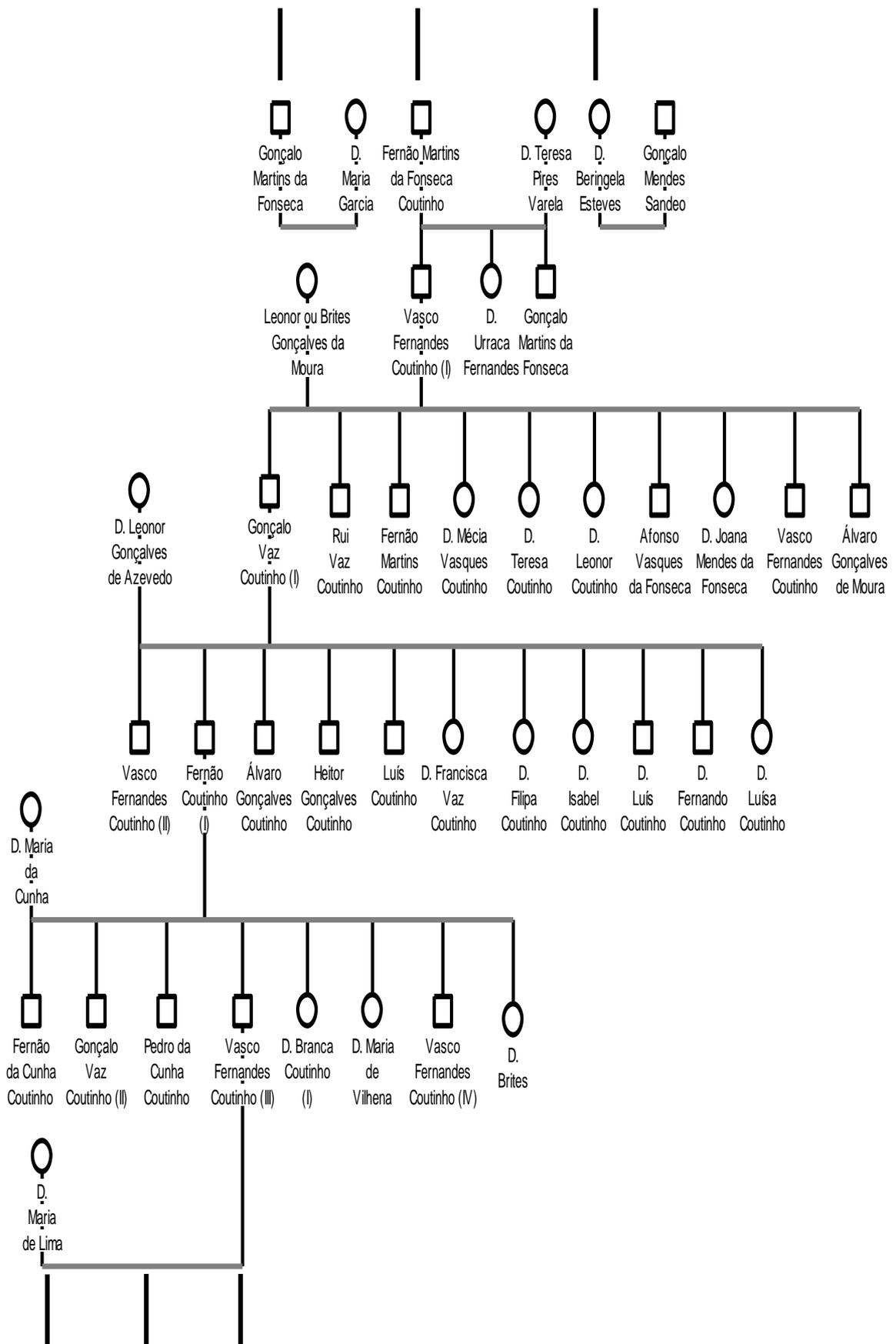
# ANEXOS

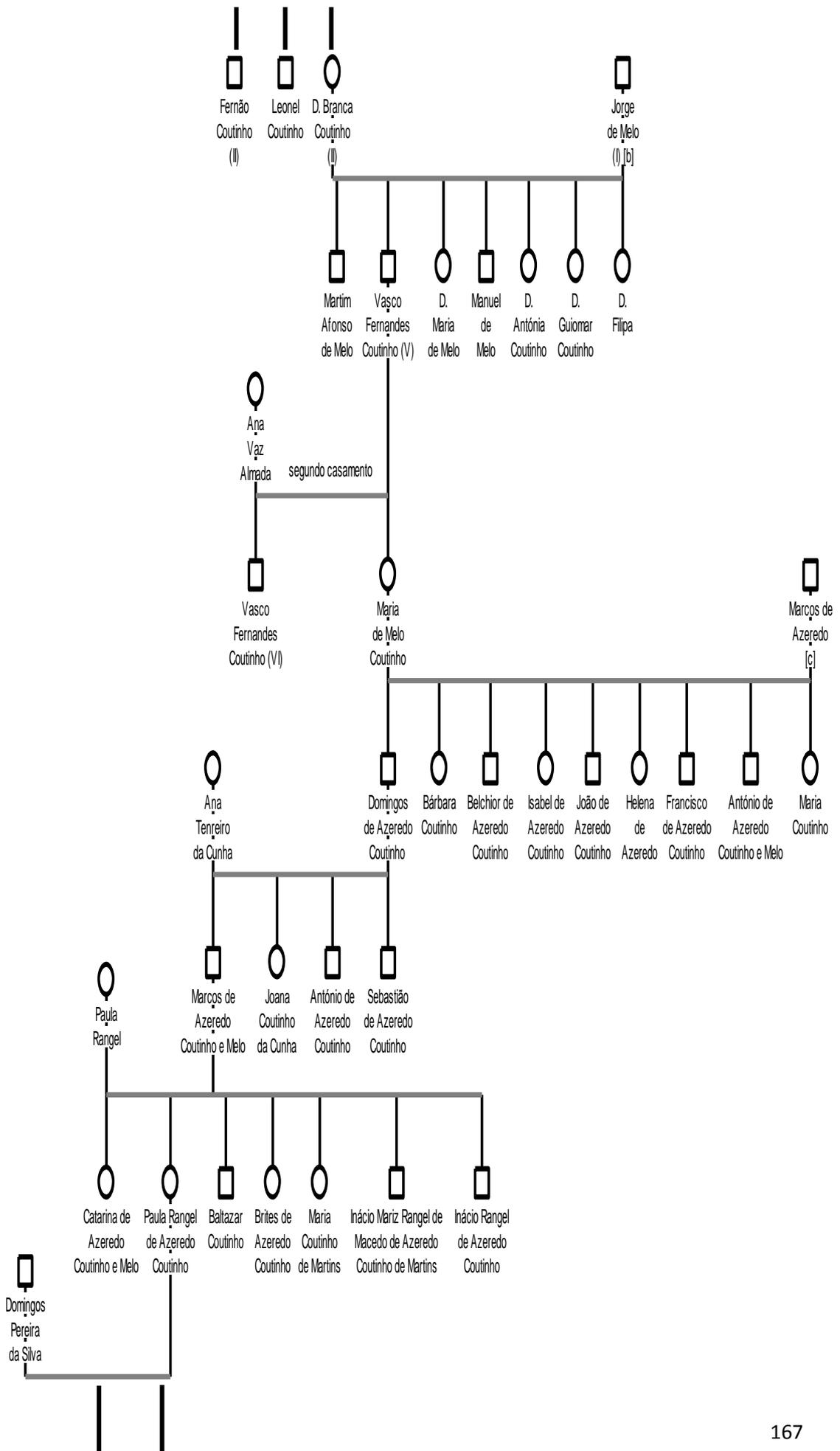
# Genealogia relativa a família de D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho.

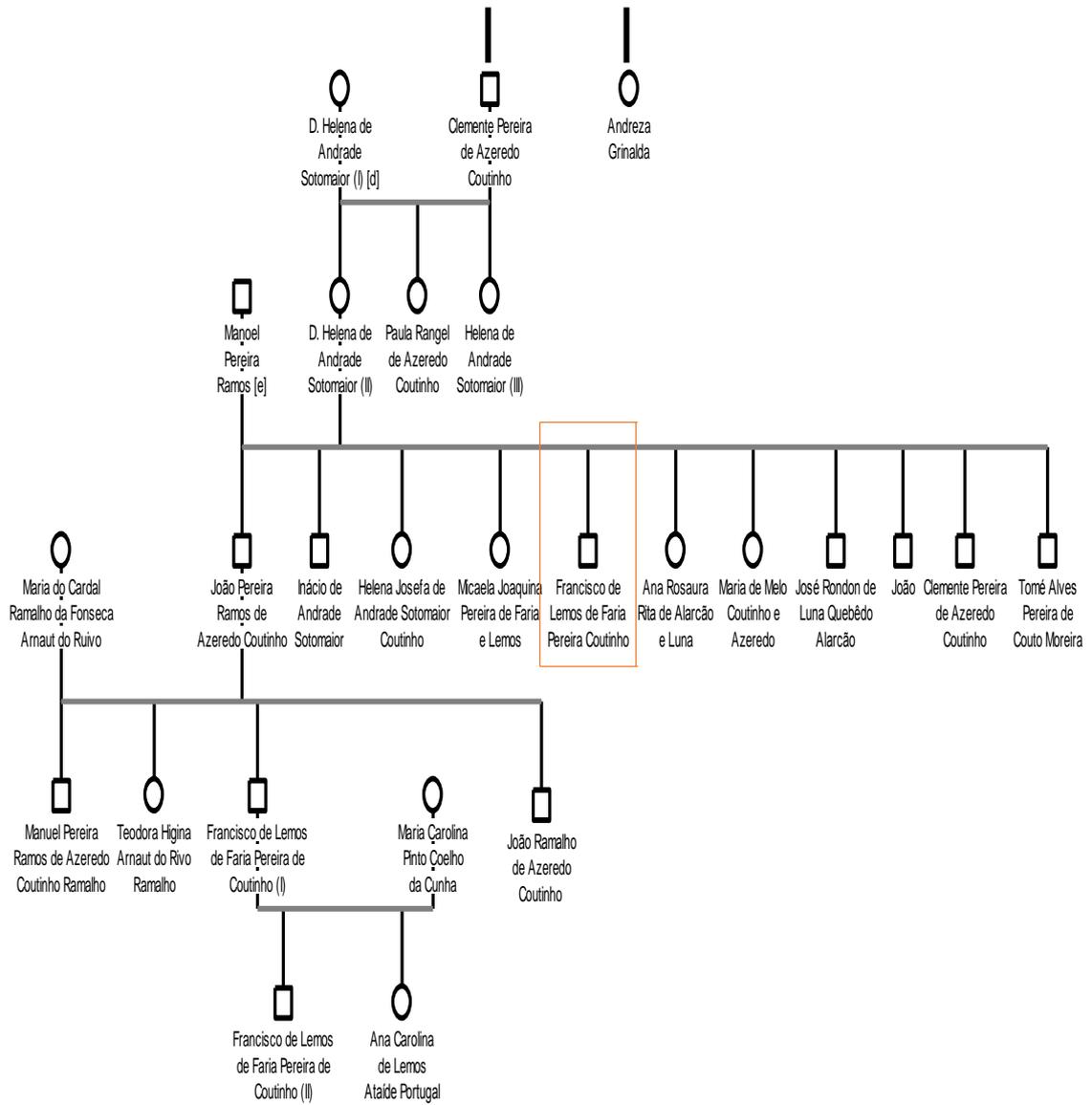
## Linhagem principal

### a) Linha dos Coutinhos.



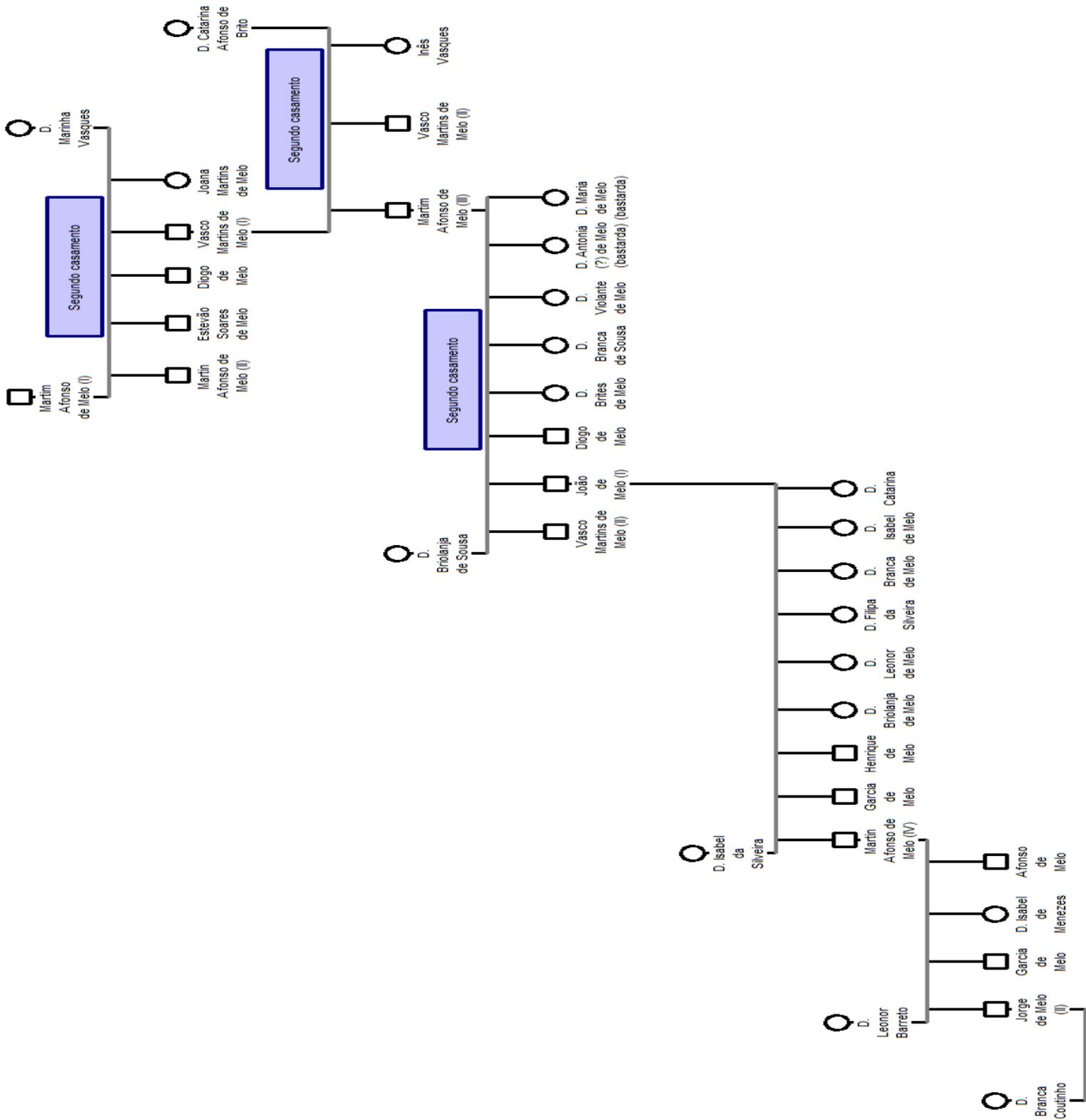






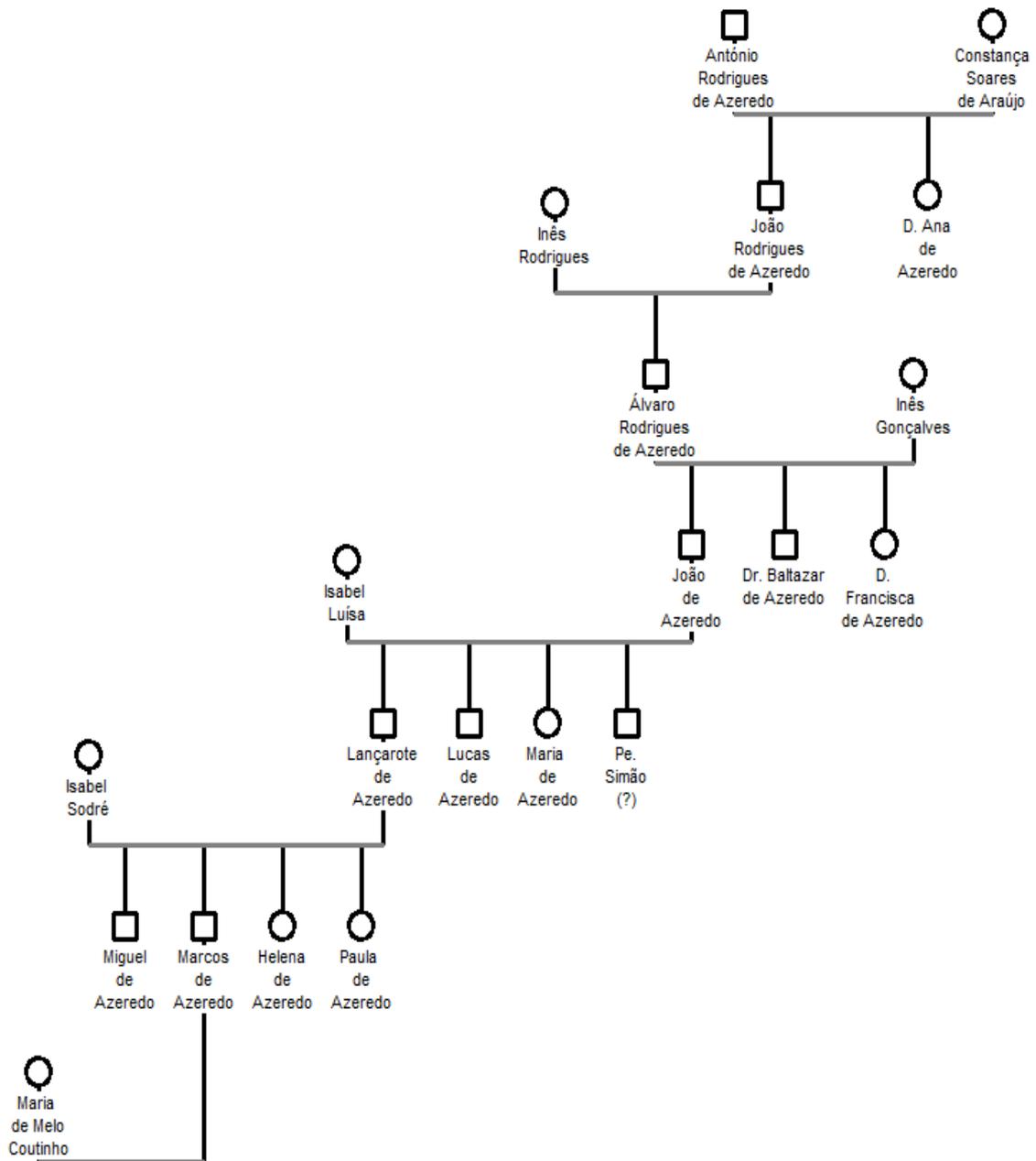
## Linhagens secundárias.

### b) Linhagem dos Melo<sup>715</sup>.



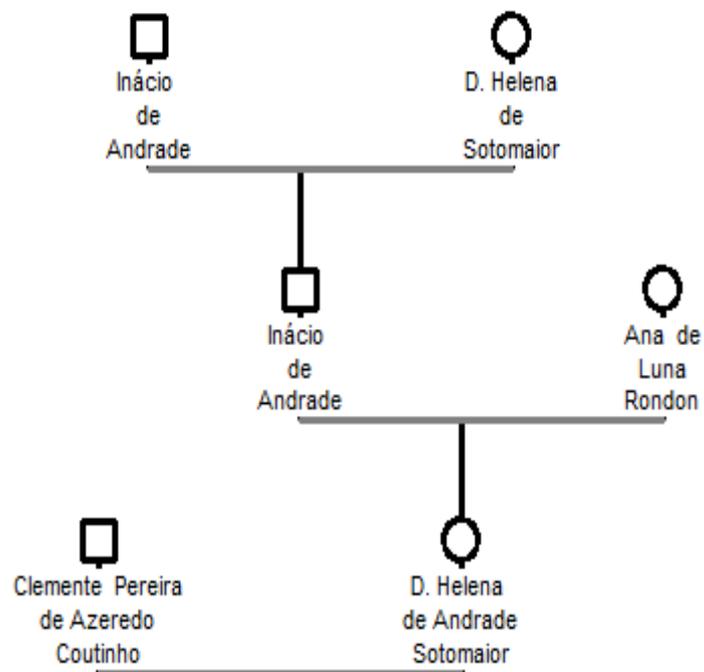
<sup>715</sup> Devido a extensão da família em questão decidi usar como critério apenas evidenciar as gerações mais próximas da pessoa em questão.

c) Linhagem dos Azeredo<sup>716</sup>.



<sup>716</sup> Devido a extensão da família em questão decidi usar como critério apenas evidenciar as gerações mais próximas da pessoa em questão

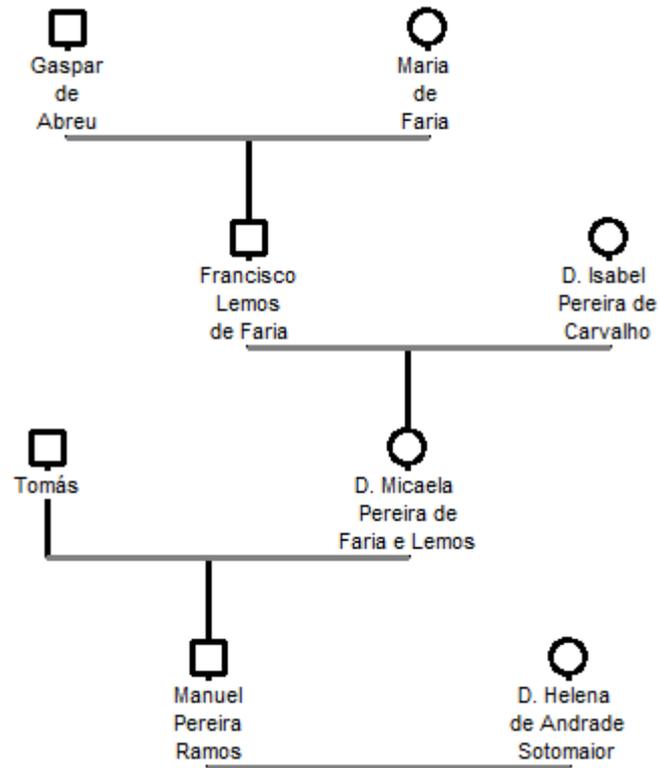
**d) Linhagem dos Sotomaior<sup>717</sup>.**



---

<sup>717</sup> Devido a extensão da família em questão decidi usar como critério apenas evidenciar as gerações mais próximas da pessoa em questão

e) Linhagem dos Faria<sup>718</sup>.



---

<sup>718</sup> Devido a extensão da família em questão decidi usar como critério apenas evidenciar as gerações mais próximas da pessoa em questão.

# Imagens

**Imagem 1** – D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho.

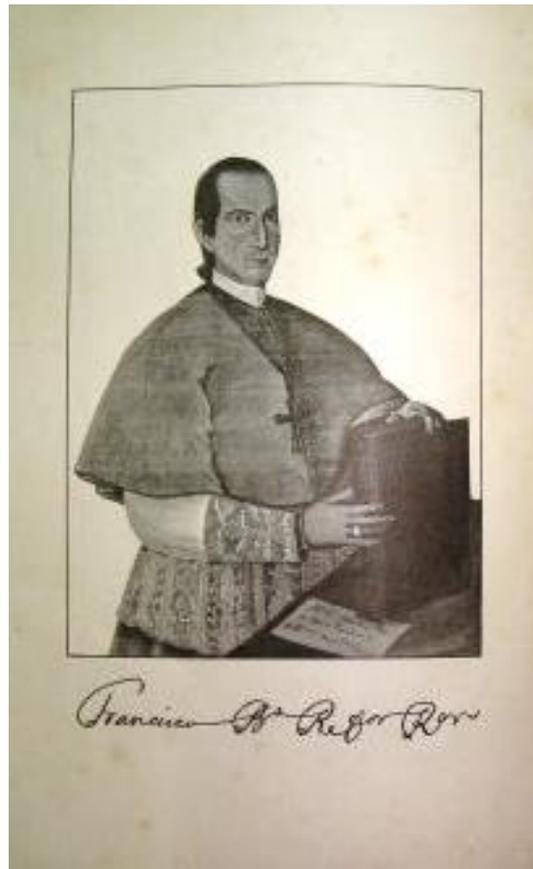


Imagem de D. Francisco de Lemos presente no Anuário da Universidade de Coimbra referente ao ano letivo de 1888/1889. Esta imagem contém a assinatura do próprio já enquanto Reitor-reformado e Bispo, como o próprio refere.

**Fonte:**

[http://1.bp.blogspot.com/\\_bPQtzhUsHK0/TKeHXhCtXMI/AAAAAAAAAFNM/Gd\\_Hb\\_gGmKg/s1600/anuario+coimbra1.JPG](http://1.bp.blogspot.com/_bPQtzhUsHK0/TKeHXhCtXMI/AAAAAAAAAFNM/Gd_Hb_gGmKg/s1600/anuario+coimbra1.JPG) (visto em 01-12-2014).

**Imagem 2** – D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho.

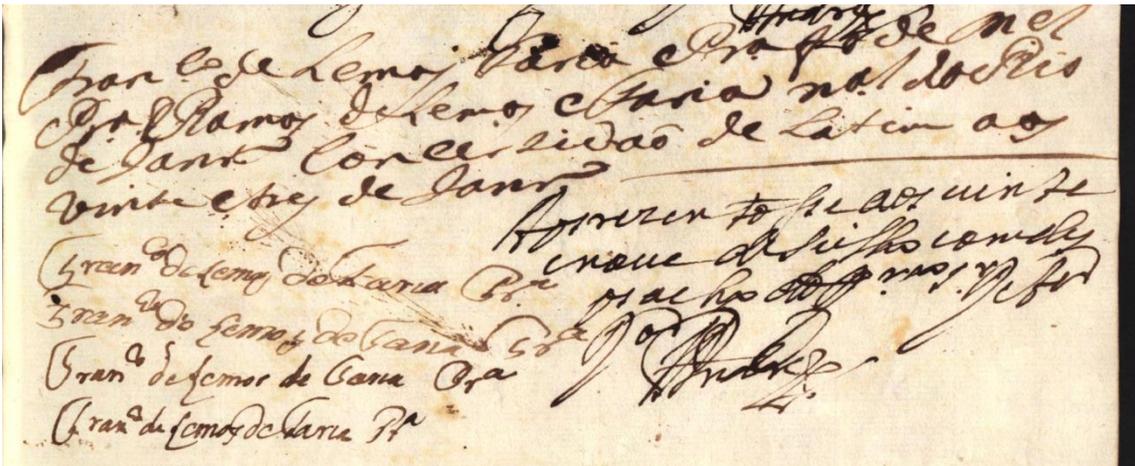


D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. Bispo de Coimbra; Reformador Reitor da Universidade; Conde de Arganil; Senhor da Coja.

**Fonte:**

[http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/b8/Francisco\\_Lemos\\_de\\_Faria\\_Pereira\\_Coutinho.png/250px-Francisco\\_Lemos\\_de\\_Faria\\_Pereira\\_Coutinho.png](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/b8/Francisco_Lemos_de_Faria_Pereira_Coutinho.png/250px-Francisco_Lemos_de_Faria_Pereira_Coutinho.png)  
(visto em 01-12-2014).

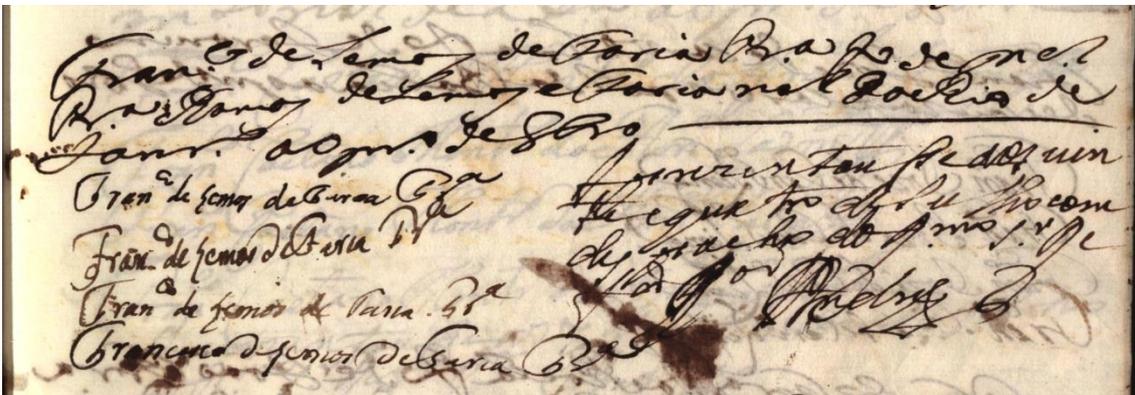
**Imagem 3** – Registo da matrícula em Instituta.



Registo da matrícula em Instituta na Universidade de Coimbra no dia 23 de Janeiro de 1748.

**Fonte:** Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) – *Matriculas. 1748-1749. Vol. 66.* (AUC-IV-1<sup>o</sup>D-1-4-19). fl. 313.

**Imagem 4** – Registo da primeira matrícula em Cânones.



Registo da primeira matrícula realizada por D. Francisco de Lemos em Cânones.

**Fonte:** Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) – *Matriculas. 1749-1750. Vol. 67.* (AUC-IV-1<sup>o</sup>D-1-4-20). fl. 100.

**Imagem 5** – Registo da segunda matrícula em Cónones.



Registo da segunda matrícula realizada por D. Francisco de Lemos em Cónones.

**Fonte:** Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) – *Matriculas. 1750-1751. Vol.68.*  
(AUC-IV-1ºD-1-4-21). fl. 96.





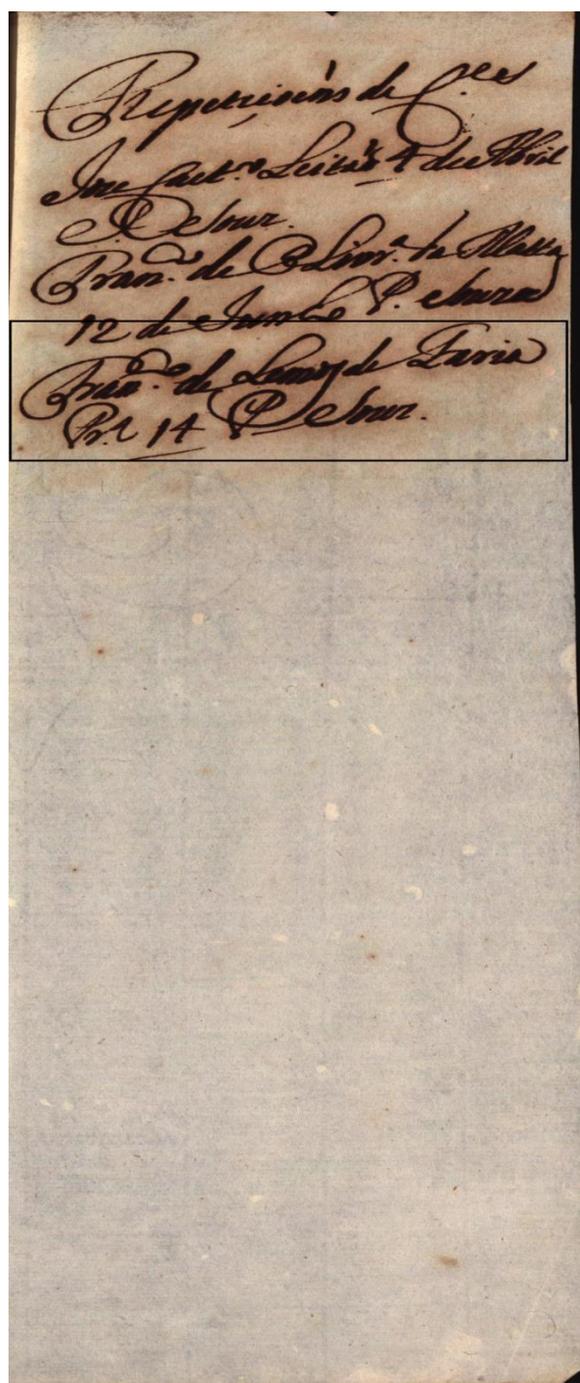
**Imagem 8** – Registo da matrícula em Suficiência.

Suficiã de fã.  
Inscrit. Lemos 19 de Maio  
P. claus.  
Franc. de Lemos de Lemos  
19 de Maio P. claus.  
Franc. de Lemos de Lemos P. claus.  
Cant. - Bo de Junho P. claus.  
Ant. L. de fã. 2 de Julho  
P. claus.

O nome destacado no retângulo é o de D. Francisco de Lemos.

**Fonte:** Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) – *Atos e Graus. 1735-1754. Vol.88.*  
(AUC-IV-1ºD-1-2-31). Em bloco anexo não numerado.

**Imagem 9** – Registo da Repetição.



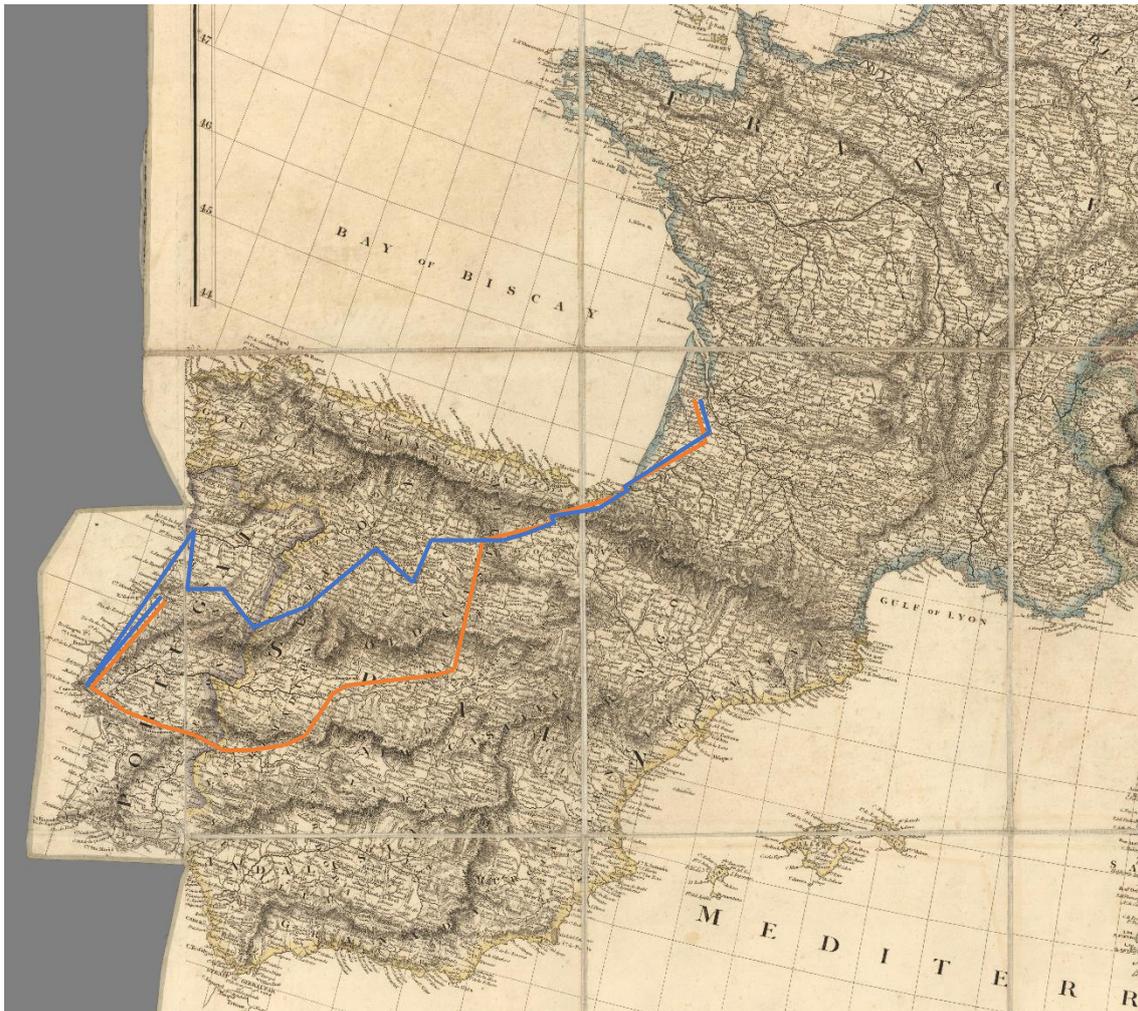
O nome destacado no retângulo é o de D. Francisco de Lemos.

**Fonte:** Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) – *Atos e Graus. 1735-1754. Vol.88.*  
(AUC-IV-1ºD-1-2-31). Em bloco anexo não numerado.





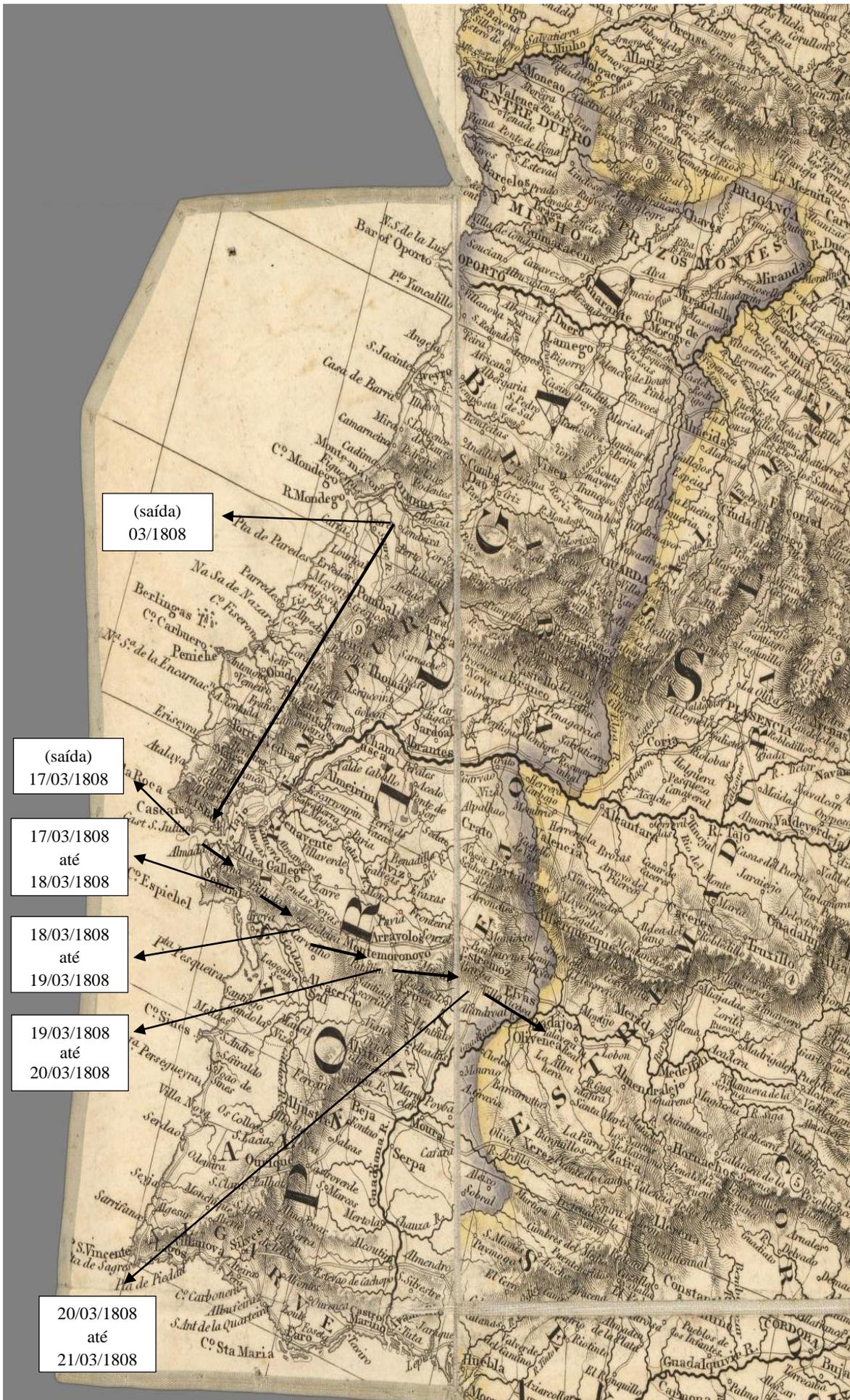
**Imagem 13** – Percursos realizados por D. Francisco de Lemos na sua viagem a França<sup>719</sup>.



**Legenda:** ———— Ida para França.  
————— Regresso para Portugal.

<sup>719</sup> Nos mapas seguintes as datas referidas obedecem ao seguinte esquema: dia/mês/ano. Para melhor compreender este trajeto é possível visualizar as Tabelas 5 e 6 em anexo. Ai encontram-se a totalidade das localidades por onde D. Francisco de Lemos passou embora não fosse possível encontrar todas no mapa exposto. Todos os mapas aqui em exibição tiveram por base um mapa da Europa de 1810 que se encontra disponível em:  
[http://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~261793~5523007:Composite-Map--Map-Exhibiting-the-G?sort=Pub\\_List\\_No\\_InitialSort%2CPub\\_Date%2CPub\\_List\\_No%2CSeries\\_No&qvq=w4s:/where%2FEurope;q:Europe;sort:Pub\\_List\\_No\\_InitialSort%2CPub\\_Date%2CPub\\_List\\_No%2CSeries\\_No;lc:RUMSEY~8~1&mi=16&trs=1236](http://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~261793~5523007:Composite-Map--Map-Exhibiting-the-G?sort=Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No&qvq=w4s:/where%2FEurope;q:Europe;sort:Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No;lc:RUMSEY~8~1&mi=16&trs=1236) (visto em 11-09-2015).

Imagem 14 – Percurso (ida) detalhado de D. Francisco de Lemos em Portugal.



**Imagem 15** – Percurso (ida) detalhado de D. Francisco de Lemos em Espanha.

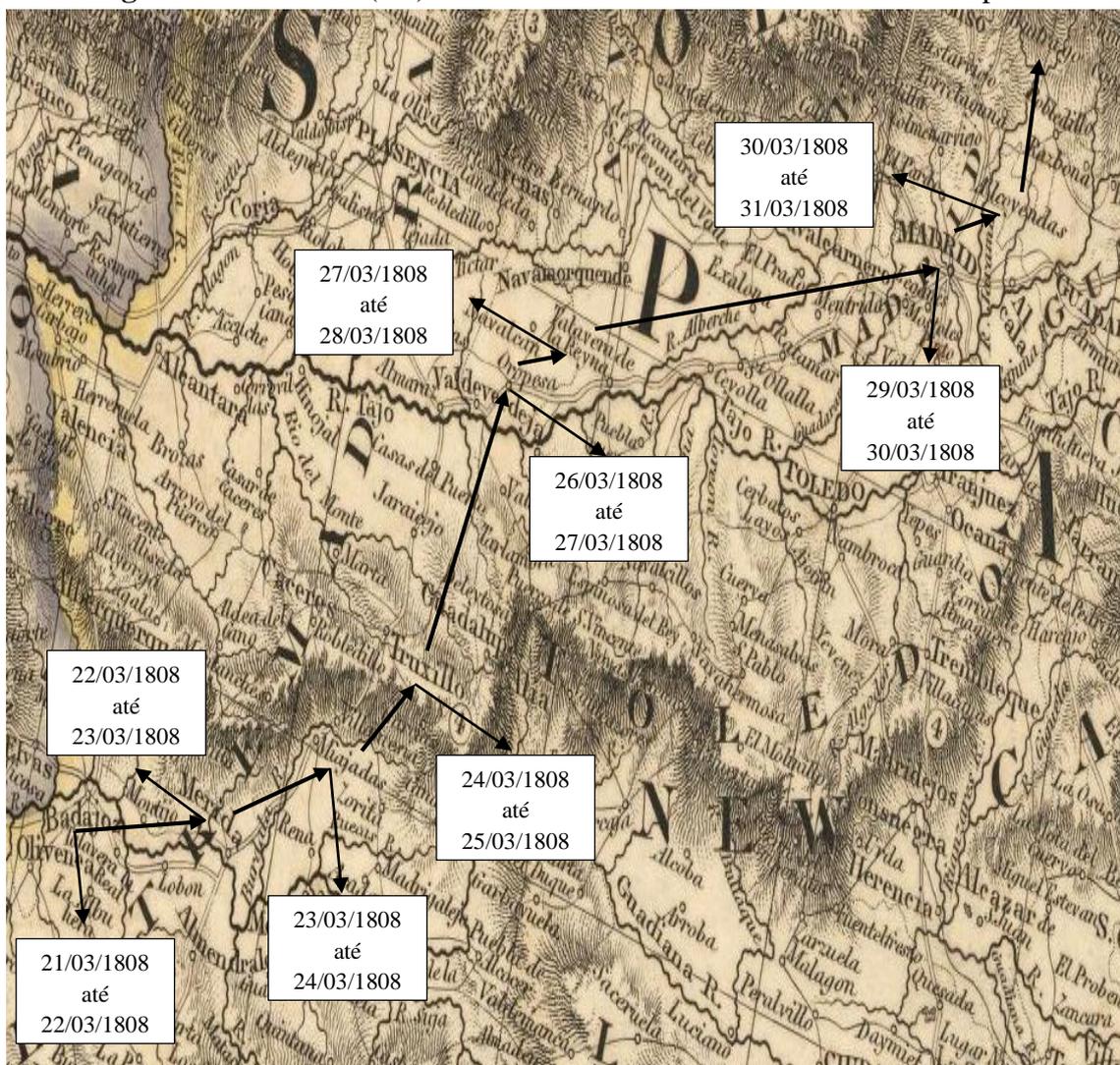


Imagem 16 – Percurso (ida) detalhado de D. Francisco de Lemos em Espanha.

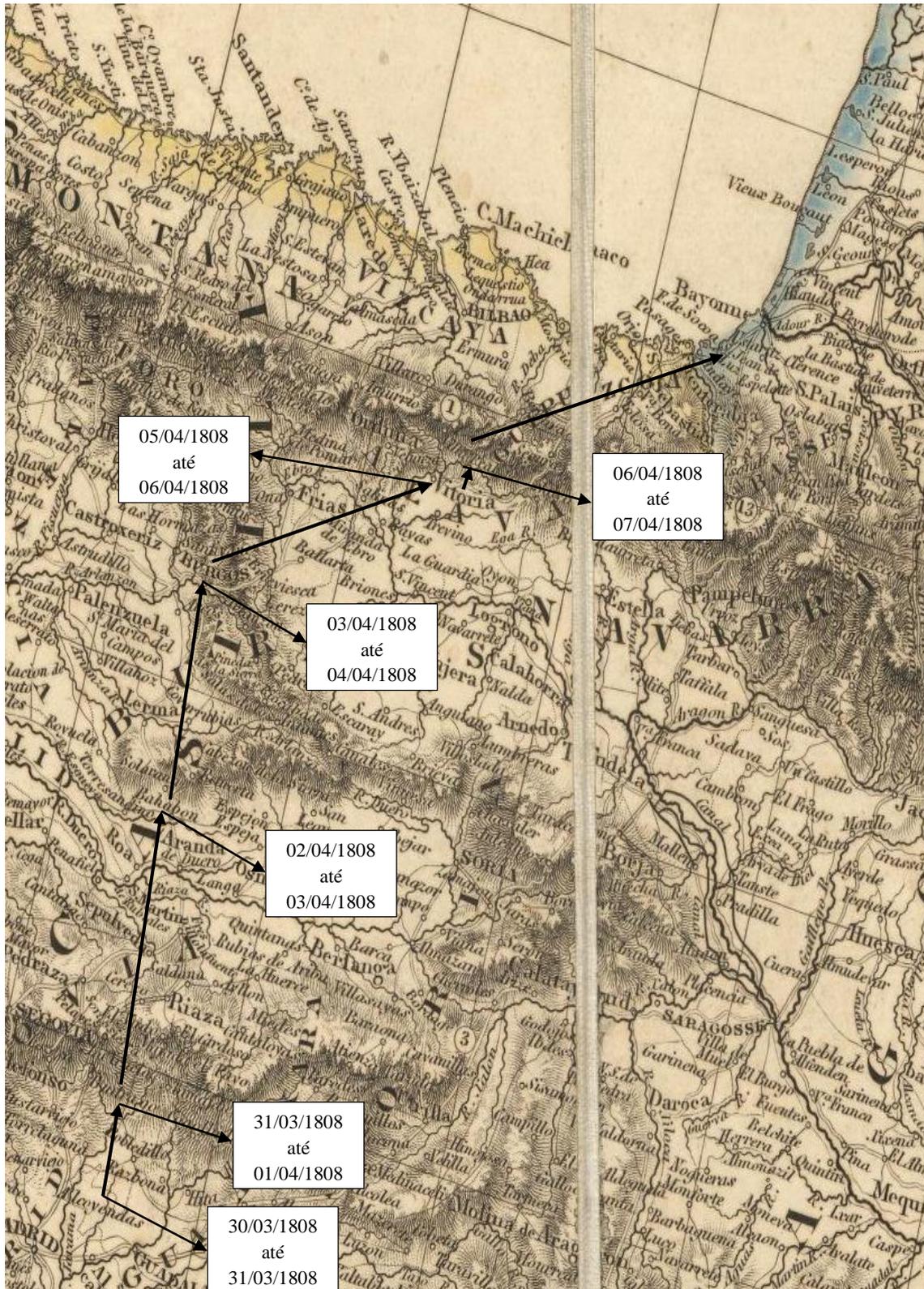
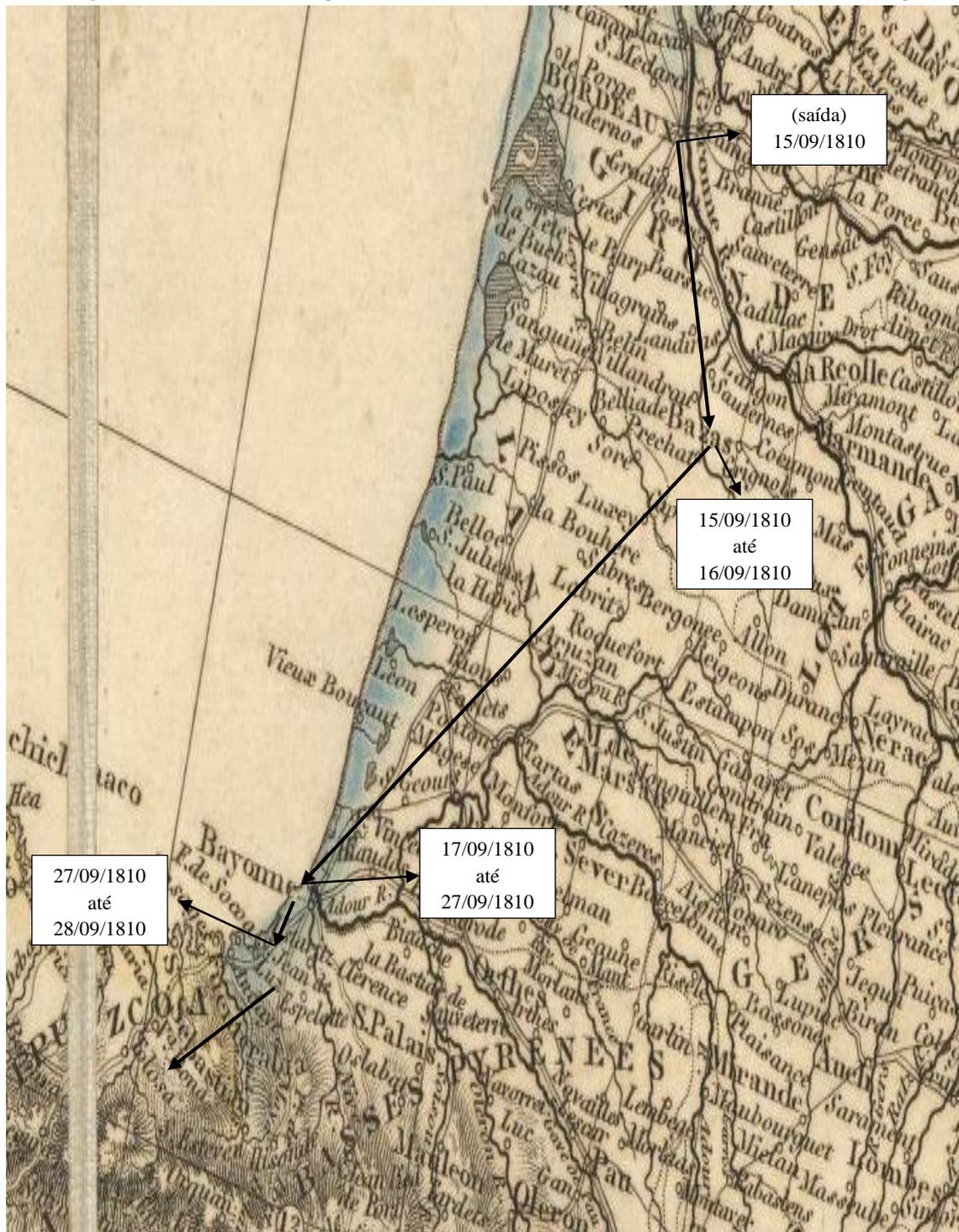


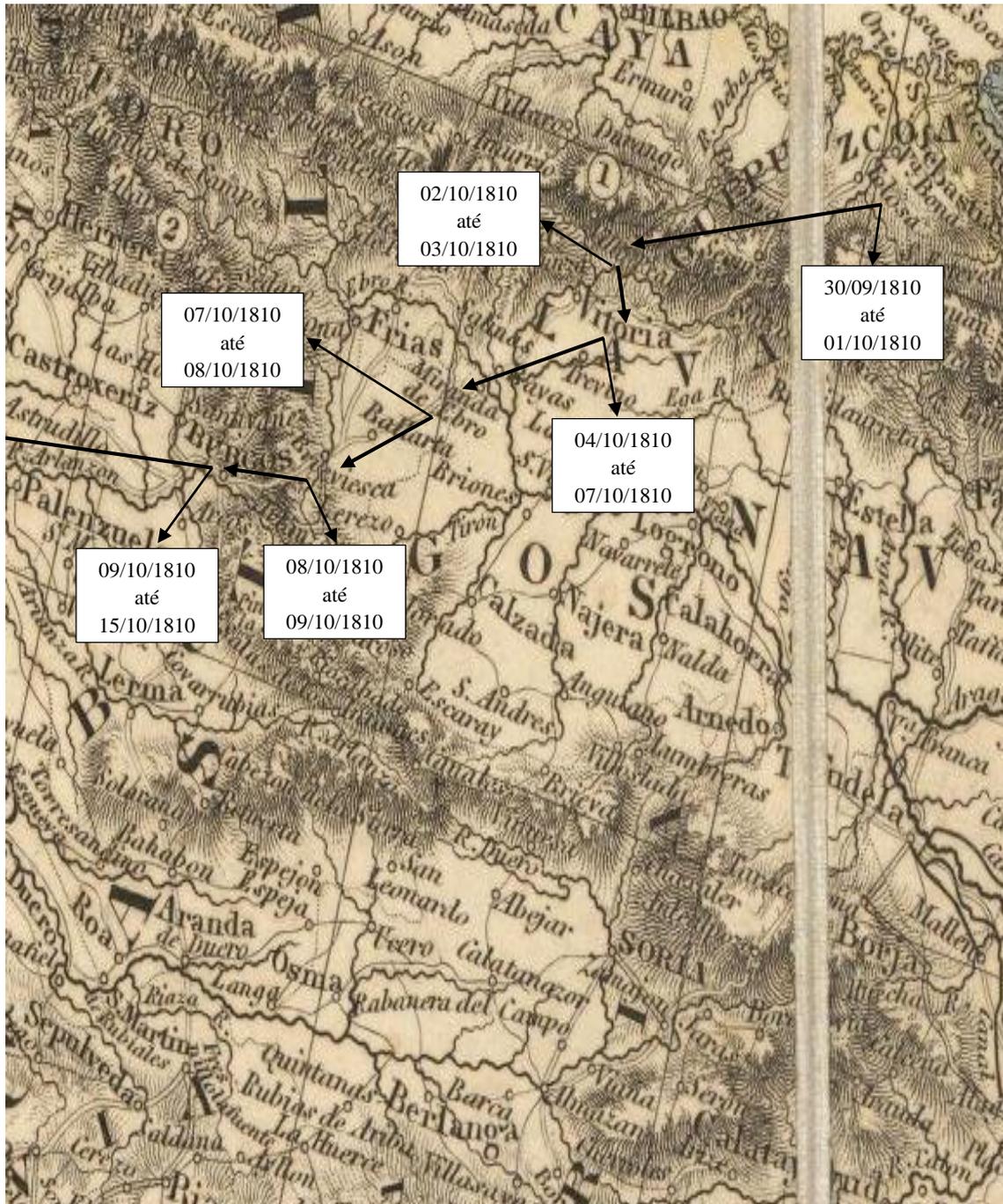
Imagem 17 - Percurso (ida) detalhado de D. Francisco de Lemos em França.



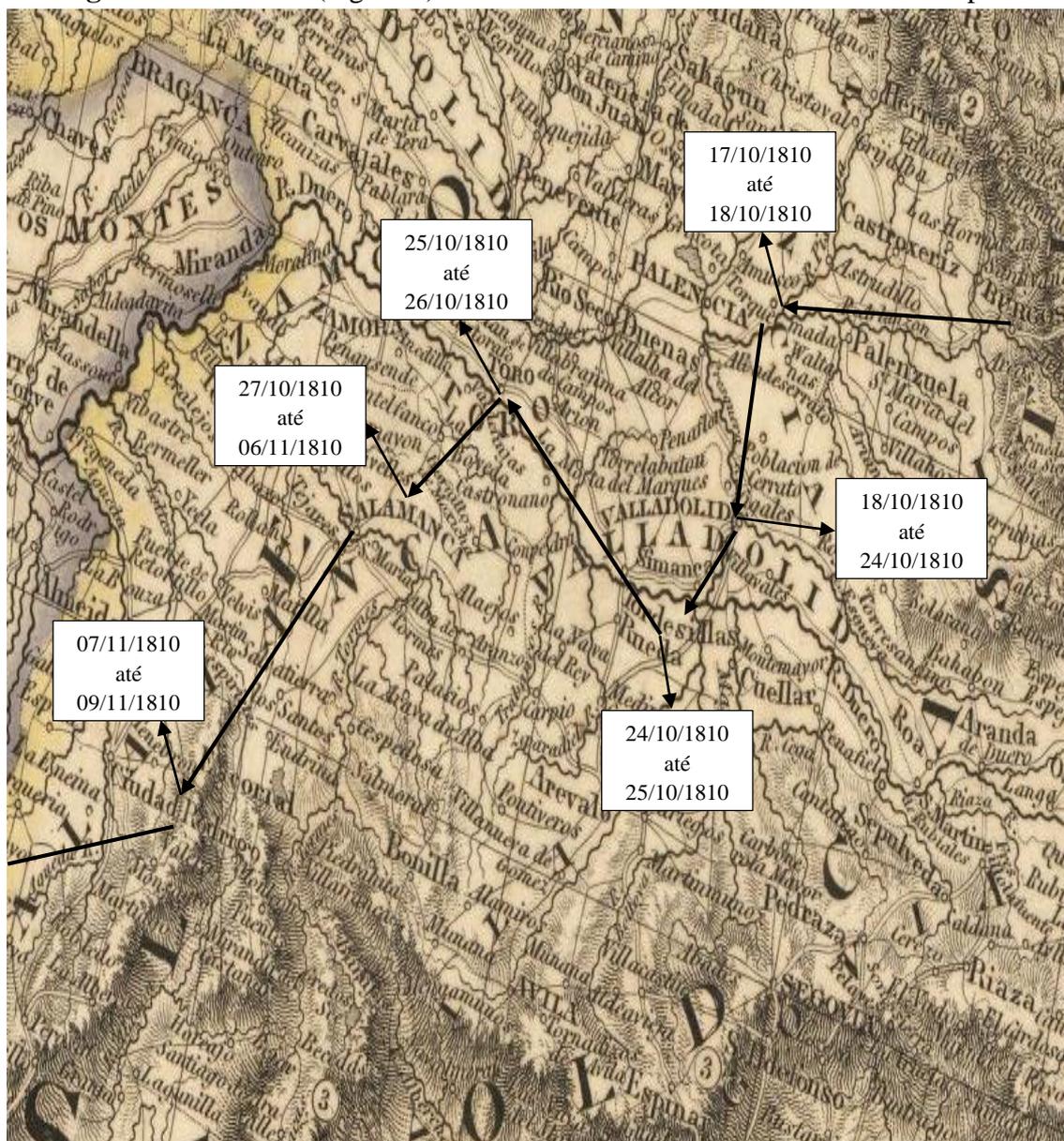
**Imagem 18** - Percurso (regresso) detalhado de D. Francisco de Lemos em França.



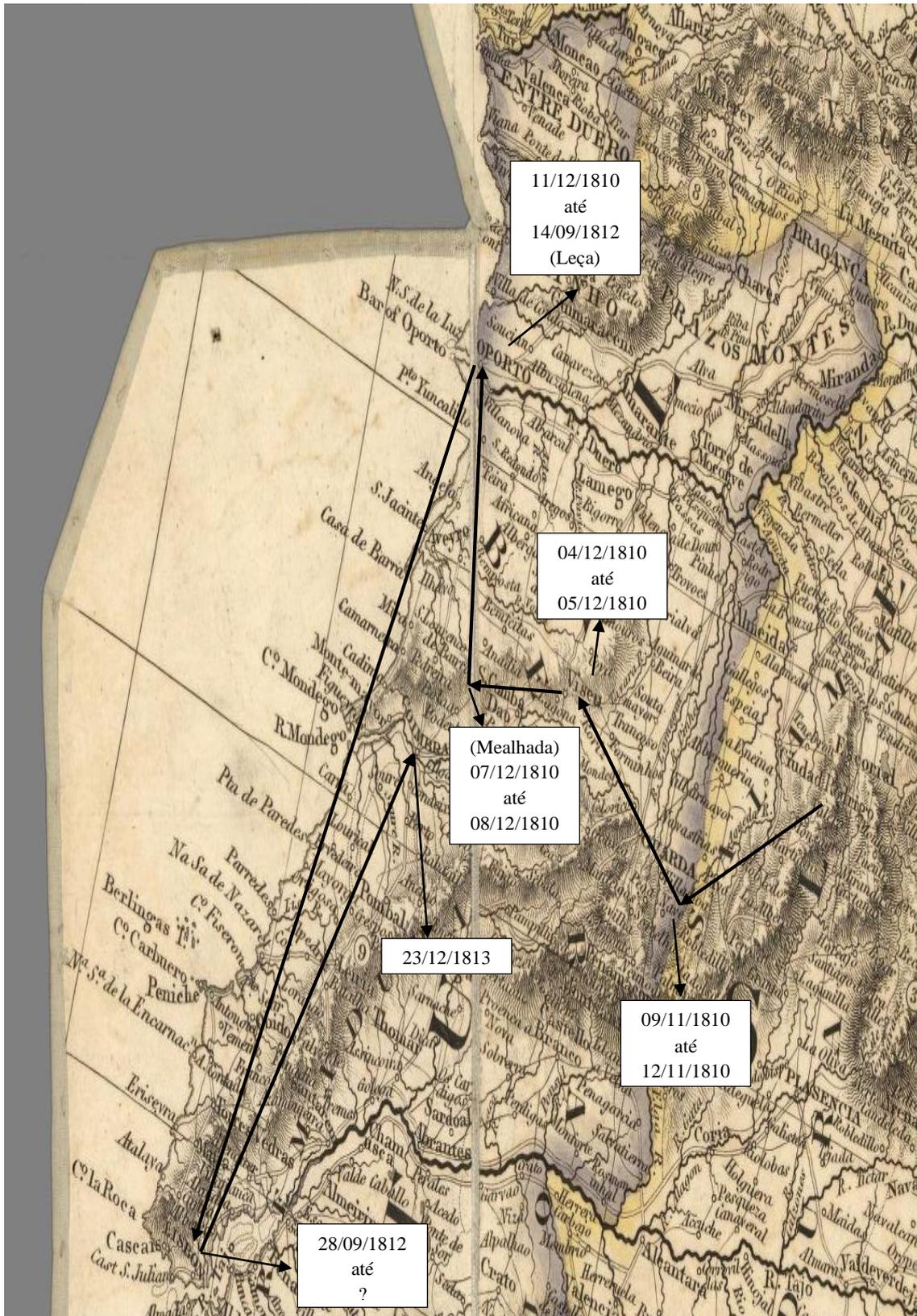
**Imagem 19** - Percurso (regresso) detalhado de D. Francisco de Lemos em Espanha.



**Imagem 20** - Percurso (regresso) detalhado de D. Francisco de Lemos em Espanha.



**Imagem 21** – Percurso (regresso) detalhado de D. Francisco de Lemos em Portugal.



# TABELAS

**Tabela 1** – Cronologia da vida e feitos de D. Francisco de Lemos<sup>720</sup>.

05/04/1735	- Nasce no morgadio de Marapicú pertencente a freguesia de Santo António de Jácotinga, termo do Rio de Janeiro
Entre 1741 (?) e 1746	- Aprendizagem no colégio jesuíta da cidade do Rio de Janeiro.
1746	- Chegou a Coimbra para iniciar os seus estudos em humanidades com 11 anos de idade.
1748	- Entrada para a Ordem de S. Bento de Avis.
23/01/1748 até 24/10/1754	- Percurso académico em Coimbra (ver tabela 2).
17/05/1751	- Freire Noviço da Ordem de S. Bento de Avis.
21/05/1752	- Freire Professo da Ordem de S. Bento de Avis.
30/06/1752	- Entrada no Colégio das Ordens Militares como Porcionista.
09/09/1753	- Recebe a primeira tonsura e as quatro ordens menores em Coimbra.
06/09/1754	- Colegial do Colégio das Ordens Militares.
22/12/1759	- Recebe as Ordens maiores de Subdiácono.
31/12/1759	- Recebe as Ordens maiores de Diácono.
13/01/1760	- Recebe as Ordens maiores de Presbítero.
31/07/1761 até 21/05/1821	- Cargos exercidos (ver tabela 4).

<sup>720</sup> O esquema seguido na tabela será o seguinte, dia/mês/ano.

12/07/1763	- Alcançou um benefício simples da colegiada de Santa Eufémia de Penela da Ordem de S. Bento de Avis.
03/1777	- Abandona Coimbra e direção a Lisboa para assistir a coroação da Rainha D. Maria I.
1777	- Redigiu e entregou a Rainha uma das suas mais importantes obras, <i>Relação Geral do Estado da Universidade</i> .
Entre 06/09/1779 e 12/09/1779	- Viagem de regresso a Coimbra.
03/1808 até 15/09/1810	- Ida a Baiona e Bordéus (ver tabela 5).
15/09/1810 até 23/12/1813	- Regresso a Coimbra (ver tabela 6).
16/04/1822	- Falece no Paço Episcopal em Coimbra com 87 anos de idade.

**Tabela 2** – Trajeto acadêmico de D. Francisco de Lemos<sup>721</sup>.

<b>Atos</b>	<b>Local</b>	<b>Data</b>
Primeira formação que já incluía o latim.	No colégio jesuíta da cidade do Rio de Janeiro.	Entre 1741 (?) e 1746
Humanidades	Coimbra (?)	Entre 1746 (?) e 1748 (?)
Instituta	Coimbra (UC)	23/01/1748 (13 anos)
1ª Matrícula em Cânones	Coimbra (UC)	01/10/1749 (14 anos)
2ª Matrícula em Cânones	Coimbra (UC)	01/10/1750 (15 anos)
Bacharel	Coimbra (UC)	17/03/1753 (18 anos)
Formatura	Coimbra (UC)	25/05/1753 (18 anos)
Suficiência	Coimbra (UC)	30/06/1753 (18 anos)
Repetição	Coimbra (UC)	14/06/1754 (19 anos)
Exame privado	Coimbra (UC)	24/07/1754 (19 anos)
Doutoramento	Coimbra (UC)	24/10/1754 (19 anos)

<sup>721</sup> O esquema apresentado obedece a seguinte estrutura, dia/mês/ano. Esta tabela tem por base outra tabela disponível em, FONSECA, Fernando Taveira da – *A Universidade de Coimbra (1700-1771). Estudo social e económico*. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1995. Pp. 59

**Tabela 3** – Percurso profissional de João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho<sup>722</sup>.

<b>João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho</b>	
<b>1ª Fase (ao serviço da Coroa)</b>	
<b>Cargos<sup>723</sup></b>	<b>Datas</b>
Almotacel pelo Corpo Académico	1748
Vice conservador	1748
Ouvidor dos Coutos	1748
Conselheiro do Rei	1748
Deputado	1754
Convidado pelo Reitor do dito para uma beca do Colégio de S. Paulo	04/05/1758
Membro supranumerário da Academia Brasileira dos Renascidos	31/07/1759
<b>2ª Fase (Benesses)</b>	
Desembargador da Relação da Baia (embora ficasse ao serviço do Rei)	1763
Desembargador da Relação do Porto	1768
Ajudante do Procurador da Coroa	1768
Deputado da Real Mesa Censoria	1768
Desembargador da Casa da Suplicação	1769
Procurador-Geral da Santa Igreja	1769
Procurador da Coroa	18/06/1771 (até esta data foi substituto, e só a partir da mesma passou a definitivo)
Membro da Junta da Providencia Literária	29/01/1771
Instruído por Pombal para a realização dos decretos referentes a concordata	1774

<sup>722</sup> O esquema apresentado obedece a seguinte estrutura, dia/mês/ano.

<sup>723</sup> Como referência, devido ao uso das fontes escolhidas, foram usadas as obras de, BARBOSA, J. da C. – “Biographia dos Brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc. João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho.” in *Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de J. E. S. Cabral Impressor do Instituto Hist. E Geog. Brasileiro, 1840. Tomo II. Nº 5 de Abril. pp. 118 a 125, e também, SOBRINHO, J. F. Velho – *Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro*. Vol. 1. Rio de Janeiro: [s.n.], 1937. Pp. 696 e 697.

sobre os pontos de discórdia entre a Santa Sé e a Coroa.	
Guarda-Mor da Torre do Tombo	1774
<b>3ª Fase (Após Pombal)</b>	
Conselheiro Real	27/09/1778
Desembargador do Paço	07/10/1778
Deputado da Mesa Prioral do Crato	27/08/1784
Censor	--/--/-- (indefinida)
Membro da Junta de Ministros	03/02/1789
Ministro da Junta do Exame do Estado e melhoramento das ordens regulares	21/11/1789
Secretário da Princesa	21/04/1790
Juiz Conservador Geral	17/06/1790
Executor do Tabaco	1790
Junta do Infantado	18/12/1790
Mercê de Senhorio da Vila de Pereira	1792
Mercê de Alcaide-mor e comenda de S. Salvador de Serrozes	1792
Sita no Bispado de Viseu	1792
Ouvidor da Comarca de S. Paulo	--/--/-- (indefinida)

**Tabela 4** – Cargos exercidos por D. Francisco de Lemos<sup>724</sup>.

<b>D. Francisco de Lemos</b>	
<b>Cargo</b> <sup>725</sup>	<b>Datas</b>
Reitor do Colégio das Ordens Militares da Universidade	Carta Régia – 31/07/1761 Certidão – 04/11/1773
Juiz Geral das Ordens Militares	Decreto – 29/09/1767 Despacho – 29/09/1767 Carta Regia – 31/09/1767 Posse – 05/09/1767 Certidão – 22/11/1773
Deputado do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa	Provisão – 29/01/1768
Deputado Ordinário da Real Mesa Censoria	Decreto – 09/04/1768 Portaria – 09/04/1768 Carta Regia – 22/04/1768 Posse – 29/04/1768
Desembargador da Casa da Suplicação	Decreto – 18/01/1768 Portaria – 18/01/1768 Carta Regia – 16/07/1768 Juramento – 22/07/1768 Posse – 23/07/1768
Vigário Capitular do Bispado de Coimbra e Governador da Diocese	Carta Régia – 09/12/1768 Carta do Cabido de Coimbra – 12/12/1768 Aviso Régio – 17/12/1768
Reitor da Universidade de Coimbra	Decreto – 08/05/1770 Despacho da Mesa da Consciência e Ordens – 12/05/1770 Carta Régia – 14/05/1770 Posse – 29/05/1770

<sup>724</sup> O esquema apresentado obedece a seguinte estrutura, dia/mês/ano.

<sup>725</sup> Como referência, devido ao uso das fontes escolhidas, foi usada a obra de, TEIXEIRA, António José – “Apontamentos para a biografia de D. Francisco de Lemos de faria Pereira Coutinho.” in *O Instituto Revista Scientifica e Litteraria.* . Vol. 37 Segunda serie nº1 Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1889.

	Termino – 00/10/1779
Conselheiro da Junta de Providência Literária	Carta Regia – 23/12/1770
Conselheiro do Rei	Decreto – 29/08/1772 Carta Regia – 02/09/1772
Reformador da Universidade (Cargo acumulativo com o de Reitor)	Carta Regia – 11/09/1772 Ordem – 22/10/1772 Posse – 23/10/1772
Coadjutor e futuro sucessor do Bispo de Coimbra (D. Miguel da Anunciação) Título de Bispo de Zenopólis	Nomeação – 28/09/1773 Bula de confirmação – 13/04/1774
Inspetor das obras do Convento de Santa Clara	Carta Régia – 23/12/1773
Reconduzido aos cargos de Reitor e Reformador da Universidade	Aviso Régio – 02/10/1775
<b>2º Fase (após Pombal)</b>	
Bispo de Coimbra, Senhor da Coja e Conde de Arganil	Após 29/08/1779
Eleito Reitor-reformador pela segunda vez. E como estava incumbido por carta de lei de 17 de Dezembro de 1794, ao Reitor cabia também a presidência da Junta da Diretoria Geral dos estudos.	Aviso régio e carta régia – 13/05/1799 Tomou posse e prestou juramento – 16/05/1799 Termino (a pedido do próprio) – 11/09/1821
Eleito Deputado pela Província do Rio de Janeiro para as Constituintes de 1821	Eleito -21/05/1821 Ofício do Presidente da Junta Eleitoral – 30/06/1821 Ofício (de João Batista Felgueiras, secretario da camara, para D. Francisco de Lemos) – 10/09/1821 Ofício (de D. Francisco de Lemos para João Batista Felgueiras, secretario da

	<p>camara, onde renuncia ao cargo de deputado) – 08/10/1821</p> <p>Ofício (de João Batista Felgueiras, secretario da camara, para D. Francisco de Lemos, aceitando a renuncia) – 13/10/1821</p> <p>(nunca chegou a tomar posse)</p>
--	---

**Tabela 5 e 6 – Itinerário de D. Francisco de Lemos<sup>726</sup>.**

<b>Para França</b>	
<b>Local</b>	<b>Data</b>
Coimbra	(saída) 03/1808
Lisboa	(saída) 17/03/1808
Aldeia Galega	(chegada) 17/03/1808 (saída) 18/03/1808
Vendas novas	(chegada) 18/03/1808 (saída) 19/03/1808
Arraiolos	(chegada) 19/03/1808 (saída) 20/03/1808
Estremoz	(chegada) 20/03/1808 (saída) 21/03/1808
Badajoz	(chegada) 21/03/1808 (saída) 22/03/1808
Mérida	(chegada) 22/03/1808 (saída) 23/03/1808
Miajadas	(chegada) 23/03/1808 (saída) 24/03/1808
Truxilho	(chegada) 24/03/1808 (saída) 25/03/1808
Ponte de Almaraz	(chegada) 25/03/1808 (saída) 26/03/1808
Oropeza	(chegada) 26/03/1808 (saída) 27/03/1808
Talavera de la Reina	(chegada) 27/03/1808 (saída) 28/03/1808
Santa Cruz	(chegada) 28/03/1808 (saída) 29/03/1808
Madrid	(chegada) 29/03/1808 (saída) 30/03/1808

<sup>726</sup> O esquema apresentado obedece a seguinte estrutura, dia/mês/ano. Ambas as tabelas tiveram como base o roteiro realizado pelo próprio D. Francisco de Lemos enviado ao Regente, ver Manuel Augusto Rodrigues, *Biblioteca e bens de D. Francisco de Lemos...*, pp. 304 a 309.

Alcoyendas	(chegada) 30/03/1808 (saída) 31/03/1808
Buitargo	(chegada) 31/03/1808 (saída) 01/04/1808
Carabia	(chegada) 01/04/1808 (saída) 02/04/1808
Bahabon	(chegada) 02/04/1808 (saída) 03/04/1808
Burgos	(chegada) 03/04/1808 (saída) 04/04/1808
Pancorbo	(chegada) 04/04/1808 (saída) 05/04/1808
Estalagem perto de Vitoria, chamada de La Venta	(chegada) 05/04/1808 (saída) 06/04/1808
Villa Real	(chegada) 06/04/1808 (saída) 07/04/1808
Arnany	(chegada) 07/04/1808 (saída) 08/04/1808
S. João da Luz	(chegada) 08/04/1808 (saída) 09/04/1808
Baiona	(chegada) 09/04/1808 Audiência com Napoleão – 16/04/1808 (saída) 30/04/1808
Fartaz	(chegada) 30/04/1808 (saída) 01/05/1808
Captieux	(chegada) 01/05/1808 (saída) 02/05/1808
Bordéus	(chegada) 02/05/1808 Audiência com Napoleão – 08/1808 (saída) 15/09/1810

**Para Portugal**

<b>Local</b>	<b>Data</b>
Bordéus	(saída) 15/09/1810
Bazás	(chegada) 15/09/1810 (saída) 16/09/1810
Fartaz	(chegada) 16/09/1810 (saída) 17/09/1810
Baiona	(chegada) 17/09/1810 (saída) 27/09/1810
S. João da Luz	(chegada) 27/09/1810 (saída) 28/09/1810
Irún	(chegada) 28/09/1810 (saída) 29/09/1810
Arnany	(chegada) 29/09/1810 (saída) 30/09/1810
Tolosa	(chegada) 30/09/1810 (saída) 01/10/1810
Vila Franca	(chegada) 01/10/1810 (saída) 02/10/1810
Villa Real	(chegada) 02/10/1810 (saída) 03/10/1810
Mondragão	(chegada) 03/10/1810 (saída) 04/10/1810
Vitoria	(chegada) 04/10/1810 (saída) 07/10/1810
Miranda de Ebro	(chegada) 07/10/1810 (saída) 08/10/1810
Barbiesca	(chegada) 08/10/1810 (saída) 09/10/1810
Burgos	(chegada) 09/10/1810 (saída) 15/10/1810
Sellada del Campo	(chegada) 15/10/1810 (saída) 16/10/1810

Vila Rodrigo	(chegada) 16/10/1810 (saída) 17/10/1810
Torquemada	(chegada) 17/10/1810 (saída) 18/10/1810
Valladolid	(chegada) 18/10/1810 (saída) 24/10/1810
Tordesilhas	(chegada) 24/10/1810 (saída) 25/10/1810
Toró	(chegada) 25/10/1810 (saída) 26/10/1810
Fonte Saôco	(chegada) 26/10/1810 (saída) 27/10/1810
Salamanca	(chegada) 27/10/1810 (saída) 06/11/1810
Adiguella de l'Abobeda	(chegada) 06/11/1810 (saída) 07/11/1810
Cidade Rodrigo	(chegada) 07/11/1810 (saída) 09/11/1810
Nave de Haver	(chegada) 09/11/1810 (saída) 12/11/1810
Bismula	(chegada) 12/11/1810 (saída) 13/11/1810
Rixoso	(chegada) 13/11/1810 (saída) 14/11/1810
Alverca	(chegada) 14/11/1810 (saída) 15/11/1810
Póvoa do Concelho	(chegada) 15/11/1810 (saída) 16/11/1810
Quinta de Ferro	(chegada) 16/11/1810 (saída) 17/11/1810
Granjal	(chegada) 17/11/1810 (saída) 18/11/1810
Moimenta da Beira	(chegada) 18/11/1810

	(saída) 03/12/1810
Castelo de Ferreira d´Aves	(chegada) 03/12/1810 (saída) 04/12/1810
Viseu	(chegada) 04/12/1810 (saída) 05/12/1810
Tondela	(chegada) 05/12/1810 (saída) 06/12/1810
Mortágua	(chegada) 06/12/1810 (saída) 07/12/1810
Mealhada	(chegada) 07/12/1810 (saída) 08/12/1810
Águeda	(chegada) 08/12/1810 (saída) 09/12/1810
Albergaria	(chegada) 09/12/1810 (saída) 10/12/1810
Santo António de Arrifana	(chegada) 10/12/1810 (saída) 11/12/1810
Porto	(chegada) 11/12/1810 Ilibado dos crimes acusado – Aviso Régio – 07/08/1812 (saída) ?
Leça	(chegada) ? (saída) 14/09/1812
Lisboa	(chegada) 28/09/1812 (saída) ?
Coimbra	(chegada) 23/12/1813

**Tabela 7** – Algumas obras de D. Francisco de Lemos<sup>727</sup>.

<i>“Dissertação” (1754)</i>
<i>“Oração gratulatória, recitada na Academia litúrgica, a 4 de Novembro de 1760”</i>
<i>“Pastoral providenciando sobre a falta de dispensas matrimoniaes no seu bispado”</i> (1769) <i>“Carta circular aos parochos”</i> (sobre o mesmo assunto) <i>“Instrucções aos mesmos para se regularem”</i> (sobre o mesmo assunto)
<i>“Pastoral ao clero e fieis do bispado, annunciando-lhes o jubileu universal concedido por Clemente XIV, por ocasião da sua exaltação ao pontificado”</i> (1770) <i>“Edital da mesma data e sobre o mesmo assunto”</i> (sobre o mesmo assunto)
<i>“Compendio Histórico”</i> (colaboração) (1772) <i>“Estatutos da Universidade”</i> (colaboração) (1772)
<i>“Falla em Resposta ao marquez de Pombal”</i> (1772)
<i>“Falla endereçada ao marquez, quando nas mãos d’elle prestou juramento como reitor reformador; sendo testemunhas os condes da Ponte e de Sampaio, e o auto escripto pelo official da secretaria do reino, que acompanhava o visitador, João Chrysostomo de Faria e Sousa de Vasconcellos de Sá”</i>
<i>“Pastoral de D. Francisco de Lemos Pereira Coutinho, bispo de Zenopoli, coadjutor e futuro sucessor do bispado de Coimbra, organisando o pessoal do bispado e suas obrigações”</i>
<i>“Pastoral do bispo de Zenopoli, consignando cômgrua aos ecónomos das collegiadas de Coimbra, e dando outras providencias”</i> (1776)
<i>“Pastoral do bispo de Zenopoli, determinando as obrigações dos beneficiados”</i> (1776)
<i>“Pastoral, exhortando os seus diocesanos á penitencia, para alcançarem as graças e indulgências do jubileu do anno sancto”</i> (1777)
<i>“Edital de 16 do dito mez e anno, expondo as graças e indulgências concedidas pelo dito jubileu, e declarando as condições para o alcançar”</i> (1777)
<i>“Memoria sobre a nova fundação da Universidade, e necessidade da sua conservação, como um dos monumentos mais gloriosos do reinado de Sua Majestade el-rei D. José I”</i>

<sup>727</sup> António José – “Apontamentos para a biografia ...”, pp. 12, 13 e 14, e Manuel Augusto Rodrigues, *Biblioteca e bens de D. Francisco de Lemos...*, pp. 39 e 355.

<i>“Pastoral do bispo de Coimbra, D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, determinando as habilitações dos ordinários” (1780)</i>
<i>“Cartas a José Monteiro da Rocha”</i>
<i>“Estatutos para o Real collegio das artes”</i>
<i>“Estatutos do Seminário, e plano dos estudos eclesiásticos”</i>
<i>“Epithaphio latino posto no tumulo do Marquez de Pombal”</i>
<i>“Documentos relativos á Deputação de Bayonna”</i>
<i>“Plano para a organização do proto-medicato” (colaboração)</i>
<i>“Alguns preâmbulos e disposições de alvarás, regulamentos, avisos e cartas régias” (colaboração)</i>
<i>“Livro que conthem o Depoimento que Sua Excelençia deu na cauza da questão com o izento de Santa cruz”</i>
<i>“Reprezentação contra a Inquizição”</i>
<i>“Reprezentação contra a Meza da Consçiençia”</i>
<i>“Defeza da Jurisdição Episcopal contra os procedimentos da Aninciatura”</i>

## 1º Reitorado

**Tabela 8 – Dados totais da correspondência analisada.**

<b>Ano</b>	<b>Quantidade (missivas)</b>	<b>Distribuição</b>	<b>Distribuição detalhada</b>	<b>Assuntos (por ordem decrescente)</b>	<b>Total de referências</b>
1772	19	Último triênio do ano	Out. – 4 Nov. – 14 Dez.- 1	Compêndios – 9 Aulas – 8 Obras – 8 Lentes – 7 Administração – 3 Cerimonial – 3 Funcionários -1	39 em 19
1773	69	11 Meses	Jan. - 2 Fev. - 11 Mar. - 9 Abr. - 1 Mai. - 2 Jun. - 6 Jul. - 6 Set. - 2 Out. - 18 Nov. - 4 Dez. - 8	Obras - 27 Aulas - 24 Lentes - 21 Compêndios - 18 Cerimonial - 4 Est. Menores - 5 Cerimonial - 4 Administração - 3 Funcionários – 2 Confiscos – 1 Desenvolvimento científico - 1	105 em 69
1774	21	8 Meses	Jan. - 3 Fev. - 4 Març. - 1 Abr. – 7 Mai. - 1 Jun. - 2 Nov. - 1 Dez. - 2	Obras - 7 Aulas – 5 Disciplina - 4 Funcionários - 4 Lentes - 4 Administração - 3 Compêndios - 3 Est. Menores - 2 Cerimonial - 1 Desenvolvimento científico - 1	34 em 21
1775	13	9 Meses	Jan. - 2 Fev. - 2 Abr. - 1 Mai. - 1 Jul. - 1 Ago. - 2	Obras - 5 Compêndios - 4 Administração - 2 Disciplina - 2 Cerimonial - 1 Funcionários -1	15 em 13

			Out. - 1 Nov. - 2 Dez. - 1		
1776	9	5 Meses	Fev. - 3 Abr. - 1 Mai. - 3 Jun. - 1 Dez. - 1	Lentes - 4 Administração - 2 Disciplina - 2 Cerimonial - 1 Funcionários - 1	10 em 9

**Tabela 9** – Assuntos tratados e a quantidade de referências encontradas nas missivas analisadas.

<b>Assuntos</b>	<b>Quantidade (referencias)</b>
Obras	47
Aulas	37
Lentes	36
Compêndios	34
Administração	13
Cerimonial	10
Funcionários	9
Disciplina	8
Estudos Menores	7
Desenvolvimento científico	2
Confiscos	1

**Tabela 10** – Referências dos vários anos em análise.

<b>Ano /Assuntos (por n.º de referências)</b>	1772	1773	1774	1775	1776
Administração	3	3	3	2	2
Aulas	8	24	5	----	----
Cerimonial	3	4	1	1	1
Compêndios	9	18	3	4	----
Confiscos	----	1	----	----	----
Desenvolvimento Científico	----	1	1	----	----
Disciplina	----	----	4	2	2
Estudos Menores	----	5	2	----	----
Funcionários	1	2	4	1	1
Obras	8	27	7	5	----
Lentes	7	21	4	-----	4

**Tabela 11** – Relação da correspondência analisada<sup>728</sup>.

De Marquês de Pombal	De D. Francisco de Lemos
<b>1772</b>	
15/10/1772	----
21/10/1772	----
21/10/1772	----
----	24/10/1772
----	02/11/1772
07/11/1772	----
10/11/1772	10/11/1772
----	14/11/1772
16/11/1772	----
17/11/1772	----
----	20/11/1772
	23/11/1772
27/11/1772	----
27/11/1772	----
30/11/1772	----
30/11/1772	----
30/11/1772	----
----	03/12/1772
<b>1773</b>	
----	18/01/1773
----	29/01/1773
----	03/02/1773
----	09/02/1773
12/02/1773	----
12/02/1773	----
12/02/1773	----
12/02/1773	----

<sup>728</sup> O esquema apresentado obedece a seguinte estrutura, dia/mês/ano. Para a realização da Tabela tive como referencia uma outra em, FONSECA, Fernando Taveira da – “Comunicações institucionais: A Universidade de Coimbra.” in *As Comunicações na Idade Moderna*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005. Pp. 227.

19/02/1773	----
----	22/02/1773
23/02/1773	----
23/02/1773	----
23/02/1773	----
----	01/03/1773
----	01/03/1773
----	01/03/1773
02/03/1773	----
----	10/03/1773
----	10/03/1773
----	10/03/1773
----	30/03/1773
----	30/03/1773
----	09/04/1773
----	18/05/1773
----	27/05/1773
----	24/06/1773
30/06/1773	----
30/06/1773	----
30/06/1773	----
30/06/1773	----
30/06/1773	----
----	09/07/1773
----	09/07/1773
15/07/1773	----
15/07/1773	----
20/07/1773	20/07/1773
----	03/09/1773
----	03/09/1773
02/10/1773	----
----	04/10/1773
05/10/1773	----

05/10/1773	----
05/10/1773	----
05/10/1773	----
05/10/1773	----
05/10/1773	----
05/10/1773	----
----	12/10/1773
----	13/10/1773
15/10/1773	----
----	18/10/1773
21/10/1773	----
21/10/1773	----
21/10/1773	----
----	26/10/1773
----	26/10/1773
15/11/1773	----
----	30/11/1773
----	30/11/1773
----	30/11/1773
----	01/12/1773
----	02/12/1773
15/12/1773	----
15/12/1773	----
15/12/1773	----
15/12/1773	----
15/12/1773	----
30/12/1774	----
<b>1774</b>	
03/01/1774	----
08/01/1774	----
----	27/01/1774
----	08/02/1774
----	09/02/1774

25/02/1774	----
25/02/1774	----
----	01/03/1774
----	05/04/1774
----	06/04/1774
12/04/1774	----
12/04/1774	----
13/04/1774	----
14/04/1774	----
23/04/1774	----
----	09/05/1774
05/06/1774	----
30/06/1774	----
14/11/1774	----
07/12/1774	----
07/12/1774	----
<b>1775</b>	
19/01/1775	----
19/01/1775	----
04/02/1775	----
25/02/1775	----
09/04/1775	----
20/05/1775	----
28/07/1775	----
02/08/1775	----
12/08/1775	----
11/11/1775	----
23/11/1775	----
12/12/1775	----
<b>1776</b>	
23/02/1776	----
24/02/1776	----
26/02/1776	----

22/04/1776	----
29/05/1776	----
29/05/1776	----
30/05/1776	----
06/06/1776	----
10/12/1776	----

## 2º Reitorado

**Tabela 12** - Dados totais da correspondência analisada.

Ano	Quantidade (missivas)	Distribuição	Distribuição detalhada	Assuntos (por ordem decrescente)	Total de referências
1799	4	Três meses	Jul. - 1 Set. - 1 Nov. - 2	Aulas - 2 Inv. Francesas - 2 Adm. - 1 Bispado - 1 Benesses - 1	7 em 4
1800	30	11 Meses	Jan. - 1 Fev. - 7 Mar. - 5 Abr. - 2 Mai. - 3 Jun. - 4 Jul. - 2 Ago. - 1 Out. - 1 Nov. - 3 Dez. - 1	Junta <sup>729</sup> - 14 Aulas - 7 Lentes - 5 Bispado - 3 Inv. Francesas - 3 Rep. Inst. - 3 Sub. Literário - 2 Benesses - 2 Cerimonial - 2 Funcionários - 2 Adm. - 1 Disciplina - 1	45 em 30
1801	55	12 Meses	Jan. - 5 Fev. - 4 Març. - 3 Abr. - 2 Mai. - 3 Jun. - 2 Jul. - 10 Ago. - 5 Set. - 5 Out. - 7 Nov. - 5 Dez. - 4	Inv. Francesas - 23 Junta - 19 Lentes - 8 Aulas - 7 Cerimonial - 5 Disciplina - 5 Rep. Inst. - 5 Benesses - 4 Des. Científico - 3 Saúde Pública - 2 Sub. Literário - 2 Obras - 1 Compêndios - 1	85 em 55
1802	9	6 Meses	Jun. - 1 Jul. - 1 Ago. - 1 Out. - 3	Junta - 5 Benesses - 3 Funcionários - 2 Lentes - 2	17 em 9

<sup>729</sup> A palavra *Junta*, refere-se a Junta da Directoria Geral dos Estudos, mas para poupança de espaço apenas se usara a primeira palavra.

			Nov. – 2 Dez. – 1 Indefinido - 1	Compêndios – 2 Bispado – 1 Cerimonial – 1 Des. Científico – 1	
1803	10	6 Meses	Abr. – 1 Ago. – 2 Set. – 2 Out. – 1 Nov. – 1 Dez. - 1	Junta – 4 Benesses – 2 Jardim Botânico– 2 Disciplina – 2 Funcionários – 2 Lentes – 2 Rep. Inst. – 2 Sub. Literário – 2 Des. Científico – 1	19 em 10
1804	5	3 Meses	Jan. – 2 Set. – 1 Out. – 1 Indefinido - 1	Lentes – 3 Benesses – 1 Disciplina – 1 Compêndios – 1	6 em 5
1805	7	4 Meses	Jan. – 1 Març. – 2 Set. – 3	Lentes – 5 Aulas – 3 Junta – 2 Compêndios – 2 Saúde Pública – 1	5 em 7
1806	3	2 Meses	Mai. – 1 Dez. - 2	Lentes - 2 Indefinido - 1	3 em 3
1807	3	2 Meses	Março – 2 Abril - 1	Lentes - 2 Jardim Botânic – 1 Inv. Francesas – 1 Rep. Inst. – 1	5 em 3
1808	2	2 Meses	Jan. – 1 Fev. - 1	Inv. Francesas – 2 Rep. Inst. – 1	3 em 2
1812	5	3 Meses	Fev. – 1 Out. – 1 Ago. - 3	Inv. Francesas – 5 Rep. Inst. – 1	6 em 5
1815	1	1 Mês	Jan. - 1	Lentes - 1	1 em 1
1816	1	1 Mês	Jun. - 1	Lentes - 1	1 em 1

**Tabela 13** – Assuntos tratados e a quantidade de referências encontradas nas missivas analisadas.

<b>Assuntos</b>	<b>Quantidade (referencias)</b>
Junta da Diretória Geral dos Estudos	42
Invasões Francesas	36
Lentes	31
Aulas	19
Benesses	13
Representação Institucional	13
Disciplina	9
Cerimonial	8
Compêndios	6
Funcionários	6
Subsídio Literário	6
Bispado	5
Desenvolvimento Científico	5
Jardim Botânico	3
Saúde Pública	3
Administração	2
Junta dos Três Estados	2
Obras	1

**Tabela 14** – Referências dos vários anos em análise.

<b>Ano / Assuntos (por n.º de referências)</b>	1799	1800	1801	1802	1803	1804	1805	1806	1807	1808	1812	1815	1816
Aulas	2	7	7	----	----	----	3	----	----	----	----	----	----
Administração	1	1	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
Benesses	1	2	4	3	2	1	----	----	----	----	----	----	----
Bispado	1	3	----	1	----	----	----	----	----	----	----	----	----
Cerimonial	----	2	5	1	----	----	----	----	----	----	----	----	----
Compêndios	----	----	1	2	----	1	2	----	----	----	----	----	----
Desenvolvimento Científico	----	----	3	1	1	----	----	----	----	----	----	----	----
Disciplina	----	1	5	----	2	1	----	----	----	----	----	----	----
Funcionários	----	2	----	2	2	----	----	----	----	----	----	----	----
Invasões Francesas	2	3	23	----	----	----	----	----	1	2	5	----	----
Jardim Botânico	----	----	----	----	2	----	----	----	1	----	----	----	----
Junta da Directória Geral dos Estudos	----	14	19	5	4	----	----	----	----	----	----	----	----
Junta dos Três Estados	----	----	----	----	----	----	2	----	----	----	----	----	----
Lentes	----	5	8	2	2	3	5	2	2	----	----	1	1
Obras	----	----	1	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
Saúde Pública	----	----	2	----	----	----	1	----	----	----	----	----	----
Representação Institucional	----	3	5	----	2	----	----	----	1	1	1	----	----
Subsídio Literário	----	2	2	----	2	----	----	----	----	----	----	----	----

**Tabela 15** – Relação da correspondência analisada<sup>730</sup>.

<b>De José Monteiro da Rocha</b>	<b>De D. Francisco de Lemos</b>	<b>Do Príncipe Regente</b>	<b>Do Conde de Vila Verde</b>	<b>De António Barbosa de Almeida</b>	<b>De José Feliciano de Castilho</b>
<b>1799</b>					
02/06/1779	----	----	----	----	----
30/09/1779	----	----	----	----	----
17/11/1779	----	----	----	----	----
19/11/1779	----	----	----	----	----
<b>1800</b>					
26/01/1800	----	----	----	----	----
06/02/1800	----	----	----	----	----
----	06/02/1800	----	----	----	----
09/02/1800	----	----	----	----	----
11/02/1800	----	----	----	----	----
13/02/1800	----	----	----	----	----
16/02/1800	----	----	----	----	----
20/02/1800	----	----	----	----	----
09/03/1800	----	----	----	----	----
16/03/1800	----	----	----	----	----
20/03/1800	----	----	----	----	----
23/03/1800	----	----	----	----	----
25/03/1800	----	----	----	----	----
06/04/1800	----	----	----	----	----
13/04/1800	----	----	----	----	----
06/05/1800	----	----	----	----	----
13/05/1800	----	----	----	----	----
23/05/1800	----	----	----	----	----
08/06/1800	----	----	----	----	----

<sup>730</sup> O esquema apresentado obedece a seguinte estrutura, dia/mês/ano. Para a realização da Tabela tive como referencia uma outra em, FONSECA, Fernando Taveira da – “Comunicações institucionais...”, Pp. 227.

15/06/1800	----	----	----	----	----
24/06/1800	----	----	----	----	----
30/06/1800	----	----	----	----	----
08/07/1800	----	----	----	----	----
16/07/1800	----	----	----	----	----
12/08/1800	----	----	----	----	----
16/10/1800	----	----	----	----	----
02/11/1800	----	----	----	----	----
23/11/1800	----	----	----	----	----
27/11/1800	----	----	----	----	----
28/12/1800	----	----	----	----	----
<b>1801</b>					
05/01/1801	----	----	----	----	----
11/01/1801	----	----	----	----	----
18/01/1801	----	----	----	----	----
23/01/1801	----	----	----	----	----
25/01/1801	----	----	----	----	----
01/02/1801	----	----	----	----	----
19/02/1801	----	----	----	----	----
22/02/1801	----	----	----	----	----
24/02/1801	----	----	----	----	----
01/03/1801	----	----	----	----	----
02/03/1801	----	----	----	----	----
08/03/1801	----	----	----	----	----
23/04/1801	----	----	----	----	----
30/04/1801	----	----	----	----	----
21/05/1801	----	----	----	----	----
28/05/1801	----	----	----	----	----
31/05/1801	----	----	----	----	----
21/06/1801	----	----	----	----	----
25/06/1801	----	----	----	----	----
05/07/1801	----	----	----	----	----
07/07/1801	----	----	----	----	----

12/07/1801	----	----	----	----	----
14/07/1801	----	----	----	----	----
19/07/1801	----	----	----	----	----
20/07/1801	----	----	----	----	----
23/07/1801	----	----	----	----	----
23/07/1801	----	----	----	----	----
26/07/1801	----	----	----	----	----
28/07/1801	----	----	----	----	----
02/08/1801	----	----	----	----	----
11/08/1801	----	----	----	----	----
16/08/1801	----	----	----	----	----
23/08/1801	----	----	----	----	----
30/08/1801	----	----	----	----	----
03/09/1801	----	----	----	----	----
08/09/1801	----	----	----	----	----
17/09/1801	----	----	----	----	----
20/09/1801	----	----	----	----	----
27/09/1801	----	----	----	----	----
08/10/1801	----	----	----	----	----
13/10/1801	----	----	----	----	----
22/10/1801	----	----	----	----	----
22/10/1801	----	----	----	----	----
24/10/1801	----	----	----	----	----
25/10/1801	----	----	----	----	----
29/10/1801	----	----	----	----	----
05/11/1801	----	----	----	----	----
19/11/1801	----	----	----	----	----
22/11/1801	----	----	----	----	----
26/11/1801	----	----	----	----	----
----	27/11/1801	----	----	----	----
03/12/1801	----	----	----	----	----
20/12/1801	----	----	----	----	----
20/12/1801	----	----	----	----	----

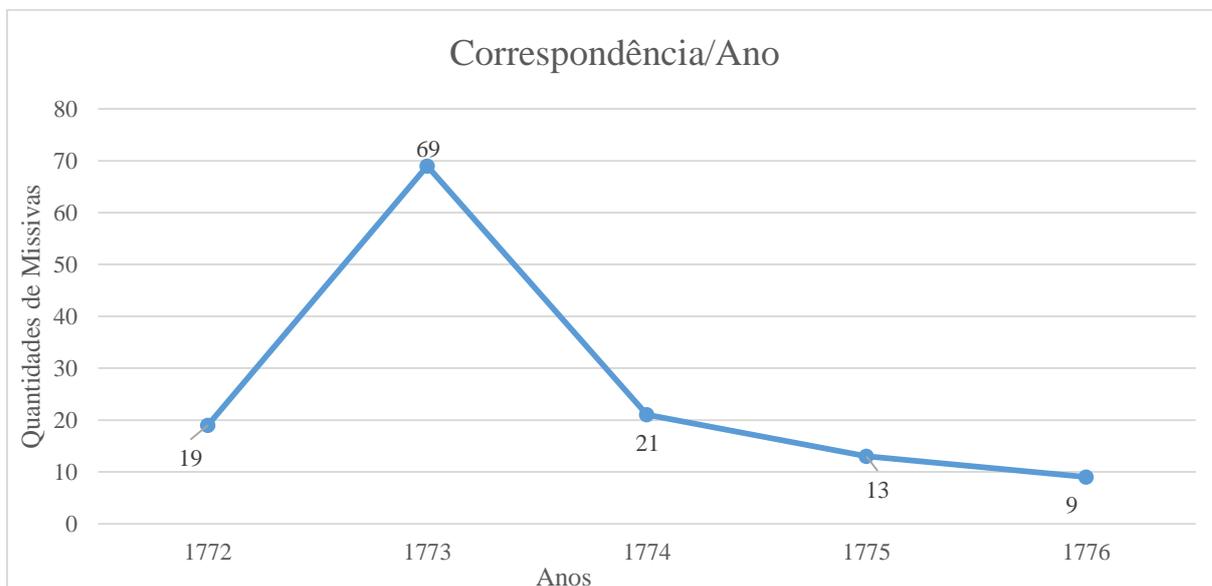
24/12/1801	----	----	----	----	----
<b>1802</b>					
26 06/1802	----	----	----	----	----
----	04/07/1802	----	----	----	----
21/08/1802	----	----	----	----	----
02/10/1802	----	----	----	----	----
11/10/1802	----	----	----	----	----
30/10/1802	----	----	----	----	----
06/11/1802	----	----	----	----	----
----	22/11/1802	----	----	----	----
25/12/1802	----	----	----	----	----
<b>1803</b>					
02/04/1803	----	----	----	----	----
06/08/1803	----	----	----	----	----
20/08/1803	----	----	----	----	----
10/09/1803	----	----	----	----	----
20/09/1803	----	----	----	----	----
22/10/1803	----	----	----	----	----
26/11/1803	----	----	----	----	----
07/12/1803	----	----	----	----	----
23/12/1803	----	----	----	----	----
Indefinida	----	----	----	----	----
<b>1804</b>					
----	21/01/1804	----	----	----	----
----	21/01/1804	----	----	----	----
----	----	21/09/1804	----	----	----
----	----	----	22/10/1804	----	----
----	Indefinida	----	----	----	----
<b>1805</b>					
----	10/01/1805	----	----	----	----
----	Indefinida	----	----	----	----
----	02/03/1805	----	----	----	----
----	----	----	05/03/1805	----	----

----	00/09/1805	----	----	----	----
----	02/09/1805	----	----	----	----
----	27/09/1805	----	----	----	----
<b>1806</b>					
----	13/05/1806	----	----	----	----
----	01/12/1806	----	----	----	----
30/12/1806	----	----	----	----	----
<b>1807</b>					
----	05/03/1807	----	----	----	----
13/03/1807	----	----	----	----	----
----	15/04/1807	----	----	----	----
<b>1808</b>					
----	13/01/1808	----	----	----	----
06/02/1808	----	----	----	----	----
<b>1812</b>					
06/02/1812					
----	07/08/1812	----	----	----	----
----	14/08/1812	----	----	----	----
----	21/08/1812	----	----	----	----
----	----	----	----	13/10/1812	----
<b>1815</b>					
----	----	----	----	----	24/01/1815
<b>1816</b>					
02/06/1816	----	----	----	----	----

# GRÁFICOS

## 1º Reitorado

**Gráfico 1** – Dados da correspondência por ano<sup>731</sup>.



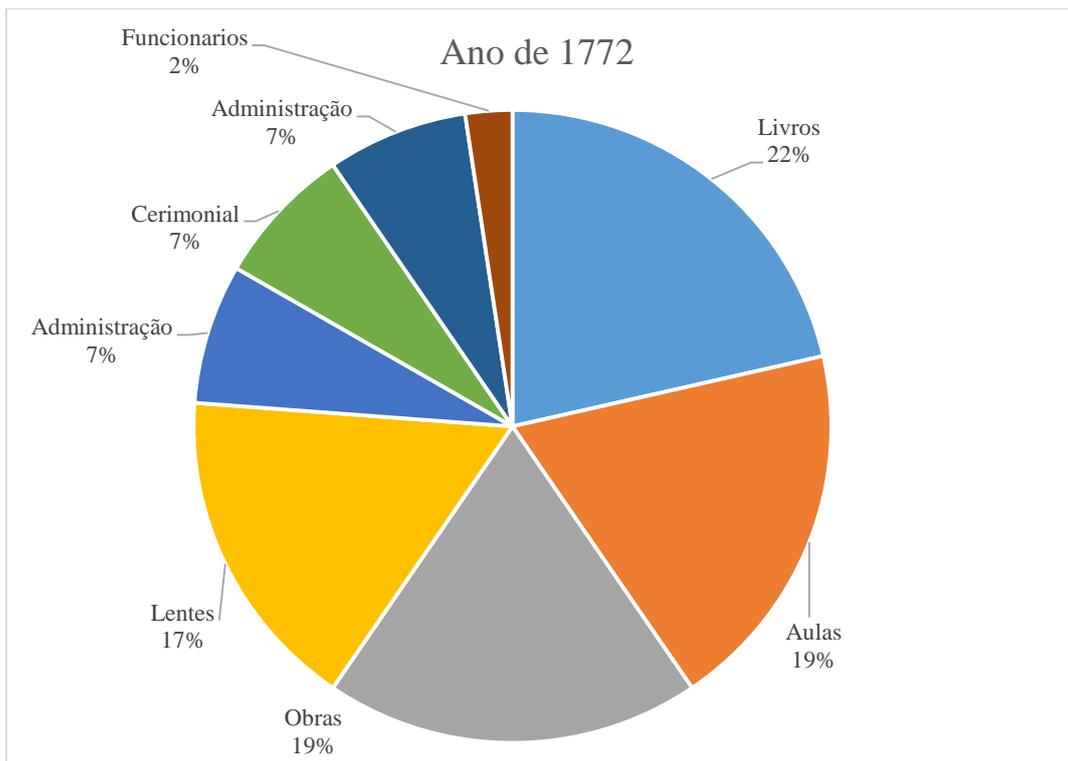
**Gráfico 2** – Quantidade de referências encontradas sobre cada assunto (para um total de 131 missivas)<sup>732</sup>.



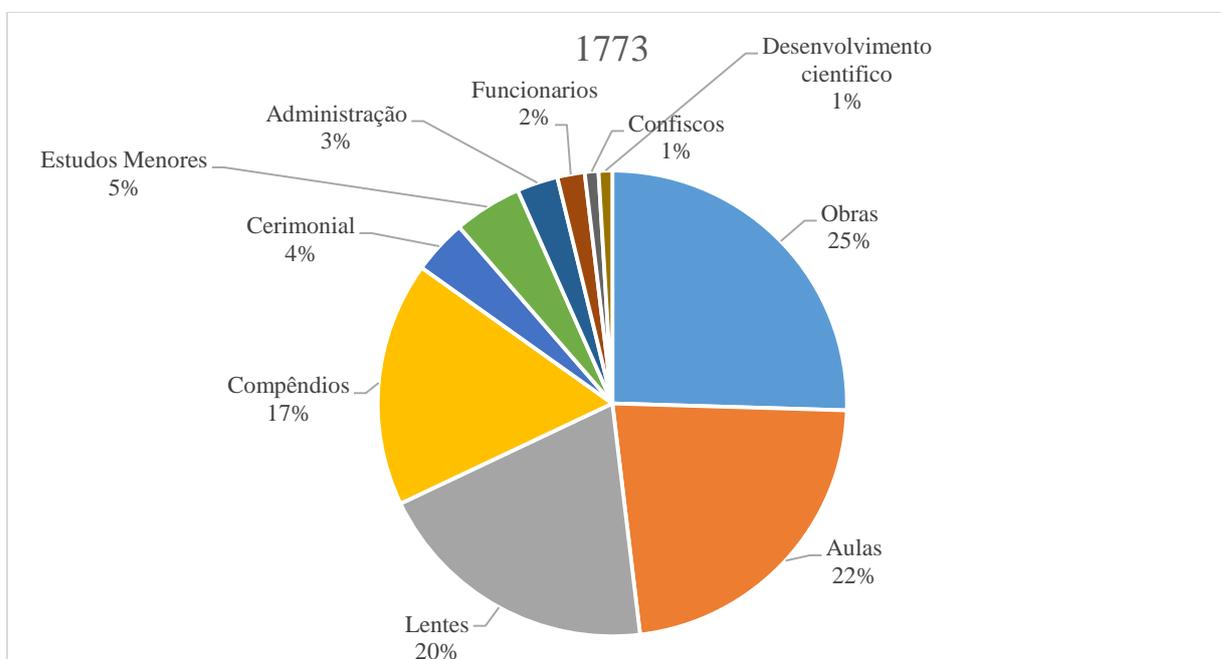
<sup>731</sup> Dados extraídos das colunas, *Ano* e *Quantidade (missivas)*, da Tabela 8.

<sup>732</sup> Dados extraídos da Tabela 9.

**Gráfico 3 – Descrição dos assuntos do ano de 1772<sup>733</sup>.**



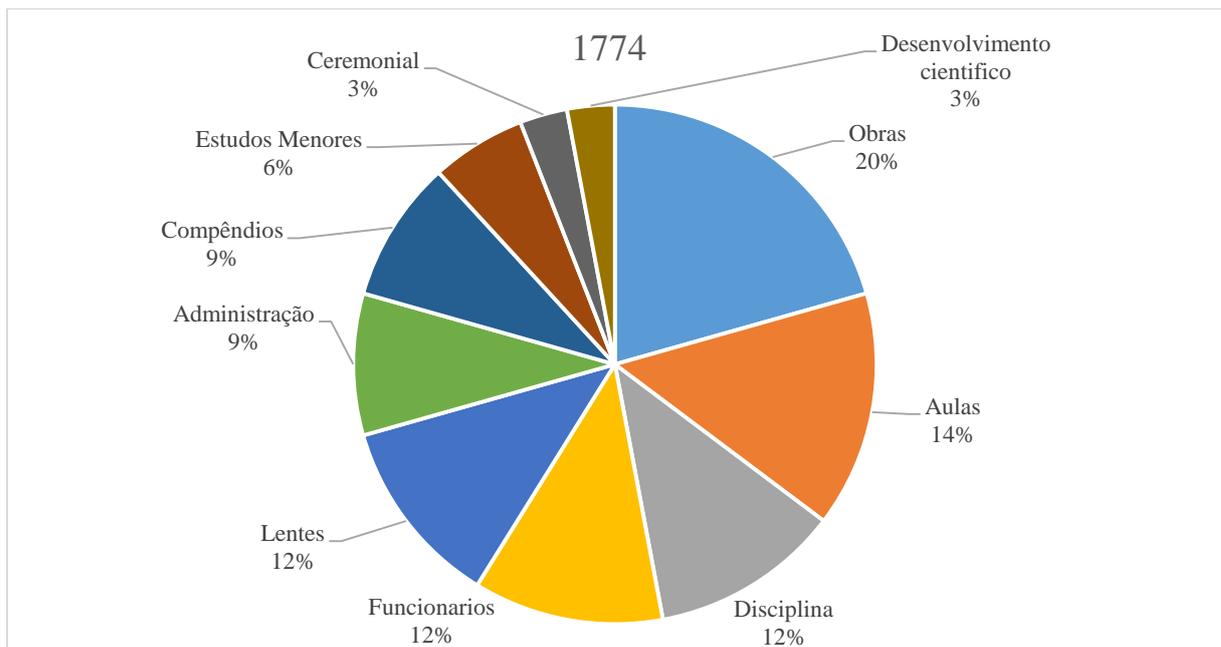
**Gráfico 4 – Descrição dos assuntos do ano de 1773<sup>734</sup>.**



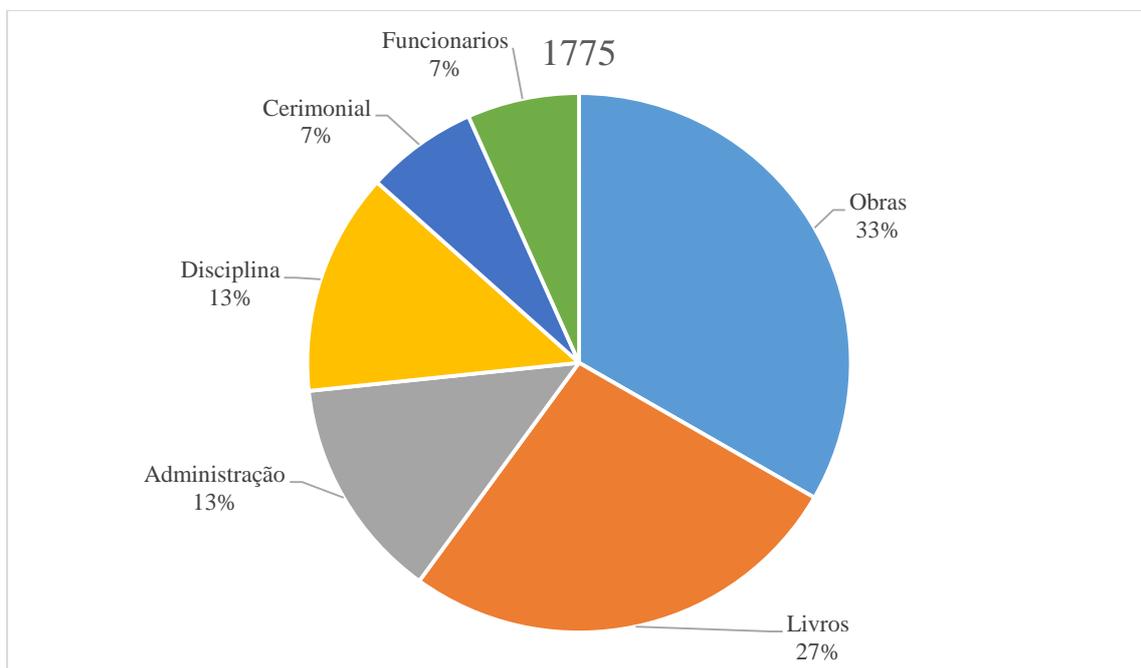
<sup>733</sup> Dados extraídos da coluna, *Assuntos (por ordem decrescente)*, da Tabela 8.

<sup>734</sup> Dados extraídos da coluna, *Assuntos (por ordem decrescente)*, da Tabela 8.

**Gráfico 5 – Descrição dos assuntos do ano de 1774<sup>735</sup>.**



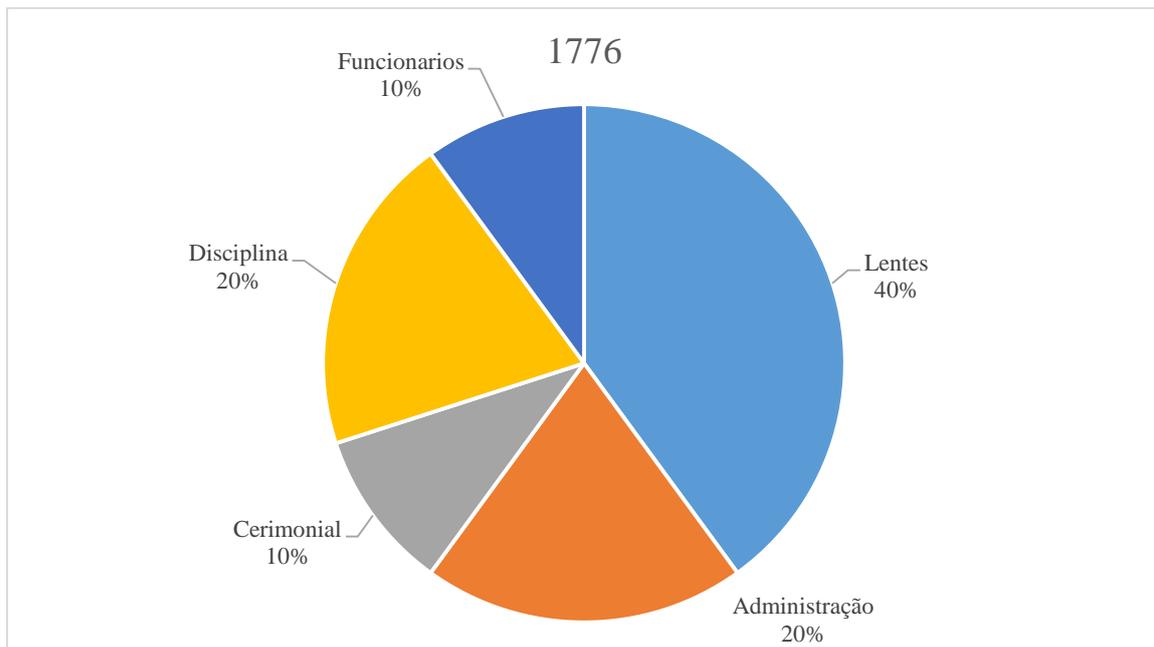
**Gráfico 6 – Descrição dos assuntos do ano de 1775<sup>736</sup>.**



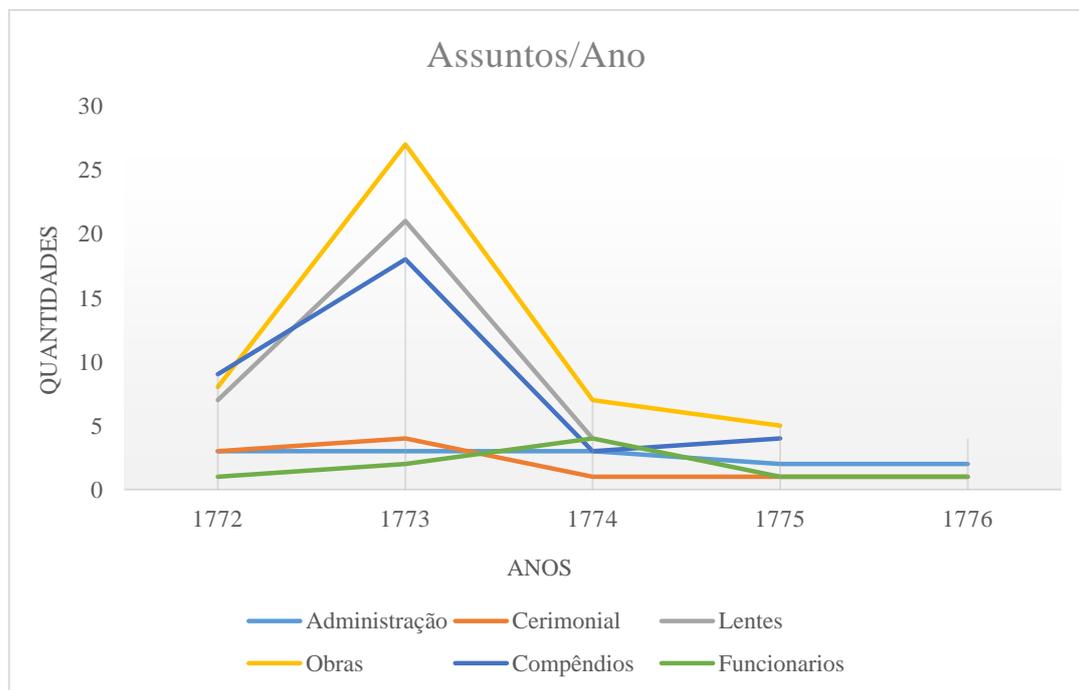
<sup>735</sup> Dados extraídos da coluna, *Assuntos (por ordem decrescente)*, da Tabela 8.

<sup>736</sup> Dados extraídos da coluna, *Assuntos (por ordem decrescente)*, da Tabela 8.

**Gráfico 7** – Descrição dos assuntos do ano de 1776<sup>737</sup>.



**Gráfico 8** – Relação anual dos Assuntos mais evidenciados na correspondência<sup>738</sup>.



<sup>737</sup> Dados extraídos da coluna, *Assuntos (por ordem decrescente)*, da Tabela 8.

<sup>738</sup> Dados extraídos da Tabela 10.

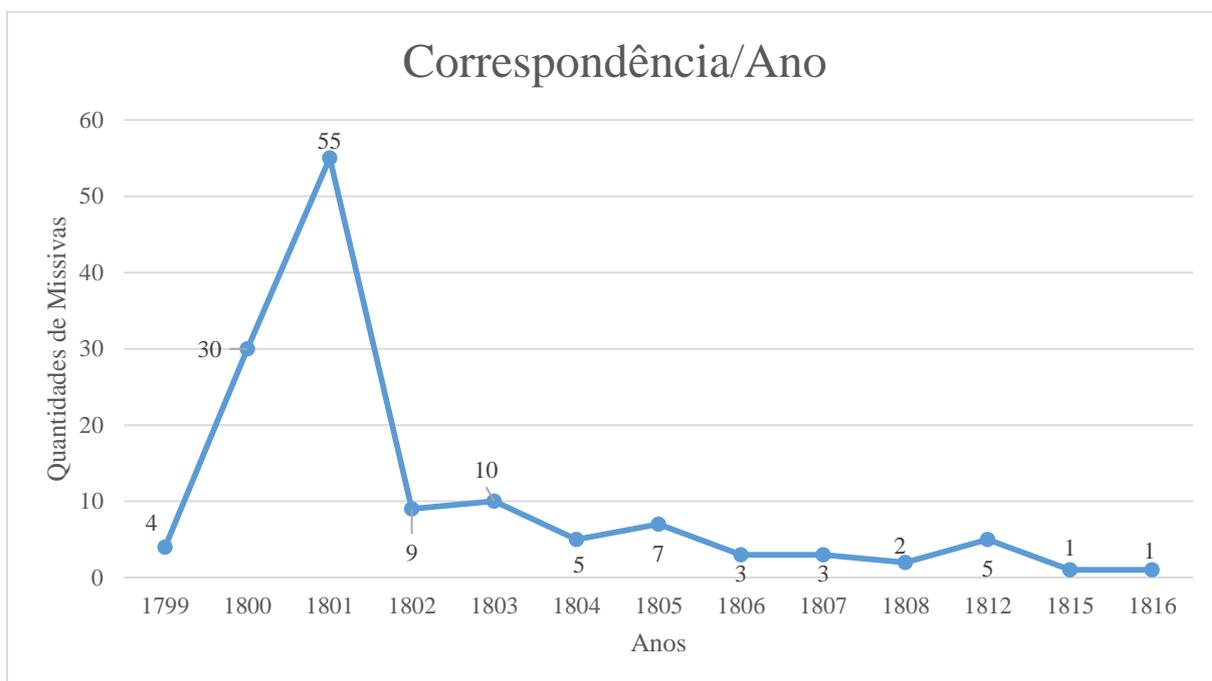
**Gráfico 9** – Relação anual dos restantes assuntos evidenciados na correspondência<sup>739</sup>.



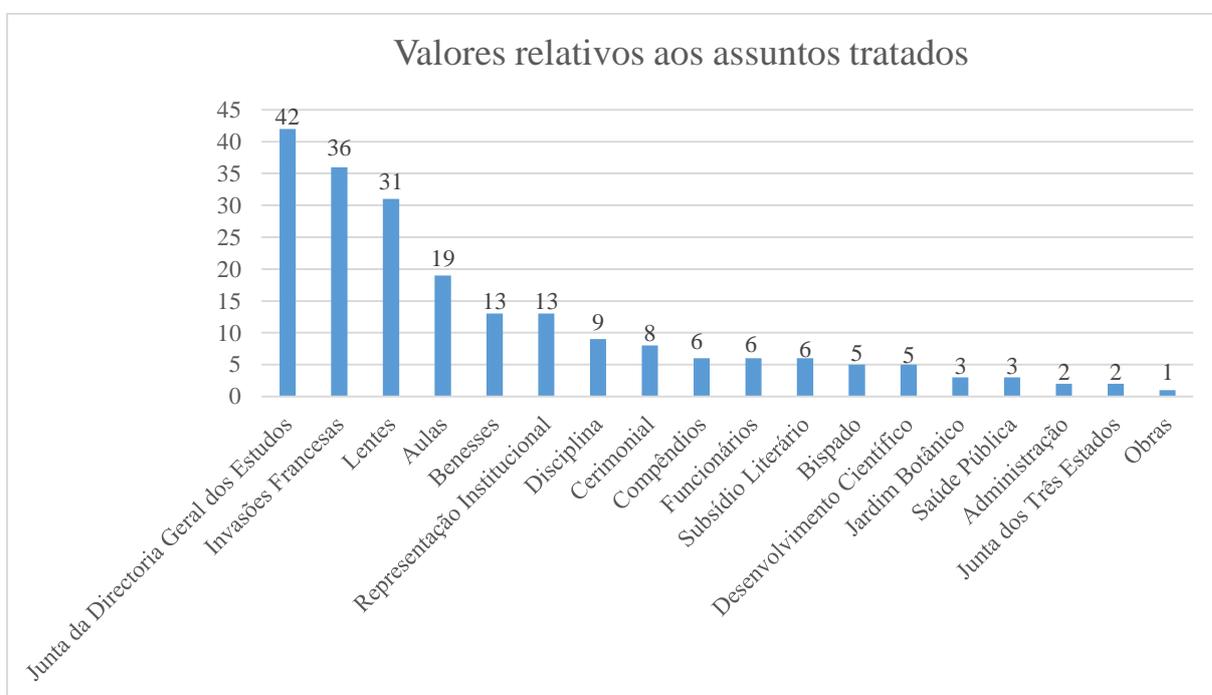
<sup>739</sup> Dados extraídos da Tabela 10.

## 2º Reitorado

**Gráfico 10** – Dados da correspondência por ano<sup>740</sup>.



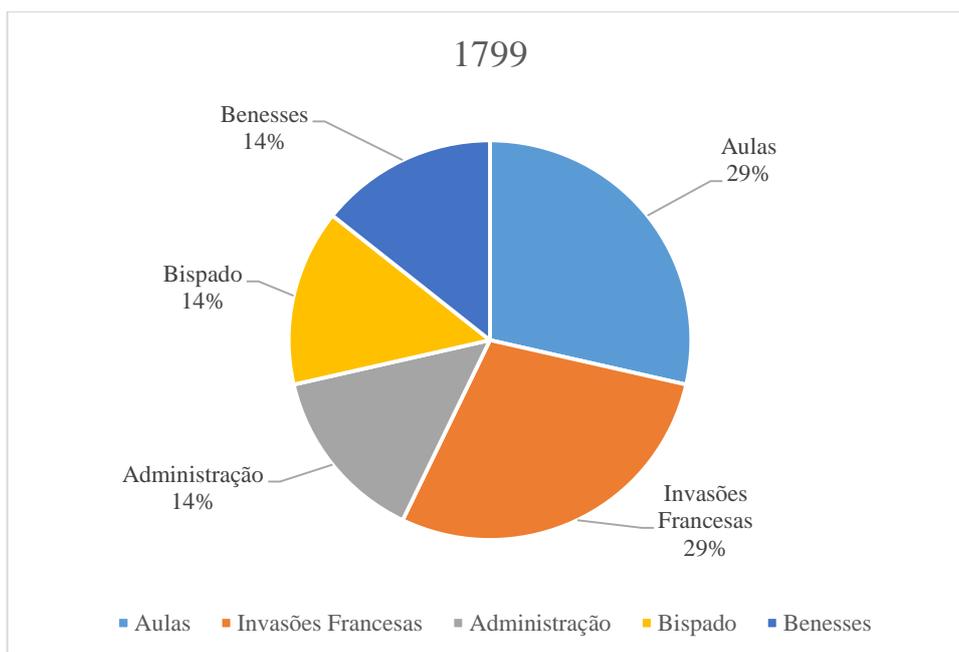
**Gráfico 11** – Quantidade de referências encontradas sobre cada assunto (para um total de 135 missivas)<sup>741</sup>.



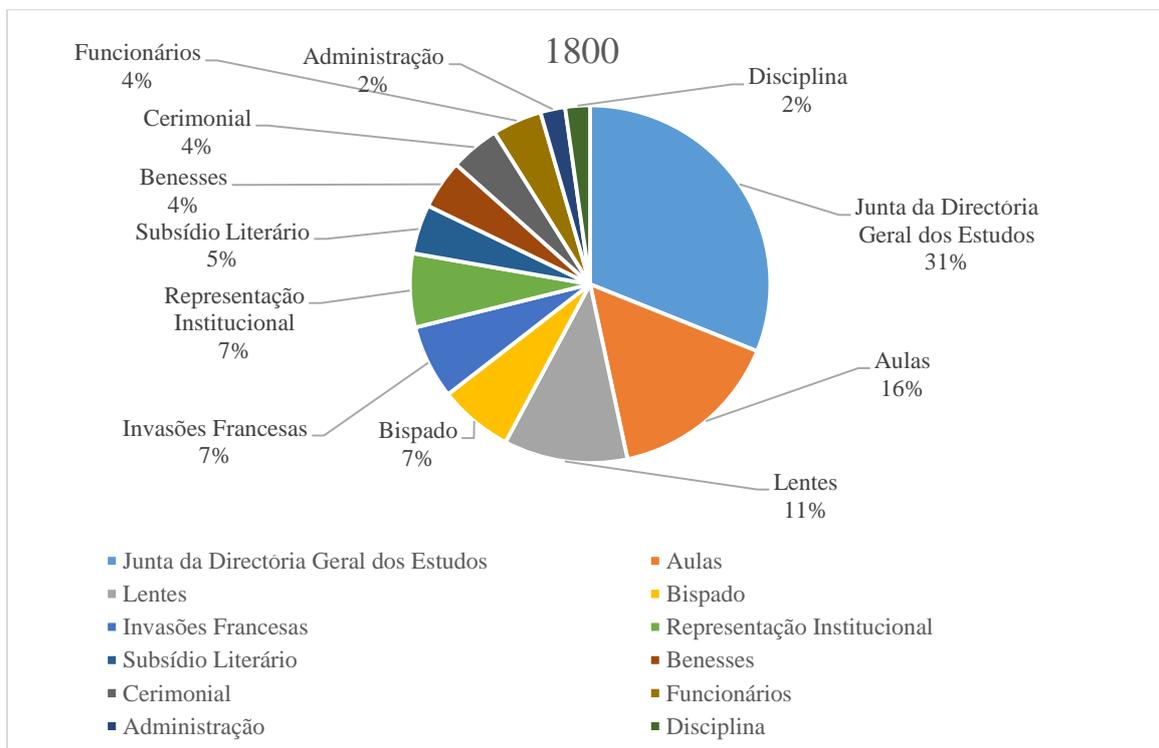
<sup>740</sup> Dados extraídos das colunas, *Ano* e *Quantidade (missivas)*, da Tabela 12.

<sup>741</sup> Dados extraídos da Tabela 13.

**Gráfico 12** – Descrição dos assuntos do ano de 1779<sup>742</sup>.



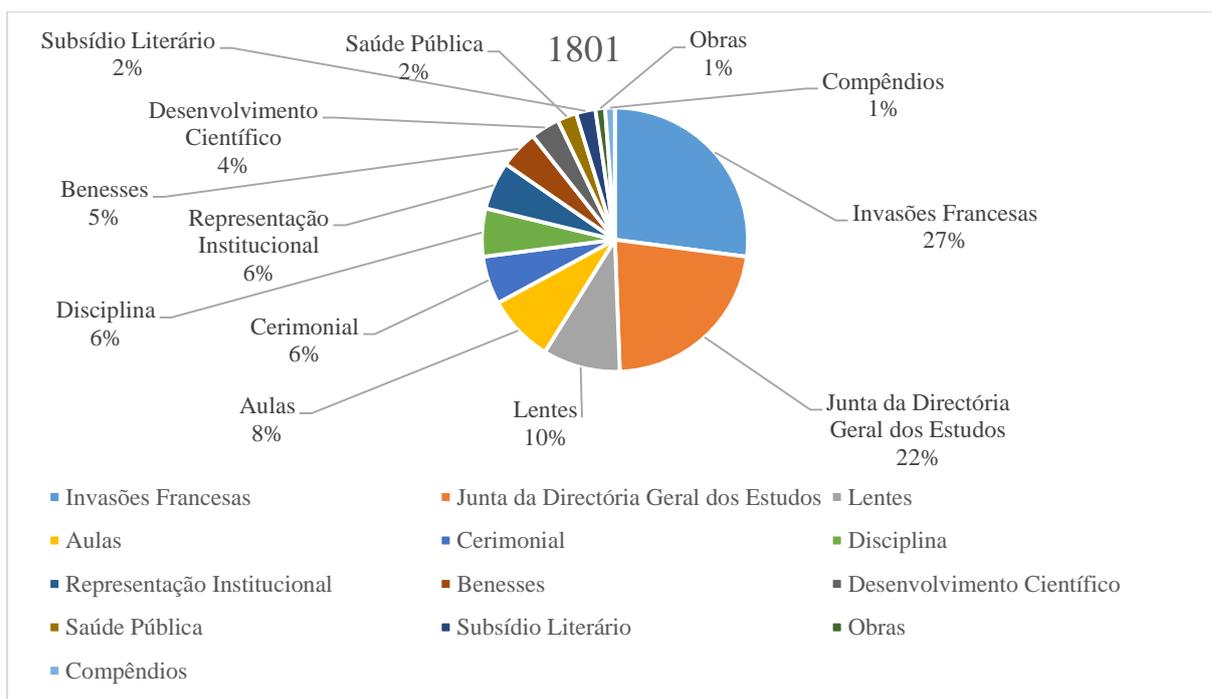
**Gráfico 13** – Descrição dos assuntos do ano de 1800<sup>743</sup>.



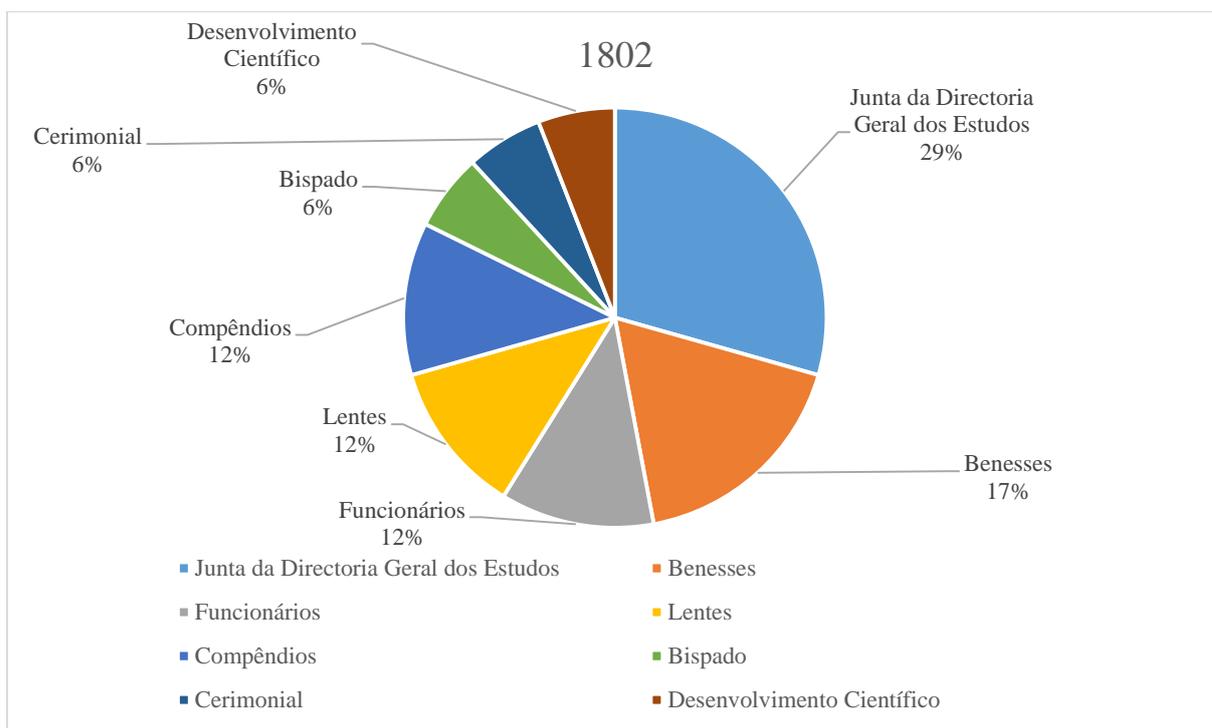
<sup>742</sup> Dados extraídos da coluna, *Assuntos (por ordem decrescente)*, da Tabela 12.

<sup>743</sup> Dados extraídos da coluna, *Assuntos (por ordem decrescente)*, da Tabela 12.

**Gráfico 14 – Descrição dos assuntos do ano de 1801<sup>744</sup>.**



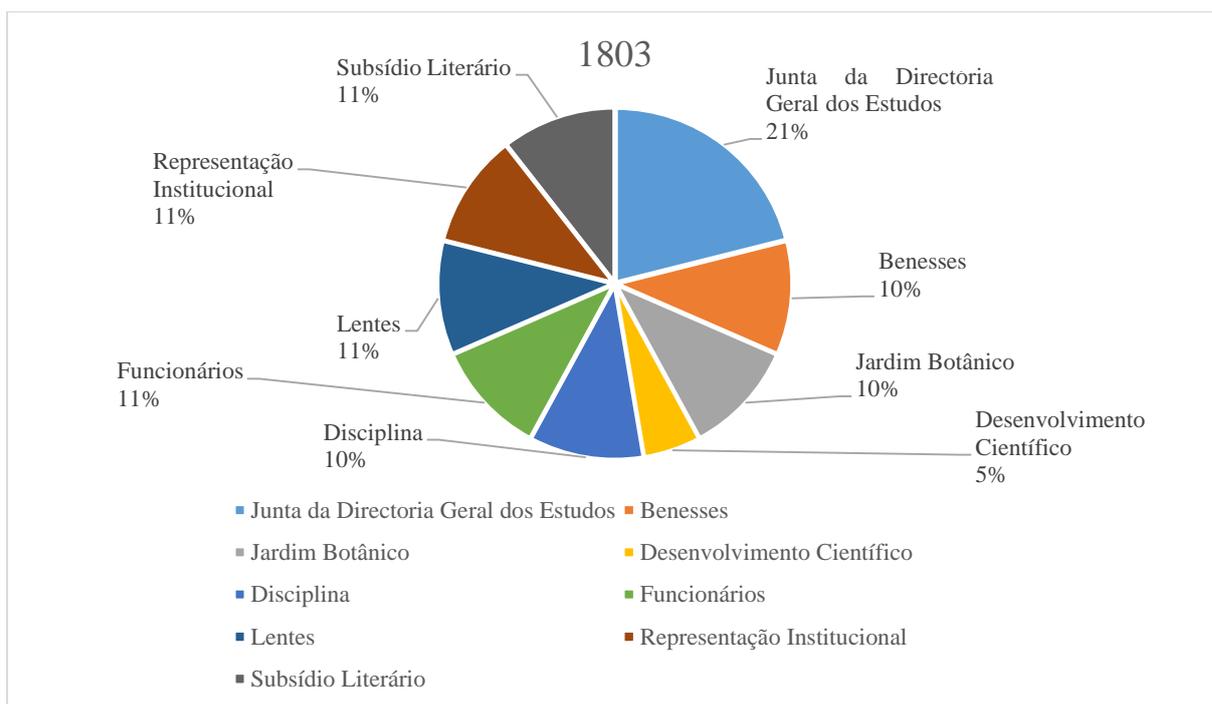
**Gráfico 15 – Descrição dos assuntos do ano de 1802<sup>745</sup>.**



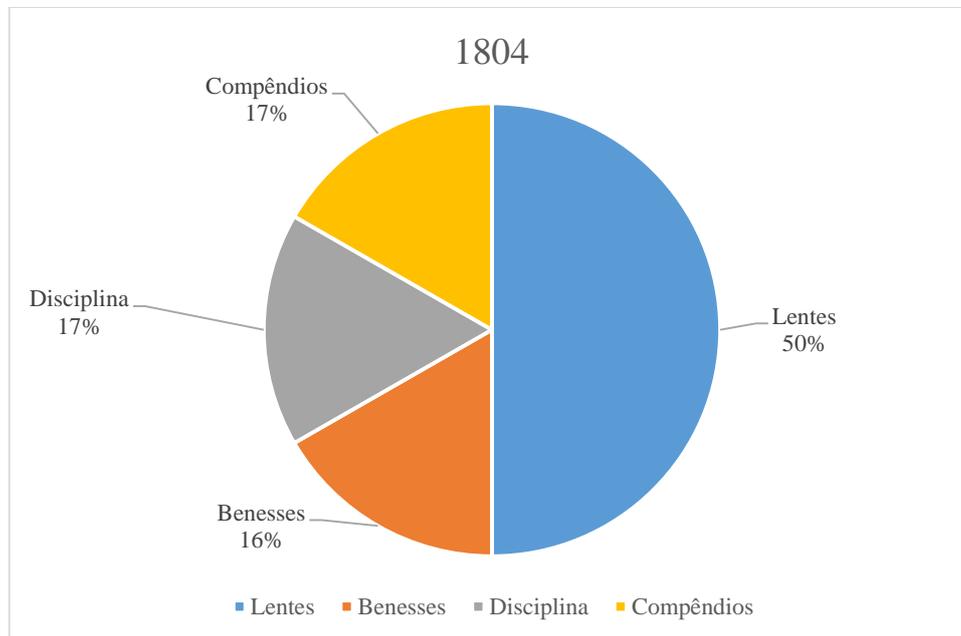
<sup>744</sup> Dados extraídos da coluna, *Assuntos (por ordem decrescente)*, da Tabela 12.

<sup>745</sup> Dados extraídos da coluna, *Assuntos (por ordem decrescente)*, da Tabela 12.

**Gráfico 16** – Descrição dos assuntos do ano de 1803<sup>746</sup>.



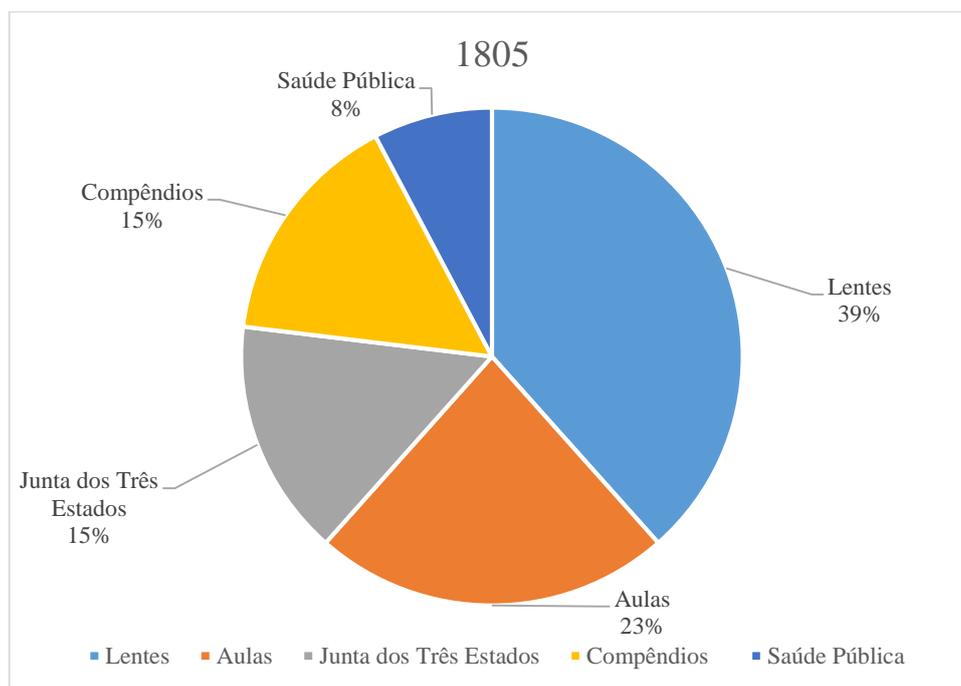
**Gráfico 17** – Descrição dos assuntos do ano de 1804<sup>747</sup>.



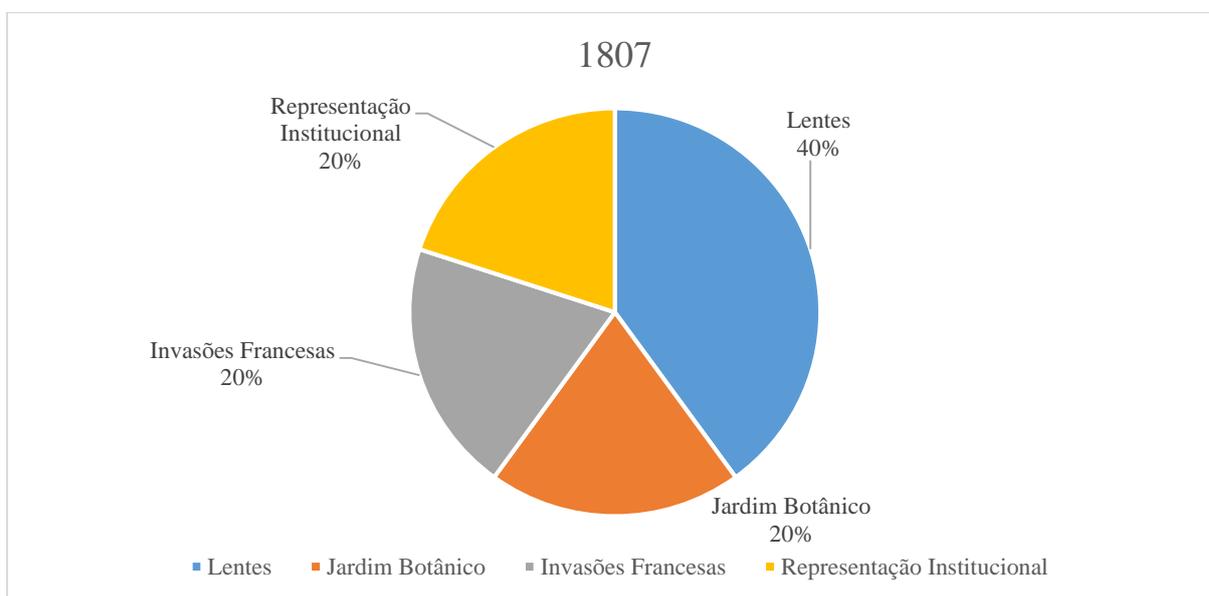
<sup>746</sup> Dados extraídos da coluna, *Assuntos (por ordem decrescente)*, da Tabela 12.

<sup>747</sup> Dados extraídos da coluna, *Assuntos (por ordem decrescente)*, da Tabela 12.

**Gráfico 18** – Descrição dos assuntos do ano de 1805<sup>748</sup>.



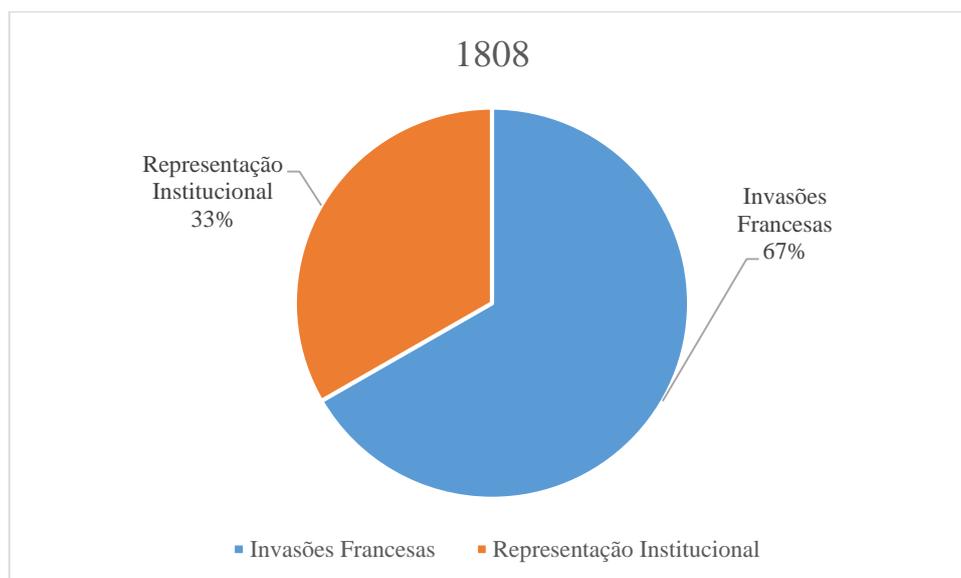
**Gráfico 19** – Descrição dos assuntos do ano de 1807<sup>749</sup>.



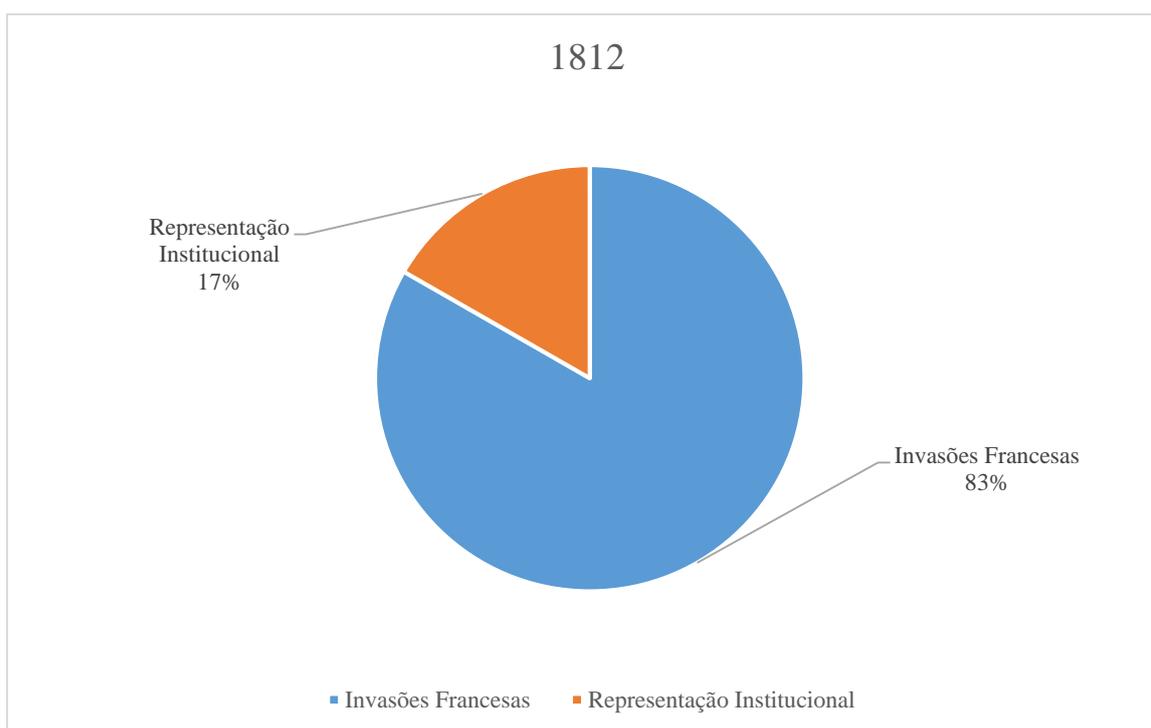
<sup>748</sup> Dados extraídos da coluna, *Assuntos (por ordem decrescente)*, da Tabela 12.

<sup>749</sup> Dados extraídos da coluna, *Assuntos (por ordem decrescente)*, da Tabela 12.

**Gráfico 20** – Descrição dos assuntos do ano de 1808<sup>750</sup>.



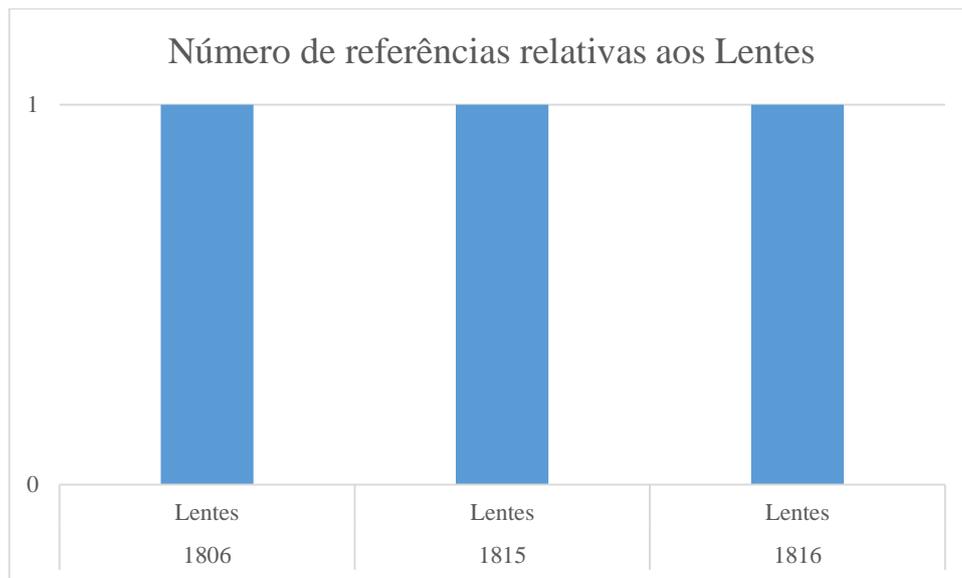
**Gráfico 21** – Descrição dos assuntos do ano de 1812<sup>751</sup>.



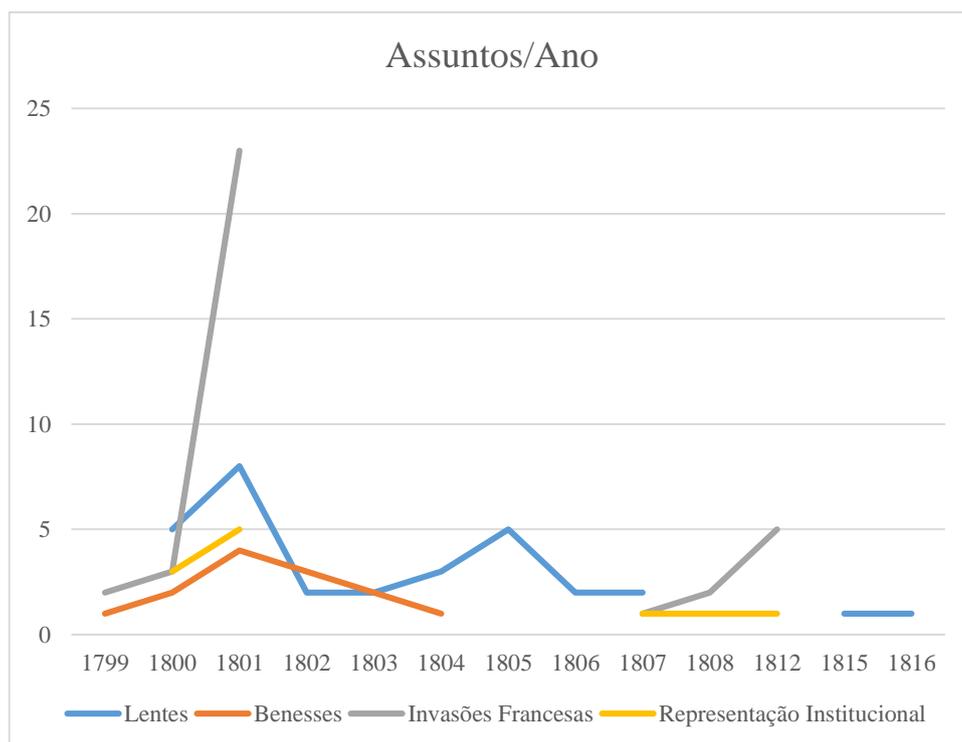
<sup>750</sup> Dados extraídos da coluna, *Assuntos (por ordem decrescente)*, da Tabela 12.

<sup>751</sup> Dados extraídos da coluna, *Assuntos (por ordem decrescente)*, da Tabela 12.

**Gráfico 22** – Descrição dos assuntos do ano de 1806, 1815 e 1816<sup>752</sup>.



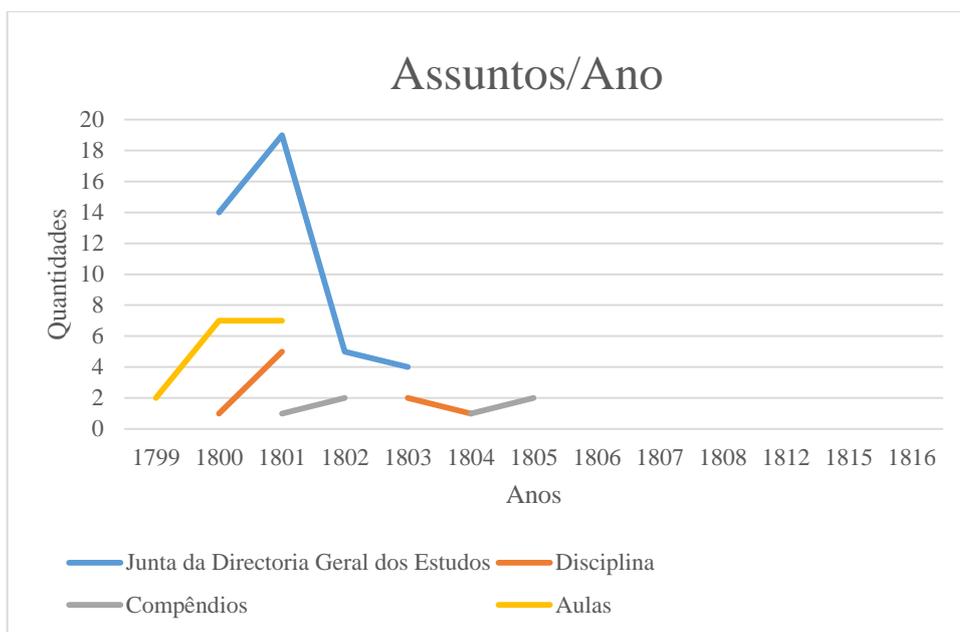
**Gráfico 23** – Relação anual dos Assuntos mais evidenciados na correspondência<sup>753</sup>.



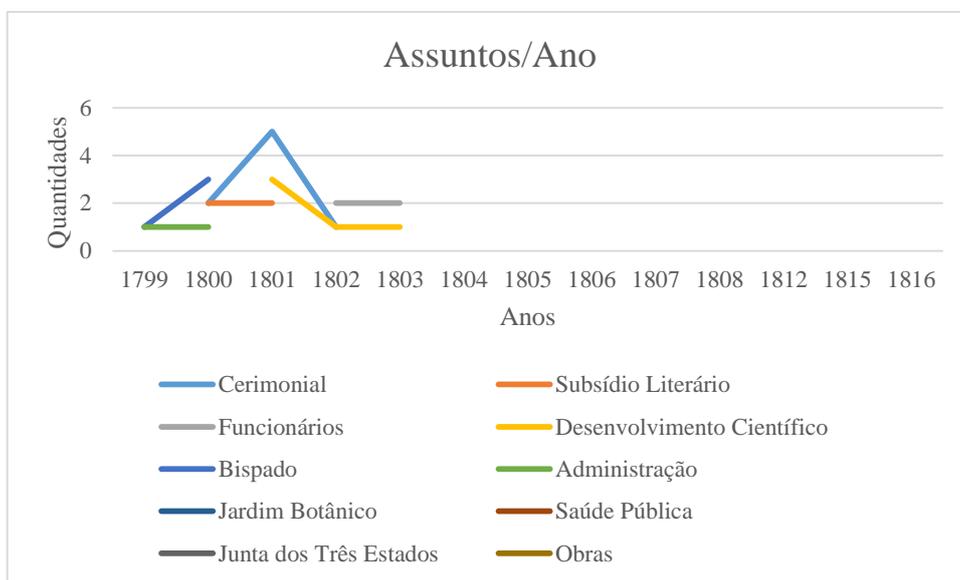
<sup>752</sup> Dados extraídos da coluna, *Assuntos (por ordem decrescente)*, da Tabela 12.

<sup>753</sup> Dados extraídos da Tabela 14.

**Gráfico 24** – Relação anual dos Assuntos mais evidenciados na correspondência<sup>754</sup>.



**Gráfico 25** – Relação anual dos restantes assuntos evidenciados na correspondência<sup>755</sup>.



<sup>754</sup> Dados extraídos da Tabela 14.

<sup>755</sup> Dados extraídos da Tabela 14.

# **Apêndice**

# **documental**

**Documento 1**<sup>756</sup> - Carta de D. Francisco de Lemos a agradecer a nomeação do seu irmão como Governador do Maranhão.

“ A distinta merce, que S. Mag.<sup>e</sup> foi servido fazer a meu irmão Clemente Pereira, nomeando-o gov.<sup>or</sup> da Capetania do Maranhão, sendo huma demonstração tão manifesta de Protecção comque V. Ex.<sup>a</sup> nos honra, me constitui na indispensavel obrigação de ir prez.<sup>a</sup> de V. Ex.<sup>a</sup> beijarlhe as Maõs e protestar o meu vivo agradecimento por ella. Espero que V. Ex.<sup>a</sup> me ouça com aquella mesma summa Benegned<sup>e</sup>, com que nos protege; e que elle me de a satisfação de ver, que todo se esmera em faserse digno do favor e da Protecção de V. Ex.<sup>a</sup>

E como tambem tenho tantos motivos p.<sup>a</sup> estimar a nomeação que S, Mag.<sup>e</sup> foi servido fazer do Provisor deste Bispado p.<sup>a</sup> Bispo da Cathedral de Angra; beijo igualm<sup>te</sup> por ella as Maos de V. Ex.<sup>a</sup>; reconhecendo neste benef.<sup>o</sup> da Lembr.<sup>a</sup> e da Protecção de V. Ex.<sup>a</sup>

Fico p<sup>a</sup> servir a V. Ex.<sup>a</sup> com a mais resignada a vont.<sup>e</sup> Dos que a V. Ex.<sup>a</sup> p<sup>r</sup> m<sup>s</sup> a<sup>s</sup> Coimbra 18 de Janeiro de 1773.

III<sup>mo</sup> e Ex<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> Marques de Pombal

B ar M de V. Ex.<sup>a</sup>

Seu m<sup>o</sup> Obrigado e fiel Capellao

Francisco de Lemos de Faria Per<sup>a</sup> Cout<sup>or</sup>”

**Fonte:** Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – *Ministério do Reino*. (ANTT – Maço 609 Caixa 711).

---

<sup>756</sup> As transcrições aqui apresentadas pretendem ser o mais fiel possível do original. Para isso respeitarei a pontuação original, a junção das palavras, as abreviaturas, a falta de acentuação, o uso de maiúsculas e minúsculas.

**Documento 2-** Resposta de Pombal a D. Francisco de Lemos.

“Para o Ref.<sup>or</sup> Reytor da  
Universid<sup>e</sup> de Coimbra

Em 12 de Fe  
vereiro de 1773

Em resposta da carta de V<sup>a</sup> que trouxe a data de 18 de Janeiro próximo precedente, lhevou significar, que para Mim fora de hum grande contentamento as Provas que deu de que deve a S. Mag<sup>e</sup> El Rey Meu Senhor huma especial Benevolencia tudo o que pertence a V S.<sup>a</sup>: Posto que o S.<sup>or</sup> Clemente Pereira tinha no seu próprio merecimento mais do que era necessário para ser empregado com utilid.<sup>e</sup> do Real Serviço: E que o D.<sup>or</sup> João Marcelino dos Santos havia feito ver no exercício de Provizor desse Bispado, que em qualquer outro fará hum digno, e exemplar Pastor.

Fico para servir a V. S.<sup>a</sup>, com a mais afectuosa, e mais prompta vontade.

Deos g.<sup>de</sup> a V. S.<sup>a</sup> m<sup>s</sup>, an<sup>s</sup> Oeyras

[assinatura]”

**Fonte:** Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – *Ministério do Reino*. (ANTT – Maço 609 Caixa 711).

**Doc. 3 – Sonetos à morte do Marquês de Pombal.**

“Nos hombros sustentando o Trono Augusto  
foi util ao Seo Rey, e à Patria aflicta  
o Heroe famozo, que outro espaço habita  
longe de nòs, e de hum desterro injusto:

O antigo fanatismo involto em Justo  
vio com seo sangue a sua culpa escrita;  
e o mundo vio beijar-lhe a mão invicta  
a mão infame que lhe arranca o Busto:

A justissa temida, a Pas guardada  
Inda hoje banhão sobre a campa fria  
De amargo pranto a Sombra Respeitada:

Fes tudo quanto hum Heroe fazer podia;  
E completàra huma Epoca quadrada  
Se fora o Fundador da caza Pia.

Chegou Marques o tempo prometido  
Des-de o teo nascimento destinado;  
Que a morte não perdoa ao desgraçado,  
Nem respeita tambem ao que he Valido;

Mereceste do Rey, ser atendido,  
Junto ao Trono te vistes Levantado;  
Sentistes o Revès do triste fado  
Pois aos pès da desgraça estas cahido:

O mal, e o bem em ti exprimentastes;  
Porque bem, e bem mal também fizestes  
Por isso o mal, e bem em ti achastes

Mas no bem, e no mal tanto excedestes,  
que em qualquer das acções, que executastes  
a Memoria vindoirá mereceste.

Apesar dos esforços, que fazia  
Por dilatar a vida sempre astuto,  
O Marques de Pombal paga o tributo,  
Que des-de que nasceo pagar devia:  
  
Na duração eterno parecia,  
e o mundo para elle diminuto;  
se foi bom, ou foi mau, não o disputo,  
que isso toca a mais alta gerarquia:  
  
Rei que morreo, que ttodo aquelle enredo  
De máximas, de ideias, vigor forte  
Acaba de repente, ou tarde, ou cedo:  
  
Restaõ hoje as Exequias desta morte;  
E para pregar nellas, o Macedo,  
Que està pronto a mentir de toda a sorte.

Ao mesmo assunto  
  
Morreo aquelle Heroe, que a Luza terra  
Em Seo de benefícios, e grandeza,  
E que fez respeitar à Redondeza  
As Leis na Santa pàs, Armas na guerra:  
  
Tudo lhe offereceo, que em ti encerra  
A prodiga, e fecunda natureza;  
A Neptuno temendolhe a braveza  
Entre duros grilhões os ventos cerra:  
  
Morreo aquelle Heroe, que eternamente  
Não só de nossos olhos pede o pranto  
Mas ainda àquillo mesmo que não sente:  
  
Ah Marques! Portugal te deve tanto,  
que se te não chorar amargamente  
As Naçoens o verão cheias de espanto.”

#### Doc. 4 – Relação das exéquias fúnebres à memória de Pombal.

“

##### Relação

Das Exequias Funebres feitas à Memoria do Illm.<sup>o</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr.<sup>o</sup> Marques de Pombal, Sebastião Jose de Carv.<sup>o</sup>; que faleceo no dia quarta feira, pelas seis horas, e dès minutos da tarde de 8 de Maio de 1782: estando prezente o Seo corpo:

Passadas vinte e quatro horas, começou o D.<sup>r</sup> Jose Correa Picanço, Lente de Anatomia na Univrsidade, a fazer a operação, e embalsemar o corpo do Ex.<sup>mo</sup> Snr.<sup>o</sup> Marques defunto; a qual estando acabado depois de dès horas de trabalho, se vestio com o Habito da ordem tercr.<sup>a</sup> de São Fran.<sup>co</sup>, e por sima foi vestido, e calçado como cavalr.<sup>o</sup> da Ordem de Christo, levando o Manto, e habito apenço da mesma ordem, e capacete na cabeça.

Preparado assim o corpo de S. Ex.<sup>cia</sup> esteve depositado em particular na mesma camara onde faleceo athe o dia Sabado em que foi transportado para a Salla Maior; a qual se achava a armada conforme o costume, com Altar no topo, e Tarima no meio, em que se depositou o caixão: Logo depois veio a colegiada, e clero, que sahirão prosicionalm.<sup>te</sup> da Igr.<sup>a</sup> dos Capuxos, em cujo convento se achava alojado o Ex.<sup>mo</sup> Bispo conde, incorporado com o mesmo clero toda a capella de Musica do mesmo Prelado, que cantou o primr.<sup>o</sup> Responsario, capitulado pelo vigário da Parochia:

Recolhida a mesma colegiada, clero, e Muzica à Igr.<sup>a</sup> donde sahira, veio na mesma mensan a comunidade dos capuxos de crus alçada fazer o Seo responso: De tarde veio a capella Episcopal somente, cantar outro Responso:

E não sendo possível impedir ao Povo, tanto desta villa, como do Seo termo, que entrassem na casa onde se achava depositado o caixão, que sendo todos deprecar pella alma do Ex.<sup>mo</sup> Snr.<sup>o</sup> Marques defunto ao pè do seo corpo, houve assim hum continuo concurso em todo esse dia, e no seg.<sup>te</sup> que se contavam 12 do mem, que excedia o numero de tres mil pessoas: Na tarde do Domingo, pouco antes das Ave Marias, tornou outra ves a colegiada com todo o clero deste Arcediago, que assestio a toda a função, athe o depozito final, que hoje se fes na capella dos Terceiros de S. Fran.<sup>co</sup> desta villa, a cantar o outro Responso, e logo depois de se retirar o mesmo clero, se conduzio o caixão para a Igr.<sup>a</sup> dos capuxos na forma seguinte:

Pegarão no caixão o Ex.<sup>mo</sup> Conde de Lumiares: o Illm.<sup>o</sup> Snr.<sup>o</sup> D: Izidoro de Almeida: o Lente de Prima, e Director da Faculd.<sup>e</sup> de Medicina o D.<sup>r</sup> Antonio Jose Pr.<sup>a</sup> o Lente de Anatomia o D.<sup>r</sup> Jose Correa Picanço: Jose Mascaranhas de Vasconcellos: Antonio Jose de Agorreta: Francisco da Silva Pessoa, ouvidor e Juis dos orfaõs desta Villa e o Mordomo do Ex.<sup>mo</sup> Snr.<sup>o</sup> Bispo de Coimbra: Levava a clave o Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> D. Prior de Guimaraens: E posto o caixão no coche a Seis, em que hia o Parocho, e thezr.<sup>a</sup> com a cruz, acompanhando-o outo mossos com archotes de cera, foi Levado athe a porta da ditta Igr.<sup>a</sup> Achavasse ahi hum grande concurso de Povo, de todas as classes de gentes: Estavão todos os Off.<sup>es</sup> da camara incorporados, e Logo para sima os Relegiosos, e

Irmaões Perer.<sup>os</sup>

Da parte de dentro da Igr.<sup>a</sup> achavasse o Ex.<sup>mo</sup> Bispo Deocesano paramentado em Pontifical, com todo o clero debaixo da crus Prociocinal: E deposto o caixão na primeira Tarima recitou o primr.<sup>o</sup> Prelado a primr.<sup>a</sup> Oração na forma do cerimonial; e prosseguindo a crus, clero, e Prelado, pegarão outra vez no caixão as mesmas pessoas, e o colocarão sobre a Essa, elegante, e bem proporcionada, erigida no cruzeiro da mesma Igr.<sup>a</sup> onde depois de cantado o Responso, terminou esta acção com as depereações, e orações do costume, que o mesmo Ex.<sup>mo</sup> Bispo recitou no Presbitero:

No dia 13 segunda fr.<sup>a</sup> pella manha cantou solenemente Missa o Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr.<sup>o</sup> D. Prior de Guim:<sup>s</sup> capitulando os sinco Resposos de Honras emediamente:

No mesmo dia de tarde capitou o Ex.<sup>mo</sup> Bispo conde, Vesperas, Matinas, e Laredas de Defuntos, com a maior Solemnid<sup>e</sup> e Pompa Funebre: Havia hum grande numero de clero de todo o Arcediagado, que S. Ex.<sup>cia</sup> mandou convocar para lhe assestir, e cantar em toda esta acção: Os Parochos mais distintos as asestiram as Seo Trono, e sua bem ordenada, e numeroza capella, cantava no canto:

Feito este solenissimo Off.<sup>o</sup> seguio-se no emmediato dia 14, Missa Pontifical, que celebrou o Ex.<sup>mo</sup> Bispo com grande Pompa; assestindo paramentados todos os parochos: Acabando a Missa, seguiu-se a Oração fúnebre, huma das melhores pessoas de eloquência sólida, que se tem visto, a qual recitou o P.<sup>e</sup> M.<sup>e</sup> D.<sup>or</sup> Fr. Joaquim de S.<sup>ta</sup> Clara, Religioso Beditino, insigne orador, e digno Panegerista das conhecidas virtudes do Ex.<sup>mo</sup>: Snr. Marques defunto, que enterneceo os corações do maior e mais distinto auditório, que se achava presente: Recitada a oração, tiverão principio os Solemnissimos Resposos de honras, que capitou Pontificalmente o mesmo Ex.<sup>mo</sup> Prelado; e logo emediamente se procedeo, Processionalmente a condução do corpo do Ex.<sup>mo</sup> Donatario defunto para a Capella dos Perera<sup>os</sup>, colocada na mesma Igr.<sup>a</sup> e ahi se fizeram as ultimas ceremonias, capitulando toda a acção o Ex.<sup>mo</sup> Prelado: Achavasse a Igr.<sup>a</sup> muito bem armada de luto, e da mesma sorte a capella dos Perer.<sup>as</sup>

No Cruzr.<sup>o</sup> espaçoso da Igr.<sup>a</sup> se havia levantado a magnifica Essa, com quatro lances de escadas, e quatro colunas, que sustentavam hum sobrecéu copulado, pessa de boa, e regular Areqitetua, vestida de rica armação:

Debaxo do sobrecéu, no pavimento, para o que sobião 6 degraos, se achava huma Parima, sobre a qual se achava depositado o caixão coberto com hum rico pano de veludo.

Em huma das tribunas do mesmo cruzr.<sup>o</sup> assistio a toda esta magnifica função o Ex.<sup>o</sup> Bispo de Leiria que hoje depois de jantar com estes Snr.<sup>s</sup> se recolheo com seo sobrinho o Ex.<sup>mo</sup> Conde de Lumiares p.<sup>a</sup> Leiria: O Prior da Batalha veio também assistir a este acto:

Segue a Oração Funebre”

**Fonte:** Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) – *Documentos referentes ao Marquês de Pombal*. (MSS. 257, n<sup>o</sup> 25).

**Doc. 5** – Carta de D. Francisco de Lemos sobre uma remessa de Livros.

“

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor

Como do dia da partida de VEx.<sup>a</sup> por diante, concertou o tempo, não duvido, que V Ex.<sup>a</sup> tenha feito, e continue a fazer a sua jornada com o bom sucesso, que todos dezejamos: e esta certeza me enchera de summo prazer, e a toda a Universidade, pelo muito, que nos interessamos nas felicidades de V Ex.<sup>a</sup>

Hoje chegou aqui o portador desta acompanhando huma carroça em que vinhaõ cinco balotes de Livros. hum de Berti 1.<sup>o</sup> tomo com 190 volumes; Outro de Herlazlo com 170 vol;<sup>es</sup> e tres do 1.<sup>o</sup> tomo do Heinecio com 390 vol.<sup>es</sup> Elle me dice, que trazia cartas da Secretaria e suposto, V Ex.<sup>a</sup> me havia deixado a Liberdade de as abrir, não pude comtudo resolverme a usar della. E se nisto cometi falta reprehensional, imploro a benignidade de VEx.<sup>a</sup>

Fico expedindo hum dos dois Correios, que V Ex.<sup>a</sup> ordenou, se demorassem nesta cidade; pelo qual remeterei a V Ex.<sup>a</sup> as Ordenações, que enunciara já, se estivessem promptas; e pelo mesmo ratificarei a V Ex.<sup>a</sup> a minha obediência sempre certa p.<sup>a</sup> servir a V Ex.<sup>a</sup> com a mais fiel, e rezignada vontade.

D.<sup>s</sup> g.<sup>de</sup>

a VEx.<sup>a</sup> m.<sup>tos</sup> annos. Coimbra 24 de Outubro de 1772.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> Marquez de Pombal

B as M. de V Ex.<sup>a</sup>

Seu mais humilde sudito, e revr<sup>te</sup>

Francisco de Lemos de [ilegível] ”

**Fonte:** Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – *Ministério do Reino*. (ANTT – Maço 609 Caixa 711).

**Doc. 6** – Carta de D. Francisco de Lemos sobre os Compêndios de Lógica e Metafísica.

“

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor

Recebi a ordem de V<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> da data de 23 de Fevr.<sup>o</sup> para fazer dar ao Prelo os dois Compêndios de Logica, e Metafísica de Antonio Genovese, que hão de servir para o uso das Lições publicas. Logo cuidei em satisfazer a ella, principiando pelo de Metafísica, que he o deque agora há maior necessidade.

Sobre esta matéria me pareceu que devia representar a V Ex.<sup>a</sup> a necessid.<sup>e</sup>, que ha, de impedir-se, que os Livreiros Estrangeiros não mandem vir os ditos Compêndios de fora; assim como V Ex.<sup>a</sup> ja foi servido mandar acautelar a respeito dos mais Livros Academicos.

D.<sup>s</sup> g.<sup>de</sup> a V Ex.<sup>a</sup> por m<sup>s</sup> a<sup>s</sup>. Coimbra 1 de

Março de 1773.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> Marques de Pombal

O Ref.<sup>or</sup> R.<sup>or</sup> Francisco de Lemos de Faria Per.<sup>a</sup> Coutinho”

**Fonte:** Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – *Ministério do Reino*. (ANTT – Maço 609 Caixa 711).

**Doc. 7** – Carta de D. Francisco de Lemos sobre algumas modificações a efetuar num dos livros para as aulas.

“

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor

Na edição do Genoveze se executara tudo, quanto V Ex.<sup>a</sup> foi servido particularmente insinuarme sobre a passagem do mesmo Autor, em que trata do merecimento de Aristoteles na Logica. E beijo as Mãos a V Ex.<sup>a</sup> pella bondade, que teve de disfarçar a falta de lembrança, que tivemos, de notar, o que era justo a respeito da d.<sup>a</sup> passagem; e de suprir a mesma falta com reflexoens tão sabias, e tão Luminosas. Alem de procurar da d.<sup>a</sup> Edição tudo quanto for daquele abominável Filosofo; cuidarei tambem em por de acordo a Congregação, para que a este respeito pense sempre com a devida exactidão, e uniformidade.

Por esta ocasião Lembrame o representar a V Ex.<sup>a</sup>; que seria util ao progresso dos nossos Estudos Mathematicos, e Filozoficos, que V Ex.<sup>a</sup> mandasse dar a Luz os dois discursos sobre os estragos, q os Jesuitas fizeraõ nestas Siencias; os quaes acabão de completar a Obra do Compendio Historico; e eu tive a honra de os entregar a V Ex.<sup>a</sup> pouco tempo antes que viesse p.<sup>a</sup> Coimbra. Nelles entre outras couzas se faz hum paralelo dos Jesuitas com Aristotles; mostrandoze, que os Jesuitas o procuraram copiar em tudo: descreveze o character deste Filosofo, e qual foi a sua Filosofia em todas as p.<sup>es</sup> desta siencia; mostrasse como a Escolastica della nasceu, e os males, q cauzou, sendo os principais factores os Jesuítas. Comtudo V Ex.<sup>a</sup> ordenara o q lhe parecer mais conveniente.

Fico p.<sup>a</sup> executar as ordens de V Ex.<sup>a</sup> com a mais fiel, e pronta vontade. D.<sup>s</sup> g a V Ex.<sup>a</sup> por m<sup>s</sup> a.<sup>s</sup> Coimbra 1 de Março de 1773

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> Marques de Pombal

B as M de V Ex.<sup>a</sup>

Seu m<sup>o</sup> revr<sup>te</sup> e obrigado Capelão

Francisco de Lemos de Faria Per<sup>a</sup> Cout.<sup>o</sup>”

**Fonte:** Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – *Ministério do Reino*. (ANTT – Maço 609 Caixa 711).

**Doc. 8** – Carta de D. Francisco de Lemos sobre as obras para o Gabinete de Física.

“

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor

Em cumprimento das ordens de V Ex.<sup>a</sup> relativas ao estabelecimento do Gabinete de Física Experimental, convoquei ao Professor Dalabella e o Mestre Joaquim dos Reis e lhes declarei, o q V Ex.<sup>a</sup> foi servido mandar ao d.<sup>o</sup> respeito. Ambos farão de parecer, que visto terse dado prov.<sup>a</sup> interina ao Gabinete q salvava as Maquinas, e Instrumentos de prejuízo e os punha em estado de servirem brevem<sup>e</sup> p<sup>a</sup> uzo das Liçoens; doque V Ex.<sup>a</sup> havia já ser informado pella conta que eu tinha dado; se fazia necessr<sup>o</sup>; que eu esperasse nova resolução de V Ex.<sup>a</sup> sobre a mesma materia; porque sendo do agrado de V Ex.<sup>a</sup> a acomodação interina do Gabinete, e do Theatro nas Aulas do Col.<sup>o</sup> das Artes; podia demorarse esta obra ate a vinda do Ten<sup>te</sup> Coronel Guilherme Elsdén, p.<sup>a</sup> fazerse tambem com a sua assistência. E por me parecer, que este juízo não he contrario as intençoens de V Ex.<sup>a</sup>, o pondo na presença de V Ex.<sup>a</sup>; para q V Ex.<sup>a</sup> assista do exposto seja servido ordenar o que devo fazer.

D.<sup>s</sup> g a V Ex.<sup>a</sup>

por m<sup>s</sup> a.<sup>s</sup> Coimbra 1 de Março de 1773

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> Marques de Pombal

O Ref.<sup>or</sup> R.<sup>or</sup> Francisco de Lemos de faria Pereira Coutinho.”

**Fonte:** Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – *Ministério do Reino*. (ANTT – Maço 609 Caixa 711).

**Doc. 9** – Carta de D. Francisco de Lemos sobre o novo professor de Línguas.

“

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor

Recebi o Decreto, para D. Paulo Hodar, Sacerdote Maronita, ser Professor das Linguas Hebraica, Siriaca, e Caldaica nesta Universidade, com os Despachos, e ordens, que V Ex.<sup>a</sup> foi servido expedir ao dito respeito.

O mesmo Professor chegou a 8 do mez a esta Cd.<sup>e</sup> e dará logo principio as suas Liçoens em huma das Aulas do Real Colegio das Artes, tendo por Discipulos não so os Estudantes de Theologia; mas tambem aos mesmos Mestres e D.<sup>res</sup> da referida Faculdade; que deve, ter ditas Linguas a necesr.<sup>a</sup> instrucão, para poderem ensinar em utilidade.

D.<sup>s</sup> g. a V Ex.<sup>a</sup> por m<sup>s</sup> a<sup>s</sup>. Coimbra 10 de Março de 1773.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> Marques de Pombal

O Ref.<sup>or</sup> R.<sup>or</sup> Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho.”

**Fonte:** Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – *Ministério do Reino*. (ANTT – Maço 609 Caixa 711).

**Doc. 10** – Carta de D. Francisco de Lemos sobre a incorporação do Lente João António Dalabela.

“

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor

Tendo recebido a Provizaõ de V Ex.<sup>a</sup> para a incorporação do Professor João Antonio Dalabella na Faculdade de Filosofia; e declarado ao mesmo, o que V Ex.<sup>a</sup> nella ordenava; me dice, que desejava igualmente ser incorporado na Faculdade Medica, assim como faraõ os Professores Franzini, e Vandeli, por elle estar nas mesmas circunstancias. E porque naõ posso satisfazer ao desejo e requerimento do dito Professor, sem que V Ex.<sup>a</sup> seja servido ordenar, que elle seja incorporado tambem na Faculd.<sup>e</sup> de Medicina; ponho na presença de V Ex.<sup>a</sup> o mesmo requerim;<sup>to</sup> para V Ex.<sup>a</sup> mandar, o que for do seu agrado.

D.<sup>s</sup> g.<sup>de</sup> a V Ex.<sup>a</sup> por m<sup>s</sup> a<sup>s</sup>. Coimbra 10 de Março de 1773.

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> Marques de Pombal

O Ref.<sup>or</sup> R.<sup>or</sup> Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho.”

**Fonte:** Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – *Ministério do Reino*. (ANTT – Maço 609 Caixa 711).

**Doc. 11** – Carta de D. Francisco de Lemos sobre as obras e as aulas.

“

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor

Em execução das Ordens de V Ex.<sup>a</sup> datadas de 2 do presente Mez participei ao Corregedor desta comarca a Cópia do Avizo, que V Ex.<sup>a</sup> dirigio ao Concelho da Fazenda, relativo ao corte das madeiras da Mata de Coja. E logo passou o mesmo Min.<sup>o</sup> a dar todas as providencias neces.<sup>as</sup> para efectuar-se o dito corte com a maior brevidade, por não sofrer o tempo delle qualquer demora. Concordamos, que para se fazer tudo do modo, que V Ex.<sup>a</sup> ordenava, e em utilidade da Universidade, não havia Pessoa mais capaz p.<sup>a</sup> assistir ao corte, e fazer transportar as Madeiras, do que o Professor de Gramatica Manoel de Paiva, que he natural das vizinhanças da mesma Mata, e tem grande actividade, e inteligencia. E para que nao houvesse falta de Liçoens na Aula lhe procurarei substituto.

Tambem participei ao mesmo Corregedor a, Provisão de V Ex.<sup>a</sup> para a demarcação, e compra do Terreno da cerca dos Bentos que he necessário para o Horto Botanico. Como porem não havia ainda Planta do dito Terreno, sobre aqual se pudesse calcular a quantidade precisa para o referido Horto, mandei Logo tirar pelos Engenheiros, que se acharão aqui aqual se fica pondo prevista, para a por na presença de V Ex.<sup>a</sup> com o juízo, q fizerem os Professores Naturalistas. Interinamente me pareceu conveniente não proceder a compra.

As madeiras do Pinhal da Universidade se vao ja transportando, e ja tem chegado huma boa porção. E para que no Pinhal se dispuzesse tudo bem firme preciso la mandar o D.<sup>r</sup> Fr. Feliciano, e o Alferes Theodoro Marques, os quaes depois de terem regulado o que se devia fazer, e deixado pessoas de zelo, e intelligência, se recolherão para cuidarem nas mais couzas.

Nesta jornada pareceume tambem conveniente, que os acompanhasse o D.<sup>or</sup> Domingos Vandelli, para que no exame das Minas de carvão, que há na Figueira, pudesse interpor o seu juízo, e mostrar nesta experiencia a utilidade dos seus conhecimentos. O sucesso das indagaçoens de Vandelli foi tal, qual eu desejava, para oferecer a V Ex.<sup>a</sup> estas primicias da Historia Natural. Com efeito elle vio o Monte, e notou todas as circunstancias delle; e he de parecer, q há nelle huma riquíssima Mina do melhor carvão, q se conhece por outros Paizes: trouxe vários pedaços para o Muzeo; os quais sendo vistos pelo Franzini, Dolabella, e Chere, e fazendo as experiencias, todos faraõ do mesmo juízo.

No mesmo sitio da Mina achou o mesmo Vandeli huma caza já destelhada, q se dizia ter sido hum Armazem feito p.<sup>a</sup> receber o carvão, que se tirava da Mina quando nella se trabalhava por ordem da Fazenda real; E como na d.<sup>a</sup> caza ainda existia alguma porção do mesmo carvão, pedio ao Juiz de Fora, que o fizesse conduzir para Coimbra; onde podia ser necessr.<sup>o</sup> O que participo a V Ex.<sup>a</sup>; para que seja servido haver per bem a d.<sup>a</sup> condução.

O gabinete das Maquinas se esta ja collocando na Caza, que interinamente se destinou p.<sup>a</sup> elle. Hoje o fui ver, e me seguiu o Mestre Joaquim dos Reis que no fim da semana ficava de todo arrumado, assimesmo as Maquinas grandes; que occupaõ duas cazas, que ficaõ os lados do gabinete. As cazas interinas do Theatro tambem se vaõ concluindo; e tudo fica muito capaz de poder ser ja visto por qualquer curioso, q venha a esta Universidade. Desta arrumaçãõ, e distribuiçãõ das cazas mandei tirar a Planta para a por na presença de V Ex.<sup>a</sup> O Ten.<sup>te</sup> Coronel Guilherme Elsdén não tem ainda chegado; e por elle espero, para cuidar em por promptas as oficinas perpetuas. E beijo as Maõs a V Ex.<sup>a</sup> pelo gd.<sup>c</sup> socorro, que me da, no conhecido, e notório prestimo; e actividade deste Oficial.

Hontem se passaraõ as Liçoens de Mathematica para a Aula nova, que se tinha feito para ellas. Franzini, sendoze ocupado atequi com a Aritmetica, principiou no mesmo dia a ensinar Geometria, abrindo estes estudos com huma Oraçãõ inaugural, aque eu fui assistir, e houve hum gd.<sup>c</sup> concurso da Mocidade.

Nas mais Aulas não tem cessado o fervor, e os esforços de estudo, como já tinha representado a V Ex.<sup>a</sup> Por efeito dos exercícios se vaõ já manifestando os talentos e contaoze muitos, que se distinguem, e saõ esperanças gd.<sup>es</sup> de adiantamento, e progresso. Fico para servir a V Ex.<sup>a</sup> com a mais rezignada, e fiel vontade.

D.<sup>s</sup> g a V Ex.<sup>a</sup> por m<sup>s</sup> a.<sup>s</sup> Coimra 10 de

Março de 1773.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> Marquês de Pombal

B as M de V Ex.<sup>a</sup>

Seu mais revr<sup>te</sup> e obrigado Capelaõ

Francisco d Lemos de Faria Per.<sup>a</sup> Cout.<sup>o</sup>

**Fonte:** Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – *Ministério do Reino*. (ANTT – Maço 609 Caixa 711).

**Doc. 12** – Carta de D. Francisco de Lemos sobre as obras nos gabinetes de Física e do Jardim Botânico.

“

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor

Pello Ten.<sup>te</sup> Cor.<sup>el</sup> Guilherme Elsdén recebi a carta, que V Ex.<sup>a</sup> foi servido escreverme a 3 do presente Mez, a qual não respondi logo como devia, por padecer hum defluxo, que me veio em febre, e toce, e me impedia o cumprimento desta obrigação.

Agora vou segurar a V Ex.<sup>a</sup> que as obras se vão executando conf.<sup>e</sup> as Plantas, e as Ordens de V Ex.<sup>a</sup>; e que o meu primeiro cuidado, como tambem o do Tenente Coronel he não nos desviarmos em couza alguma doque se acha estabelecido por V Ex.<sup>a</sup> Trabalhase ja com todo o calor nas oficinas que haode servir para a Fisica Experimental, e Historia Natural; e da mesma sorte em demolir as muralhas, e paredes do velho Castelo. O Ten.<sup>te</sup> Coronel continua a mostrar o seu gd.<sup>e</sup> zelo, e perícia e tudo vai dispondo com m<sup>to</sup> acerto.

Hoje se vai demarcar o terreno da cerca dos Bentos para o Jardim, conf.<sup>e</sup> V Ex.<sup>a</sup> ordenou na Provizaõ, que mandou passar a este respeito: e Logo se entra no estabelecim.<sup>to</sup> da obra do mesmo Jardim.

Os D.<sup>tes</sup> Ciera, Vandeli, e todos os mais são consultados no que diz respeito a ciência das suas Profissoens; e não influem nas obras. Cada hum delles vive em Cazas alugadas, aindaque estas sejaõ da Universidade; como sao as em q estaõ o Ciera, e Cheque. Creio, que estaõ deenganadoz, deque não poderaõ introduzirze nas oficinas com o fim de tirarem dellas utilidade; perque por efeito do admiravel estabelecim.<sup>to</sup> q V Ex.<sup>a</sup> foi servido ordenar relativo a administração da Fazenda, se lhes tapaõ todas as portas.

Fico para executar as ordens de V Ex.<sup>a</sup> com a sumisaõ, e fidelidade devida.

D.<sup>s</sup> g a V ex.<sup>a</sup> por m<sup>s</sup> a<sup>s</sup>. Coimbra 30 de Março de 1773

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> Marques de Pombal

B as M de V Ex.<sup>a</sup>

Seu m<sup>to</sup> revr.<sup>te</sup> e obrigado capelao

Francisco de Lemos de Faria Per.<sup>a</sup> Coutinho.”

**Fonte:** Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – *Ministério do Reino*. (ANTT – Maço 609 Caixa 711).

**Doc. 13** – Carta de D. Francisco de Lemos sobre Estatutos de Teologia.

“

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor

Pello Director da Imprensa Regia dessa Corte recebi hum exemplar dos Est.<sup>os</sup> de Theologia traduzido em Latim ja impresso. E paraque a mesma Impressão se possa continuar, ponho na presença de V Ex.<sup>a</sup> os Cadernos Juntos; e irão hindo os mais de sorte que não pare a Imprensa.

D. s g. a V Ex.<sup>a</sup> por m<sup>s</sup>

a<sup>s</sup>. Coimbra 30 de Março de 1773.

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> Marques de Pombal

O Ref.<sup>or</sup> R.<sup>of</sup> Francisco de Lemos de Faria Per.<sup>a</sup> Coutinho”

**Fonte:** Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – *Ministério do Reino*. (ANTT – Maço 609 Caixa 711).

**Doc. 14** – Carta de D. Francisco de Lemos sobre o andamento das obras no Jardim Botânico e nos gabinetes.

“

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor

Depois de ter dado parte a V Ex.<sup>a</sup> na ultima Carta de 30 de Março de que no mesmo dia se havia de fazer a demarcação do Jardim Botânico na conformid<sup>e</sup> das ordens de V Ex.<sup>a</sup> Lembrandome deque havia mandado extrahir a Planta da cerca dos PP.<sup>es</sup> Bentos, e dos mais Terrenos a ella contiguoaz, para primeiro sobre ella se assentar a porção que era necessária, e por tudo na presença de V Ex.<sup>a</sup>; me vi obrigado a suspender a d.<sup>a</sup> demarcação, e não proceder a couza alguma sem resolução de V Ex.<sup>a</sup>

O Ten.<sup>te</sup> Coronel Guilherme Elsdén, e os D.<sup>res</sup> Vandelli e Franzini julgaraõ ser absolutam.<sup>te</sup> necessária para formar o Jardim a porção do Terreno, que vai assinalada na planta geral com cor amarella e consta de parte da cerca dos Bentos, e de parte da cerca dos Marianos. Da mesma Planta vera V Ex.<sup>a</sup> o pouco prejuízo, que se faz aos d.<sup>os</sup> PP.<sup>es</sup>; principal.<sup>te</sup> considerando V Ex.<sup>a</sup> que a cerca dos Marianos foi huma nova aquisição feita há poucos annos; que he separada por muro da outra cerca dos mesmos PP.<sup>es</sup>; que eles mesmos não frequentaõ; e q so lhes serve para nella terem huma pequena vinha.

Paraque o Jardim ficasse com a regularid.<sup>e</sup> devida, foi tambem necessário entrar alguma couza pella segunda cerca dos mesmos PP.<sup>es</sup> Marianos; o que tendo couza pouca p.<sup>a</sup> os d.<sup>es</sup> PP.<sup>es</sup>; he de gd.<sup>es</sup> consequências para o Jardim; porque alem de adquirir este maior extensão com a mesma iguald<sup>e</sup>; fica servindo a d.<sup>a</sup> pequena porção de subministrar toda a pedra necess.<sup>a</sup> p.<sup>a</sup> as obras. Alem desta porção de terreno necess.<sup>a</sup> p.<sup>a</sup> o Jardim Botânico e Farmaceutico, considerou-se tambem, que era necess.<sup>o</sup> hum lugar p.<sup>a</sup> sementeiras, estrumes, experiencias da Agricultura. E com a cerca do Coll.<sup>o</sup> dos Thomaristas oferecia hum excelente sitio para o d.<sup>o</sup> estabelecimento, pella vizinhança do Jardim; e commodid.<sup>e</sup> do setviço sem deturpar o Jardim; pareceu convn.<sup>te</sup> que se ajuntasse á mesma Planta geral a d.<sup>a</sup> cerca; para q V Ex.<sup>a</sup> assista della e de tudo o mais fosse servido resolver o q fosse do seu agrado.

Continuaõ as obras da Historia Natural, e Filozofia Exprimental com gd.<sup>e</sup> calor não cessando o Ten.<sup>te</sup> Coronel de as promover, e dirigir com o seu costumado zelo, e perícia. Temse demolido quazi toda a parede de fora do Coll.<sup>o</sup> Jezuitico, que fica fronteira ao lugar do Laboratorio, por achar o mesmo Ten.<sup>te</sup> Coronel, que a d.<sup>a</sup> parede estava m.<sup>to</sup> pouco segura, e tinha padecido danno com o terremoto. So se concerva a parte da Capella de S Borja; na qual não se tem bulido; porque se faz preciso, que V Ex.<sup>a</sup> seja servido resolver, o que se deva fazer assista das razoens, que me diz o Ten.<sup>te</sup> Cor.<sup>l</sup> expõem a V Ex.<sup>a</sup> Da m.<sup>a</sup> p.<sup>a</sup> represento tambem a V Ex.<sup>a</sup> a necessid.<sup>e</sup> de se demolir a d.<sup>a</sup> Capella; porque he conven.<sup>te</sup> 1<sup>o</sup>. q o Laboratorio fique separado dos outros estabelecim<sup>tos</sup>;

por ser lugar, onde há m<sup>as</sup> serenathas; 2.<sup>o</sup> porque fazendose huma entrada p.<sup>a</sup> o Theatro da Natureza, e da Fizica Exprimetal semelh.<sup>e</sup> a do Laboratorio, ficaõ todos estes edifícios bem servidos, e compet<sup>e</sup> nobreza. 3.<sup>o</sup> por q existindo a d<sup>a</sup> Capella fica todo o edificio da Fizica Exprimetal; e o Coll.<sup>o</sup> real das Artes sem vista alguma e sem ar; e pelo contrario tirandoze a d<sup>a</sup> Capela; ficão todos estes edificios desabafados; e com huma vista grandiosa, e m<sup>to</sup> agradável. Comtudo V Ex.<sup>a</sup> ordenara o q lhe parecer

Continuase tambem a hir demolindo o Castello p<sup>a</sup> o Observatorio. O Tenente Coronel depois de maduras indagaçoens q fez com o D.<sup>or</sup> Ciera sobre a Torre Velha, achou que ella estava firmíssima; e q nella se podia estabelecer o outro Observatorio p<sup>a</sup> as Observaçoes Ordinarias; e desta sorte cortarse a despeza, q se faria nas casas destinadas a este fim.

A obra da Imprensa vaise já concluindo, e fica huma officina admiravel. O Ten.<sup>te</sup> Coronel ficou m<sup>to</sup> gostozo de a ver; aprovou o q nella se tinha feito; e continua a dirigir as obras q la se fazem.

Fico

muito pronto para executar as ordens de V Ex.<sup>a</sup> com a devida sumissaõ, e respeito.

D.<sup>s</sup> g a V ex.<sup>a</sup>

por m<sup>s</sup> a<sup>s</sup>. Coimbra 9 de Abril de 1773

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> Marques de Pombal

B as M de V Ex.<sup>a</sup>

Seu m<sup>to</sup> revr<sup>te</sup> e obrigado capelao

Francisco de Lemos de Faria Per.<sup>a</sup> Coutinho.”

**Fonte:** Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – *Ministério do Reino*. (ANTT – Maço 609 Caixa 711).

**Doc. 15** – Carta de D. Francisco de Lemos sobre os Estudos menores.

“ Meu mano e S.<sup>r</sup> do C. Fico com gd.<sup>e</sup> dezassosego em quanto não receber o resultado da sua fala ao S.<sup>r</sup> Marquez sobre a sorte dos Estudos Menores desta Universid.<sup>e</sup>. Todo o meu forte consiste no antigo direito da Universid.<sup>e</sup> ; nos dir.<sup>tos</sup> que ella conservou, ainda no tempo da usurpacao jesuitica; na plena restituição que fez o S.<sup>r</sup> Marquez; e na inttelleg.<sup>a</sup> q; o mesmo S.<sup>r</sup> já deu a ellas, mandando ao Professor das Linguas tirar a sua carta na Mesa da Conciencia. São quatro fundam.<sup>os</sup> m.<sup>to</sup> claroz da justiça da Universid.<sup>e</sup>. O S.<sup>r</sup> sujeita Principaes, e Professores a Universidad.<sup>e</sup>; sendo os mesmos sujeitos a Mesa Censoria; fecara, sendo a Universid.<sup>e</sup> subalterna desta. Ora este corpo não merece isto. Estimo o q. me diz sobre as consultas; e desejava q me mandasse o formulário de huma consulta como se faz nos tribunaes; em q lugar do papel se assinaõ; per quem he escrita, etc. E p.<sup>a</sup> modelo desejava, q me fizesse a do Ekardt. Isto não lhe custa; e espero deverlhe esse favor.

Não me lembro se já lhe adverti q a Mesa Censoria suponho q desterra a Metafisica; por q nos Editaes, e Leis vem só Logica e Etica. Eis aqui huma cousa q he necess.<sup>o</sup> atalhar p.<sup>a</sup> os Estud.<sup>es</sup> não se virem achar enganados; advertindo q isto he contra os Est.<sup>os</sup> da Universid.<sup>e</sup> etc. Eslno(?) ja melhor. Ele próprio leva a planta do Jardim, e se faz preciso logo a resolução do S.<sup>r</sup> Marquez. Se vier, como vai, fica tudo excelente; a Capela do S.<sup>to</sup> Borja he necess.<sup>o</sup> vir abaixo; e he isto tao substancial, q toda a grandeza, comodid.<sup>e</sup>, e utelid.<sup>e</sup> dos estabelecem.<sup>os</sup> novos dependem disto.

A semana S.<sup>ta</sup> se fez na Cap.<sup>a</sup> real magnifica, e eclesiasticam.<sup>te</sup> como nunca. Eu officiei 5 fr.<sup>a</sup> Santa p.<sup>a</sup> dar exemplo; e havia um natural concurso em todos os dias.

Fico p.<sup>a</sup> lhe der gosto como

Faleilhe nos Estud.<sup>es</sup>; (?) e desejo  
resposta, não he conven.<sup>e</sup> falar nisto  
ao S.<sup>r</sup> Marques; por q pode tornar  
a couza em peor. [assinatura].”

Seu irmão do C.  
Lemos.

**Fonte:** Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – *Ministério do Reino*. (ANTT – Maço 609 Caixa 711).

## Índice de Imagens

<b>Imagem 1</b> – D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. ....	174
<b>Imagem 2</b> – D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. ....	175
<b>Imagem 3</b> – Registo da matrícula em Instituta. ....	176
<b>Imagem 4</b> – Registo da primeira matrícula em Cânones. ....	176
<b>Imagem 5</b> – Registo da segunda matrícula em Cânones. ....	177
<b>Imagem 6</b> – Registo de Bacharel em Cânones. ....	178
<b>Imagem 7</b> – Registo na Formatura. ....	179
<b>Imagem 8</b> – Registo da matrícula em Suficiência. ....	180
<b>Imagem 9</b> – Registo da Repetição. ....	181
<b>Imagem 10</b> – Registo do Exame Privado. ....	182
<b>Imagem 11 e 12</b> – Registo no Doutoramento. ....	183
<b>Imagem 13</b> – Percursos realizados por D. Francisco de Lemos na sua viagem a França. .....	184
<b>Imagem 14</b> – Percorso (ida) detalhado de D. Francisco de Lemos em Portugal. ....	185
<b>Imagem 15</b> – Percorso (ida) detalhado de D. Francisco de Lemos em Espanha. ....	186
<b>Imagem 16</b> – Percorso (ida) detalhado de D. Francisco de Lemos em Espanha. ....	187
<b>Imagem 17</b> - Percorso (ida) detalhado de D. Francisco de Lemos em França. ....	188
<b>Imagem 18</b> - Percorso (regresso) detalhado de D. Francisco de Lemos em França. ...	189
<b>Imagem 19</b> - Percorso (regresso) detalhado de D. Francisco de Lemos em Espanha. ..	190
<b>Imagem 20</b> - Percorso (regresso) detalhado de D. Francisco de Lemos em Espanha. .	191
<b>Imagem 21</b> – Percorso (regresso) detalhado de D. Francisco de Lemos em Portugal. .	192

## Índice de Tabelas

<b>Tabela 1</b> – Cronologia da vida e feitos de D. Francisco de Lemos. ....	194
<b>Tabela 2</b> – Trajeto acadêmico de D. Francisco de Lemos. ....	196
<b>Tabela 3</b> – Percurso profissional de João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho. ....	197
<b>Tabela 4</b> – Cargos exercidos por D. Francisco de Lemos. ....	199
<b>Tabela 5 e 6</b> – Itinerário de D. Francisco de Lemos. ....	202
<b>Tabela 7</b> – Algumas obras de D. Francisco de Lemos. ....	207
<b>1º Reitorado</b>	
<b>Tabela 8</b> – Dados totais da correspondência analisada. ....	209
<b>Tabela 9</b> – Assuntos tratados e a quantidade de referências encontradas nas missivas analisadas. ....	211
<b>Tabela 10</b> – Referências dos vários anos em análise. ....	211
<b>Tabela 11</b> – Relação da correspondência analisada. ....	212
<b>2º Reitorado</b>	
<b>Tabela 12</b> - Dados totais da correspondência analisada. ....	217
<b>Tabela 13</b> – Assuntos tratados e a quantidade de referências encontradas nas missivas analisadas. ....	219
<b>Tabela 14</b> – Referências dos vários anos em análise. ....	220
<b>Tabela 15</b> – Relação da correspondência analisada. ....	221

## Índice de Gráficos

### 1º Reitorado

<b>Gráfico 1</b> – Dados da correspondência por ano. ....	227
<b>Gráfico 2</b> – Quantidade de referências encontradas sobre cada assunto (para um total de 131 missivas). ....	227
<b>Gráfico 3</b> – Descrição dos assuntos do ano de 1772. ....	228
<b>Gráfico 4</b> – Descrição dos assuntos do ano de 1773. ....	228
<b>Gráfico 5</b> – Descrição dos assuntos do ano de 1774. ....	229
<b>Gráfico 6</b> – Descrição dos assuntos do ano de 1775. ....	229
<b>Gráfico 7</b> – Descrição dos assuntos do ano de 1776. ....	230
<b>Gráfico 8</b> – Relação anual dos Assuntos mais evidenciados na correspondência. ....	230
<b>Gráfico 9</b> – Relação anual dos restantes assuntos evidenciados na correspondência. ..	231

### 2º Reitorado

<b>Gráfico 10</b> – Dados da correspondência por ano. ....	232
<b>Gráfico 11</b> – Quantidade de referências encontradas sobre cada assunto (para um total de 135 missivas). ....	232
<b>Gráfico 12</b> – Descrição dos assuntos do ano de 1779. ....	233
<b>Gráfico 13</b> – Descrição dos assuntos do ano de 1800. ....	233
<b>Gráfico 14</b> – Descrição dos assuntos do ano de 1801. ....	234
<b>Gráfico 15</b> – Descrição dos assuntos do ano de 1802. ....	234
<b>Gráfico 16</b> – Descrição dos assuntos do ano de 1803. ....	235
<b>Gráfico 17</b> – Descrição dos assuntos do ano de 1804. ....	235
<b>Gráfico 18</b> – Descrição dos assuntos do ano de 1805. ....	236

<b>Gráfico 19</b> – Descrição dos assuntos do ano de 1807. ....	236
<b>Gráfico 20</b> – Descrição dos assuntos do ano de 1808. ....	237
<b>Gráfico 21</b> – Descrição dos assuntos do ano de 1812. ....	237
<b>Gráfico 22</b> – Descrição dos assuntos do ano de 1806, 1815 e 1816. ....	238
<b>Gráfico 23</b> – Relação anual dos Assuntos mais evidenciados na correspondência. ....	238
<b>Gráfico 24</b> – Relação anual dos Assuntos mais evidenciados na correspondência. ...	239
<b>Gráfico 25</b> – Relação anual dos restantes assuntos evidenciados na correspondência..	239

## Índice de Documentos

<b>Documento 1</b> - Carta de D. Francisco de Lemos a agradecer a nomeação do seu irmão como Governador do Maranhão. ....	241
<b>Documento 2</b> - Resposta de Pombal a D. Francisco de Lemos. ....	242
<b>Documento 3</b> - Sonetos à morte do Marquês de Pombal. ....	243
<b>Documento 4</b> - Relação das exéquias fúnebres à memória de Pombal. ....	245
<b>Documento 5</b> - Carta de D. Francisco de Lemos sobre uma remessa de Livros. ....	247
<b>Documento 6</b> - Carta de D. Francisco de Lemos sobre os Compêndios de Lógica e Metafísica. ....	248
<b>Documento 7</b> - Carta de D. Francisco de Lemos sobre algumas modificações a efetuar num dos compêndios para as aulas. ....	249
<b>Documento 8</b> - Carta de D. Francisco de Lemos sobre as obras para o Gabinete de Física. ....	250
<b>Documento 9</b> - Carta de D. Francisco de Lemos sobre o novo professor de Línguas. .	251
<b>Documento 10</b> - Carta de D. Francisco de Lemos sobre a incorporação do Lente João António Dalabela. ....	252
<b>Documento 11</b> - Carta de D. Francisco de Lemos sobre as obras e as aulas. ....	253
<b>Documento 12</b> - Carta de D. Francisco de Lemos sobre as obras nos gabinetes de Física e do Jardim Botânico. ....	255
<b>Documento 13</b> - Carta de D. Francisco de Lemos sobre Estatutos de Teologia. ....	256
<b>Documento 14</b> - Carta de D. Francisco de Lemos sobre o andamento das obras no Jardim Botânico e nos gabinetes. ....	257
<b>Documento 15</b> - Carta de D. Francisco de Lemos sobre os Estudos Menores. ....	259